



RUI MORAIS
MIGUEL BANDEIRA
MARIA JOSÉ SOUSA
[EDITORES]

CELEBRAÇÃO DO BIMILÊNÁRIO DE AUGUSTO

*AD NATIONES.
ETHNOUS KALLAIKON*

CELEBRAÇÃO DO BIMILENÁRIO DE AUGUSTO
AD NATIONES. ETHNOUS KALLAIKON

Homenagem a Maria Helena da Rocha Pereira

RUI MORAIS
MIGUEL BANDEIRA
MARIA JOSÉ SOUSA
[EDITORES]

CELEBRAÇÃO DO BIMILÊNÁRIO DE AGUSTO

*AD NATIONES.
ETHNOUS KALLAIKON*



RICARDO RIO

(Presidente da Câmara Municipal de Braga)

Numa altura em que se celebram os 2000 anos da morte do Imperador César Augusto, que deu nome a Braga, importa lembrar a importância do legado Romano na vida da Cidade.

Ao longo dos séculos, Bracara Augusta ganhou preponderância, chegando a Capital da nova província da Galécia. Como cidade imperial, desenvolveu gradualmente importantes funções comerciais, jurídicas, religiosas, políticas e administrativas, propiciando o aparecimento de vários espaços públicos de carácter lúdico.

É inegável a enorme influência deste período em Braga a nível cultural, social, turístico e económico. A componente romana está patente na vida da cidade de forma continuada, nos vários espaços que, ao longo do ano, preservam e evocam o legado de Augusto, como são exemplo o Museu D. Diogo de Sousa, as Termas do Alto da Cividade, a Fonte do Ídolo ou a Ínsula das Carvalheiras.

Os Bracarense têm um extremo carinho e orgulho no seu passado, que atravessa as gerações. Temos fomentado nos mais novos o gosto pela história Bracarense, através de um trabalho em articulação com as comunidades escolares, de forma a disseminar o conhecimento e aprofundar o estudo sobre o princípio da nossa história.

Temos ainda realizado um esforço de reavivar as relações com as cidades Augustas de Lugo e Astorga, posicionando Braga como a capital Romana de uma região muito ampla, com uma ligação umbilical entre três cidades que marcaram o Norte da Península Ibérica no período de permanência Romana.

Todos os anos, a Cidade faz uma viagem no tempo e regressa ao período de César Augusto com o evento Braga Romana, um tributo histórico que se tornou um dos principais momentos de pedagogia, animação e atracção turística da cidade. O quotidiano dos Bracaraugustanos é recriado nas ruas da Cidade, com um conjunto de actividades que têm como objectivo último a preservação e valorização do nosso património.

Braga continuará a encarar os investimentos na requalificação do legado romano como prioritários, tendo sempre em conta que esses espaços devem ser incorporados na vivência colectiva diária. Mais do que um mero tributo ao passado, queremos que a herança cultural romana sirva como mote para a afirmação de uma marca para o futuro.



ÍNDICE

PRÓLOGO	8
INTRODUÇÃO	12
AUGUSTO EM SUETÓNIO	16
(OS) MITOS DO SÉCULO DE AUGUSTO	32
AUGUSTO EM PLÍNIO O ANTIGO	40
EL TERRITORIO GALAICO DURANTE LAS GUERRAS CÁNTABRAS: NUEVAS PERSPECTIVAS	54
PROBLEMÁTICAS E PERSPECTIVAS SOBRE A PRESENÇA MILITAR NO NOROESTE HISPÂNICO NO TEMPO DE AUGUSTO: O CASTRO DE ALVARELHOS	74
EL PROCESO DE URBANIZACIÓN DEL NOROESTE DENTRO DE LA POLÍTICA AUGÚSSEA	84
O URBANISMO NOS CASTROS MERIDIONAIS EN ÉPOCA DE AUGUSTO	96
A GALLAECIA MERIDIONAL EM TEMPOS DE AUGUSTO	112
DEL CASTRO A LA CIVITAS: DOMINACIÓN Y RESISTENCIA EN EL NOROESTE HISPANO	124
BRACARA AUGUSTA E A REDE VIÁRIA AUGUSTANA DO NOROESTE PENINSULAR	136
<i>BRACARUM OPPIDUM AUGUSTA</i> . OS DADOS DA CULTURA MATERIAL	152
EPÍLOGO	166

PRÓLOGO

MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA
(Professora Jubilada da FLUC)

NO BIMILENÁRIO DE UMA CIDADE ROMANA

É para mim uma grande honra tomar a palavra na celebração do Bimilenário desta cidade, uma daquelas que Augusto fundou, e que, como tal, ficou com a sua marca individual. Muitas vicissitudes ocorreram depois, mas este é um facto especialmente marcante.

Dois mil anos! Por isso não surpreende que contribuam para a caracterizar as suas ruas, ora estreitas, ora cuidadosamente lajeadas, ora atravessadas por becos de sabor medieval.

Mas não é só isso que distingue a cidade. É também a sua ligação ao nome de um dos maiores políticos de todos os tempos, aquele que o conhecido historiador Donald Earl exaltou deste modo lapidar:

«A história pode mostrar poucos políticos iguais a Augusto, mas nenhum superior a ele.»

Para se dar todo o peso a esta afirmação acerca de uma figura que percorreu uma carreira singular, recorde-se apenas, em traços largos, que é um homem que emerge de um conjunto de injúrias e desavenças, adere a alianças difíceis de sustentar, como o Primeiro Triunvirato, às lutas entre César e Pompeu e ao assassinato de César, depois à formação do Segundo Triunvirato, que venceu na batalha de Áccio – tudo isto até à data da sua ascensão ao poder, após a derrota de Marco António e de Cleópatra e várias outras, que acabam por permitir a Octávio comemorar, em três dias sucessivos, 13, 14 e 15 de Agosto, esse triplo triunfo. E aqui ocorre uma sucessão de três dias de comemorações assim mesmo designadas: «Triplo Triunfo».

Sucedem-se uma série de atitudes singulares: logo em Janeiro de 22 a.C., Octávio depôs os poderes ante o Senado. Este órgão superior pede-lhe, porém, que continue a exercê-los. E confere-lhe, três dias depois, o título de Augusto, título esse no qual se advinha a procedência religiosa de uma noção que reunia as grandes qualidades consideradas necessárias: *virtus*, *clementia*, *iustitia* e *pietas*. São estes os grandes conceitos morais e políticos que estarão na base daquele longo período que ficará conhecido como a *Pax Romana*. O próprio Augusto compôs uma longa inscrição, conhecida por *Res Gestae Divi Augusti*, na qual se evidencia o justo orgulho do Imperador por ter fechado por três vezes o Templo de Jano (modo simbólico de assinalar a presença da Paz).

Por sua vez, um altar mandado construir pelo Senado no Campo de Marte, a *Ara Pacis Augustae*, consagrava artisticamente os mesmos ideais. As obras desta arte recebiam uma atenção especial, que bem se traduz na frase atribuída ao próprio Augusto, segundo a qual

«... encontrara Roma de tijolo e a deixara de mármore».

Tal não significa que a área religiosa fosse menos cuidada. Encontramos uma prova disso nas duas mais famosas estátuas do Imperador: a que o apresenta, em trajes religiosos, como *Pontifex Maximus* (encontrada na Via Labicana), e a que o mostra em vestes guerreiras (*Augustus de Prima Porta*). E tudo isto, sem esquecer relevos como os da *Ara Pacis Augustae* e o Mausoleu de Augusto.

Sabe-se que o Imperador acabou por se retirar para a Campânia, e aí faleceu, aos setenta e cinco anos, e que aí igualmente teria pronunciado a famosa frase:

«A representação chegou ao fim.»

Uma frase que estabelece uma ligação significativa ao gosto pelo teatro.

E, nesse sentido, podemos sublinhar a verdadeira polissemia que o lexema atingira, desde os tempos em que *Augustus* servia para associar o nome do fundador ao da fundação.

E, num caso e noutro, o sentido de perenidade.

INTRODUÇÃO

RUI MORAIS
MIGUEL BANDEIRA
MARIA JOSÉ SOUSA

O legado de Augusto perdura ainda hoje como um dos mais importantes estadistas da Antiguidade, verdadeiro criador de um mundo global do qual somos herdeiros.

No Senado propôs chamar-se Rómulo, à semelhança do mítico fundador de Roma, mas graças à proposta do Senador Munácio Planco, Octávio passaria a chamar-se Augusto, afirmando-se assim a missão divina do novo Imperador e ficando na memória coletiva um verso de Énio, transmitido por Suetónio, que cantava: «depois de a ilustre Roma haver sido fundada sob augustos augúrios».

Este destino parece haver sido previsto por astrólogos e filósofos que concordavam em prever um rejuvenescimento próximo para o mundo e já em 43 a.C. sabemos que haviam sido cunhadas moedas com o anúncio de uma nova Idade do Ouro. Mais tarde, no mesmo Senado, atribuir-lhe-iam ainda o cognome de *Pater Patriae*, Pai da Pátria, fazendo o imperador exclamar: «realizei os meus intentos! Oxalá possa ver a constância desta vossa decisão até ao derradeiro discurso dos meus dias». E assim foi...

Horácio, poeta oficial dos fastos do reinado de Augusto, diz na Ode primeira do Livro IV, que «nada maior ou melhor do que Augusto deram os Fados ou os deuses justos à terra habitada, nem darão, ainda que se voltasse aos velhos tempos da idade do ouro».

A obra de Augusto foi essencialmente pacificadora, não apenas internamente, mas também em todo o Império. Não é por acaso que o monumento mais acabado e mais característico da arte augustana seja uma ara dedicada à Paz, a *Ara Pacis*, conhecendo o Império uma paz profunda e uma unidade sem precedentes. Como nos afirma Patérculo: «ao fim de 20 anos, pôs termo às guerras civis, pôs-se uma pedra nas guerras com o exterior, consertou-se a paz, jugulou-se por toda a parte a sanha das armas; deu-se de novo força às Leis, prestígio aos Tribunais, dignidade ao Senado; aos magistrados, concedeu-lhes o poder ao modo antigo; aos apenas oito pretores, juntaram-se-lhes dois; restabeleceu-se aquela famosa, antiga e vetusta forma do Estado». Suetónio também realça este aspeto quando diz, «o templo de Jano Quirino que, antes dele, apenas tinha sido fechado duas vezes desde a fundação de Roma, foi então fechado três vezes, num espaço de tempo muito mais curto, uma vez que a paz estava assegurada em terra como no mar».

É este facto que tem motivado a celebração em todo o mundo da data da sua morte natural, ocorrida perto de Nola, na Campânia. Quando morreu, em 19 de Agosto do ano 14 da Era cristã, Augusto havia atingido o septuagésimo sétimo ano de vida.

A obra de Augusto tornou-se possível graças ao longo espaço de tempo durante o qual se exerceu a sua ação, por um período correspondente a quarenta e quatro anos. Consumou-se com Augusto uma situação de facto e de direito, que o seu tio Júlio César em vão tentara. Institucionalizou-se um período político que durou, no Ocidente, cerca de cinco séculos, e, no Oriente, quase quinze séculos.

Mas, de momento, fiquemo-nos por uma breve apreciação do seu carácter transmita por Suetónio: «não era fácil ganhar a sua amizade mas, uma vez conseguida, era inabalável. Sabia recompensar dignamente as virtudes e os méritos dos seus amigos, e sabia também suportar os seus vícios e as suas falhas, desde que não fossem muito graves».

Com esta iniciativa, que reúne vários investigadores nacionais e internacionais, pretendemos associar-nos a estas efemérides, celebrando, também nós, esta figura ímpar da História Universal.

Escolhemos para esta celebração a vetusta e bimilenária cidade de Braga, local onde Augusto decidiu fundar uma nova urbe com o seu epíteto: *Bracara Augusta*. Como certamente previu o Imperador, a cidade havia de prosperar, atravessando muitos séculos de vida, mas sem nunca perder o seu carisma de *Fidelis et Antiqua*. Este é o tempo de projectarmos a glória passada em bons auspícios, isto é, num Futuro melhor.

AUGUSTO EM SUETÓNIO

JOSÉ LUÍS BRANDÃO & DELFIM LEÃO

(Universidade de Coimbra)

Para tratar de Augusto em Suetónio é necessário ter em conta as características gerais do género biográfico e o método específico usado pelo biógrafo dos Césares: assim se explicam a opção pelo método sistemático (de que decorre uma organização da narrativa por tópicos em vez de uma abordagem meramente cronológica), a tendência para resumir os feitos e guerras, o objecto da história política, e, em compensação, uma tónica colocada no carácter, ilustrado com abundância de exemplos catalogados e repartidos entre vícios e virtudes. A *Vida de Augusto* é a mais longa biografia suetoniana e considerada a mais perfeita do ponto de vista formal, pelo que ilustra bem o método do autor, menos evidente nas *Vidas* mais curtas (sobretudo as que vão de Galba a Domiciano). No decorrer da *Vida*, Suetónio deixa visíveis três grandes divisões, cada uma preenchida com diversas rubricas. No presente estudo, essa mesma estrutura expositiva será usada como referência para a análise da forma como o biógrafo trata a figura de Augusto¹.

1. PER TEMPORAVS PER SPECIES

A narrativa cronológica em Suetónio é reservada, como é sabido, para o início e para a parte final das *Vidas*. Trata-se de uma consequência da primazia dada à análise do carácter, que para os antigos era considerado inato e imutável. Essa é também a razão para que as *Vidas* sejam iniciadas pela descrição dos antepassados (à excepção da vida de Tito e Domiciano, cuja ascendência se apresenta na *Vida* do pai). O indivíduo aparece assim integrado numa linhagem familiar, e a sua conduta pode ser, em parte, determinada por factores hereditários (Bradley, 1991, 3714-15). Parece significativo que o biógrafo refira, logo a abrir, a lenda que liga o clã dos Octávios ao culto de Marte, a partir de uma explicação etiológica para um pormenor de gosto antiquário². A presença de Marte

1. Boa parte do material deste estudo é inspirada em Brandão, 2009, *passim*.

2. Um altar existente, consagrado por um Octávio, é pretexto para a narração de um facto mítico com valor etiológico: perante o anúncio de uma incursão dos inimigos, aquele antepassado de Augusto interrompeu o sacrifício a Marte, retirou do fogo as vísceras meias cruas, na urgência de dar combate, e saiu vencedor. A partir daí, por decreto, os sacrifícios a Marte seriam realizados da mesma forma e os restos oferecidos aos Octávios (Aug. 1).

é tanto mais importante quando este deus está na origem lendária de Roma e da *gens Iulia*. Mais do que estabelecer a origem da *gens* Octávia, Suetónio determina, desde logo, uma opinião favorável a Augusto, estabelecendo nos antepassados o fundamento da obra militar do futuro imperador (Aug. 20-25), bem como o seu respeito pela religião tradicional (Aug. 91-93; vide Gascou, 1984, 692). Nesta rubrica, Suetónio assume um tom apologético: mostrar, contra as opiniões dos detractores³, que a família paterna de Octávio era *praecipua* (Aug. 1), além de que a materna contava com muitos senadores e magistrados (Aug. 4.1).

Na parte cronológica inicial se inclui, de forma muito resumida (5-9), a ascensão do jovem Octávio sob a tutela de César. Mesmo nesta parte o biógrafo negligencia ou resume os aspectos da formação, para se deter mais sobre aspectos pressagios que promovem a aura mítica do futuro fundador do principado. Salienta-se que nasceu *paulo ante solis exortum*, numa alusão à conexão com o sol que será retomada já na parte final, na lista de presságios ocorridos ao longo da vida⁴. Acrescenta-se a nota de que um santuário foi erigido no local pouco depois da sua morte, e de que um sentenciado pede clemência apelando ao facto de ser proprietário do lugar que o *Diuus Augustus* tocou ao nascer (Aug. 5). Do mesmo modo, a casa onde foi criado ganha uma atmosfera de incubo, que se torna fonte de escrúpulo religioso para quem entra, apesar de, paradoxalmente, o local ser *permodicus et cellae penuariae instar*: um proprietário que (*seu forte seu temptandi causa*) se atreveu a pernoitar na casa foi expulso por uma *subita ui et incerta* e encontrado semiânime diante da porta, juntamente com a cama (Aug. 6)⁵. Depois de analisar os nomes (Aug. 7), Suetónio debruça-se sobre a actividade pública desde a perda do pai de Octávio. Parece inicialmente que se refere à fase anterior ao governo, mas subitamente no final desta secção (Aug. 8), depois de mencionar o regresso a Roma para reclamar a herança de César, faz uma síntese brevíssima de toda a vida de governante (Aug. 8.3): *Atque ab eo tempore exercitibus comparatis primum cum M. Antonio M.que Lepido, deinde tantum cum Antonio per duodecim fere annos, nouissime per quattuor et quadraginta solus rem p. tenuit* («E a partir dessa altura, recorrendo aos exércitos recrutados, deteve o poder, primeiro com M. António e Lépido, depois somente com António por cerca de doze anos e finalmente sozinho por quarenta e quatro anos»).

É precisamente neste ponto (Aug. 9.1) que o biógrafo apresenta a mais clara explicitação do seu método (é natural que houvesse outras indicações na parte inicial perdida da *Vida de César*): *Proposita uitae eius uelut summa, partes singillatim neque per tempora, sed per species exsequar, quo distinctius demonstrari cognoscique possint* («Apresentado que foi uma espécie de resumo da sua vida, vou agora prosseguir com os vários aspectos, um por um, não pela ordem cronológica, mas através de rubricas, para que se possa tornar mais evidente quer a exposição, quer a compreensão»). Está, portanto, delineada a distinção entre *per tempora* e *per species*⁶. Mais à frente (61.1) estabelecerá nova *partitio*, como se verá.

3. A polémica com Marco António começa logo a propósito da situação social do bisavô e avô paternos de Augusto (Aug. 2.3.), e da ascendência materna, a que se juntam também as acusações de Cássio de Parma (Aug. 4.2). Vide Grimal, 1986, 736; Gascou, 1984, 584-7.

4. Aug. 94.6: (...) *repertus est iacens contra solis exortum*. Segundo Grimal, 1986, 737, há uma aplicação a Augusto da união ao disco solar, praticada pelos faraós, que anuncia a predestinação divina do imperador e, portanto, esta lenda só poderia ter aparecido depois da integração do Egipto no Império.

5. Vide Picón García, 1984, 324-5. O topos messiânico de um lugar de origem surpreendentemente modesto para tão grande destino será explorado também a propósito de Vespasiano, apresentado como um salvador do Estado depois das guerras civis de 68-69 d.C.

6. Já na *Vida* anterior fizera esta distinção ao afirmar: *Ordo et summa rerum, quas deinceps gessit, sic se habent* (Jul. 34.1) («A súpula ordenada das acções, que ele a seguir praticou, é a seguinte»). Mas, mais à frente, adopta outra forma de exposição: *Talia agentem atque meditantem mors praeuenit. De qua prius quam dicam, ea quae ad formam et habitum et cultum et mores, nec minus quae ad ciuilia et bellica eius studia pertineant, non alienum erit summatim exponere* (Jul. 44.4) («Realizava e projectava ele tais acções quando a morte o surpreendeu. Antes de falar desta, não será inoportuno expor aqui, em traços gerais, o que à sua figura e ao vestuário e à apresentação e aos costumes e, não menos, o que às suas ocupações civis e militares disser respeito»).

Portanto, no respeitante aos acontecimentos, quando organizados na sua ordem cronológica, irá apresentá-los *summatim*; os diversos aspectos da vida serão analisados *singillatim*⁷. Esta estrutura vai condicionar a transmissão dos acontecimentos próprios da História: em especial nos capítulos 9-25, onde vai tratar de questões militares, e 26-60, sobre cargos civis. Apesar de tudo, nestas partes há uma ordem cronológica relativa na apresentação das guerras e no exercício da magistraturas.

2. TRATAMENTO BIOGRÁFICO DOS ASSUNTOS DA HISTÓRIA POLÍTICO-MILITAR

2.1. Desempenho de assuntos militares⁸

A *Vida de Augusto* é um exemplo claro de que Suetónio não quer escrever história política mas biografia⁹. Ao tratar os feitos militares por tópicos, negligencia as causas e o contexto dos conflitos para os perspectivar na revelação da personalidade de Octávio. Em contrapartida, tem o mérito de preservar muitos factos negligenciados pela história política. Salienta desde logo o propósito de vingança – e é curioso que não refira aqui o termo *pietas* (como nota Baldwin, 1983, 248). Com efeito, começa esta parte com a afirmação peremptória de que a causa inicial de todas as guerras foi vingar a morte de César (Aug. 10.1). Trata-se de uma generalização: Octaviano só perseguiu os assassinos de César, depois da constituição do triunvirato. Aliás, logo o primeiro conflito, a guerra de Mútna, tem por motivação auxiliar Décimo Bruto contra António, que o assediava, embora seja verdade que no final se recusa a colaborar com o cesaricida. Em vez de descrever as batalhas, o biógrafo prende-se com questões de carácter: a suposta covardia na primeira batalha, segundo António, e intrepidez na segunda (Aug. 10. 2-4), a par da ambição e oportunismo, de acordo com o rumor da sua responsabilidade na morte, conveniente, dos cônsules Hircio e Pansa¹⁰, para tomar conta dos exércitos consulares (Aug. 11).

Reduz a formação do segundo triunvirato a uma *societas*¹¹ com António e Lépido (13.1), colocando-o, assim, ao mesmo nível da aliança de César, Pompeio e Crasso. E, apesar da importância das batalhas de Filipos, Suetónio não descreve as manobras e centra-se nos acontecimentos que lhe sucederam, mas na versão mais trágica. Diz que Octávio enviou a cabeça de Bruto para Roma, para ser lançada aos pés da estátua de César, e ultrajou prisioneiros de elevada estirpe (Aug. 13.1)¹². É de notar que, segundo Plutarco, António concedeu funerais dignos a Bruto, e não parece que os dois triúnviros agissem de modo tão diverso (Plutarco, *Ant.* 22.7 e *Brut.* 53.3; cf. Gascou, 1984, 178); e Díon, por sua vez, refere que António presidiu aos funerais e que a cabeça de Bruto foi enviada para Roma, onde nunca chegou, devido a um naufrágio, sem referir a responsabilidade de Octávio (Díon Cássio, 47.49.2. cf. Gascou, 1984, 183). É também de notar a omissão do naufrágio por parte de Suetónio, que assim pretende sugerir que a vingança foi completa.

Nesta parte (Aug. 13-15), o fio condutor não são as guerras de Filipos e Perúsia em si, mas a crueldade de Octaviano, os graves perigos de que escapou – um topos recorrente em Suetónio,

7. E esta posição continua a reiterá-la na biografia de Tibério (*Tib.* 42.1). Por vezes é preciso evitar a profusão de exemplos e escolher os mais representativos (*Tib.* 61.2). Cf. ainda *Cl.* 29. 1 e *Cal.* 37.3.

8. Divide esta parte em: *bella ciuilia quinque gessit* (Aug. 9); *Externa bella duo omnino per se gessit* (Aug. 20); *Graues ignominias cladesque duas omnino... accepit* (Aug. 23); *In re militari et comutauit multa et instituit* (Aug. 24).

9. Plutarco verbaliza a dificuldade em por vezes separar as duas no início da *Vida de Galba* (2.5), onde estabelece a distinção entre «história pragmática» e biografia. Sobre as características da biografia em Suetónio e Plutarco, vide Brandão, 2012, 18 ss.

10. Nesta guerra morrem os dois cônsules. Pansa, ferido na batalha de *Forum Gallorum*, junto de Mútna, a 15 de Abril de 43 a.C., morre depois; e Hircio é morto na batalha de Mútna, a 21 de Abril.

11. O mesmo termo que usa para a aliança entre o impropriamente chamado 1º triunvirato: *ac societatem cum utroque iniit* (Jul. 19.2).

12. Em contrapartida, não menciona o suicídio de Cássio no termo da primeira batalha [cf. Tito Lívio (*Per*) 124.], talvez porque tal facto descentrasse a acção.

revelador dos caprichos da Fortuna – para terminar a gradação com um relato pouco credível de crueldade (*Aug.* 15)¹³:

Perusia capta in plurimos animaduertit, orare ueniam uel excusare se conantibus una uoce occurrens 'moriendum esse'. Scribunt quidam trecentos ex dediticiis electos utriusque ordinis ad aram Diuo Iulio exstructam Idibus Martiis hostiarum more mactatos.

Depois da tomada de Pérúsia, tomou duras providências contra muitos. A quem tentava pedir perdão ou desculpar-se replicava com uma única sentença: 'é preciso que morras'. Relatam alguns que escolheu trezentos dos que se renderam, de uma e outra ordem, e os imolou nos Idos de Março, junto ao altar erigido ao Divino Júlio, como é costume fazer com os animais dos sacrifícios.

De igual modo, o tratamento da guerra com Sexto Pompeio centra-se nos temas das fracas qualidades militares (*Aug.* 16.2-3) e perigos que correu nessa altura. Na guerra da Sicília, vence Sexto Pompeio, em Milas e Náuloco; mas, na hora de começar o combate, é acometido de um sono profundo. Por isso António o acusa de falta de coragem. Este sono seria realmente pouco dignificante, se não fosse decalcado de uma anedota semelhante que se conta a propósito de Alexandre Magno, na véspera da batalha de Gaugamelos (*Plu. Al.* 32). Na verdade, Octaviano nem estava a bordo. Quem comandava era Agripa. Suetónio combinará um relato da propaganda de Octávio com um da contrapropaganda de António acerca do alegado medo do seu rival (Franco, 1989, 257-64). E no que toca ao relacionamento com Marco António, comprime os avanços e recuos entre 41 e 33 numa pequena frase (*Aug.* 17.1: *M. Antonii societatem sempre dubiam et incertam reconciliationibusque uariis male facillatam abruptit tandem*), sem sequer mencionar os acordos de Brundísio (em 40) e de Tarento (em 37), mas saltando de imediato para os acontecimentos de 32-31 a.C., salientando a determinação de Octaviano, mas também a tolerância para com os clientes do adversário. Refere a vitória de Áccio (*Aug.* 17.3), mas, como habitualmente, não descreve a batalha, preferindo demorar-se no desfecho trágico dos amantes e nas atitudes ambivalentes do protagonista (*Aug.* 17.4-5):

Et Antonium quidem seras condiciones pacis temptantem ad mortem adegit uiditque mortuum. Cleopatrae, quam seruatum triumpho magno opere cupiebat, etiam psyllon admouit, qui uenenum ac uirus exurgerent, quod perisse morsu aspidis putabatur. Ambobus communem sepulturae honorem tribuit ac tumulum ab ipsis incohatum perfici iussit. Antonium iuuenem, maiorem de duobus Fulviae genitis, simulacro Diui Iuli, ad quod post multas et irritas preces confugerat, abreptum interemit. Item Caesarionem, quem ex Caesare patre Cleopatra concepissem praedicabat, retractum e fuga supplicio adfecit. Reliquos Antonii reginaeque communes liberos non secus ac necessitudine iunctos sibi et conseruauit et mox pro condicione cuiusque sustinuit ac fouit.

E a António, que pedia, já tarde, condições de paz, empurrou-o para a morte e viu-o morto. Quanto a Cleópatra, que ele desejava com grande empenho preservar para o seu triunfo, recorreu aos psilos, para que lhe sugassem o veneno e a peçonha, já que se julgava que ela perecera devido à mordedura de uma áspide. A ambos honrou com sepultura comum e mandou acabar o túmulo por eles mesmos começado. Ao jovem António, o mais velho de dois filhos que António tivera de Fúlvia, arrebatou-o à estátua do Divino Júlio, junto da qual, depois de muitas e vãs preces, se refugiara, e matou-o. Do mesmo modo, a Cesário, que Cleópatra proclamava ter concebido de César, depois de o apanhar na fuga, entregou-o ao suplício. Quanto aos restantes filhos comuns de António e da rainha, sem qualquer diferença em relação aos que a si estavam unidos pelo parentesco, não só os poupou, como depois, segundo a situação de cada um, os tomou a seu cargo e favoreceu.

13. Cf. Díon, 48.14.4. Suetónio é mais severo para Octávio: omite o perdão concedido a Lúcio António e acrescenta a nota *moriendum esse* que não vem em Díon; como observa Gascou, 1984, 197. Carter, 1982, 104, nota que o facto é inverosímil e que próprio Suetónio não acredita na história.

Suetónio inclui nesta secção a quantidade de conjuras que o ameaçaram (*Aug.* 19) e as guerras externas (20-23), de que se depreende uma imagem justa (*Aug.* 21.2), de *uirtus* e *moderatio*, promotora das relações diplomáticas com os povos remotos (Indos e Citas) e da devolução dos estandartes tomados pelos Partos a Crasso e a António (*Aug.* 21.3); bem como a política de paz, simbolizada pelo encerramento do templo de Jano (*Aug.* 22). Elencam-se ainda as derrotas, com destaque dramático para a de Quintílio Varo na floresta de Teutoburgo, em 9 d.C. (*Aug.* 23.2):

Vouit et magnos ludos Ioui Optimo Maximo, si res. p. in meliorem statum uertisset: quod factum Cimbrico Marsicoque bello erat. Adeo denique consternatum ferunt, ut per continuos menses barba capilloque summisso caput interdum foribus illideret uociferans: 'Quintili Vare, legiones redde!' diemque cladis quotannis maestum habuerit ac lugubrem.

Fez até um voto de dedicar grandes jogos a Júpiter Ótimo Máximo, se mudasse para melhor a situação do Estado, como tinha acontecido nas guerras com os Cimbricos e com os Marsos. Em suma, diz-se que ficou tão transtornado que, durante meses a fio, deixando crescer a barba e o cabelo, batia de quando em quando com a cabeça nas portas e bradava: 'Quintílio Varo, devolve as legiões!' E o dia da derrota todos os anos o considerou de tristeza e de luto.

Como fizera para César, acrescenta ainda uma rubrica sobre a relação com o exército, a disciplina e as capacidades de comando (*Aug.* 24-25), ilustrada com cópia de exemplos.

2.2. Desempenho de cargos civis (26-60)

O tratamento das magistraturas (26-28) – consulado, triunvirato, governo autocrático – implica uma analepse e, conseqüentemente, a imagem negativa é de novo retomada na descrição da atitude de Augusto durante o triunvirato e as proscricções. O biógrafo introduz agora elementos que havia omitido quando da referência vaga à formação do triunvirato (13.1). Diz o biógrafo que Augusto, embora se opusesse inicialmente às proscricções, as aplicou depois com maior rigor e que foi o único que se esforçou para que ninguém fosse poupado (*Aug.* 27.1). Esta visão é mais negra que a generalidade dos outros testemunhos, talvez para acentuar o contraste com a futura atitude. Com efeito, Veleio Patérculo (2.66) e Plutarco (*Ant.* 20-21, *Brut.* 27-28, *Cic.* 46-49) censuram António e Lépidio pelo excesso das proscricções; Díon Cássio (47.3-13) desculpa Octávio e diz que salvou muita gente. Suetónio acrescenta que Octávio proscreeu até o seu tutor e colega de seu pai, C. Torânio, mas nada diz sobre o mais famoso dos proscritos: Cícero¹⁴. Talvez, neste caso, tivesse relutância em lembrar as indignas circunstâncias do fim do grande orador¹⁵. Não que descrições mórbidas desagradassem ao biógrafo, mas, neste caso, a execução não fora da responsabilidade directa de Octávio, em quem a biografia se centra.

A intenção, duas vezes abandonada, de restaurar a República inspira a Suetónio um comentário que, embora seja um tanto elíptico, parece sugerir aprovação: *dubium euentu meliore an uoluntate* (*Aug.* 28.1) «é duvidoso se foi melhor o resultado ou a intenção»¹⁶. Embora o próprio Augusto

14. Sobre a responsabilidade nas proscricções e sobre a omissão de Cícero, vide Southern, 1998, 55-9 e n. 14 (p. 217); McDermott, 1972, 495-9. Suetónio já omitira Cícero em 12, ao envolvê-lo na designação genérica *alii* para designar aqueles que chamavam *puer* a Octávio. Suetónio sabe muito bem que Cícero o fizera: bastaria ler as cartas (*Att.* 16.8.1; 16.11.6). McDermott, 1972, 497, lembra que Cícero nunca aparece em Suetónio, senão como autoridade final incontestada.

15. Sabe-se que Suetónio admirava Cícero, provavelmente através de Quintiliano. Basta pensar que uma das obras perdidas, referenciadas na Suda, é uma defesa do *De republica* de Cícero contra os ataques de Dídimos. Sobre o ciceronianismo e o segundo classicismo de Suetónio, vide Della Corte, 1967, 29-53, e Cizek, 1977, 14-25.

16. Foram igualmente bons o propósito de Augusto de renunciar à República e os efeitos do novo regime, segundo a interpretação dada na ed. Loeb, de Rolfe, 1913, 164 n.b, e seguida por Gascou, 1984, 719.

afirme nas *Res Gestae* (34) que transferiu a *res publica* do seu poder para o *arbitrium* do senado e do povo romano, Suetónio, realista, não o segue, nem sequer evoca aqui a noção de principado – trata-se de um regime totalmente novo. Com efeito, em *Cal.* 22.1, Suetónio fala de uma *species principatus*, demonstrando ter consciência de que o nome de *princeps*, e, por consequência, *principatus*, é uma forma hábil de iludir os legalistas, se bem que neste passo também pareça ser uma forma de caracterizar negativamente a fase mais positiva do principado de Calígula (Gascou, 1984, 783-5). O biógrafo dá a palavra a Augusto, através de um edicto, onde este se apresenta como o autor de um «novo regime» (*nouus status*) e como tal deseja ser lembrado à hora da morte (*Aug.* 28.2)¹⁷:

'Ita mihi saluam ac sospitem rem p. sistere in sua sede liceat atque eius rei fructum percipere, quem peto, ut optimi status auctor dicar et moriens ut feram mecum spem, mansura in uestigio suo fundamenta rei p. quae taceret.' Fecitque ipse se compotem uoti nisus omni modo, ne quem noui status paeniteret.

'Assim me seja permitido consolidar o Estado são e salvo nos seus fundamentos e daí recolher o fruto que almejo, de ser proclamado autor do melhor regime e de levar comigo, ao morrer, a esperança de que permanecerão no seu lugar os alicerces do estado que eu tiver lançado'. Ele mesmo se encarregou a si próprio do voto, esforçando-se de todos os modos para que ninguém ficasse insatisfeito com o novo regime.

Portanto, classifica Augusto como *auctor*, para sublinhar que se trata de uma ordem nova, baseada na *auctoritas*, neste caso congruente com o que Augusto afirma no referido passo das *Res Gestae*, de que está acima de todos em autoridade e não em poder.

A partir daqui, o biógrafo descreve a política administrativa interna e externa do longo governo de Augusto (28.3-60; vide Baldwin, 1983, 241-3): as construções, administração da cidade, religião, segurança, justiça, legislação, senado, eleições, aprovisionamento, entretenimento, administração provincial, distribuição das forças militares, correios, culto imperial, recusa da ditadura e exemplos de moderação. Todos estes aspectos são, como é hábito, ilustrados com exemplos e ditos célebres do biografado.

A narrativa da actividade governativa é longa, como o foi o governo de Augusto, mas contribui também para afastar da memória do leitor os cruéis actos do jovem ambicioso e substituí-los pelo novo retrato, formado a partir das inúmeras acções do bom governante. Sugere-se um processo de maturação que culmina em relatos de *clementia* (51) e *ciuilitas* (52-56), em contraste com as atitudes do jovem cruel. Em tal «ficção» biográfica, a ambição do poder gerou um Octávio calculista e cruel; o exercício do poder tornou-o magnânimo; ou revelou a sua verdadeira essência. O biógrafo não questiona a sinceridade da mudança (Séneca, *Cl.* 1.9-11, não acredita nesta clemência; vide Néraudau, 1996, 17); trata-se de uma lição prática de moral política. Aprova implicitamente a atitude, teatral e suspeita, do imperador, caíndo de joelhos e de peito desnudo, a suplicar ao povo que lhe não oferecesse a ditadura (*Aug.* 52), horrorizado com o título servil de *dominus*, e a censurar por um edicto a saudação «*O dominum aequum et bonum*» e os aplausos que provocou (*Aug.* 53.1). Fora esta saudação pronunciada durante um mimo. Mais adiante Augusto assumirá que representara o seu mimo da vida. Por agora, Suetónio faz saber que Augusto obtém o prémio da estima geral e procura demonstrar que tal estima é sincera (*Aug.* 57.1). Seguem-se, no clímax desta secção, manifestações de apreço, apresentadas gradualmente e encaradas como actos espontâneos das várias ordens (*Aug.* 57.1). Para obter o efeito, Suetónio não hesita em simplificar e generalizar as aclamações (como demonstra Gascou, 1984, 206-41). A gradação culmina com a atribuição do cognome de *Patris patriae*, que corresponde, paralelamente, ao fastígio da consolidação do poder de Augusto (*Aug.* 58.1). A partir de uma acção que deveria ser um acto calcu-

¹⁷. O edicto parece mais do contexto de 17-16 a.C., em que se inaugurou uma nova era com os *Ludi Saeculares*, pelos ecos do vocabulário das cunhagens. Vide Carter, 1982, 128.

lado e concertado no final de um longo processo¹⁸, Suetónio cria uma cena espontânea, quase comovente (*Aug.* 58):

Patris Patriae cognomen uniuersi repentino maximoque consensum detulerunt ei: prima plebs legatione Antium missa; dein, quia non recipiebat, ineunti Romae spectacula frequens et laureata; mox in curia senatus, neque decreto neque adclamatione, sed per Valerium Messalam is mandantibus cunctis: 'Quod bonum', inquit, 'faustumque sit tibi domuique tuae, Caesar Auguste! Sic enim nos perpetuam felicitatem rei p. et laeta huic precari existimamus: senatus te consentiens cum populo R. consalutat patriae patrem'. Cui lacrimans respondit Augustus his uerbis — ipsa enim, sicut Messalae, posui —: 'Compos factus uotorum meorum, p. c., quid habeo aliud deos immortales precari, quam ut hunc consensum uestrum ad ultimam finem uitae mihi perferre liceat?'

Ofereceram-lhe o cognome de Pai da Pátria, por espontâneo e supremo acordo universal. A plebe ofereceu-lho, primeiro, através de uma delegação enviada a Âncio, depois, como ele não aceitava, em peso e coroada de louros, no momento em que ele entrava para uns espectáculos em Roma; em seguida foi o senado, na Cúria, não por decreto ou por aclamação, mas por intermédio de Valério Messala. Este, em nome de todos, disse: 'Seja isto bom e propício para ti e para a tua casa, César Augusto! Assim, de facto, nós julgamos que estamos a pedir a eterna felicidade para o Estado, bem como a sua prosperidade: o senado, em consonância com o povo romano, te saúda como Pai da Pátria.' Respondeu-lhe Augusto, de lágrimas nos olhos, com estas palavras — transcrevi-as literalmente, como fiz para Messala —: 'Dado que obtive o cumprimento dos meus votos, patres conscripti, que outra coisa hei-de pedir aos deuses imortais, a não ser que me seja permitido manter este vosso acordo até ao derradeiro momento da vida?'

Timonen (1993, 135-6) faz notar que «Suetonius succeeds in reconstructing a «glory effect» by the use of direct oration and by emphasis on *consensus*». Segundo Gascou (1984, 215-20), Suetónio teria usado a autobiografia de Messala Corvino, cuja toada sentimental e lírica estava mais de acordo com a intenção do biógrafo de sublinhar a espontaneidade da estima geral para com Augusto. É que, com este título, se cumpre o voto que fizera atrás de ser o *auctor* do *optimus status*¹⁹. Seguem-se outras manifestações públicas de reconhecimento apresentadas numa gradação – anónimos, «alguns pais de família», «algumas cidades de Itália», «a maior parte das províncias», a culminar em «reis amigos e aliados» (... *nonnulli patrum familiarum... quaedam Italiae ciuitates... prouinciarum pleraeque: Aug.* 59-60) – ampliada pela generalização: dizer que cada rei (*singuli in suo quisque regno*) fundou uma cidade com o nome de Cesareia parece um exagero para acentuar a popularidade de Augusto (*Aug.* 60)²⁰.

¹⁸. Vide Baldwin, 1983, 128; Gascou, 1984, 217; Southern, 1998, 179-80.

¹⁹. Esta gradação sugerida por Suetónio parece confirmar a opinião de Salmon, 1956, 456-78. Segundo este autor, o título de *Pater Patriae*, atribuído em 2 a.C., normalmente visto como puramente honorífico, é, na realidade, o culminar da evolução do principado de Augusto (mais do que em 19 a.C. com a atribuição do que Dion Cássio, 54.10.5, chama 'poder dos côsules'), pois o próprio Augusto termina as *Res gestae* com a sua citação como Pai da Pátria, o que deixa a impressão de que é para ele o ponto máximo da sua carreira.

²⁰. Além disso, Suetónio, ao dizer que os reis se apresentavam de toga a Augusto (privilégio exclusivo daqueles a quem fora concedida a cidadania romana) e sem insígnias reais, parece concentrar em uma amálgama duas situações distintas, para, de forma «impressionista», melhor demonstrar *quanto opere dilectus sit*, como diz Gascou, 1984, 232-8; 240-1.

3. TRATAMENTO DA VIDA PRIVADA

3.1. Rubricas descritivas

Tal como fizera para César (*Jul.* 44.4), Suetónio, para tornar mais clara a organização *per species*, recorre a uma *partitio* ou *diuisio*²¹, de forma a resumir o que expôs anteriormente e introduzir o que se segue (*Aug.* 61.1) – a vida privada²²: família, costumes e hábitos até ao final da vida. Conclui que, à parte o amor por Lívia (*Aug.* 62.2: *dilexitque et probauit unice ac preserueranter*), Augusto foi uma vítima da *Fortuna*, que lhe defraudou a alegria e a esperança na descendência e na disciplina da casa (*Aug.* 65.1: *sed laetum eum atque fidentem et subole et diciplina domus Fortuna destituit*; a mesma ideia em Tácito, *Ann.* 3.24.2), com o opróbrio da filha e da neta, as duas Júlias, a quem se viu obrigado a exilar, e a morte dos netos. Ao referir os desmandos de Júlia, Suetónio não explora a questão política da desobediência a leis, que Augusto impusera com grande oposição (*Aug.* 34.1)²³; não presta atenção às acções das mulheres em si mesmas; não discute a veracidade das afirmações, nem condena os comportamentos. Mantém-se centrado nas reacções de Augusto (Vidén, 1993, 85), daqui resultando a exploração dramática do sofrimento de um pai incapaz de suportar a desonra dos filhos (*Aug.* 65.2):

Aliquando autem patientius mortem quam dedecora suorum tulit. Nam C. Lucique casu non adeo fractus, de filia absens ac libello per quaestorem recitato notum senatui fecit abstinuitque congressu hominum diu prae pudore, etiam de necanda deliberauit. Certe cum sub idem tempus una ex consciis liberta Phoebe suspendio uitam finisset, 'maluisse se' ait 'Phoebes patrem fuisse'.

Suportava bem melhor a morte dos seus do que o opróbrio. De facto, a tragédia de Gaio e de Lúcio não o quebrou tanto; sobre a filha, informou o senado sem comparecer e serviu-se de um libelo lido por um questor e longo tempo se absteve, por vergonha, do convívio dos homens; e chegou mesmo a ponderar a morte dela. Certo é que, pela mesma altura, como uma das cúmplices, a liberta Febe, pôs termo à vida por enforcamento, ele declarou que 'teria preferido ser o pai de Febe'.

O mesmo acontece com a obscura *abdicatio* e exílio de Agripa, filho póstumo de Agripa e de Júlia, pouco tempo antes adoptado por Augusto, juntamente com Tibério. Suetónio transmite, sem comentários, a razão oficial: o *ingenium sordidum ac ferox* de Agripa (*Aug.* 65.1 e 65.4). Mas não fica claro por que razão Suetónio diz que Agripa, no exílio, foi entregue a uma guarda de soldados e Augusto tratou, mediante um decreto do senado, de perpetuar o exílio na ilha. A excessiva segurança faz o leitor suspeitar de que haveria outras razões ligadas à sucessão dinástica. Se houve

21. Recurso retórico introduzido por Hortênsio na oratória romana, segundo nos diz Cícero (*Brut.* 302; cf. *Div. Caec.* 45; *Inv.* 1.31); usado por vários escritores latinos, entre os quais Cícero, e presente já na biografia antiga, no *Epaminondas* (*Ep.* 1.4) de Cornélio Nepos, como também na *Ciropedia* (1.1.6) de Xenofonte e no *Evágoras* (22) de Isócrates. Segundo Townend, 1967, 84-7, é o método do gramático transformado em biógrafo. Vide Wallace-Hadrill, 1984, 44-9; Lewis, 1991, 3663-4; Warmington, 1999, ix.

22. *Quoniam qualis in imperis ac magistratibus regendaque per terrarum orbem pace belloque re p. fuerit, exposui, referam nunc interiorem ac familiarem eius uitam quibusque moribus atque fortuna domi et inter suos egerit a iuuenta usque ad supremum uitae diem.* A partir de *Iul.* 44.4 e *Aug.* 61.1, estabelece-se a distinção entre vida pública e vida privada. Mas esta separação está longe de ser absoluta e fica diluída na oposição entre virtudes e vícios, como sugere Cizek, 1977, 62-64. Vide Wardle, 1994, 27.

23. Quanto a uma possível teoria da conspiração, Southern, 1998, 179, não acredita que Júlia fosse castigada por estar envolvida, juntamente com os amantes, numa conjura contra Augusto, mas pela questão moral. De opinião contrária se mostra Néraudau, 1996, 227-31, pois Júlia reunia à sua volta um grupo de potenciais agitadores: Iúlio António, filho sobrevivente de António e Fúlvia, mais tarde condenado à morte; Semprónio Graco e Cipião, sobrinho de Escríbónia.

24. Vide ainda Levick, 1972, 674-97; Southern, 1998, 186 e n. 7 pp. 253-4.

conspiração, não ficou provada. Mas Lúcio Audásio e Asínio Epicado tinham um plano para a evasão de Agripa e Júlia e para os apresentar aos exércitos (*Aug.* 19.2): provavelmente seriam os executores de uma intentona, a que talvez Escríbónia, que acompanhara a filha Júlia no exílio, não fosse alheia (como sustenta Néraudau, 1996, 250²⁴). Ainda mais obscuro é o exílio da neta, impedida até de reconhecer e educar o filho que lhe nasceu depois da condenação (*Aug.* 65.4)²⁵: permanece o mistério desta tripla tragédia. O facto de Suetónio, por força da exposição *per species*, tratar em conjunto os três destinos contribui para aumentar o *pathos*. O sofrimento do monarca é também explorado a propósito das traições dos amigos, como o processo de Cornélio Galo, o malogrado perfeito do Egipto, de quem chora a sorte (*Aug.* 66.2: *'quod sibi soli non liceret amicis, quatenus uellet, irasci'*), «porque só a ele não era permitido irritar-se com os amigos até onde quisesse»; mas também da susceptibilidade de Agripa, que, por causa da alegada preferência para com Marcelo, se retira para Mitilene, e da indiscrição de Mecenas, que contou à esposa segredos de estado (*Aug.* 66.3).

A *Vida* torna-se burlesca quando é o próprio Augusto a quebrar as leis que propusera. De facto, esta *Vida* parece balançar entre a tragédia e a comédia (Néraudau, 1996, 26-8). A *uariorum dedecorum infamia* de Augusto é apresentada de forma jocosa. A acusação de efeminado e de se prostituir a César e a Hircio é feita por Sexto Pompeio, Marco António e Lúcio António²⁶. Percebe-se que são *topoi* da invectiva política romana, retirados do contexto político e integrados na construção do carácter do biografado.

Do mesmo modo, os inegáveis adultérios de Augusto, justificados como meio eficaz de espionagem, são exemplificados com acusações de António, retiradas do contexto da polémica, a terminar com a transcrição de uma carta de António que serve o propósito de informar o leitor, no que diz respeito às amantes de Augusto, e o do humor, que resulta da franqueza da linguagem, por recurso a termos obscenos (*Aug.* 69.2). Não está em causa a motivação destas acusações — trata-se de um contra-ataque de António perante a acusação de imoralidade, devido à sua ligação a Cleópatra e repúdio de Octávia (cf. Southern, 1998, 92-3) —, mas o contributo que trazem para o conhecimento da vida sexual de Augusto. Também a *vox populi* vem reprovar, com versos cómicos, um sacrílego «festim dos doze deuses», em que Augusto se vestiu de Apolo, bem como a sua apetência por vasos coríntios e o vício do jogo dos dados (*Aug.* 70.1-2)²⁷. Os piores governantes são libidinosos e exercem a sua tirania também no domínio sexual: através do abuso de matronas, dos incestos, que lembram as uniões dos monarcas egípcios, através da sodomia e do sadismo. Mas a colocação da rubrica da vida sexual do imperador na estrutura da biografia fornece a chave de leitura: no caso de Augusto, como no de César, a rubrica integra-se, como se vê pelo conteúdo da *diuisio* que a antecede, na descrição da vida privada (*Aug.* 61.1, cf. *Iul.* 44.4), o que lhe dá uma aparência mais objectiva e neutral. Com Vespasiano, é dissimulada na descrição da vida diária (*Ves.* 21). Já para Tibério, a rubrica dos comportamentos sexuais é colocada entre os *cuncta simul uitia male diu dissimulata* (*Tib.* 42 ss); para Calígula, na descrição do *monstrum* (*Cal.* 22 ss); para Nero, entre os *probra ac scelera* (*Nero* 19.3 ss) — uma apresentação subjectiva, que pressupõe um julgamento moral desfavorável à partida.

O próprio Augusto refuta a acusação de ser efeminado, com a *castitas*, e a de gostar da sumpuosidade, com o desprendimento. Mas Suetónio quer desculpar Augusto também do adultério e do vício do jogo: o abuso da mulher de um cônsul, à frente do marido (*Aug.* 69.1), não é apresentado

25. Graves seriam as acusações para suportar os vinte anos de exílio que refere Tácito, *Ann.* 4.71.4. O marido, Lúcio Emílio Paulo, foi acusado de conspiração (*Aug.* 19.1) e não se lhe conhece o destino; a filha dela, Emília Lépidia, casada com Cláudio, foi repudiada ainda virgem, *quod parentes eius Augustum offenderant* (*Cl.* 26. 1), sem se especificar o tipo de ofensa.

26. O povo entende como referido a Augusto o verso dito em cena a propósito de um sacerdote de Cibele que tocava tambor frígio: *'Videsne, ut cinaedus orbem digito temperat?'* (*Aug.* 68). A graça resulta do equívoco de *orbe*, entendido como o «círculo do tambor» e o «globo da terra». A referência aos *Galli*, sacerdotes castrados de Cibele, como *cinaedi* é um *topos* da comédia e da poesia epigramática.

27. Os jogos de azar estavam proibidos em Roma, excepto durante as Saturnais; cf. Néraudau, 1996, 113-14.

com a gravidade que assume quando atribuído ao *monstrum* Calígula (*Cal.* 25.1 e 36.2; cf. Baldwin, 1983, 245). E entre a apresentação dos vícios (sodomia, adultérios, sumptuosidade, vício do jogo) e a refutação (sodomia, sumptuosidade, adultérios, vício do jogo), a alteração da ordem (adultérios, sumptuosidade/sumptuosidade, adultérios) visa uma desculpabilização que deixa para o final, como menores, os que não podem ser refutados: o adultério e o vício do jogo (71.1). Suetônio apresenta-os mesmo, contraditoriamente, como boatos (*ut ferunt... aleae rumorem*) que acaba por confirmar, na tentativa de os minorar: a luxúria é desdramatizada com a complacência de Lívia, pois diz-se que esta lhe forneceria virgens para ele desflorar (*Aug.* 71.1; Dión Cássio, 58.2.5, diz que Lívia soube conservar o marido, porque teve a inteligência de tolerar as estroinices dele); o vício do jogo, com a franqueza de Augusto que «de nenhum modo recebeu o boato e jogou sinceramente e às claras para se distrair», e confessava em cartas a Tibério e a Júlia que era apaixonado pelo jogo dos dados (*Aug.* 71. 2-3). A desculpabilização é reforçada, logo a seguir, pelo exemplo (*Aug.* 72.1: *in ceteris partibus uitae continentissimum constat ac sine suspicione ullius uitii*): «Na restante parte da vida, consta que foi muito sóbrio e sem suspeita de outro vício». Nesta altura da *Vida*, o biógrafo já não quer acentuar os traços negativos. É de moderação o longo retrato fornecido a seguir (72-78).

Começa a emergir a imagem divina, sugerida pelo rubrica relativa à aparência física, não só pela sua *forma eximia*, resistente ao tempo (*Aug.* 79.1: *forma fuit eximia et per omnes aetatis gradus uenustissima, quamquam et omnis lenocinii negligens*), mas sobretudo pela serenidade do rosto que demove um assassino; pelo *quiddam diuini uigoris* do olhar, que faz baixar os olhos dos interlocutores, e pela *commoditas et aequitas membrorum* que o fazem parecer maior²⁸, e que lembram o seu deus tutelar, Apolo (*Aug.* 79.2-3; cf. Grimal, 1986, 734)²⁹. Parece haver uma tensão entre a deificação da imagem, que já estava na tradição (Martin, 1991, 56; Néraudau, 1996, 23), e o realismo do biógrafo. Suetônio compõe primeiro o retrato físico do deus (79) e depois o do homem com as suas enfermidades (80-82).

É o momento de Suetônio introduzir, em tom laudatório, a actividade intelectual de Augusto: o cultivo da eloquência e os estudos liberais (84-89), apanágio dos bons imperadores. Nesta rubrica se espelham as tendências estilísticas de Suetônio, porquanto sugere razões para a sua adesão implícita ao *genus eloquendi elegans et temperatum* de Augusto (*Aug.* 86), demarcando-se de duas tendências principais de seu tempo: o aticismo arcaizante, e o asianismo da nova moda, cultivada por Séneca e pela escola de Lucano³⁰. Augusto evita as *sententiarum ineptiae*, a *concinnitas* e os *recondita uerba*; acusa quer os *cacozeli* quer os *antiquarii* de caírem em vícios contrários entre si; censura Mecenas pelo que chama *myrobrechis cincinni*; reprova a Tibério a busca de *exoletae et reconditae uoces*; ataca António por escrever *quae mirent potius homines quam intellegant*. Como observa D'Anna (1954, 94-5), nenhum outro imperador merece a Suetônio uma análise tão precisa e tão extensa em relação ao estilo.

A rubrica da *religio* permite mostrar o respeito de Augusto pelos deuses, o favor que ele obtém deles, bem como a sua natureza sobre-humana. Procura demonstrar que muitos êxitos passados se deveram a protecção divina e à observância dos sonhos e presságios, como na batalha de Filipos: aconselhado pelo sonho de um amigo a deixar a tenda onde pretendia ficar, salva-se, pois o campo e a sua tenda foram assaltados (*Aug.* 91.1-2). Em relação aos cultos estrangeiros, manifesta respeito reverente pelas práticas religiosas *ueteres ac praeceptae*, como os mistérios de Elêusis, e desprezo pelas restantes (boi Ápis, judaísmo) (*Aug.* 93).

28. Suetônio, *Aug.* 79.2, nota, com um *tamen*, a contradição entre *statura breuis*, e os cinco pés e três quartos (1.70m) indicados por Júlio Máximo, biógrafo de Augusto.

29. Para Martin, 1991, 53, os sinais corporais em forma da ursa (*Aug.* 80), em paralelo com os sinais de sua mãe Ácia, apresentados mais à frente, contribuem para a formação do mito.

30. Censura o estilo de Tibério, que era obscurecido pela *adfectatio et morositas nimia* (*Tib.* 70.1). Suetônio coloca-se entre as duas tendências: o estilo que Asínio Polião e Augusto aconselham, e que Cícero atribui a César (*Jul.* 55): *... atque [Cicero ad Brutum] eum [scil. Caesarem] elegantem, splendidam quoque atque etiam magnificam et generosam quodam modo rationem dicendi tenere*. Apesar de admirador de Cícero, Suetônio não segue na forma o Arpinate: prefere um estilo simples, claro e eficaz. Vide D'Anna, 1954, 94-111; Della Corte, 1967, 36-9; Cizek, 1977, 14-20.

Este retrato do *religiosus* respeitador da tradição romana serve de pretexto para relatar os prodígios que marcaram, como predestinada, a vida de Augusto. E a organização *per species* adquire aqui o aspecto de uma longa (94-97) analepse que recupera momentos importantes desde o início da vida, e mesmo antes de esta ter início (*Aug.* 94.1), analisados numa óptica sobrenatural, acompanhados dos respectivos sinais. Augusto aparece, na perspectiva messiânica, como um rei esperado, cuja vinda foi profetizada desde tempos antigos (*Aug.* 94.2-3) e a sua concepção é associada a Apolo (*Aug.* 94.4)³¹:

In Asclepiadis Mendetis Theologumenon libris lego, Atiam, cum sollemne Apollinis sacrum media nocte uenisset, posita in templo lectica, dum ceterae matronae dormirent, obdormisse; draconem repente irrep-sisse ad eam pauloque post egressum; illam expergefactam quasi a concubitu mariti purificasse se; et statim in corpore eius extitisse maculam uelut picti draconis nec potuisse unquam exigi, adeo ut mox publicis balineis perpetuo abstineret; Augustum natum mense decimo et ob hoc Apollinis filium existimatum. Eadem Atia, prius quam pareret, somniauit intestina sua ferri ad sidera explicarique per omnem terrarum et caeli ambitum. Somniauit et pater Octauius utero Atiae iubar solis exortum.

Leio nos 'livros da dissertação sobre a natureza divina' de Asclepiades de Mendes que Ácia tinha vindo a uma cerimónia solene de Apolo a meio da noite, e, depois de colocada a liteira no templo, enquanto as restantes matronas dormiam, se deixou também adormecer; que, de súbito, uma serpente rastejou até junto dela e pouco depois se retirou; que ela, depois de acordar, se purificou, como se viesse da união carnal com o marido; e que imediatamente no corpo dela apareceu uma marca, como uma serpente tatuada, e que nunca mais a conseguiu retirar, a ponto de, depois, se abster dos banhos públicos para o resto da vida; que no décimo mês nasceu Augusto e, devido àquele acontecimento, foi considerado filho de Apolo. A mesma Ácia, antes de dar à luz, sonhou que as suas entranhas eram elevadas aos astros e se estendiam a toda a volta da terra e do céu. Também o pai, Octávio, sonhou que do ventre de Ácia saía a luz do sol.

Trata-se de um *topos* da concepção divina de vários heróis, entre os quais Alexandre Magno (Plutarco, *Alex.* 2.6-3.2)³². Muitos outros prodígios se seguem ao longo da sua vida prognosticando um destino grandioso. A crença nestes prodígios confere a Augusto uma sabedoria oracular (96), o conhecimento prévio do desenlace de todas as guerras: entre outras, na batalha de Filipos, o próprio fantasma de César anuncia a vitória (*Aug.* 96.1)³³; e em Áccio dá-se a subtilidade de lhe aparecer ao caminho um burriqueiro chamado Êutico («afortunado») com um burro de nome Nícon («vencedor»), aos quais erigiu depois um grupo escultórico (*Aug.* 96.2; vide Néraudau, 1996, 138; Manfredini, 1986, 481-3). Os prodígios são mistificação da propaganda política, mas Suetônio não mostra ceticismo. Esta lista de sinais prepara a apoteose de Augusto.

3.2. O género de morte: o *mimus vitae*

O relato da morte é introduzido pelos presságios que a anunciam (*Aug.* 97.1), sinais que indicam inclusivamente a Augusto a data da sua própria morte (97). Os bons imperadores são premiados por Suetônio com mortes dignas. E os últimos dias de Augusto são uma espécie de retiro: a preparação pessoal e familiar para o trespasse. No contexto da viagem para a Campânia (para acompanhar até Benevento Tibério, que estava de partida para a Ilíria), Suetônio insere um episódio que significa o reconhecimento do orbe ao poder de Augusto (*Aug.* 98.2):

31. Cf. Dión Cássio 45.1. Apolo é o oposto de Dioniso, a quem António está ligado, cf. Néraudau, 1996, 121.

32. Vide Lorsch, 1997, 790-9; Martin, 1991, 329-30. Para outros heróis foi usado o mesmo *topos*: do lado grego, Arístomenes e Arato (Pausânias, 4.14.4-7); do lado romano, Cipião, o Africano (Tito Lívio, 29.19.6; Sílio Itálico, 13.634-644; Aulo Gélio, 6.1-5).

33. Em Dión Cássio, 47.41.2, o fantasma não anunciou a vitória, mas que a batalha se travaria no dia seguinte. Parece que Suetônio transformou em presságio de vitória a visão do tessálio, a fim de provar a sua tese de 96.1: *Quin et bellorum omnium euentus ante praesensit*. Cf. Gasco, 1984, 181-2.

Forte Puteolanum sinum praeteruehenti uectores nautaeque de nauī Alexandrina, quae tantum quod appulerat, candidati coronatique et tura libantes fausta omina et eximias laudes congesserant: 'per illum se uiuere, per illum nauigare, libertate atque fortunis per illum frui'.

Quando atravessava, um dia, a baía de Putéolos, os passageiros e os tripulantes de um navio de Alexandria, que acabara justamente de aportar, vestidos de branco e coroados com grinaldas, não só lhe ofereceram incenso, como também o cumularam de bons augúrios e de extraordinários louvores: 'Por ele viviam, por ele navegavam; da liberdade e da felicidade por ele fruía'.

Trata-se aparentemente de uma cerimónia litúrgica, pelo aparato (roupas, flores, incenso) e pelo ritmo da invocação: provavelmente, a expressão de um credo religioso e político que retoma um tema recorrente da propaganda augustana: a paz universal e a segurança dos mares (e que parece subentender a assimilação do príncipe a Júpiter, como causa última, conforme sugere Rocca-Serra, 1974, 671-80). O seu culto estende-se ao Oriente, onde a divinização era mais facilmente reconhecida. No ambiente campano, em que passa os últimos dias, opera-se a síntese entre a cultura helénica e romana, simbolizada na narrativa por uma permuta simbólica de vestuário e de língua entre gregos e latinos, por sugestão do «monarca», bem como pela assistência deste ao costume grego dos jogos dos efebos de Cápreas. Nesta ilha são passados dias de descontração na companhia de amigos, Lúvia e Tibério, este de partida para a Ilíria.

A longa conferência secreta que entabula com Tibério (mandado regressar com urgência), a sua última actividade oficial, cria algum mistério na passagem do testemunho e gera alguns rumores sobre a intervenção de Lúvia na transmissão do poder, que Suetónio omite, para não perturbar a perfeição desta morte³⁴. A posição de Tibério como sucessor parecia nessa altura tão segura, que talvez não se justificassem tais cuidados (como salienta Carter, 1986, 204)³⁵, mas, por outro lado, podia existir sempre o perigo de alguma revolta³⁶. De resto, há que pensar que a situação era inusitada, pois não havia precedentes para tal sucessão. Mas tais reflexões não ocupam o biógrafo. O relato do último dia assemelha-se ao da morte de um sábio (*Aug.* 99-100.1):

Supremo die identidem exquirens, an iam de se tumultus foris esset, petito speculo capillum sibi comi ac malas labantes corrigi praecepit et admissos amicos percontatus, 'ecquid iis uideretur mimum uitae commode transegisse', adiecit et clausulam: ἐπεὶ δὲ πάνυ καλῶς πέπαισται, δότε κρότον/καὶ πάντες ἡμᾶς μετὰ χαρᾶς προπέμψατε. Omnibus deinde dimissis, dum aduenientes ab urbe de Drusi filia aegra interrogat, repente in oculis Lúviae et in hac uoce defecit: 'Lúvia, nostri coniugii memor uiue ac uale!' Sortitus exitum facilem et qualem semper optauerat. Nam fere quotiens audisset cito ac nullo cruciatu defunctum quempiam, sibi et suis εὐθανασίαν similem – hoc enim et uerbo uti solebat – precabatur. Vnum omnino ante efflatam animam signum alienatae mentis ostendit, quod subito pauefactus a quadraginta se iuuenibus abripi questus est. Id quoque magis praesagium quam mentis deminutio fuit, siquidem totidem milites praetoriani extulerunt eum in publicum. Obiit in cubiculo eodem, quo pater Octauius, duobus Sextis, Pompeio et Apuleio, cons. XIII. Kal. Septemb. hora diei nona, septuagesimo et sexto aetatis anno, diebus V et XXX minus.

No derradeiro dia, enquanto perguntava sem cessar se havia agitação lá fora por causa dele, depois de pedir um espelho, mandou pentear os cabelos e compor as maçãs do rosto descaídas e perguntou aos

34. Tácito (*Ann.* 1.5.3-4) afirma que Tibério já tinha chegado à Ilíria e teria sido chamado por uma carta urgente de Lúvia; além disso, deixa a suspeita de que quando ele chegou a Nola, Augusto já teria morrido havia vários dias, e que Lúvia mantivera a sua morte em segredo para assegurar a sucessão ao filho.

35. Pode até acontecer, como suspeita este autor, que Suetónio estivesse a corrigir deliberadamente a afirmação da Tácito, cuja obra tinha sido publicada escassos anos antes.

36. Havia Agripa Póstumo, o neto que Augusto mandara exilar a pretexto de que tinha um carácter intratável, e que foi eliminado de forma suspeita na mesma altura (cf. *Tib.* 22).

amigos que recebera se por acaso lhes parecia que tinha representado bem o mimo³⁷ da vida; e acrescentou a fórmula de remate: 'Já que foi muito bem representado, dêem-me o vosso aplauso/e todos, com alegria, deixem-me partir à frente'. Em seguida, depois de os despedir a todos, enquanto interroga os que chegam da cidade sobre a doença da filha de Druso, desfalece subitamente, entre os beijos de Lúvia, com estas palavras: 'Lúvia, vive na lembrança da nossa união, e adeus!' Coube-lhe em sorte ter um fim fácil, como sempre desejara. De facto, quase sempre que ouvia dizer que alguém tinha morrido sem qualquer sofrimento, formulava logo os votos para si e para os seus de uma semelhante *euthanasia* – pois era este o termo que costumava usar. Foi somente um o sinal de confusão mental que mostrou antes de exalar o último suspiro, pois se lamentou aterrorizado de que era arrebatado por quarenta jovens. Além disso, o dito foi mais um presságio do que uma falha da mente, já que foi esse mesmo o número de soldados pretorianos que o carregaram para o espaço público. Morreu no mesmo quarto que o seu pai Octávio, no consulado de dois Sextos, Pompeio e Apuleio, no décimo quarto dia antes das calendas de Setembro, pela hora nona, com a idade de setenta e seis anos menos cinco dias.

Para a história fica aquela cláusula de comédia ou mimo com que Suetónio faz Augusto fechar a sua própria vida. Augusto gostava de comédia (sobretudo a antiga: cf. *Aug.* 89.1), e serve-se de uma fórmula que, embora o texto esteja muito corrupto nos manuscritos³⁸, parece ser o fecho de um mimo³⁹. Poderá ser uma improvisação do próprio imperador, que tinha facilidade em compor versos em grego (*Aug.* 98.4; Kessissoglu, 1988, 385-8). Se foi um dito real do imperador, pode nem ter sido pronunciado no momento derradeiro, mas apenas integrado nesse contexto pela tradição.

Augusto parece sugerir que toda a sua vida foi uma representação⁴⁰, pelo que mantém a *mise-en-scène* até ao último momento, como se há muito tivesse preparado este final (Néraudau, 1996, 8-9). No entanto, a associação da vida de Augusto a um mimo não implica (também pelo facto de ser assumida pela personagem) reprovação por parte de Suetónio (como acontecerá em outros casos), mas a constatação de que a vida deste homem foi a representação realista, com aspectos bons e maus, ainda que o bem superasse o mal, e, por isso, merecesse aplauso⁴¹.

É significativo que Suetónio, apesar da propensão para as versões mais escandalosas, não sugira qualquer indício de assassinio, como faz Tácito e Díon Cássio⁴², ou porque não acredita nessa possibilidade, ou para não macular a morte de Augusto, que deveria ser modelar. Além disso, esta morte é mais um elemento na construção do mito.

Em suma, quando, passados mais de cem anos sobre a morte de Augusto, Suetónio escreve a sua *Vida*, o *princeps* pertence ao domínio da lenda, atingiu proporções sobrenaturais. Suetónio apresenta os factos conhecidos, reinterpretados à luz da divindade. É a singularidade de reencontrar o deus, de modo paradoxal, no mortal, com os seus defeitos. Octávio, como Júlio César, representava-se, desde o início, como um predestinado (Grimal, 1986, 729-38). A transformação do jovem cruel no príncipe magnânimo tem, pelo notável contraste, um efeito positivo: se na primeira parte da

37. Optamos aqui, por nos parecer que faz mais unidade de sentido com o subsequente e pelo paralelo com Díon Cássio (56.30.4), pela lição *mimum*, P2 (*Beroaldus*), em vez de *mi[ni]mum* da ed. de Ihm.

38. A fórmula, segundo Monaco, 1970, 255-73, é retirada da comédia *nea* (na antiga não existia) e imitada pelos autores latinos da *palliata*.

39. Fornaro, 1988, 162, considera mais provável que se trate de uma *clausula mimi*, improvisada pelo próprio Augusto, como complemento irónico da associação da sua vida a um mimo. Sobre o sentido de humor de Augusto, vide Southern, 1998, 136

40. Segundo Néraudau, 1996, 41-2, o argumento do mimo é a mitificação que Augusto assumiu através de todas aquelas histórias prodigiosas que circulavam sobre si mesmo desde a sua concepção.

41. Fornaro, 1988, 155-67, defende que a cláusula teatral é metáfora ética que expressa a consciência do dever cumprido e não tem, em Suetónio, o sentido pejorativo de hipócrita «farsa da vida», que lhe tem sido dada pelos intérpretes do biógrafo latino (e por Díon Cássio, 56.30.4), mas equivale a uma representação sem máscara.

42. Com efeito, Tácito (*Ann.* 1.5.4) menciona o rumor da responsabilidade de Lúvia na morte de Augusto. E Díon Cássio (56.30.2) sugere que Lúvia lhe teria dados figos envenenados, o que, *mutatis mutandis*, parece um decalque da narrativa sobre a morte de Cláudio. Vide Martin, 1955, 123-28; Questa, 1959, 41-55; Martin, 1991, 350-52.

vida há elementos que geram um sentimento altamente desfavorável ao jovem Octávio, devido à sua crueldade, com o decorrer dos capítulos sobre uma governação eficaz, sobre a clemência e a modéstia, o leitor vai esquecendo os erros e experimenta admiração pelo fundador do novo Estado. Depois de dar a sua adesão, o leitor é convidado a dar a sua simpatia: é levado a experimentar compaixão pelos numerosos infortúnios do imperador, também elencados por Plínio (*Nat.* 7.46). Pretende-se, pois, *delectare e mouere*, mas também *docere*: não se trata apenas de arte pela arte, mas está implícito um ideal imperial que o biógrafo reforça através da sua organização dos acontecimentos; e Augusto torna-se modelo para muitos imperadores. Mas também fica claro que as *Vidas*, para serem entendidas e apreciadas, têm de ser lidas continuamente, como género autónomo da história, sob pena de parecerem uma «manta de retalhos», acusação injusta de que o biógrafo é frequentemente vítima por quem lhe dedica uma abordagem esparsa, apenas como fonte histórica.

BIBLIOGRAFIA

- BALDWIN, B. (1983): *Suetonius*, Amsterdam.
- BENARIO, H. W. (1975): «Augustus princeps», *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt* II.2, Berlin, pp. 75-85.
- BRADLEY, K. R. (1991): «The imperial ideal in Suetonius' Caesares», *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt* II.33.5, Berlin, pp. 3701-3732.
- BRANDÃO, J. L. (2009): *Máscaras dos Césares. Teatro e moralidade nas Vidas suetonianas*, Coimbra.
- BRANDÃO, J. L. (2012): *Vidas de Galba e Otão*, Coimbra.
- CARTER, J. M. (2012): *Suetonius: Divus Augustus*. Edited with Introduction and Commentary, Bristol.
- CIZEK, E. (1977): *Structure et idéologie dans les Vies des douze Césars de Suétone*, Paris.
- D'ANNA, G. (1954): *Le idee letterarie di Suetonio*, Firenze.
- DELLA CORTE, F. (1967): *Svetonio eques Romanus*, Firenze.
- FORNARO, P. (1988): «Una vita senza maschera, Suet. Aug. xcix, 1», *Civiltà Classica e Cristiana* 9, Genova, pp. 155-167.
- FRANCO, C. (1989): «Il lungo sonno di Ottaviano», *Studi Classici e Orientali* 39, Pisa, pp. 257-264.
- GASCOU, J. (1984): *Suétone historien*, Paris.
- GOLDSWORTHY, A. (2014): *Augustus. From revolutionary to Emperor*, London.
- GRIMAL, P. (1986): «Suétone historien dans la Vie d'Auguste», *Rome. La littérature et l'histoire* 2, Paris/Roma, École Française de Rome, II, pp. 729-738.
- KESSISSOGLU, A. I. (1988): «Mimosyne vitae», *Mnemosyne* 41, Leiden, pp. 385-388.
- LEVICK, B. (1972): «Abdication and Agrippa Postumus», *Historia* 21, Stuttgart, pp. 674-697.
- LEWIS, R. G. (1991): «Suetonius' Caesares and their literary antecedents», *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt* II.33.5, Berlin, pp. 3623-3674.
- LORSCH, R. S. (1997): «Augustus' conception and the heroic tradition», *Latomus* 56, Bruxelles, pp. 790-799.
- MANFREDINI, M. (1986): «L'asinaio di Azio», *Annali della Scuola Normale Superiore di Pisa* 16, Pisa, pp. 481-483.
- MARTIN, R. (1991): *Les douze Césars: du mythe à la réalité*, Paris.
- MARTIN, R. H. (1955): «Tacitus and the death of Augustus», *Classical Quarterly* 49 (5, new ser.), Cambridge, pp. 123-128.
- MCDERMOTT, W. C. (1972): «Suetonius and the second proscription», *Gymnasium* 79, Berlin, pp. 495-499.
- MONACO, G. (1970): «Spectatores, plaudite», *Studia Florentina A. Ronconi oblata*. Roma, Ateneo, pp. 255-273.
- NÉRAUDAU, J. P. (1996): *Auguste. La brique e le marbre*, Paris.
- PICÓN GARCÍA, V. 1984: «Superstitio, un indicio de la romanidad de Suetonio», *Apophoreta philologica E. Fernández-Galiano oblata, Estudios Clásicos: Organo de la Sociedad Espanola de Estudios Clásicos* 26, Madrid, pp. 323-328.
- QUESTA, C. (1959): «La morte di Augusto secondo Cassio Dione», *La Parola del Passato: Rivista di Studi Antichi* 14, Napoli, pp. 41-55.
- ROCCA-SERRA, G. (1974): «Une formule culturelle chez Suétone (Divus Augustus, 98,2)», *Mélanges de Philosophie, de Littérature et d'Histoire Ancienne offerts à P. Boyancé*, Rome, pp. 671-680.

- ROLFE, J. C. (1913): *Suetonius I*, Cambridge (reimpr. de 1979).
- SALMON, E. T. 1956: «The evolution of Augustus' principate», *Historia* 5, Stuttgart, pp. 456-478.
- SOUTHERN, P. (1998): *Augustus*, London.
- TIMONEN, A. (1993): «Emperors ars recusandi in biographical narrative», *Arctos. Acta Philologica Fennica* 27, Helsinki, pp. 133-148.
- TOWNEND, G. B. (1967): «Suetonius and his influence», in T. A. Dorey, ed. *Latin biography*. London, pp. 79-111.
- VIDÉN, G. (1993): *Women in Roman literature. Attitudes of authors under the early empire*, *Acta Universitatis Gothoburgensis*, 65-90, Gotëborg.
- WALLACE-HADRILL, A. (1984): *Suetonius. The scholar and his Caesars*, New Haven.
- WARDLE, D. (1994): *Suetonius' Life of Caligula. A commentary*, Bruxelles.
- WARDLE, D. (2012): «Suetonius on Augustus as god and man», *The Classical Quarterly* 62, pp. 307-326.
- WARMINGTON, B. H. (1999): *Suetonius Nero. text, with intr. & notes*, Bristol.

(OS) MITOS DO SÉCULO DE AUGUSTO

VIRGÍNIA SOARES PEREIRA

(Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho – CEHUM, Braga)

As celebrações do bimilenário da morte de Augusto, às quais a cidade de Braga em boa hora se associou, convidam-nos a evocar esta figura extraordinária, cuja excepcionalidade não deixa ninguém indiferente e se tornou verdadeiramente mítica. De facto, dificilmente se encontrará na história do Ocidente um período e uma personalidade que mais profundas marcas tenham deixado do que o século e a figura de Augusto. Todavia, este período único da história, que apaixonou e apaixona todos quantos se abeiram dele no intuito de o compreenderem, está repleto de contradições e ambiguidades, de luzes e sombras que inviabilizam qualquer tentativa de caracterização objectiva e segura. O Século de Augusto viu um projecto de poder pessoal fazer o seu curso, alicerçado na propaganda do regime e em ambiguidades que se tornaram verdadeiros mitos. É de alguns desses mitos que trata o presente estudo.

Antes, porém, convém esclarecer qual a acepção em que aqui é tomada a palavra «mito», que transporta consigo tantas ressonâncias e conotações. Os mitos a que nos referimos são constructos que têm muito de encenação e de simbólico e comportam um propósito claro: exaltar as virtudes de Augusto e do regime que instaurou, deixando na sombra os aspectos mais sombrios da sua actuação e apresentando-o como um exemplo digno de ser imitado, nos planos político, religioso, dos costumes. Segundo a sugestiva definição de C. García Gual (2005, 11): «O termo ‘mito’ aplica-se a algo que parece ser extraordinário, fabuloso, exemplar e memorável, ainda que talvez pouco objectivo, e exagerado, faustoso e falso», algo «que está para lá da realidade bruta, objectiva, dura, empírica e comprovável.»

Num livro que fez época, intitulado precisamente *Le siècle d’Auguste*, e saído em 1970, o historiador Robert Étienne analisa o Século sob quatro prismas: o das ambiguidades, o dos mitos, o das realidades e o das felicidades do século. Relativamente aos mitos, documenta como foram postas a circular inúmeras inverdades (como agora se diz), que serviram a causa da propaganda augustana, nomeadamente o mito das virtudes de Augusto e o mito da eterna juventude do *princeps*. O povo romano estava cansado de guerras e desejava uma renovação, e um salvador. De acordo com R. Étienne (1970, 29): «Os mitos da sua natureza excepcional, da juventude e da paz passaram a habitar os espíritos e os corações que desejavam usufruir do reino do melhor.»

AMBIGUIDADES E MITOS DO SÉCULO DE AUGUSTO

Não subsistem dúvidas quanto à imagem que Augusto quis deixar de si próprio, bem diferente da que transmitiram os textos propagandísticos dos seus adversários políticos. Yavetz (1984, 1) considera que Augusto teve de reagir a rumores que davam dele uma imagem negativa, bem prejudicial a quem queria progredir na sua vida política. Começou por fazê-lo na Autobiografia (dedicada a Mecenas e Agripa) e depois, e em especial, nas *Res Gestae*, que apagam toda e qualquer referência aos seus opositores, como se não tivessem existido. No entender de R. Étienne, a vida e a imagem que o futuro Augusto quis dar de si assentam em três formas de ambiguidade: a ambiguidade do retrato, a ambiguidade dos poderes que se foi arrogando ao longo da vida e a ambiguidade da sucessão.

Começando pelo retrato, isto é, pela imagem física que nos é transmitida por um dos seus biógrafos, Suetónio, observa-se que o futuro imperador é, por um lado, frágil, frequentemente atingido por problemas de saúde que por mais de uma vez quase o levaram à morte, e, por outro, alguém que transmite a imagem de um ser eternamente jovem, um ser que ultrapassa as suas debilidades, alguém que, como o sol, se renova a cada dia e é, por isso, esperança de uma vida eterna. De facto, a sua constituição física era relativamente débil, sujeita a muitas crises de saúde (alergias constantes, problemas de estômago, nervosismo). Mas superou, com ânimo estóico, as dificuldades. Como escreveu Jean-Pierre Néraudau (1996, 50): «L'expérience constante de la maladie, chez un homme public qui doit incarner la force et la durée, implique un effort constant sur soi-même.» Mas Suetónio (*Aug.* 79) não se limita a dar esta imagem de fragilidade e contrapõe: «Era de uma grande beleza e conservou toda a sua graciosidade durante todos os períodos da sua vida. (...) Tinha olhos claros e brilhantes, e parecia fazer crer que havia neles um pouco de energia divina». Assim se fora construindo a imagem de um ser excepcional e se fora cimentando a ideia de uma possível ascendência divina, que a *gens Iulia* não desmentia.

Quanto à ambiguidade dos poderes que se foi arrogando ao longo da vida, Octaviano-Augusto sempre agiu como se respeitasse os valores republicanos, mas na realidade alterando-os a seu gosto, ou apoderando-se a título vitalício, não propriamente de cargos (embora também o fizesse), mas de títulos que significavam prerrogativas excepcionais, e desde sempre admitidas apenas a título excepcional. Em boa verdade, o problema não estava na acumulação de funções, mas sim na duração dos cargos. Assim, exercer durante vários anos sucessivos, como fez, as funções de cônsul constituía uma anomalia no normal funcionamento das instituições políticas. Um exemplo claro desta actuação ambígua no uso dos cargos encontra-se no facto de se ter apropriado das prerrogativas do cargo de *tribunus plebis* sem assumir as funções inerentes ao mesmo; deste modo, ficou detentor da chamada *tribunicia potestas* (poder tribunicio), que se caracteriza pela *sacrosanctitas* (a inviolabilidade do tribuno) e pelo direito de veto (*ius intercessionis*) com que o tribuno se opõe às leis que sejam propostas no Senado e que possam ser lesivas dos interesses do povo. Deste modo, ficava detentor de poderes que ultrapassavam o de qualquer magistrado ou colega. O próprio Augusto deixou nota desta sua posição no cap. 1.34 das *Res Gestae*, no passo em que se afirma igual aos outros em poder (*potestas*), mas superior em autoridade e prestígio (*auctoritas*).

Uma terceira ambiguidade, a da sucessão. No seu começo, o programa augustano não contemplava a ideia de sucessão, tendo, como tinha, o objectivo de restaurar o *mos maiorum* e de devolver ao Senado o normal funcionamento das instituições. Assentava na ideia do *optimus princeps*, cuja *auctoritas* era feita de prestígio pessoal e de qualidades morais, qualidades estas que não se transmitem por sucessão. Mas uma monarquia electiva lançaria de novo o caos na vida política, dilacerada por cerca de 20 anos de guerras civis (Étienne, 1970, 25). Como resolver esta dificuldade? Como assegurar a continuidade do governo protagonizado por uma só pessoa, o *princeps senatus*, como transmitir o seu poder e garantir a sua continuidade, mas mantendo sempre a aparência de legalidade? Seguindo um costume antigo, os Romanos tinham conseguido perpetuar no poder, por longo tempo, verdadeiras famílias 'dinásticas', apesar das eleições anuais dos magistrados,

mediante a adopção e a co-governança. Só separando as funções e atributos do *princeps senatus* das funções e cargos das magistraturas regulares essa continuidade estaria assegurada. Estas renovavam-se através das eleições anuais, aqueles implicavam uma espécie de dote a transmitir ao herdeiro da casa imperial. Assim aconteceu quando, regressado da Hispânia, em 23 a.C., e sentindo-se bastante doente, Augusto percebeu a dificuldade da situação, entregando as pastas do consulado a Calpúrnio Pisão e o seu anel-sinete ao seu general Agripa.

Daí que P. Grimal (1997, 49) afirme: «Continuando a constituição republicana a subsistir, a autoridade de Augusto não deveria integrar-se nela, mas sobrepor-se-lhe». De acordo com este estudioso, o regime que Augusto fundara era uma espécie de diarquia: de um lado, O Senado e o Povo, como no tempo da República; do outro, o Príncipe e a sua casa, exercendo uma função reguladora e de vigilância. Por um lado, as instituições do governo da República continuavam a funcionar, mas, por outro, alguém com prestígio assumia um papel único. No fundo, o que existia era uma aparência republicana numa realidade monárquica (como pensa Ernst Hohl, apud Yavetz, 1984, 24). Assim era Augusto, dissimulado, enigmático, elusivo, imperscrutável, como a esfinge gravada no seu anel-sinete.

A ambiguidade é, pois, uma constante da personalidade de Augusto. E projecta-se no surgimento de mitos. Como tem sido observado, o homem necessita de crenças e de mitos que o liguem ao passado e projectem no futuro a felicidade que os tempos presentes possam não comportar (vd. Étienne, 1970, 29). Augusto compreendeu-o muito bem. Sabia que o povo ansiava um novo tempo, uma renovação que conduzisse às virtudes do passado e constituísse uma promessa de futuro. Uma grande parte do povo romano, cansado de guerras civis, acreditou numa espécie de palingénese do estado, de refundação de Roma, na restituição ou restauração dos velhos costumes, na esperança de um futuro de paz. A propaganda augustana encarregou-se de fazer circular os mitos das virtudes de Augusto e da sua natureza excepcional, o mito da juventude, e o mito da paz, o mito da missão imperial, o mito da liberdade, o mito da divindade imperial (a ascendência divina, as divindades augustas, Augusto, filho do divinizado, o culto imperial; Augusto como mediador entre os homens e os deuses).

Destes mitos, uns são de teor moral (o mito das virtudes augustas é o mais importante), outros de natureza política (os mitos da fundação da cidade, o mito da juventude, o mito da missão imperial, o mito da liberdade), outros ainda de índole religiosa (o mito da divindade imperial e o culto imperial). Moral, política, religião: três pilares nos quais Augusto fez assentar toda a sua propaganda e todo o seu poder.

Começaremos pelo grande mito das virtudes augustanas. Como se sabe, estas virtudes foram identificadas, reconhecidas e «decretadas» pelo Senado romano, no ano de 27 a.C., tendo depois sido gravadas num escudo com o seguinte texto:

SENATVS
POPVLVSQVE ROMANVS
IMP. CAESARI DIVI F AVGVSTO
COS VIII DEDIT CLVPEVM
VIRTVTIS CLEMENTIAE
IVSTITIAE PIETATIS ERGA
DEOS PATRIAMQVE¹

Augusto recorda esse momento tão importante do seu percurso político, dizendo, no § 34.1-2 das suas *Res Gestae*:

¹ Cópia deste texto figura num escudo de mármore encontrado na cidade de Arles; uma imagem deste escudo pode ver-se em Zanker (1992, 121).

No meu sexto e sétimo consulados, depois de ter extinguido a guerra civil, e de ter assumido, por consenso universal, o poder supremo, passei a República, do meu poder para o arbítrio do Senado e do Povo Romano. Por esse motivo, e para me honrar, recebi o título de Augusto por decisão do Senado, e os umbrais da minha casa foram publicamente cobertos de louros, uma coroa cívica foi fixada sobre a minha porta, (...) e colocado na Cúria Júlia um escudo de ouro, que testemunhava, através da inscrição que tinha, que o Senado e o Povo Romano mo concediam devido à minha valentia, clemência, justiça e piedade.²

Neste passo estão recordadas pelo próprio Augusto as quatro virtudes que o Senado nele reconheceu como qualidades: a *uirtus* por excelência (a virtude guerreira, a coragem física e moral), a *pietas* (o respeito pelos deuses e pelos homens), a *clementia* (a misericórdia para com os vencidos) e a *iustitia*.

O primeiro sinal das qualidades do futuro Augusto surgiu quando, ainda jovem, decidiu opor-se a Marco António e enfrentar as suas prepotências e desmandos de toda a natureza. Para tanto teve o apoio do Senado, assustado com o comportamento autocrático de Marco António. O encontro entre ambos deu-se perto de Módena. Octaviano foi o único sobrevivente: os cônsules Hircio e Pansa caíram em combate (e Tácito não deixa de insinuar uma qualquer intervenção de Octaviano neste desfecho) e M. António fugiu. Octaviano regressou a Roma à frente de todas as forças aquarteladas na Itália, dirigiu-se ao Senado e exigiu a sua nomeação como cônsul e ainda a anulação da amnistia aos cesaricidas e a sua condenação à morte (Montanelli, 2002, 188). O Senado recusou, mas Octaviano mandou chamar Lépidio, outro lugar-tenente de Júlio César, enviou-o em embaixada de paz a M. António e constituíram, no ano de 43 a.C., o segundo triunvirato. Seguiram-se as proscricções, que sacrificaram muitas vidas de senadores e, entre estes, a de Cícero. Depois, foi a perseguição implacável aos cesaricidas. Segundo Montanelli (2002, 190): «Em Filipos caíram, com a república, os mais belos nomes que constituíam o seu sustentáculo».

Sublinhe-se, no entanto, que, neste capítulo da *uirtus*, coragem (física ou moral), muitas das vitórias que Octaviano Augusto se arroga a si próprio, nas *Res Gestae*, se ficaram a dever a M. António ou a M. Agripa. Em 37/36, quis enfrentar Sexto Pompeio (que controlava os mares da Sicília e assim dificultava o abastecimento de Roma e da Itália, o que deu aso a desagradados e motins populares) e contou com o auxílio de Marco Agripa, que entendeu reforçar o poder militar no mar, aumentando o número de barcos e fazendo um porto de treino nas imediações de Cumas. O local escolhido era estratégico, mas também duplamente simbólico, como lembra Jean-Pierre Néraudau (1996, 116), pois César Octaviano ia embarcar para acabar com o seu inimigo no mesmo lugar onde há muitos séculos desembarcara o fundador (Eneias). Assim se ia construindo a imagem de Octaviano. Depois de enviar Marco António para o oriente, Octaviano sai do porto de Baías, com a sua frota, poderosa e eficaz, para enfrentar as embarcações de Sexto Pompeio. As forças de Agripa saem vencedoras em Mylae, mas as de César Octaviano sofrem um duro revés ao largo de Tauro-menium. O futuro imperador fica extremamente abatido, crendo que a sua carreira acabaria ali. Mas logo um prodígio lhe devolveu o ânimo. Conta Suetónio que, durante este enfrentamento das tropas de César Octaviano e Sexto Pompeio, quando César, derrotado numa primeira fase do encontro, vai unir-se às forças de Marco Agripa, e quando passava junto à costa, um peixe saltou da água e veio cair a seus pés. Este prodígio anunciava, segundo os intérpretes, que César em breve teria a seus pés aquele que era presentemente o senhor do mar, Sexto Pompeio (vd. Suetónio, *Aug.* 96.4 e Néraudau, 1996, 118). Também na batalha de Áccio, a vitória ficou a dever-se essencialmente a Agripa, embora os louros tenham recaído em absoluto sobre Octaviano.

Mas a sua imagem sempre foi de uma grande ambiguidade. Quem conhece a informação de Tácito (*Anais*, 1.9) respeitante aos juízos dos contemporâneos sobre a actuação de Augusto e aos sentimentos que a sua morte desencadeou junto do povo romano, percebe que assim foi: uns elogiam a

2. Tradução de M. Helena da Rocha Pereira (2010, 122).

sua forma de actuação, as guerras que travou para vingar a morte do pai adoptivo (Júlio César), a acumulação de cargos e honrarias, as circunstâncias políticas («nas quais as leis não tinham então qualquer lugar») que determinaram que ele se encaminhasse para o governo de um só; em contrapartida, outros viam na sua actuação, quase sempre desrespeitadora das leis, sinais de ambição para alcançar o poder absoluto. Sobre o triunvirato firmado entre Octaviano, Marco António e Lépidio, sugere Tácito (*Anais*, I, 10), fazendo-se eco das vozes que corriam sobre Augusto, que Lépidio fora seduzido «pela aparência da amizade», ao passo que António, «seduzido pelo pacto de Tarento e de Brindes e pelos esponsais com a irmã [sc. Octávia, irmã de Octaviano], expiara com a morte a pena de um parentesco insidioso» (*ibid.*). «A paz sem dúvida que viera a seguir, mas fora uma paz sangrenta» (Tácito, *ibid.*). Ou então fora, nas palavras do próprio Augusto, *parva victoriis pax*, «uma paz alcançada através de vitórias».

De acordo com o mesmo Tácito, outros criticavam ainda em Augusto o desrespeito pelos pactos (*a fides*) e o desrespeito para com os costumes e as leis, pois raptara uma mulher casada, quando condenava os divórcios, e forçara outros ao divórcio, movido por interesses políticos próprios. Criticavam-no também por desrespeito para com os deuses. O Senado atribuíra-lhe a virtude da *pietas* e não há dúvida de que mandara restaurar ou construir cerca de oitenta e dois templos. Mostrava-se devoto de várias divindades, nomeadamente de Hércules (com os seus doze trabalhos) e de Apolo (que venerava como seu deus protector). No entanto, a crer em Tácito, no passo referido: «Nada deixara aos deuses, quanto a honras, ao passo que queria ter culto e efígie em templos, com flâmines e sacerdotes».

No capítulo da falta de *clementia* por parte de Octaviano, os casos são inúmeros, desde respostas desabridas a quem lhe pedia perdão, a ordens de assassinios executados à menor suspeita. São prova dessa inclemência duas ocorrências em dois momentos de grande incerteza, a seguir ao cesaricídio: em 42 a.C. Octaviano e Marco António perseguem os cesaricidas em Filipos, cidade da Macedónia. Bruto e Cássio, os principais conspiradores, são mortos. Mas o desejo de vingança ainda não estava saciado. Dominado pelo *furor* (como diria Virgílio), enviou a Roma a cabeça de Bruto. Pouco depois, em 41-40 a.C., trava a Guerra de Perúsia, que teve como motivo a distribuição de terras aos veteranos de guerra; dominado uma vez mais pelo *furor* e pela crueldade, Octaviano manda sacrificar 300 membros da aristocracia local.

Mas estes eram tempos anteriores à tomada do poder por Augusto. Depois, sobretudo a partir de 27, quando já todos os seus opositores tinham caído, interessava-lhe apagar da memória esses momentos cruéis da sua vida e abrir o coração a uma certa tolerância, ainda que pouco sincera, talvez. Assim se explicará o episódio relacionado com Cina, acusado de conspirar contra Augusto e a quem este perdoou; todavia, segundo o relato de Séneca, a clemência ficou a dever-se a uma intervenção sensata de Lívia.

Augusto planeava também reformar os costumes. Publicou leis sobre casamentos e divórcios, a *Lex Iulia de maritandis ordinibus* (18 a.C.) e a *Lex Iulia de adulteriis coercendis* (17 a.C.), que suscitaram muitas queixas (pois taxavam os celibatários e puniam com o exílio, ou mesmo com a morte, os adúlteros), mas ele mesmo não as respeitava. Octaviano forçou o marido de Lívia ao divórcio, para poder casar com ela. Quando a sua filha Júlia ficou viúva do jovem Marcelo (filho da irmã Octávia), forçou a filha a casar com Marco Agripa, que era bastante mais velho e casado e a quem obrigou ao divórcio. Quando Agripa morre, casa a filha com Tibério, que por sinal era casado com Vipsânia, filha de Agripa, e assim destruiu mais um casamento. Tibério não aguentou a vida escandalosa de Júlia, agora sua mulher, e retirou-se para Rodes. Júlia acabará banida (pelo próprio pai) por imoralidade e Augusto terá de chamar o genro Tibério para ser o seu sucessor, pois que os seus netos, Gaio e Lúcio, filhos de Júlia, tinham já morrido, um de tifo e outro na guerra (Montanelli, 2002, 196-197). Júlia morrerá no exílio, deixando a Augusto uma neta também chamada Júlia, que viria a ser igualmente banida por imoralidade. Enfim, a reforma dos costumes falhara dentro da própria casa imperial. Mas os apoiantes ou amigos justificavam a actuação adúltera de Octaviano Augusto com motivações políticas, dizendo que o fazia sob pretexto de saber segredos dos maridos das mulheres.

Assim, do ponto de vista moral e político, os escândalos e as intrigas sucediam-se e Augusto, que pretendia assegurar sucessor dentro da sua família, como se de um regime dinástico se tratasse, acabou por ter de entregar o poder ao enteado, filho de Lívia, adoptado como filho. Também neste caso a sorte e a realidade se revelaram bem diferentes dos projectos de Augusto.³

Retomando a questão da inclemência de Augusto, importa dizer que é costume avaliar a vida de Augusto dividindo-a em duas partes muito distintas: uma antes e outra depois da batalha de Actium, travada em 31 a.C., da qual saíram vencidos Marco António e Cleópatra. A crueldade do futuro imperador domina a primeira parte: matou ou mandou matar muitos elementos da classe senatorial e cavaleira, e pensou matar muitos mais. Diz-se que, na sequência da guerra de Perúcia, fez sacrificar aos manes de J. César, nos idos de março, trezentos senadores e cavaleiros, de entre as figuras mais destacadas da cidade. Depois, já sem adversários, toma outras atitudes, como vimos.

No *Canto Secular*, um poema celebrativo que é uma espécie de encomenda de Augusto a Horácio, este poeta não deixa de evocar essa mudança de atitude por parte do *princeps*, ao afirmar (vv. 37-52; dirigindo-se a Febo e Diana):

Se Roma é vossa obra, e ocuparam a costa etrusca
gentes vindas de Ílion – os sobreviventes a quem
ordenado foi que mudassem de Lares e de cidade,
numa viagem sem perigo,
e a quem o casto Eneias, sobrevivendo à pátria,
um livre e seguro caminho mostrou
através de Tróia que ardia, ele que daria
muito mais do que haviam deixado –,
então, deuses, dai à nossa dócil juventude probos costumes,
deuses, dai à nossa sossegada velhice descanso,
à raça de Rómulo dai riqueza, descendência
e toda a glória.
Que aquele do ilustre sangue de Anquises e Vénus
obtenha o que com bois brancos vos suplicou,
ele antes guerreiro, agora piedoso
para com o prostrado inimigo.

Note-se como o v. 51 («ele antes guerreiro, agora piedoso») assinala a mudança de atitude de Augusto, que começou por fazer a guerra e acabou por instaurar um regime de paz, perdoando «ao seu prostrado inimigo». O *carmen* a que pertence encerra, em 17 a.C., a celebração dos Jogos Seculares, que tinham como objectivo celebrar a entrada de Roma num novo *saeculum*, numa nova era, conduzida por Augusto, e celebrar a eternidade de Roma.

Neste mesmo poema, um pouco depois (*Carm. Saec.*, vv. 57-60), o poeta exalta o regresso das grandes virtudes que fizeram (e voltarão a fazer) a grandeza de Roma:

Já a Lealdade, a Paz, a Honra, o antigo Pudor
e a desprezada Virtude ousam voltar,
e a bem-aventurada Abundância surge
com seu corno cheio.

Assim era celebrada a fé no destino de Roma, a mesma que percorre o poema do Século, a Eneida de Virgílio.

3. «Without going into too much details, the apologetic, defensive, and occasionally polemic undercurrents are obvious in the surviving fragments of the Autobiography. His enemies vilified his performance in war – he represented himself as a man of *virtus*. His enemies depicted him as cruel and savage – he emphasized his *clementia*. His enemies charged him with defiance of legal procedures – he paraded his *iustitia*. His enemies condemned his treacherous behavior towards former friends, benefactors, and even members of his own family – Augustus stressed his loyalty» (Millar and Segal, 1984, 3). Sobre esta discrepância entre os actos de Augusto e a sua própria representação, veja-se B. Levick, 2010, 23-62.

CONCLUINDO

Quando sentiu que se aproximava o fim da vida, Augusto perguntou, aos familiares e amigos que rodeavam o seu leito, se tinha representado bem a comédia da sua vida. Referindo-se a este final da vida de Augusto, que conhecemos tal como apresentado por Suetónio, Néraudau (1996, 9) considera que é ao mesmo tempo simples e elaborado, «comme l'est le personnage d'Auguste, tout au long de sa vie». Era assim que Augusto gostava de se ver e ser visto. Sentia-se como se tivesse representado uma peça de teatro. Como fizera tantas vezes. Em 27 a.C. depusera todos os seus poderes nas mãos do Senado, anunciara a restauração da república e o seu desejo de se retirar para a vida privada. Tinha então trinta e cinco anos e recusou todos os títulos, aceitando apenas o título, novo, de *princeps*. Vendo-se incapaz de tomar de novo as rédeas da política e do poder, o Senado recusou, devolveu-lhe todos os poderes e concedeu-lhe o título de *Augustus*. Mas Augusto, dissimuladamente (ou não), continuou a mostrar-se discreto no uso dos seus poderes. Vivia de forma sóbria. Era muito trabalhador. Os Romanos viam nele um homem justo, clemente, piedoso, corajoso. O sentimento geral era esse e os poetas do tempo contribuíram para projectar a aura que rodeava o *princeps*.

Suetónio assinala ainda, na sua biografia de Augusto, «a sua futura grandeza e a sua inalterável felicidade» (*Aug.* 94), dizendo mesmo que fora anunciada por prodígios e outros sinais e narrando-os em estilo que diríamos hagiográfico, como se estivéssemos na presença de um eleito dos deuses. Segundo o historiador, um dos prodígios ocorreu quando, ainda criança, o futuro Augusto, importunado com o coaxar das rãs na casa de campo do seu avô, as mandou calar, «e diz-se que desde então as rãs não cantam», remata Suetónio.

Os mitos começam assim, por pequenas lendas... A representação toma conta da figura histórica e já não é possível destrinçar o real dessa mesma representação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTO, P. F. (2004): «O simbólico na construção da imagem e do programa ideológico de Augusto: os mitos da fundação da Cidade», *Ágora. Estudos Clássicos em Debate* 6, Aveiro, pp. 27-50.
- BORDET, M. (1998): *Précis d'histoire romaine*, Paris, Armand Colin.
- CARDOSO, J. (1996): *Um retrato de Augusto. Subsídios para o estudo da sua personalidade*, Braga, APPACDM, 2ª edição.
- ETIENNE, R. (1970): *Le siècle d'Auguste*, Paris, Armand Colin.
- GARCÍA GUAL, C. (2005): *Dicionário de Mitos*. Tradução de Anselmo Borges e José Ribeiro Ferreira, Cruz Quebrada, Casa das Letras.
- GRIMAL, P. (1997): *O século de Augusto*, Lisboa, Edições 70.
- HORÁCIO (2008): *Odes*. Tradução de Pedro Braga Falcão, Lisboa, Livros Cotovia.
- LEVICK, B. (2010). *Augustus: Image and Substance*. Harlow/London/New York, Longman.
- MEDEIROS, W. (1992): «A outra face de Eneias», in Walter de Medeiros *et al.*, *A Eneida em contraluz*, Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos.
- MILLAR, F. and SEGAL, E. (2002): *Caesar Augustus. Seven Aspects*, Oxford, Clarendon Press.
- MONTANELLI, I. (2002): *História de Roma. Da fundação à Queda do Império*, tradução de Margarida Periquito, Lisboa, Edições 70.
- NÉRAUDAU, J.-P. (1996): *Auguste. La brique et le marbre*. Paris, Les Belles Lettres.
- NÉRAUDAU, J.-P. (2005): *A Arte Romana*, tradução portuguesa, Publicações Europa-América.
- PEREIRA, M. H. R. (1992): «Virgílio, poeta da paz e da missão de Roma», separata de *Estudos em homenagem a Jorge Borges de Macedo*, Lisboa, INIC, Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa.
- PEREIRA, M. H. R. (2010): *Romana (Antologia da Cultura Latina)*, Lisboa, Babel.
- PERRET, J. (1965): *Virgile*, Paris, Hatier.
- YAVETZ, Z. (2002/1984): «The Res Gestae and Augustus' Public Image», in F. Millar, E. Segal, org., *Caesar Augustus. Seven Aspects*, Oxford, Clarendon Press, pp. 1-36.
- ZANKER, P. (1992): *Augusto y el poder de las imagenes*, versão espanhola, Madrid, Alianza Editorial.

AUGUSTO EM PLÍNIO O ANTIGO

FRANCISCO OLIVEIRA

(Universidade de Coimbra – CECHUC)

Divi Augusti adversa
(Plin. Nat.1.7.46)

solida felicitas non est
(Plin. Nat.7.131)

1. RETRATO FÍSICO DE AUGUSTO

Tal como escrevi em artigo anterior (Oliveira, 2004), alguns apontamentos de fisiognomonía presentes na *História Natural* de Plínio o Antigo permitem indiciar traços do carácter de Augusto. Nada que se pareça com a extensão do tema em Suetónio.

Assim, quanto aos olhos, a imagem não sai favorecida, pois são geralmente negativos os olhos glaucos, como os dos cavalos, cor que Augusto partilhava com Tibério e Nero; ou sanguinolentos, como também eram os de Cláudio. Não admira, por isso, que este importante item da fisiognomonía deixasse entrever um carácter por vezes vergado à ira (Nat.11.143):

Divo Augusto equorum modo glauci fuere superque hominem albicantis magnitudinis, quam ob causam diligentius spectari eos iracunde ferebat.

O divino Augusto tinha olhos glaucos como os dos cavalos, e o branco das pupilas era maior do que o normal. Por tal motivo, ficava irritado quando os fitavam demoradamente.

Na verdade, o tratado *De Physiognomonía*, 118, classifica os homens que correspondem ao cavalo como *calidi in venerem, iactantes sui, contentiosi nimium, sapientes minus* ‘quentes no amor, cheios de jactância, bastante obstinados, com pouca inteligência’. E se atentarmos nas ocorrências do termo *glaucus* na *História Natural*, vemos que o mesmo se relaciona com a ideia de barbaridade, feridade e ira¹.

¹ Ver Nat.7.24: *Choromandarum gentem vocat Tauron silvestrem, sine voce, stridoris horreni, hirtis corporibus, oculis glaucis, dentibus caninis*; 8.75 (sobre um animal da Etiópia que comia homens, talvez o tigre): *facie et auriculis hominis, oculis*

A referência ao corte da barba, sempre com navalha (*Nat.*7.211), não parece ser objeto da fisiognomonia, mas podemos interpretá-la como sinal de otimismo se confrontarmos com a referência de Suetônio ao facto de o imperador ter deixado crescer a barba como sinal de tristeza e luto depois do desastre de Varo².

No texto pliniano sobressai ainda um quadro bastante sombrio de doença, que chega à ideia de suicídio, quadro bastante enfatizado no elenco de 7.147-150:

- 7.148.: tem várias doenças durante a batalha de Filipos, quando sofre uma anasarca que dura três dias, maleita que pode ser de foro cardíaco, renal ou hepático³;
- 7.149: a referência a graves problemas de saúde (*tot ancipites morbi corporis*) é congruente com o desejo de morrer, pois doença grave era uma das causas que justificava o suicídio⁴;
- 7.148-149: Plínio parece reportar uma tentativa de suicídio *manu aliena* (7.148: *preces Proculeio mortis admotae*) e um propósito de morte por privação de alimento⁵.

Este quadro clínico foi do conhecimento público, a ponto de terem sido feitos jogos votivos *pro salute divi Augusti* (*Nat.*7.158). Além disso, encontra confirmação em duas referências ao médico António Musa, o qual tratou Augusto com uma mezinha à base de alface⁶, assim consagrando o uso medicinal desta planta (*Nat.*19.128; 25.77: *a quo divum Augustum conservatum indicavimus*) e sendo ele mesmo, em consequência, avalizado pelo imperador como fundador de uma escola médica⁷.

2. ENTOURAGE

A realidade imperial, com tendência de centralização do governo na *domus regia* ou *familia Caesaris*, dava grande importância a todos os familiares, escravos, libertos, serviçais, amigos (cf. 34.3) e clientes que gravitavam o centro do poder, que serviam de elo de ligação e que, enfim, beneficiavam da *potentia* ‘influência’ decorrente do exercício de tarefas e cargos e da simples proximidade em relação ao íman imperial.

Uma característica merecedora de relevo é o facto de tal *entourage*, primariamente de familiares, se caracterizar pela latitude social e em especial pela inclusão de *equites*⁸.

A influência desse círculo próximo do imperador é relevante e por vezes arbitrária, mesmo em questões de pequena monta, como a classificação de vinhos⁹. Em assuntos de grande importância,

glaucis, colore sanguineo, corpore leonis, cauda scorpionis modo spicula infigentem...; 9.127: *color austerus in glauco et irascenti similis mari?*; 11.121: *et equorum quibusdam*. Cf. Suet. *Aug.*79.3: *oculos habuit claros ac nitidos... divini vigoris*.

2. Suet. *Aug.*23: *per continuos menses barba capilloque summisso... diemque cladis quotidianis maestum habuerit ac lugubrem*.

3. *Philippensi proelio morbi, fuga et triduo in palude aegroti et (ut fatentur Agrippa ac Maecenas) aqua subter cutem fusa turgidi latebra*; segundo Suet. *Aug.*80.4: Augusto tinha cálculos.

4. Cf. Suet. *Aug.*81.1 *Graves et periculosas valetudines*; Hoof, 1990, 123-126, sobre suicídio por *impatientia doloris* ‘dor insuportável’.

5. *Nat.*7.149. ... *destinatio expirandi et quadridui inedia maior pars mortis in corpus recepta*. Ver tipologia em Hoof, 1990, 41-46 (suicídio por inedia).

6. *Nat.*19.128: *divus certe Augustus lactuca conservatus in aegritudine fertur prudentia Musae medici, cum prioris C. Aemili religio nimia eam negaret, in tantum recepta commendatione, ut servari etiam in alienos menses eas oxymeli tum repertum sit*.

7. *Nat.*29.6. Ver dupla confirmação da debilidade de saúde: em Suet. *Aug.*59.1: *Medico Antonio Musae, cuius opera ex ancipiti morbo convalescerat*; e em *Aug. Anc.*2.18-20: *Vota pro valetudine mea suscipi per consules et sacerdotes quinto quoque anno senatus decrevit... Privatim etiam et municipatim universi cives unanimiter continenter apud omnia pulvinaria pro valetudine mea supplicaverunt*.

8. *Nat.*9.77: *Véio Polião eques Romanus ex amicis Divi Augusti*; 12.13: *Primus C. Matius ex equestri ordine*; 12.34: *Salústio Crispo, amico divi Augusti*; 36.183: *C. Proculeium, Augusti Caesaris familiaritate subnixum*; cf. 7.148.

9. *Nat.*14.72: ... *Divi Augusti iudiciorum ac palati peritissimum e libertis censuram vini in epulas eius facientem dixisse hospiti de indigena vino, novum quidem sibi gustum esse eum atque non ex nobilibus, sed Caesarem non aliud poturum*. Ver *Nat.*14.61, sobre vinho de Sécia: *Divus Augustus Setinum praetulit cunctis et fere secuti principes, confessa propter experimenta, non temere cruditatibus noxiis ab ea saliva*.

e na ausência do príncipe, os seus *amici* podiam mesmo autenticar documentos com um dos dois sinetes de Augusto, aquele que fora gravado numa das duas esmeraldas herdadas da sua mãe¹⁰.

Não admira, por isso, que o motivo da *entourage* seja a pedra de toque do bom e do mau governante e um lema de grande relevância na invetiva política e na ideologia do principado. Um primeiro aspeto a considerar é logo a qualidade moral desse círculo íntimo, que se espera reflita a própria qualidade moral do detentor máximo e que em termos de ideologia tradicional se reporta aos conceitos de *affabilitas*, de *comitas*, de *familiaritas*, de *pietas* e de *primus inter pares* ou *civilitas*.

Neste considerando, a imagem de Augusto tem nuances contraditórias. De facto, no seu círculo aparecem focos antitéticos de ação e moralidade. Assim, entre os seus amigos sobressaem alguns merecedores de elogio ou memória: Gaio Mácio, que se distingue na topiária (*Nat.*12.13: *Primus C. Matius ex equestri ordine, Divi Augusti amicus, invenit nemora tonsilia*); o sobrinho Marcelo, filho de Otávia, o qual, na sua edilidade, apresenta uma novidade que, apesar de contrariar a tradição mais severa, demonstra a virtude da *comitas* e o interesse pelo bem-estar público ao cobrir o foro com *vela* ‘véus’ para assim tornar mais cómoda a vida dos litigantes¹¹; e, finalmente, Agripa, a quem Augusto concedeu a coroa cívica por motivo de coragem militar (16.7).

Pelo lado negativo, Plínio recorda a devassidão noturna da filha Júlia, publicitada junto da estátua de Mársias, na verdade uma estátua de Sileno que era lugar de encontros amorosos¹². Só por si, esta atitude, que muito atormentou Augusto, pode ser considerada subversiva, na medida em que antepunha o culto de Mársias ao de Apolo, favorito do imperador.

De igual modo, é registada a luxúria da bisneta Lólia Paulina, filha do corrupto Lólio Paulino, que fora excluído da amizade de Gaio César e se suicidara (9.117-118). E não fica sem registo a crueldade de um dos seus amigos, Véio Polião (*eques Romanus e amicis Divi Augusti*), que, não se satisfazendo com a *damnatio ad bestias* dos seus escravos no circo, inventou lançá-los nos seus viveiros de moreias (9.77).

Uma observação sobressai destas referências à *entourage* familiar: Augusto não dominava o comportamento desses membros, como se vê em especial em relação à filha Júlia, mas também ao próprio genro e seu apoiante de primeira linha, Agripa, que aplica remédio contra a gota sem conhecimento do sogro (23.58 *ignorante divo Augusto*). A leitura deste apontamento é naturalmente ambivalente. Pior ainda, a súmula de *Nat.*7.148-150 estabelece um elenco de adversidades relacionadas com a própria família imperial que não permite creditar Augusto como exemplo de felicidade:

– *preces Proculeio mortis admotae*: suicídio *manu aliena* recusado a Augusto pelo *eques* Proculeio, seu familiar;

– *suspecta Marcelli vota*: desaguado entre Marcelo, sobrinho do imperador, e Agripa a propósito de uma eventual sucessão por motivo de grave doença de Augusto;

– *puenda Agrippae ablegatio*: afastamento de Agripa para o oriente, de modo a não haver desentendimento com Marcelo, atitude que Plínio considera deplorável;

– *incusatae liberorum mortes luctusque non tantum orbitate tristis*: rumores de que as mortes de Gaio e Lúcio Césares, adotados no ano 12 d.C., teriam resultado de intervenção de Lúvia;

– *adulterium filiae et consilia parricidae palam facta*: adultérios da sua filha Júlia, também suspeita de conspirações políticas contra o imperador, como a de Júlio António, filho de Marco António; por acréscimo, tais adultérios ofendiam a legislação moral augustana;

– *contumeliosus privigni Neronis secessus*: eventual desacerto nas relações entre Augusto e o enteado Tibério, que haveria de ser seu sucessor, apesar de filho de um inimigo seu (cf. 7.150 ad finem: *herede hostis sui filio*);

10. *Nat.*37.10: *altera per bella civilia absente ipso signavere amici epistulas et edicta, quae ratio temporum nomine eius reddi postulabat*.

11. *Nat.*19.23-24; ver *Aug. Anc.*22 sobre a importância política dos jogos para o imperador.

12. *Nat.*21.9: *apud nos exemplum licentiae huius non est aliud quam filia divi Augusti, cuius luxuria noctibus coronatum Marsuam litterae illius dei gemunt*.

- *aliud in nepte adulterium*: adultério da neta Júlia, num contexto de supostas conjuras contra Augusto¹³;
- *abdicationem Postumi Agrippae post adoptionem, desiderium post relegationem, inde suspicio in Fabium arcanorumque prodicionem*: condenação ao exílio do neto Agripa Póstumo, envolto em circunstâncias que indiciam desarmonia na família imperial;
- *hinc uxoris et Tiberii cogitationes, suprema eius cura*: maquinações da mulher do imperador para garantir a sucessão de Tibério.

Esta última referência deixa mais uma vez entrever o caso específico das relações de Augusto com a esposa, cujas ambições políticas ficam delineadas em 13.74 e 80, ao mostrá-la como alvo de *adulatio*, quando é dado o seu nome a uma variedade de papel e a outra de cobre (34.3-4 *Livianum ... a coniuge*)¹⁴. Mas, por devoção pessoal ou conveniência política, a verdade é que Lúvia continuou a dar mostras objetivas de venerar a memória de Augusto. Na verdade, dedicou-lhe um templo, juntamente com Tibério (*Nat.*34.43). Sinal de *pietas* religiosa será o facto de a imperatriz haver exposto no Capitólio o maior bloco de cristal jamais visto (37.27).

Subjaz, todavia, como foi referido, alguma falta de sintonia entre ambos, a qual começava logo pela incompatibilidade física: apesar de ambos terem procriado com outro parceiro, não conseguiram ter filhos um com o outro¹⁵. Em contrapartida, na célebre anedota da *Villa ad Gallinas* – uma águia deixa cair sobre o regaço de Lúvia uma galinha branca que trazia um ramo de loureiro no bico –, parece existir alguma harmonia conjugal, na medida em que Augusto adotou esse loureiro na palma e na coroa que usou no seu triunfo (15.137 e 130).

Esta anedota remete para a atitude do próprio imperador para com a *entourage*, podendo concluir-se pela existência de *pietas erga parentes*, na medida em que ele dedica um pórtico à esposa Lúvia Drusila ou Augusta (14.11); condecora Agripa com uma coroa cívica após a guerra da Sicília (16.7); acrescenta um cometa à estátua de Júlio César, também dedicada por Augusto (*Nat.*2.93-94); coloca uma Vénus *Anadyomene*, do pintor Apeles, no templo de Júlio César (35.91); consagra a seu pai natural um grupo escultórico de Lísias nos propileus do templo de Apolo (*Nat.*36.36); por fim, em memória de Júlio César, oferece os célebres jogos fúnebres onde apareceu o *sidus Iulium* (*Nat.*2.93-94).

3. AUGUSTO, HOMEM DE CIÊNCIA E CULTURA

3.1. *Iudex ingenii* ‘árbitro do talento’

Augusto é indicado entre as fontes literárias dos livros III e IV, e em especial para as regiões da Itália (ver infra item 4.2: *Ação governativa e providencial*), e exaltado mesmo quando corrigido, como na longitude da Bética, onde teve por fonte o genro Agripa¹⁶. Não se trata de uma desvalorização da fonte, pois, além de Augusto ser desculpabilizado, é regra Plínio comprazer-se e até sentir-se ufano ao corrigir fontes antigas, como Aristóteles, sentimento que demonstrei na minha dissertação de doutoramento (Oliveira, 1992, n.343).

13. Cf. *Nat.*7.58: *Divus Augustus in reliqua exemplorum raritate neptis suae nepotem vidit genitum quo excessit anno, M. Silanum, qui, cum Asiam obtineret post consulatum Neronis principis successione, veneno eius interemptus est.* Também neste caso, o que poderia ser considerado positivo (descendência numerosa) é logo apoucado pelo negativo (morte por assassinato).

14. Tal *adulatio* é similar à que tem Augusto por centro quando o papel *hieraticum* passa a chamar-se *Augusteum* (13.74: *quae adulatione Augusti nomen accepit, sicut secunda Liviae a coniuge eius*).

15. *Nat.*7.57: *Est quaedam privatim dissociatio corporum, et inter se steriles, ubi cum aliis iunxere se, gignunt, sicut Augustus et Livia.*

16. *Nat.*3.17: *Agrippam quidem in tanta viri diligentia praeterque in hoc opere cura, cum orbem terrarum orbi spectandum propositurus esset, errasse quis credat et cum eo Divum Augustum?*

O imperador deixa ainda uma vincada imagem de protetor das artes e promotor do conhecimento. De facto, no elenco dos motivos de glória de cidadãos romanos (7.114: *Sed et nostrorum gloriam percenseamus* ‘mas registemos também a glória dos nossos’), cabe o facto de Augusto ter impedido a execução da vontade testamentária de Virgílio, o qual ordenara que a sua *Eneida* fosse queimada. O comentário de Plínio deixa entrever que, ao incumprir esse desejo, Augusto assumiu o papel de *iudex ingenii* ‘árbitro do talento’ papel sempre muito valorizado pelo Naturalista, que qualifica tal testemunho como mais relevante do que se fosse o próprio poeta a exaltar-se (7.114: *maiusque ita vati testimonium contigit quam si ipse sua probavisset*).

Augusto também aparece como *iudex ingenii* ao sancionar a escola médica de António Musa, que curara o imperador com tratamento diverso do proposto por outros. Com tal atitude, acrescia mostrar Augusto uma faceta comum aos reis filantropos da tradição helenística¹⁷.

3.2. Proteção das artes

Quanto aos interesses artísticos de Augusto, parecem os mesmos ser reconhecidos já na antiguidade, como quando o seu sucessor Tibério manda colocar obras de arte no templo de Augusto (35.28, cf. 131). O inciso de Plínio sobre Tibério, que classifica como imperador minimamente afável (*minime comis imperator*), atribui a Augusto, por antítese, a virtude da *comitas*. De resto, em *Nat.*33.83 Plínio regista uma anedota que mostra três facetas de Augusto: esta mesma *comitas* ou *affabilis*, ao aceitar um convite para jantar em casa de um veterano; o interesse pela arte, ao conhecer a história de uma estátua em ouro maciço saqueada do templo de Anétis; enfim a tendência para a superstição, quando verbaliza a ideia de que uma estátua pode castigar quem a roubar¹⁸.

A mesma *comitas* está presente em *Nat.*22.114, a propósito da conversa coloquial entre Augusto e um centenário de quem era hóspede¹⁹.

De *comitas*, e porventura de *humanitas*, também se trata quando Plínio elogia o facto de Augusto, no seguimento de Júlio César e de Agripa, ter promovido a exposição pública do património cultural²⁰, transformando o seu foro e até a cúria numa espécie de museu onde o egrégio senado contemplava tanto motivos artísticos prosaicos como iconografia triunfal, assim reconhecendo o poder da arte (35.27-28):

*Nat.*35.27-28: *super omnes divus Augustus in foro suo celeberrima in parte posuit tabulas duas, quae Belli faciem pictam habent et Triumphum, item Castores ac Victoriā. posuit et quas dicemus sub artificum mentione in templo Caesaris patris. idem in curia quoque, quam in comitio consecrabat, duas tabulas impressit parieti. Nemean sedentem supra leonem, palmigeram ipsam, adstante cum baculo sene, cuius supra caput tabella bigae dependet, Nicias scripsit se inussisse; 28. tali enim usus est verbo. alterius tabulae admiratio est puberem filium seni patri similem esse aetatis salva differentia, supervolante aquila draconem complexa; Philochares hoc suum opus esse testatus est, immensa, vel unam si tantum hanc tabulam aliquis aestimet, potentia artis, cum propter Philocharen ignobilissimos alioqui Glaucionem filiumque eius Aristippum senatus populi Romani tot saeculis spectet!*

17. *Nat.*29.6: *Antonius Musa eiusdem auctoritate divi Augusti, quem contraria medicina gravi periculo exemerat; cf. 25.77; 19.128.* Ver também *Nat.*7.123-124: *eandem scientiam in Cleombroto Ceo Ptolemaeus rex Megalensibus sacris donavit centum talentis servato Antiocho rege. 124. magna et Critobulo fama est extracta Philippi regis oculo sagitta et citra deformitatem oris curata orbitate luminis.*

18. *Nat.*33.83: *narratur veteranorum unius Bononiae hospitali divi Augusti cena, cum interrogatus esset, sciretne eum, qui primus violasset id numen, oculis membrisque captum exspirasse; respondit enim cum maxime Augustum e crure eius cenare seque illum esse totumque sibi censum ex ea rapina.*

19. *Nat.*22.114: *Multi senectam longam mulsi tantum intrita toleravere, neque alio ullo cibo, celebri Polionis Romili exemplo. centensimum annum excedentem eum divus Augustus hospes interrogavit, quam maxime ratione vigorem illum animi corporisque custodisset. at ille respondit: intus mulso, foris oleo.*

20. Ver *Nat.*35.23, sobre a exposição de uma obra de arte por Mancino: *qua comitate proximis comitiis consulatum adeptus est* ‘com gesto tão amável, nas eleições seguintes ganhou o consulado’.

27. A todos ultrapassando, o divino Augusto expôs no seu foro, na parte mais frequentada, dois quadros pintados com a figura da Guerra e o Triunfo, e ainda os Castores e Vitória. Expôs também no templo de seu pai César os quadros que referimos no elenco dos artistas. O mesmo também aplicou dois quadros numa parede da cúria que consagrou no comício: Nemeia, com uma palma, sentada sobre um leão, com um velho a seu lado com um báculo e com um pequeno quadro de uma biga pendente da sua cabeça — diz Nícias que foi ele em pessoa quem o pintou com encáustica, para usar a sua própria expressão; 28. o segundo quadro é motivo de admiração por representar um jovem adolescente muito parecido, ressaltando a diferença de idade, com o seu velho pai e por cima uma águia a agarrar um dragão. Filócares declarou sua esta obra. Mesmo considerando somente este único quadro, é enorme o poder da arte, uma vez que, por se tratar de Filócares, o senado do povo romano contempla, há tantos séculos, Gláucion e seu filho Aristipo, personagens sem notoriedade alguma!

De facto, para além destas pinturas colocadas no foro de Augusto, no templo de Júlio César, na cúria e no comício, são numerosas as referências a obras de arte expostas em lugares onde podiam ser admiradas pelo público²¹: é o caso de uma estátua ebúrnea de Apolo no foro de Augusto (Nat.7.183 e 16.191); da Vénus *Anadyomene* a sair das águas, da autoria de Apeles, no templo de seu pai Júlio César (Nat.35.91); da estátua de Jano, atribuída a Escopas ou a Praxíteles, colocada no templo do deus²²; da de Cupido na cúria de Otávia (36.28); e de várias outras estátuas, distribuídas pelo seu foro de com a preocupação da maior visibilidade possível (*celeberrimis partibus*), mas de forma simples, como as do pintor Apeles que se referem (Nat.35.93-94):

Romae Castorem et Pollucem cum Victoria et Alexandro Magno, item Belli imaginem restrictis ad terga manibus, Alexandro in curru triumphante. 94. quas utrasque tabulas divus Augustus in fori sui celeberrimis partibus dicaverat simplicitate moderata; divus Claudius pluris existimavit utrisque excisa Alexandri facie divi Augusti imagines addere.

93. Em Roma, Castor e Pólux, com a Vitória e Alexandre Magno, e ainda o retrato da Guerra com as mãos atadas atrás das costas, com Alexandre num carro triunfal. 94. A ambos estes quadros os dedicou o divino Augusto nas zonas mais frequentadas do seu foro, com prudente simplicidade. O divino Cláudio deu-lhes mais valor e, eliminada a cabeça de Alexandre em ambos, substituiu-as por retratos do divino Augusto.

Mas, para além de oferecer ao público romano objetos de arte trazidos de várias regiões do império, Augusto também fazia regressar bens culturais aos seus lugares de pertença, como no caso do Apolo de Míron, roubado por Marco António aos Efésios e a estes restituído por Augusto, o que se enquadra no conceito de *iustitia*²³.

E, para além de promover a exposição de arte, Augusto incentivou o ensino da pintura mesmo dentro do seu círculo, e de forma oficial e pensada, pois a decisão resultou de um *consilium principis*, como se Augusto fosse um *primus inter pares* (35.21):

fuit et principum virorum non omittendum de pictura celebre consilium, cum Q. Pedius, nepos Q. Pedii consularis triumphalisque et a Caesare dictatore coheredis Augusto dati, natura mutus esset. in eo Messala orator, ex cuius familia pueri avia fuerat, picturam docendum censuit, idque etiam divus Augustus comprobavit; puer magni profectus in ea arte obiit.

21. Plínio enfatiza a conceção da arte e da literatura como património coletivo em passos como 35.10, sobre Asínio Polião: *qui primus bibliothecam dicando ingenia hominum rem publicam fecit*; 35.118, onde condena a pintura parietal confinada a domínios privados, por oposição à antiguidade, quando a arte era essencialmente urbana e património de toda a coletividade (*omnium eorum ars urbibus excubabat, pictorque res communis terrarum erat*); 35.26 com o discurso de Agripa sobre a publicitação de toda a arte, magnífico e digno de um grande senhor (*tabulis omnibus signisque publicandis, quod fieri satius fuisset quam in villarum exilia pelli*).

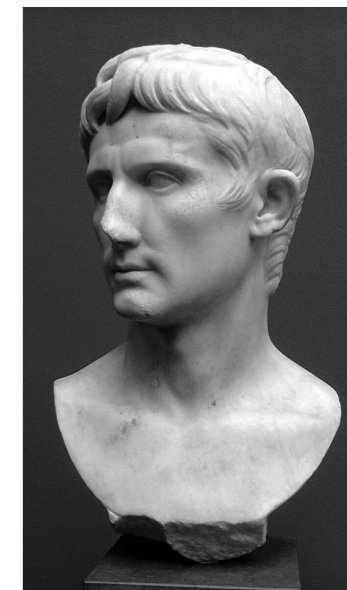
22. Este apontamento relaciona-se com a propaganda sobre a *Pax Augusta*: cf. Aug. Anc.12-13.

23. Nat.34.58; cf. Aug. Anc.24.1.

Realizou-se também um célebre conselho de varões de primeiro plano que não deve ser omitido, pelo motivo de Quinto Pédio – neto de Quinto Pédio, consular e triunfador e co-herdeiro, com Augusto, do ditador Júlio César – ser mudo de nascença. Nesse conselho, o orador Messala, a cuja família pertencia a avó do jovem, foi de parecer que se lhe ensinasse pintura, parecer que o divino Augusto perfilhou.

3.3. Alargamento do conhecimento

Quanto a alargar o conhecimento, fica anotado que Augusto promoveu a exploração do oceano Setentrional até à Jutlândia, enviando uma expedição comandada pelo seu enteado Druso (2.167); no oriente, e à imitação de Alexandre Magno, o seu filho adotivo Gaio chegou ao golfo arábico²⁴, o que permitiu o alargamento da ciência botânica com a primeira descrição da árvore do incenso (Nat.12.56: *Iuba rex, iis voluminibus quae scripsit ad C. Caesarem Augusti filium ardentem fama Arabiae, tradit contorti esse caudicis...*).



Augusto. Carlsberg Glyptotek. (Foto do autor).

4. AS ARTES DA GOVERNAÇÃO (DISSIMVLATIO)

4.1. Presságios, propaganda e dissimulação

Magia, presságios e augúrios eram um dos elementos de que se socorria a biografia antiga para retratar personagens. E apontamentos desta natureza não faltam na *História Natural*. Assim, Augusto era sensível a superstições, como a relativa ao pé esquerdo²⁵.

E, para além da célebre anedota da *Villa ad Gallinas*, que explicaria o uso de coroas triunfais feitas do loureiro caído do céu²⁶, o aparecimento do célebre *sidus Iulium*, consagrado no foro augustano e acrescentado a uma estátua de Júlio César, revela como Augusto aliava a dissimulação à capacidade de propaganda e condicionamento da opinião (Nat.2.93-94):

Cometes in uno totius orbis loco colitur in templo Romae, admodum faustus Divo Augusto iudicatus ab ipso, qui incipiente eo apparuit ludis, quos faciebat Veneri Genetrici non multo post obitum patris Caesaris in collegio ab eo instituto. namque his verbis in <publicum> gaudium prodit is: Ipsis ludorum meorum diebus sidus crinitum per septem dies in regione caeli sub septentrionibus est conspectum. 94. id oriebatur circa undecimam horam diei clarumque et omnibus e terris conspicuum fuit. eo sidere significari vulgus creditur Caesaris animam inter deorum immortalium numina receptam, quo nomine id insigne simulacro capitis eius, quod mox in foro consecravimus, adiectum est. haec ille in publicum; interiore gaudio sibi illum natum seque in eo nasci interpretatus est. et, si verum fatemur, salutare id terris fuit.

Num único lugar de todo o orbe se venera um cometa – num templo de Roma –, pelo facto de o próprio divino Augusto o ter considerado inteiramente fausto. Esse cometa apareceu no início do seu poder, nos jogos que, não muito depois da morte de seu pai, estava a celebrar em honra de Vénus Genítriz juntamente com o colégio que aquele fundara. Pois é com estas as palavras que ele o descreve, para

24. Nat.2.168; cf. 6.160: *C. Caesar Augusti filius prospexit tantum Arabiam*; 12.55: *Res in Arabia gessimus et Romana arma in magnam partem eius penetravere. Gaius etiam Caesar Augusti filius inde gloriam petiit.*

25. Nat.2.24: *Divus Augustus prodidit laevum sibi calceum praepostere inductum quo die seditione militari prope adflictus est.*

26. Nat.15.130: *ex ea lauru quae ei missa e caelo est*; cf. 15.136.

gáudio do povo: 'Exatamente nos dias dos meu jogos, durante sete dias foi avistado um cometa na zona setentrional do céu. 94. Ele aparecia cerca da hora undécima do dia e brilhava e era visível em todas as terras. Com tal astro entendeu o vulgo ser anunciado que a alma de César fora recebida entre os nubes dos deuses imortais; com essa designação (sc. *sidus Iulium*), tal distintivo foi acrescentado ao seu busto, que pouco tempo depois consagrei no foro'. Isto era o que dizia para o povo. Com gáudio interior, ele interpretou que o cometa surgira para si e que era ele que surgia com o cometa. E, a confessar verdade, isso foi salutar para as terras.

Na verdade, tal aparecimento foi interpretado, para o grande público, como venturoso e salutar, motivo de gáudio para todo o orbe; mas de gáudio interior era também a leitura feita por Augusto, que no cometa via o sinal do seu próprio carisma e do seu êxito.

Fenómeno idêntico é registado a propósito da entrada de Otávio em Roma a reivindicar a herança de César: com duração de vários dias, surgiu um halo solar predestinador de sucesso²⁷. De bom agouro é também o presságio que lhe destina o domínio sobre todos os mares (9.55):

Siculo bello ambulante in litore Augusto piscis e mari ad pedes eius exilivit, quo argumento vates responderent, Neptunum patrem adoptante tum sibi Sexto Pompeio — tanta erat navalis rei gloria —, sub pedibus Caesaris futuros qui maria tempore illo tenerent.

Durante a guerra da Sicília, quando Augusto passeava na praia, um peixe saltou do mar e caiu a seus pés. Motivo para os adivinhos responderem que, adotando então Sexto Pompeu Neptuno como seu pai — tal era a glória dos seus feitos navais —, haveriam de cair aos pés de César os que nessa altura controlavam os mares.

Este prodígio não é solitário. De facto, no dia em que Augusto inaugura o consulado, os fígados de vítimas anunciam a duplicação do seu poder no espaço de um ano (11.190)²⁸; finalmente, a vitória naval em Ácio é pressagiada pelo aparecimento de duas vesículas biliares num touro sacrificado, animal ligado a Neptuno, o deus dos mares (11.195)²⁹.

4.2. Ação governativa e providencial

A ação de Augusto como povoador e organizador do território fica registada em distintas iniciativas. Uma delas é a fundação de colónias, em geral no seguimento de vitórias militares e sobre povoados indígenas pré-existentes, que lhes fornecem cognomes. Essas colónias situam-se na Hispânia, na Grécia, em África³⁰.

Outra tarefa é a preocupação com a *annona* 'abastecimento alimentar', notória quando Augusto socorre os habitantes das Baleares contra uma praga de coelhos que destruía a produção

27. Nat.2.98: *Cernuntur et stellae cum sole totis diebus, plerumque et circa solis orbem ceu spiceae coronae et versicolores circuli, qualiter Augusto Caesare in prima iuventa urbem intrante post obitum patris ad nomen ingens capessendum*; cf.2.178. Ver Sen. NQ.1.2.1 (com as cores do arco-íris); Suet. Aug.95; Nat.2.241 (caso de Lúcio Márcio).

28. Nat.11.190: *Divo Augusto Spoleti sacrificanti primo potestatis suae die sex victimarum iocinera replicata intrinsecus ab ima fibra reperta sunt responsumque duplicaturum intra annum imperium*. Suet. Aug.95.3 repete a expressão *victimarum iocinera replicata intrinsecus ab ima fibra*.

29. Nat.11.195: *taurosimum felle aureus ducitur color. haruspices id Neptuno et umoris potentiae dicavere, geminumque fuit Divo Augusto quo die apud Actium vicit*.

30. Nat.3.36: *Augusta*; 3.37: *Lucus Augusti no território dos vocôncios*; 4.5: *colonia Augusti Actium*; 5.2: *colonia Augusti Iulia Constantia Zulil, regum dicioni exempta*; 5.5: *altera Augusti colonia est Babba, Iulia Campestris appellat*; 5.20: *Cartenna, colonia Augusti legione secunda, item colonia eiusdem deducta cohorte praetoria Gunugu... colonia Augusti Rusguniae... Ruzazus colonia Augusti*; 5.21: *intus colonia Augusta, quae item Succharbar, item Tubusuptu*. Cf. Aug. Anc.28.1, onde também menciona as da Itália e Ásia.

agrícola causando fome (8.217-218; cf. 3.78), zelo confirmado na carta do seu procurador a informar sobre o excepcional rendimento das searas de trigo de Bizácio, em África³¹.

Este domínio da governação imperial, a intervenção nas províncias, também se encontra inscrito na correspondência com o seu legado na Gália (9.9: *et Divo Augusto legatus Galliae conplures in litore apparere exanimis Nereidas scripsit*).

Novo apontamento, e relevante, é a reorganização das centúrias de juizes equestres, num passo de significado sociológico e histórico muito interessante (Nat.33.30 *non equites, sed iudices vocabantur*; e 33).

Significativo número de referências também merece a redefinição das regiões da Itália, cuja *descriptio* constitui uma importante fonte para a geografia itálica³² e é feita com reconhecimento explícito de que a fonte é o próprio Augusto³³.

Quanto à urbanização de Roma, ela é reportada ao foro do divino Augusto, qualificado como *mirabilis* 'digno de admiração' (36.102); ao templo da Concórdia, que fizera restaurar e encher de obras de arte, incluindo quatro elefantes em obsidiana e uma pedra mágica da Etiópia (Nat.36.196); ao templo de Apolo no Palatino e a numerosos outros mandados edificar por Augusto (Nat.36.13); à edícula com grupo escultório com quadriga, Apolo e Diana, de Lísias, nos propileus do templo de Apolo (36.36); enfim, aos obeliscos colocados no Circo e no Campo de Marte, este último com a função de medir as horas³⁴.

Num registo teórico de definição de *virtutes imperatoriae*, a organização urbanística da capital do império, incluindo o restauro de templos, e a garantia de bem-estar e boa governação, para além de evergetismo, podem ser consideradas *pietas erga deos* e *pietas erga patriam*.

Por outro lado, a sua preocupação com a *annona* e com o bem-estar consente ver em Augusto um líder carismático, capaz, portanto, de suscitar lealdade e até formas de *adulatio* e de culto do governante, matéria que tratarei posteriormente.

Enfim, e também para assinalar um registo teórico interessante, a Augusto aparece aplicada uma metáfora comum para o governante ideal, ser *medicus*. Este registo encontra-se, por um lado, nas referências ao seu relacionamento com o médico António Musa, implicando ter Augusto conferido autoridade a uma mezinha salvadora (18.28) e a uma nova escola médica (19.6; cf. 18.139). Por outro, essa mesma visão de um príncipe *medicus* está implícita no termo *mederetur*, do verbo *mederi* 'curar', em Nat.25.4:

post eum unus inlustrum temptavit Gaius Valgius eruditione spectatus imperfecto volumine ad divum Augustum, inchoata etiam praefatione religiosa, ut omnibus malis humanis illius potissimum principis semper mederetur maestas.

Depois de Catão, um único autor ilustre a abordou (sc. a veterinária) – Gaio Válgio, respeitado pela sua erudição –, num volume inacabado que dedicou ao divino Augusto, com um prefácio que começava com um voto: a majestade do príncipe sempre haveria de curar todas as maleitas humanas.

31. Nat.18.94: *quale in Byzacio Africae campo, centeni quinquageni modii reddantur. misit ex eo loco divo Augusto procurator eius ex uno grano, vix credibile dictu, CCCC paucis minus germina, exstantque de ea re epistulae*. Não pode deixar de se estabelecer paralelo com a correspondência de Plínio e Trajano. Por outro lado, as cartas autografadas do imperador eram tão valorizadas como os escritos originais de Cícero e de Virgílio (Nat.13.83); algumas delas tinham informação científica interessante, por exemplo sobre medicina baseada na ervilhaca (18.139).

32. Nat.3.49: *haec regio ex descriptione Augusti nona est*; 3.62: *regio ea a Tiberi prima Italiae servatur ex descriptione Augusti*.

33. Nat.3.46: *qua in re praefari necessarium est auctorem nos Divum Augustum secuturos discriptionemque ab eo factam Italiae totius*. Sobre a importância desta reorganização, ver Nicolet, 1988, cap. IX.

34. Nat.36.71-72: *is autem obeliscus, quem divus Augustus in circo magno statuit, excisus est rege Psemetnepserphreo, quo regnante pythagoras in Aegypto fuit, LXXXV pedum et dodrantis praeter basim eiusdem lapidis; is vero, quem in campo Martio, novem pedibus minor, a Sesothide. inscripti ambo rerum naturae interpretationem Aegyptiorum philosophia continent*. 72. *Ei, qui est in campo, divus Augustus addidit mirabilem usum ad deprendendas solis umbras dierumque ac noctium ita magnitudines*. Os obeliscos implicavam navios especialmente construídos, como o que foi depois exposto a título de maravilha (36.70: *divus Augustus eam, quae priorem advexerat, miraculi gratia Puteolis perpetuis navalibus dicaverat*). Sobre a reconstrução de Roma, ver Aug. Anc.19-21.

Neste passo, e para além da antítese entre o nível humano e o nível divino, a ocorrência do termo *maiestas* configura em Augusto uma entidade superior e numinosa já entrevista a propósito dos prodígios e presságios e da garantia da *annona*, portanto merecedora de formas de veneração condizentes e portadora de uma nova era, com a celebração dos jogos seculares de 17 a.C. (7.159)³⁵.

Esta sugestão de personalidade carismática recorre em vários apontamentos que configuram manifestações de adulação, lealdade e culto: jogos votivos pelo restabelecimento de Augusto em 9 d.C. (7.158); dedicação de três altares na região hispânica dos tamarcos (4.111 *tres arae Sestianae Augusto dicatae*); de um templo no Palatino, por iniciativa de Lúvia Augusta completada com a exposição de uma raiz de cinamomo de peso invulgar (12.94); imposição do nome de Augusto a uma variedade nobre de papel, até aí chamado hierático por ser exclusivamente reservado para textos religiosos (13.74); designação de *Augusteum* para uma variedade de mármore egípcio (36.55); consagração de estátuas do imperador em prata (33.151 *adulatione*)³⁶; estátua colossal de Apolo no templo de Augusto, erigido por iniciativa de Lúvia e Tibério (34.43), onde os mesmos haveriam de expor as estátuas de Jacinto, trazida de Alexandria por Augusto, e de Dánae (35.131); referência a estátuas de Augusto talhadas em obsidiana, uma pedra mágica, e à consagração, pelo mesmo Augusto, de quatro elefantes em obsidiana no templo da Concórdia (36.196).

Nestas referências, para além da divinização do próprio Augusto, o imperador é colocado em especial relação com a Concórdia e com Apolo, deus que lhe enviou diretamente um signo de predestinação, o ramo de louro que o imperador iria usar na palma e na coroa triunfais (15.130).

E, falando de coroas, este é mais um dos motivos de engrandecimento de Augusto, que em 27 a. C. recebeu do senado a coroa cívica. O comentário de Plínio deixa entrever em Augusto a figura do salvador universal. E como um gesto nunca vem só, o senado acrescentou a essa distinção a coroa obsidional³⁷. Que tal distinção tenha deixado depois de ser atribuída, só mostra a singularidade do último detentor.

5. AUGUSTO CONSTRUTOR E ORGANIZADOR DO IMPÉRIO

Vários apontamentos comprovam as iniciativas de Augusto no domínio militar e político com o objetivo de alargar e consolidar o império romano, simultaneamente esmaltando nele a imagem de um dominador universal, à imitação de Alexandre (*Alexandri imitatio*).

Tal ideia concretiza-se no próprio desejo de propagandear conquistas infindas e leva à criação de troféus militares, com as respetivas epígrafes. Em Plínio é oferecida ao leitor a inscrição do troféu alpino, conhecido como troféu de la Turbie, a norte do Mónaco (*Nat.*3.136-137):

IMP. CAESARI DIVI FILIO AVG. PONT. MAX. IMP. XIII. TR. POT. XVII. S. P. Q. R. QVOD EIVS DVCTV AVSPICIISQVE GENTES ALPINAE OMNES QVAE A MARI SVPERO AD INFERVM PERTINEBANT SVB IMPERIVM P. R. SVNT REDACTAE. GENTES ALPINAE DEVICTAE TRVMPILINI. 137. CAMVNNI. VENOSTES. VENNONETES. ISARCI. BREVNI. GENAVNES. FOCVNATES. VINDELICORVM GENTES QVATTVOR. COSVANETES. RVCINATES. LICATES. CATENATES. AMBISONTES. RVGVSCI. SVANETES. CALVCONES. BRIXENETES. LEPONTI. VBERI. NANTVATES. SEDVNI. VARAGRI. SALASSI. ACITAVONES. MEDVLLI. VCENNI. CATVRIGES. BRI-

³⁵ Com a novidade da dança com toga do mimo Estefanião, o qual viria a sofrer castigo por se deixar servir à mesa por matronas (cf. Suet. *Aug.*45.7: *Stephanionem togatarium*). Sobre a celebração dos Jogos Seculares, ver *Aug. Anc.*22.2.

³⁶ Ver *Aug. Anc.*4.51: mandou fundir cerca de 80 estátuas em prata para oferecer tripodes em ouro para Apolo Palatino (cf. Suet. *Aug.*52.1).

³⁷ *Nat.*16.8: *dedit hanc Augustus coronam Agrippae, sed civicam a genere humano accepit ipse*; 22.13: *ipsum Augustum M. Cicerone filio consule idibus Septembribus senatus obsidionali donavit; adeo civica non satis videbatur. nec praeterea quemquam invenimus donatum*. Cf. *Aug. Anc.*34.

GIANI. SOGIONTI. BRODIONTI. NEMALONI. EDENATES. VESVBIANI. VEAMINI. GALLITAE. TRIVLLATI. ECDINI. VERGVNNI. EGVI. TVRI. NEMATVRI. ORATELLI. NERUSI. VELAVNI. SVETRI.

Com o seu vasto elenco de povos (*GENTES ALPINAE DEVICTAE*) submetidos ao império do povo romano (*SVB IMPERIVM P. R.*) nos Alpes Cócios por Augusto, a dar a imagem de um grande conquistador e propagador do império romano³⁸, a epígrafe encerra a descrição da Itália, de imediato louvada em termos que não podem deixar de valorizar esta conquista (*Haec est Italia diis sacra*).

O alargamento do território tem outros cenários, como a exploração militar promovida por Augusto na Etiópia (6.181 *intravere autem et eo arma Romana Divi*). As expedições militares (*arma Romana*), comandadas pessoalmente ou sob os seus auspícios, com frequência envolvem uma preparação científica e são geradoras de conhecimento e fonte de informação (*sequi placet*)³⁹, como bem se regista em *Nat.*6.141:

hoc in loco gentium esse Dionysium, terrarum orbis situs recentissimum auctorem, quem ad commentanda omnia in orientem praemiserit Divus Augustus ituro in Armeniam ad Parthicas Arabicasque res maiore filio, non me praeterit nec sum oblitus sui quemque situs diligentissimum auctorem visum nobis introitu operis: in hac tamen parte arma Romana sequi placet nobis lubamque regem, ad eundem Gaium Caesarem scriptis voluminibus de eadem expeditione Arabica.

Desta terra era Dioniso, o mais recente autor de uma descrição do orbe terrestre, pelo Divino Augusto previamente enviado ao oriente para fazer um comentário geral para o seu filho mais velho, que preparava uma campanha na Arménia e nas regiões da Pártia e da Arábia; e não me esqueço do que afirmei no prefácio da narrativa: cada autor é o melhor testemunho da sua terra. Todavia, para esta região, apraz-me seguir as armas romanas e o rei Juba, que para esse Gaio César escreveu alguns volumes acerca desta expedição à Arábia.

A expressão *terrarum orbis* remete para uma visão universal, ecuménica, que deixa entrever um paralelo com a imagem de *kosmokrator* de Alexandre Magno, e para o desejo de o imitar (*imitatio Alexandri*) ou até suplantar.

Esta última orientação ideológica – comparar-se com Alexandre e superar os rivais que também com ele se comparavam –, transparece num apontamento tão simples como a competição com Pompeu quanto ao número de feras apresentadas em jogos (*Nat.*8.64: Pompeu oferece 410 panteras; Augusto 420) e torna-se explícita em vários passos.

Começamos pela referência ao túmulo erigido por Augusto ao seu cavalo, também celebrado num poema de Germânico (8.155). Facilmente se reconhece aqui um paralelo com o cavalo Bucéfalo, ao qual Alexandre Magno fez um túmulo e dedicou a cidade homónima (8.154: *rex defuncto ei duxit exequias urbemque tumulo circumdedit nomine eius*).



Alexandre Magno. Carlsberg Glyptotek. (Foto do autor).

³⁸ Comparar a expressão *SVB IMPERIUM P. R.* com *Aug. Anc.*, incipit: *Rerum gestarum divi Augusti, quibus orbem terrarum imperio populi Romani subiecit*; *Anc.*25, sobre as conquistas e campanhas augustanas; e *Anc.*30.2, sobre a Dácia.

³⁹ Sobre conhecimento relacionado com campanhas militares e respetiva propaganda, escreve R. K. Sherk, 1974, 543: «Not only did Roman arms pacify, unite and open up vast territories for geographical exploration, but also the Roman commanders were themselves often directly involved in the dissemination of the newly acquired facts»; cf. Grüniger, 1976, 62-63; Cl. Nicolet, 1988, 97-100; F. Oliveira, 1992, 200-207.

A imitação de Alexandre Magno é mesmo explicitada a propósito do sinete de Augusto. De facto, de início o imperador autenticava com uma esfinge gravada numa esmeralda (37.9), substituindo-a posteriormente por uma imagem de Alexandre Magno (37.10: *Alexandri Magni imagine signavit*); segundo Suetónio (*Aug.50: Dioscuridis manu sculpta, qua signare insecuti quoque principes perseverarunt*), a imagem de Alexandre viria a ser substituída por uma efígie do próprio Augusto, o que, parecendo um retrocesso, afinal também é pura imitação de Alexandre (37.8). Esta efígie fora gravada por Dioscúrides, artista célebre, e adotada pelos imperadores vindouros (*quique divi Augusti imaginem simillime expressit, qua postea principes signant, Dioscurides*). No seu contexto e sequência, este enunciado implica a consagração de Dioscúrides como cinzelador, acaso exclusivo. Mais um sinal da *imitatio Alexandri*, que reservara para Pírgoteles o privilégio de poder gravar o seu retrato numa esmeralda⁴⁰.

Que os pósteros viam em Augusto um émulo de Alexandre, prova-o Cláudio, quando manda decapitar estátuas de Alexandre para no busto colocar a cabeça de Augusto (*Nat.35.94: Claudius pluris existimavit utrisque excisa Alexandri facie divi Augusti imagines addere*).

6. CONCLUSÕES

De modo geral, pode dizer-se que a imagem de Augusto transmitida pelo Naturalista é positiva, mesmo tendo em conta os apontamentos menos favoráveis retirados da fisiognomonía e da *entourage*, ou as mazelas e infortúnios elencados no livro VII (7.147-150). De facto, neste último caso, por um lado, Plínio entende expandir a sua visão pessimista sobre a condição humana ao mostrar que, mesmo nos exemplos geralmente aceites como de felicidade, afinal existem sempre aspetos menos felizes; por outro, tais mazelas são parcialmente enquadradas em categorias positivas da ideologia do principado, na medida em que são tidas como exemplos de *cura* e *sollicitudo*, temas que definem o bom governante. Para essa perspetiva concorre a imagem teórica do governante como *medicus*.

É de igual modo possível identificar um cânone de virtudes que se podem aplicar à imagem do bom governante. E na verdade encontramos, explícito ou implícito, um bom elenco, que deixa entrever nele um *primus inter pares*, um imperador justo, corajoso, piedoso, sábio e temperante: *affabilitas; comitas; humanitas; iustitia; pietas erga parentes, erga deos, erga patriam; fortitudo; sapientia; simplicitas*.

Como meios de governação, Augusto mostra-se um governante evergeta, construtor e embelezador de Roma, dilatador e organizador do império, portador do bem-estar público e protetor das artes e ciências, aparecendo ainda como *iudex ingenii*. Além disso, Augusto valoriza a arte na perspetiva da sua utilização social, tornando a pintura digna de entrar na *domus regia*.

Mas Augusto também sabe usar a dissimulação e a propaganda. Neste último aspeto, o imperador é relacionado com três temas de grande significado político: a *imitatio Alexandri*; a iconografia da Vitória (inscrições e troféus, templos, triunfos, distinções militares; a preferência por divindades como Apolo, Neptuno, Vénus, Castor e Pólux, e a lemas da sua própria propaganda sobre a Paz, como Concórdia e Jano.

Enfim, para o Naturalista, Augusto, figura central na história do império romano, torna-se um paradigma duplo. Exemplo ético: nenhuma felicidade é sólida; modelo político: a governação do imperador foi salutar⁴¹.

E não fique por observar que, apesar da perda da obra histórica de Plínio, a *História Natural* se revela como fonte de informação, e muito importante, para a compreensão de historiadores futuros, como Suetónio ou Tácito.

⁴⁰ *Nat.7.125: idem hic imperator edixit ne quis ipsum alius quam Apelles pingeret, quam Pyrgoteles scalperet, quam Lysippus ex aere duceret; cf. Hor. Ep.2.1.237-224.*

⁴¹ Frases lapidares: *solida felicitas non est (Nat.7.131); 2.94: si verum fatemur, salutare id terris fuit.*

BIBLIOGRAFIA*

- ANDRÉ, J. (1981): *Anonyme latin. Traité de Physiognomonie*, Paris.
- GRÜNINGER, G. (1976): *Untersuchungen zur Persönlichkeit des älteren Plinius. Die Bedeutung wissenschaftlicher Arbeit in seinem Denken*, Freiburg.
- HOOFF, A. J. L. van (1990): *From Autothanasia to Suicide. Self-Killing in Classical Antiquity*, London.
- NICOLET, C. (1988): *L'inventaire du monde. Géographie et politique aux origines de l'Empire romain*, Paris.
- OLIVEIRA, F. (1992): *Les idées politiques et morales de Pline l'Ancien*, Coimbra.
- OLIVEIRA, F. (2004): «Biografia dos Imperadores romanos em Plínio o Antigo», in A. P. Jiménez, J. R. Ferreira, M. C. Fialho, eds., *O retrato e a biografia como estratégia de teorização política*, Coimbra — Málaga pp. 115-130.
- ROSUMEK, P.; NAJOK, D. (1996), *Concordantia in C. Plinii Secundi Naturalem Historiam*, Hildesheim.
- SHERK, R. K. (1974), «Roman Geographical Exploration and Military Maps», *ANRW* II.1, pp. 34-562.

* Para a *História Natural*, a edição base é a da Teubner, mas foram compulsadas as edições Budé, incluindo comentários e notas, juntamente com a Loeb e os volumes publicados pela Gredos).

EL TERRITORIO GALAICO DURANTE LAS GUERRAS CÁNTABRAS: NUEVAS PERSPECTIVAS*

* El presente trabajo se ha elaborado en el marco del Proyecto de I+D, financiado por el Ministerio de Economía y Competitividad, HAR2011-24095: *Campamentos y territorios militares en Hispania (PRATA)*, dirigido por Ángel Morillo Cerdán.

ÁNGEL MORILLO

(Universidad Complutense de Madrid/Universidade de Porto)

AUGUSTO Y LA «GUERRA DE HISPANIA» (29-19 a.C.): DE LA POLÉMICA HISTORIOGRÁFICA A LA NUEVA GEOGRAFÍA DE LA CONQUISTA

Hispania fue un territorio de frontera para el Estado romano durante dos siglos, desde el año 218 al 19 a.C. Sin embargo, durante este largo periodo no podemos hablar de la existencia de un sistema fronterizo estructurado entre los territorios indígenas y aquellos que se encontraban bajo el dominio de Roma. Los campamentos documentados de este periodo, cuyo número se ha incrementado notablemente durante los últimos años, son recintos en su mayoría de campaña, que se ubican en zonas donde el conflicto con los pueblos prerromanos o la propia lucha civil entre distintos ejércitos romanos tuvo un carácter más virulento (Morillo, 2003, 73; Morillo, 2008). Sin embargo, ya durante el siglo I a.C. parece que se verifica una mayor permanencia del ejército en algunas zonas concretas, sin duda vinculada al comienzo de la explotación de los recursos naturales, si bien la tipología de dichos establecimientos aún está en proceso de definición (Morillo y Adroher, 2014 y 2014b).

Las guerras cántabras, acometidas por Augusto entre el 29 y 19 a.C., fueron la última gran contienda librada por Roma en Hispania. Su consecuencia fue la incorporación de los territorios septentrionales de la Península Ibérica. La conquista de los pueblos septentrionales hispanos, además del componente geoestratégico que suponía rematar la conquista de la Península y de esta manera liberar tropas para otros cometidos en las fronteras septentrionales (Morillo, 2009, 240), tuvo una indiscutible finalidad política y propagandística, que se refleja incluso en la presencia del propio emperador en el escenario peninsular. En la guerra participaron al menos seis legiones a lo largo de diferentes fases: *I ¿Augusta?*, *II Augusta*, *V alaudae*, *VI victrix* y *X gemina* debieron participar en las campañas del 26-25 a.C., mientras la *III Macedonica* llega a la Península para las operaciones de *Agrippa* del 19 a.C. No cabe duda que debieron existir asimismo otros factores económicos añadidos, como el interés por la explotación de los recursos auríferos regionales.

Tan sólo hace algo más de una década apuntábamos la ausencia de campamentos que pudiéramos atribuir con certeza al periodo de las guerras cántabras (Morillo, 1996, 72), planteamiento que hoy en día ha cambiado de forma radical, lo que constituye una de las mayores novedades de la arqueología militar hispana en su conjunto.

Tal y como hemos planeado en un reciente estudio, diferentes problemas arqueológicos y metodológicos han afectado al conocimiento de las guerras cántabras (Morillo, 2014, 136). No cabe duda que la ausencia de prospecciones sistemáticas hasta hace pocos años ha sido responsable en buena medida de esta carencia documental. Pero existen además diversas razones objetivas, como la dificultad de documentar evidencias arqueológicas del ejército romano en campaña. Las tropas se desplazan rápidamente de un escenario a otro siguiendo las necesidades de la guerra, por lo que la mayor parte de sus establecimientos debían ser temporales, ocupados durante un espacio de tiempo muy corto y contruidos en madera y tierra, estructuras que dejan pocos huellas visibles en el terreno. Su ajuar material además es muy limitado y en su mayoría transportable. El avituallamiento del ejército romano en sus campañas contra cántabros y astures debió revestir además especial dificultad teniendo en cuenta la geografía regional y el alejamiento de los centros productores y de las grandes vías de comunicación marítimo-terrestres (Morillo, 2002, 71-72; Morillo, 2006, 37-38). La posibilidad real de documentar tanto estructuras constructivas como materiales, se ve en principio seriamente limitada. Por otra parte, no debemos olvidar además que las características geográficas y climáticas del norte de la Península, donde predominan los suelos rocosos ácidos y grandes oscilaciones térmicas, no facilitan la conservación ni la identificación posterior de recintos militares temporales.

Otras limitaciones al conocimiento arqueológico derivan del retraso en el campo de la arqueología militar romana, imputable tanto al desconocimiento de la bibliografía extranjera más relevante sobre esta cuestión (Morillo, 2008b, 109, nota 4)¹, como al peso de determinadas concepciones ideológicas muy presentes hasta hace pocos años, que afectaban a la propia idea sobre la romanización (Fernández Ochoa y Morillo, 2002 y 2007). El resultado más visible ha sido el desconocimiento hasta finales de los años ochenta del modelo de implantación militar de época augustea y julio-claudia en Hispania, que ha llevado a buscar recintos «canónicos» rectangulares con esquinas redondeadas de forma indiscriminada, sin plantearse siquiera que los campamentos no adoptan esta planta hasta mediados del siglo I d.C. (Morillo, 2014, 136). Otra de las limitaciones más evidentes de esta fuente es precisamente que en el contexto de campañas militares como las llevadas a cabo contra cántabros y astures, los testimonios epigráficos son lógicamente muy escasos, especialmente en momentos en que la práctica no está tan extendida entre las unidades militares como en épocas posteriores (Morillo, 2005, 20).

Perdido el relato de Tito Livio, las fuentes clásicas conservadas sobre la conquista de cántabros y astures, inspiradas sin duda en éste, ofrecen poco más que algunos datos inconexos y a menudo contradictorios sobre el desarrollo y los diferentes escenarios de las operaciones militares. Los relatos de Estrabón, Dion Cassio, Floro y Orosio² guardan silencio sobre aspectos básicos para el conocimiento de la estrategia romana de conquista, como la identidad de las legiones desplazadas al norte de Hispania en cada fase. El silencio de las fuentes se convierte en la principal dificultad para reconstruir la historia militar romana, los lugares de procedencia de los efectivos, sus movimientos y traslados, las vías a través de las que se efectuaron los desplazamientos, los cometidos concretos encargados a cada unidad o las circunstancias de su victoria o derrota en la batalla (Morillo, 2014, 134).

La parquedad de los relatos sobre este acontecimiento ha dado lugar a muy diferentes interpretaciones por parte de historiadores como Syme, Schulten, Tranoy, Roldán, Rodríguez Colmenero o Le Roux (cf. Morillo, 2014, 134-135, con bibliografía anterior), sin base arqueológica alguna, que se centran principalmente en las campañas del 26-25 a.C. A partir de comienzos de los años ochenta es evidente que esta vía de análisis sobre los acontecimientos de las guerras cántabras,

¹ Desgraciadamente dicho «olvido» de la bibliografía foránea, tanto en lo referente a la justificación metodológica y terminológica, como en la búsqueda de paralelos para contextualizar estructuras y materiales, ha sobrevivido en casos muy concretos hasta nuestros días.

² Estrabón, *Geog.* III; Dion Cassio, *Hist. Rom.* LI-LIV, Floro, *Epit.* II, 33, 46-60; Orosio, *Hist.* VI, 21.

propia de una «arqueología filológica» afortunadamente ya superada (Morillo, 1993, 381), se había agotado.

No obstante, en los últimos años se han producido progresos muy significativos en este campo, que constituyen una de las mayores novedades de la arqueología militar hispana en su conjunto. En el año 1996, se identificaron arqueológicamente los primeros campamentos de campaña asociados directamente con las guerras cántabras (Peralta, 1999), a los que se han ido añadiendo un número creciente de recintos militares romanos y de asentamientos indígenas con evidencias de asedio (Peralta, 1999; 1999b; 2000; 2001; 2001b; 2002; 2006 García Alonso, 2002; 2006; Cepeda, 2006 y 2006b; Serna Gancedo *et al.*, 2010; Fernández Vega y Bolado del Castillo, 2011) (Fig. 1).

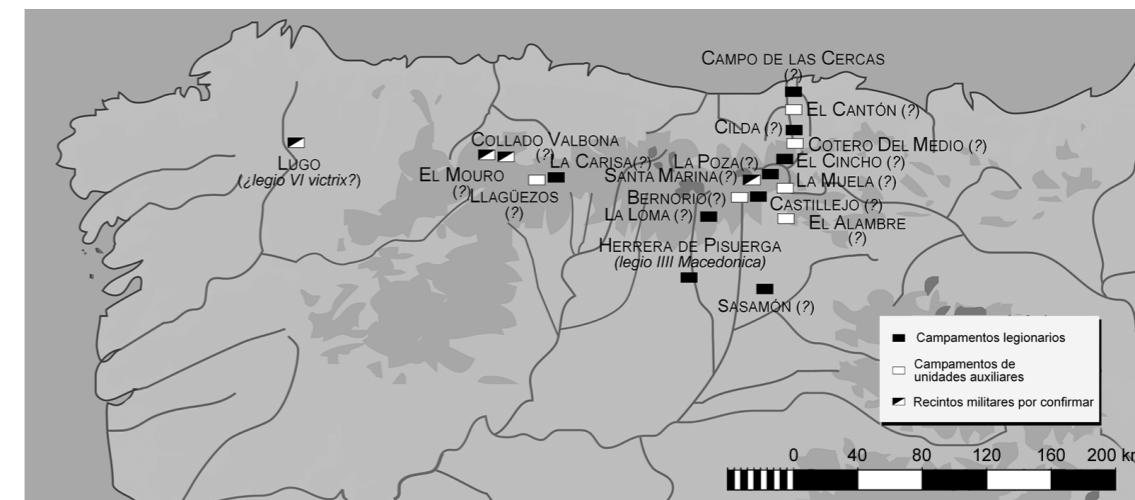


Fig. 1. Campamentos romanos del periodo de las guerras cántabras (A. Morillo).

De cualquier forma, gracias a estas nuevas evidencias, podemos ya aproximarnos de una forma más rigurosa a la estrategia de conquista del territorio cántabro en el año 26 a.C. Teniendo en cuenta la posición geográfica del campamento base en Sasamón, es más que probable que, de las tres columnas armadas que penetraron en el territorio cántabro según las fuentes, la central, comandada por el propio Augusto, lo hiciera remontando el valle del río Pisuerga, la principal vía de comunicación entre la Meseta y las montañas cántabras. La columna occidental remontaría el valle del Carrión hacia las elevaciones montañosas de los Picos de Europa, donde se ha localizado tradicionalmente el *Mons Vindius* citado por las fuentes. Por su parte, la columna oriental debió rodear el territorio cántabro para penetrar al sudeste del mismo, remontando el río Ebro. Los hallazgos arqueológicos permiten hoy en día sostener esta hipótesis con datos científicos. A norte del Ebro, las tropas romanas penetraron en la vertiente costera por la Sierra del Escudo. Dentro de la estrategia augustea de dominio de los territorios transmontanos el *modus operandi* parece ser el avance sobre las máximas elevaciones de las cordales que penetran profundamente en el territorio enemigo, descendiendo rápidamente hacia la franja costera. La cordal que separa los valles del Besaya y Luena-Toranzo parece concentrar el principal esfuerzo bélico del potente ejército romano. Dichas elevaciones ofrecen al ejército romano la ventaja táctica de situar al enemigo, cuyos principales asentamientos parecen encontrarse precisamente en estas cordales, siempre en posición más desventajosa, en alturas iguales o más bajas. Por otra parte el avance en altura permite el control visual absoluto del territorio circundante (Morillo, 2014, 142). Ningún testimonio arqueológico avala por el momento el desembarco de la llamada *classis Aquitanica* en algún punto de la costa durante el *bellum Cantabricum*³ (Morillo, 2002, 74-75).

³ Mencionada en Estrabón (*Geog.* III, 4, 18), Floro (*Epit.* II, 33, 46) y Orosio (*Hist.* VI, 21, 4).

Por el momento el registro arqueológico se muestra mucho más parco en descubrimientos en lo relativo al frente astur, atacado durante el 25 a.C. Junto al campamento del Castichu de La Carisa (Lena, Asturias) (Camino *et al.*, 2005), tal vez de este momento, se ha identificado otro asentamiento de este tipo, situado a escasos kilómetros de La Carisa, el denominado Collá Propinde o LLAGÜEZOS (Didierjean *et al.*, 2014, 158-159; Camino y Martín Hernández, 2014). La datación dentro de este periodo de conquista de otros recintos militares que se están dando a conocer (González Álvarez *et al.*, 2008 y 2011; Didierjean *et al.*, 2014, 159-162; Ron, 2011; Menéndez Blanco *et al.*, 2011), aún está por confirmar, no pudiendo descartar que se trate de acantonamientos posteriores. El ataque al territorio de los astures debió hacerse tanto con tropas llegadas a la provincia Citerior con Augusto como con las unidades que P. Carisio comandaba, llegadas de la Ulterior a través de los actuales Galicia y norte de Portugal (Morillo, 2014, 145).

Mucho más difíciles de reconstruir, hoy por hoy, son las campañas de los años 23-22 a.C. y 19 a.C. debido a la escasez de evidencias arqueológicas, aunque es más que probable que algunos de los recintos identificados e incluidos en la campaña del 26-25 a.C. correspondan en realidad a momentos posteriores. Algunas evidencias numismáticas apuntan hacia ocupaciones o reocupaciones de algunos acantonamientos posteriores a la campaña del 26-25 a.C. (Morillo y Fernández Ochoa, 2005, 168), si bien algunos arqueólogos han optado por datar por automatismo durante la primera fase de la guerra los campamentos romanos identificados en el ámbito de la Cordillera Cantábrica. Buen ejemplo ha sido el asentamiento de La Carisa, datado en principio en el 25 a.C., año del sometimiento astur (Camino *et al.*, 2005, 199-205) (Fig. 2). El hallazgo de una moneda acuñada en *Emerita Augusta* entre el 25-23 a.C. (Gil Sendino y García-Bellido, 2006) ha llevado a plantear la hipotética existencia de dos fases constructivas, una primera fase del 26-25 a.C., y otra posterior, tal vez de la sublevación del 23-22 a.C., a la que correspondería la moneda citada (Camino *et al.*, 2006, 444). Dicha hipótesis por el momento no está avalada por la publicación de restos constructivos superpuestos o cronoestratigrafías concluyentes, que esperamos conocer en un futuro.

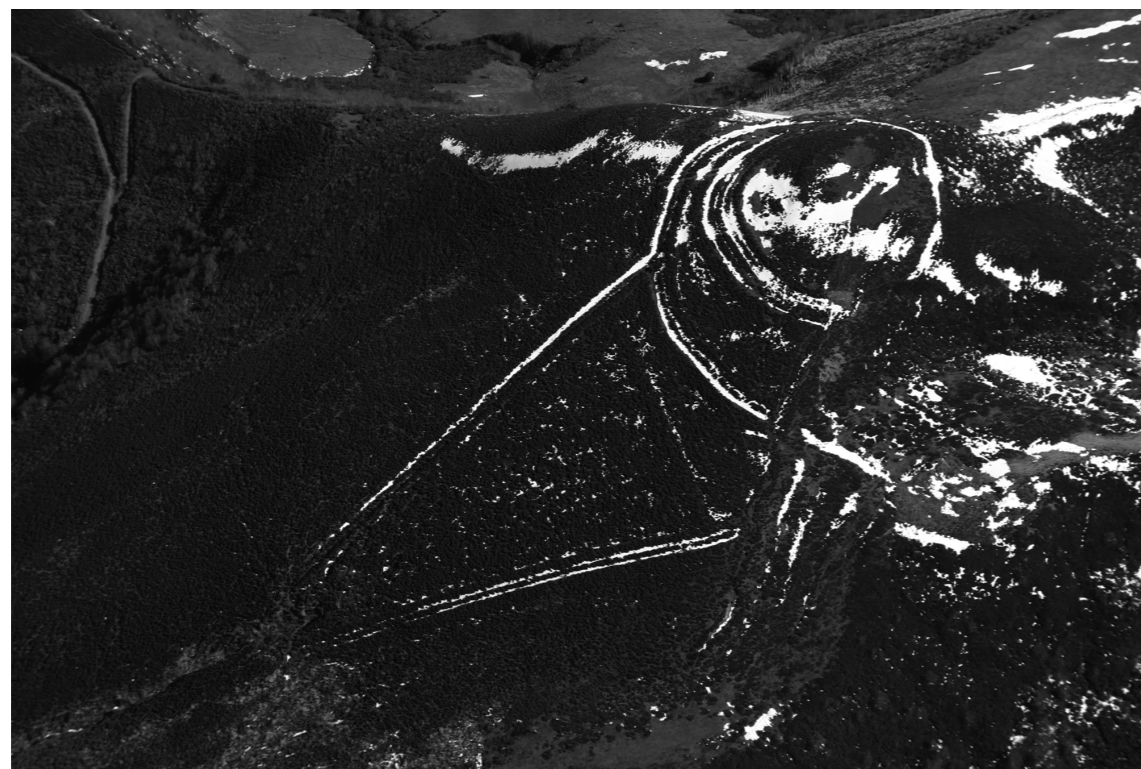


Fig. 2. Campamento de Monte Curriechos o La Carisa (Lena, Asturias) (Fotografía: A. Morillo).

Peor documentada desde el punto de vista arqueológico se encuentra la campaña de Agripa del año 19 a.C., que quebró definitivamente la resistencia de los cántabros. Tan sólo Herrera de Pisuerga parece situarse desde el punto de vista estratigráfico en el horizonte de las operaciones comandadas por el yerno de Augusto (Morillo *et al.*, 2006, 316).

Es necesario aclarar numerosas cuestiones de diacronía estratigráfica en los nuevos campamentos documentados para interpretar más correctamente todo el proceso, lejos de las posiciones maximalistas o apriorismos interpretativos (Fernández Ochoa y Morillo, 2007, 18).

La finalidad científica sería distinguir tres tipos de asentamientos militares: los de la campaña del 26-25 a.C.; los de del 22-23 y los del 19 a.C.; y los campamentos o fuertes ulteriores para el control y la vigilancia del territorio recién conquistado. Asimismo queda pendiente la identificación de las unidades militares romanas implicadas en cada momento y en cada escenario, cuestión difícil de resolver.

Tampoco desde el punto de vista de la técnica de castramentación los campamentos augusteos se apartan del modelo republicano. Los recintos son en su mayoría poligonales, con plantas todavía no regularizadas, construidos en madera y tierra, normalmente con sistemas de *agger* de tipo *fossae duplex*, entradas en *clavicula* y *tituli*. Sus medidas oscilan entre las 18 y 25 ha, para los campamentos legionarios, y las 5-6 ha, para los acantonamientos auxiliares. Esta variabilidad en plantas y dimensiones, todavía no ajustadas a las medidas canónicas de época imperial, nos indican claramente que las guerras cántabras fueron en este sentido un fructífero campo de experimentación en el ámbito de la castrametación. Más adelante, los avances en este ámbito se trasladarán a los *limites* septentrionales del Imperio (Morillo, 2009, 243).

Por otra parte poco a poco van conociéndose evidencias acerca de la respuesta indígena como castros asediados, si bien todavía queda mucho por avanzar en este sentido ante la pluralidad de comportamientos de las comunidades indígenas ante la presencia romana (Morillo, 2014, 140-142).

LOS TEXTOS SOBRE LA CONQUISTA DE LOS GALAICOS Y LAS RECONSTRUCCIONES HISTORIOGRÁFICAS CONTEMPORÁNEAS

Una de las cuestiones que una lectura detenida de las escasas fuentes disponibles sobre las guerras cántabras deja perfectamente clara, es que los pueblos contra los que Roma dirige sus fuerzas son cántabros y los astures, que habitaban un territorio de transición que se extendía desde las orillas del mar cantábrico hasta las llanuras de la Meseta norte, limitado al oeste por los Montes de León. El territorio de los galaicos no se vio involucrado de forma directa en la contienda (Morillo, 2002, 71; Morillo, 2011, 12). Así lo reflejan las interpretaciones más respetuosas con los datos de los textos.

Ya en el 206 a.C., la entrada de *Gadir* (Cádiz) en la órbita romana va a convertir a esta nueva potencia en heredera directa de la política e intereses comerciales de la vieja ciudad fenicia en las costas oceánicas. Las costas atlánticas peninsulares entran de esta manera indirectamente en los intereses romanos, integrándose dentro de los circuitos comerciales y convirtiéndose en una auténtica frontera política del Estado romano, por lo que los pueblos que habitaban este espacio debieron irse familiarizando a partir de ese momento con Roma como potencia colonial, a pesar de que el agente directo fueran principalmente los navegantes gaditanos (Morais, 2007; Fernández Ochoa y Morillo, 2013, 63). Los hallazgos de comercio mediterráneo en la fachada atlántica de la Península Ibérica, especialmente abundantes a partir del siglo IV a.C., se incrementan notablemente desde comienzos del siglo II a.C., incorporando un número creciente de mercancías de origen itálico (Naveiro, 1991, 130-131; González Ruibal, 2006/07, 262-269, 512-523).

La República impulsa además diversas expediciones con fines claramente militares. La primera de estas fue la de Polibio quien, a mediados del siglo II a.C., realiza un periplo en dirección norte a partir del Estrecho de Gibraltar, siguiendo una ruta que contorneó las costas atlánticas

peninsulares y alcanzó la Galia⁴. Desgraciadamente su relato no se conserva (Fernández Ochoa y Morillo, 2013, 63). El progreso en el conocimiento de la fachada atlántica peninsular entre los historiadores y geógrafos grecolatinos queda de manifiesto en el papiro hallado hace algunos años que contiene un mapa y varios pasajes de la *Geografía* de Artemiodoro de Éfeso, algunos de ellos relativos a la Península Ibérica. Este geógrafo, que realizó diversos viajes por las costas hispanas, publicó su obra entre el 104 y 101 a.C. (Kramer, 2006, 98 y 102-105).

En el año 137 a.C. tiene lugar la campaña terrestre de D. Julio Bruto contra los galaicos⁵, que supuso la exploración de las áreas interiores meridionales entre el Duero y el Miño, alcanzando el *Lethes*, el *flumen Oblivionem*, que se suele identificar con el Limia. La expedición continúa hasta el río *Minius* (Miño), donde Bruto retrocede después de ser testigo del hundimiento del sol en el Océano, hecho al que se le atribuye un claro sentido simbólico de *finis terrae*.

En el 96-94 a.C. se sitúa una nueva intervención militar en el Noroeste peninsular. Nos referimos a la de P. Licinio Craso, procónsul de la Hispania Ulterior, destinada a localizar las famosas islas del estaño, las *κασσιτερίδες*⁶. Craso obtuvo en el 93 a.C. un triunfo «sobre los lusitanos», lo que indicaría, por una parte, que la expedición tuvo una finalidad militar indiscutible y, por otra, que la distinción entre lusitanos y galaicos aún no estaba muy clara.

Años más tarde, entre los años 61-60 a.C., César, propretor de la Ulterior, extiende el dominio político romano hasta el Golfo Ártabro. Tras acometer diversas campañas a ambos lados del Duero, la flota gaditana al mando de L. Cornelio Balbo le permite llegar a *Brigantium* (A Coruña)⁷. Seguramente dicha cita se refiera al desembarco al fondo de la rada coruñesa, al pie del castro prerromano de Elvira (Bello y González Afuera, 2008), ya que la arqueología retrasa la fundación del asentamiento romano hasta varias décadas más tarde. Los conocimientos de los marinos de *Gades* respecto a la ruta atlántica debieron desempeñar un papel fundamental en dicha expedición (Chic, 1995, 62) (Fig. 3).

Las fuentes guardan silencio a partir de ese momento. Casi la única mención en las guerras cántabras a la *Gallaecia* es una problemática referencia de Orosio a que las campañas augusteas tuvieron lugar en *ulteriores Gallaeciae partes*⁸, sobre la que volveremos más adelante. A partir de dicha referencia se han elaborado los relatos contemporáneos en los que el territorio de los galaicos fue un importante escenario de la contienda contra «cántabros y astures», fundamentalmente el de Schulten.

El investigador alemán, que elabora su hipótesis durante los años cuarenta del siglo XX, extiende las campañas augusteas a todo el cuadrante Noroeste, desde la desembocadura del Duero a los límites de la depresión vasca, incluyendo a los pueblos galaicos en el teatro de operaciones y planteando la existencia de campamentos en Lugo y Braga, donde más tarde se levantarían las ciudades de *Lucus Augusti* y *Bracara Augusta* respectivamente (Schulten, 1943, 174). Dicha hipótesis arraigo con fuerza en la historiografía, aunque fue fuertemente contestada por numerosos autores, en particular Rodríguez Colmenero (1979), quien situó definitivamente las guerras en sus correctos parámetros espacio-temporales. Sin embargo, todavía en 1982, con ocasión de la celebración de la exposición conmemorativa del *Bimilenario de la Conquista del Norte de Hispania*, se incluye el territorio galaico dentro del escenario de la contienda, debido a la «necesidad» de ubicar el episodio de Monte Medullio a orillas del Miño (o del Sil) (VV. AA., 1982, 43-45, fig. 47).

Actualmente, el silencio de las fuentes se interpreta como una prueba de que toda la costa galaica y la mayor parte de las planicies interiores, bien comunicadas con la costa, especialmente en la *Gallaecia* meridional, pero también en la actuales provincias de Pontevedra, Orense y A Coruña,

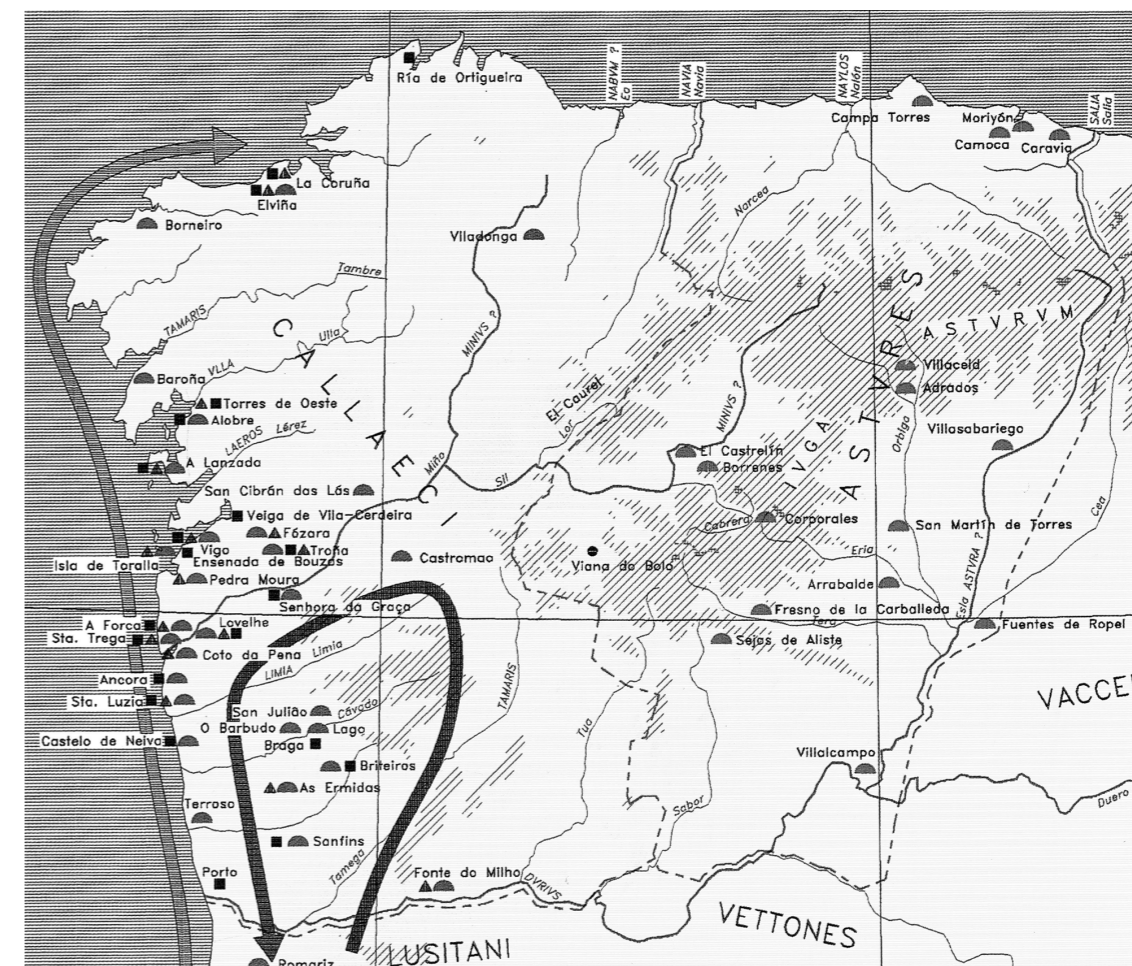


Fig. 3. Asentamientos prerromanos y expediciones al territorio galaico con anterioridad a las guerras cántabras (Orejas et al., 2000, 116, fig. 126).

se hallaban ya bajo el dominio romano a mediados del siglo I a.C. Tan sólo los rebordes montañosos de la Cordillera Cantábrica y los Montes de León y, tal vez, la franja costera cantábrica, deberían tal vez quedar fuera de dicho control. A nuestro juicio, en este sentido debemos interpretar la susodicha alusión de Orosio a que las campañas augusteas tuvieron lugar en *ulteriores Gallaeciae partes*:

Por otro lado, los lugartenientes Antistio y Firmio (Furnio) sometieron en singulares y duros combates las partes más alejadas de *Gallaecia*, las cuales, sembradas de montes y bosques, terminan en el océano⁹.

Un poco antes, en un pasaje silenciado y traducido sumariamente por buena parte de la investigación, en el que el propio Orosio se refiere a un «segundo» Océano, sin duda alguna el mar cantábrico, ubica bien a las claras el territorio de cántabros y astures, contra los que lucha Augusto:

Los cántabros y astures constituyen una parte de la provincia de Galicia, en la zona por donde se extiende al norte, no lejos del segundo océano, la prolongación de la cordillera Pirenaica¹⁰.

4. Polibio, *Historiae* III, 16.

5. Tito Livio, *Per. LV*; Apiano *Iber*, 72; Estrabón, *Geog.* III, 3, 1; Plinio, *Nat. Hist.* IV, 112; Floro, *Epit.* I, 33, 12; Orosio, *Hist.* V, 5, 12.

6. Estrabón, *Geog.* III, 5, 11.

7. Dión Cassio, *Historia Romana* XXXVII, 52-53.

8. *Hist.* VI, 21, 6-8.

9. «...praeterea ultiores partes Gallaeciae partes, quae montibus silisque consitae Oceano terminantur, Antistius et Firmius (Furnius) legati magnis gravibusque bellis perdomuerunt», *Hist.* VI, 21, 6-8 (ed. Gredos, trad. E. Sánchez Salor, 1982).

10. «Cantabri et Astures Gallaeciae portio sunt qua extentum Pyrenae iugum haud procul secundo Oceano sub septentrione deducitur», *Hist.* VI, 21, 1 (ed. Gredos, trad. E. Sánchez Salor, 1982).

Aunque algunos investigadores han querido buscar en estas *ulteriores Gallaeciae partes* la referencia al extremo noroeste de Galicia, el *finis terrae*, las dos referencias de Orosio en conjunto muestran bien a las claras que el territorio objeto de ataque por parte de las tropas romanas fue una parte de la *Gallaecia*, provincia en el siglo IV-V d.C., en época del obispo de *Aquae Flaviae* (Chaves). Dicha área se extendía al norte de dicha provincia, a lo largo de costa cantábrica. Y Antistio y Firmio (Furnio), sometieron en diversos momentos del conflicto las partes más alejadas de *Gallaecia*, sin duda las zonas de la provincia bajoimperial adscritas a los astures y tal vez a los cántabros, puesto que sólo se luchó contra estos pueblos. La referencia a que este extremo de la provincia *Gallaecia* donde se luchó estaba sembrado de montes y bosques que terminaban en el «segundo» océano (mar Cantábrico) ilustra bien a las claras que se refiere al territorio montañoso septentrional, correspondiente a la Cordillera Cantábrica y los Montes de León (*iuga Asturum*), zona de contacto entre las actuales Galicia, Asturias y León (Fernández Ochoa y Morillo, 1999, 32). No podemos olvidar que la óptica bajo la que los romanos contemplaban una *tabula picta* no es la misma que empleamos hoy en día, sujeta a convenciones muy diferentes regidas por la orientación norte. Desde el punto de vista de un romano como el geógrafo Ptolomeo, y teniendo en cuenta que la costa septentrional hispana, al igual que los Pirineos, se suele colocar en una dirección sur-norte, es muy posible que se encontraran «más cerca» las tierras galaicas meridionales y costeras, mientras los extremos de *Gallaecia* no se refieran precisamente al *finis terrae* sino a los territorios situados más al este, donde precisamente terminaba *Gallaecia* y comenzaba *Asturia*, en los extremos del *iuga Asturum*. La propia denominación de «segundo océano» para el mar Cantábrico ilustra perfectamente sobre el punto de vista, derivado del propio ritmo del progreso en el conocimiento regional (Fig. 4).

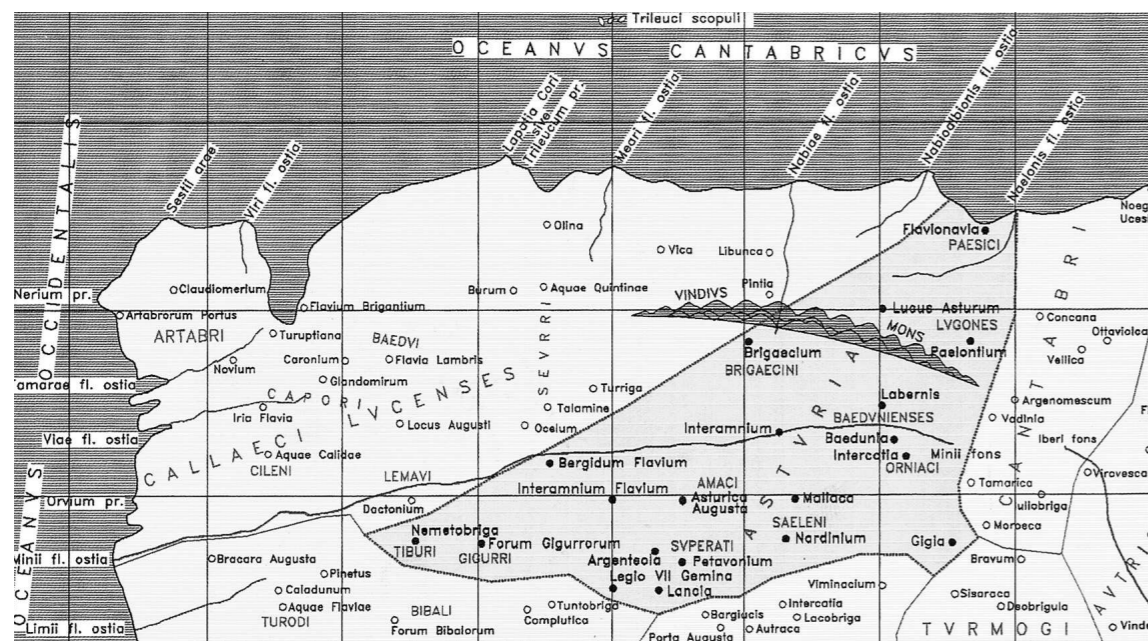


Fig. 4. Imagen de Asturia en el conjunto del noroeste peninsular en la cartografía de Ptolomeo (mediados del siglo II d.C.), en la que se observa perfectamente que el extremo más alejado de los galaicos se encuentra más allá de los montes astures y del río Naviaalbión (Orejas et al., 2000, 120, fig. 132).

LA EVIDENCIA ARQUEOLÓGICA: HACIA LA DEFINICIÓN DEL REGISTRO CONTEMPORÁNEO A LAS GUERRAS

El análisis pormenorizado de las evidencias arqueológicas de tipo militar en territorio de los galaicos permite contemplar desde un enfoque muy diferente la cuestión, ya que por primera vez disponemos de datos científicos a fin de valorar en su justa medida la cuestión en las diferentes

zonas de la *Gallaecia*, que se vieron afectadas de diferente manera según su posición geográfica y el estado del proceso de romanización.

Uno de los primeros argumentos arqueológicos que se apuntó ya hace algunas décadas fue la amplia dispersión que alcanzaban en todo el territorio galaico las monedas de bronce con reverso de *caetra* de los tipos RPC1 (sestercios), RPC2 (dupondios) y, sobre todo, RPC3 (ases) (RPC I, 1992; RPC suppl. I, 1998). Dichas emisiones, caracterizadas precisamente por su concentración en el Noroeste peninsular y por la presencia en el reverso de una rodela o escudo galaico, la *caetra*, acompañada en ocasiones por una falcata y un puñal o *pugio*, manifiestan una clara alusión étnica a los pueblos que habitaban en la franja atlántica comprendida entre el Duero y el Cantábrico, como demuestran las estatuas de guerreros que portan dicho armamento (Calo, 1994; Quesada, 2003; Lusitanisch-galläkischen Kriegerstatuen, 2003), presente incluso en algunos relieves triunfales de la propia Roma (Polito, 2012) (Fig. 5). La acuñación de dichas piezas tiene lugar entre el 27 a.C., momento en que Augusto recibe el título de Augusto, y el 23 a.C., año de las emisiones de *P. Carisius* en *Emerita* con la indicación de la potestad tribunicia del *princeps*, que todavía no aparece indicada en las monedas de la *caetra*. Coincidirán por lo tanto con la primera fase de las guerras cántabras (26-25 a.C.), lo que subraya su carácter de *moneta militaris*, acuñada posiblemente por alguno de los lugartenientes de Augusto, posiblemente *P. Carisius* encargado del frente occidental, para suministrar moneda de bronce a las tropas en algún taller fijo o móvil situado en la zona galaica. Años más tarde, posiblemente en relación con la campaña del 19 a.C. de *M. Agrippa* contra los cántabros, se realizará una «copia» oficial, la RPC4, exclusivamente de ases, cuyos hallazgos se concentran en la Meseta Norte (Pérez González et al., 1995, 204-205, fig. 4 y 5), y que tal vez fue acuñada en el campamento de Herrera de Pisuegra (Morillo y Gómez Barreiro, 2006, 358) (Fig. 6).



Fig. 5. Monumento junto a la Porta Flaminia, decorado con una panoplia en la que destaca la *caetra* galaica (Museo dei Conservatori, Roma)

Independientemente de su lugar de acuñación, sobre el que volveremos más adelante, ya Centeno señalaba la concentración de los valores RPC1, RPC2 y RPC3 a lo largo del territorio galaico costero, tanto en castros como en ciudades romanas. *Bracara Augusta* y su entorno registraban una de las principales concentraciones, seguido por la costa entre el Cávado y el Miño, las Rías Bajas y el Golfo Ártabro (Centeno, 1987, mapa 18). Años más tarde se añade una segunda concentración, si cabe más llamativa, con más de medio centenar de piezas en Lugo (Ferrer, 1996; Pérez González et al., 1995, 204-205, fig. 4 y 5). Aunque no podemos dejar de considerar que dicho panorama responde a la circulación monetaria regional considerada en su conjunto a lo largo del tiempo, y que dichas acuñaciones siguieron en uso durante más de un siglo, por lo que pudieron moverse en el bolsillo de sus poseedores y aparecer hoy en día muy lejos de su lugar de acuñación, no cabe duda que su concentración en la región galaica apunta a este territorio como el escenario de su emisión y circulación original, seguramente en manos de miembros del ejército romano a su paso hacia los escenarios de conflicto.

El desarrollo de la arqueología urbana en ciudades del Noroeste peninsular como Braga o Lugo desde comienzos de los años ochenta del siglo XX y el progreso del conocimiento respecto a

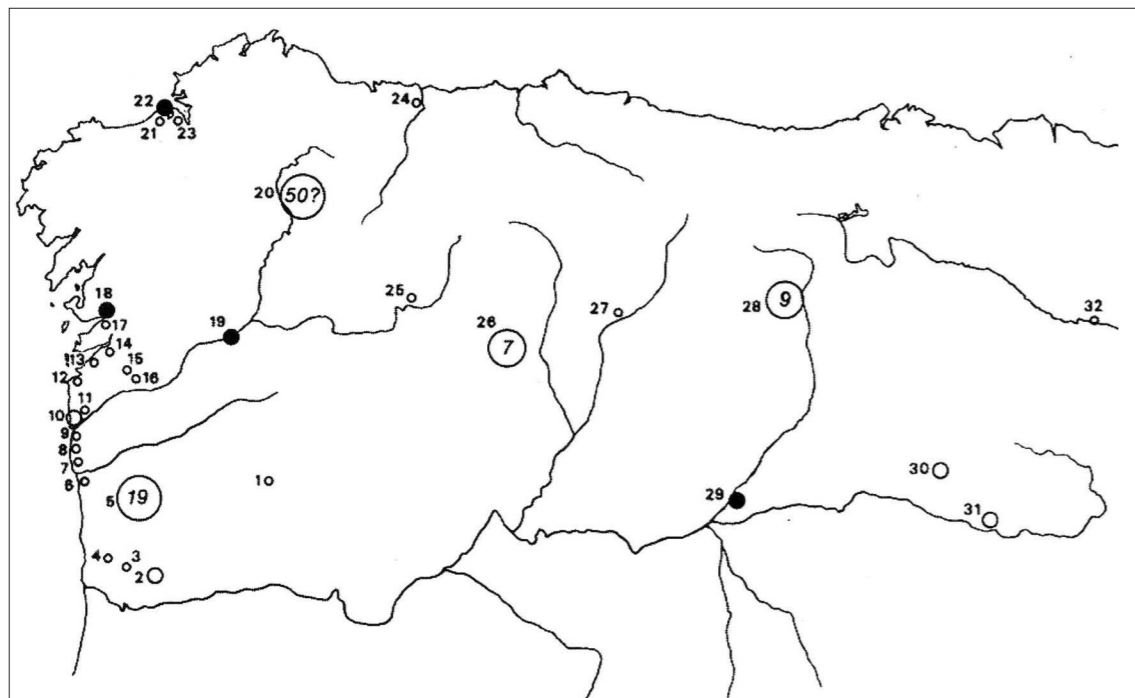


Fig. 6A. Dispersión de las monedas con reverso de caetra (por cantidades) (Pérez González *et al.*, 1996, 205, fig. 4)

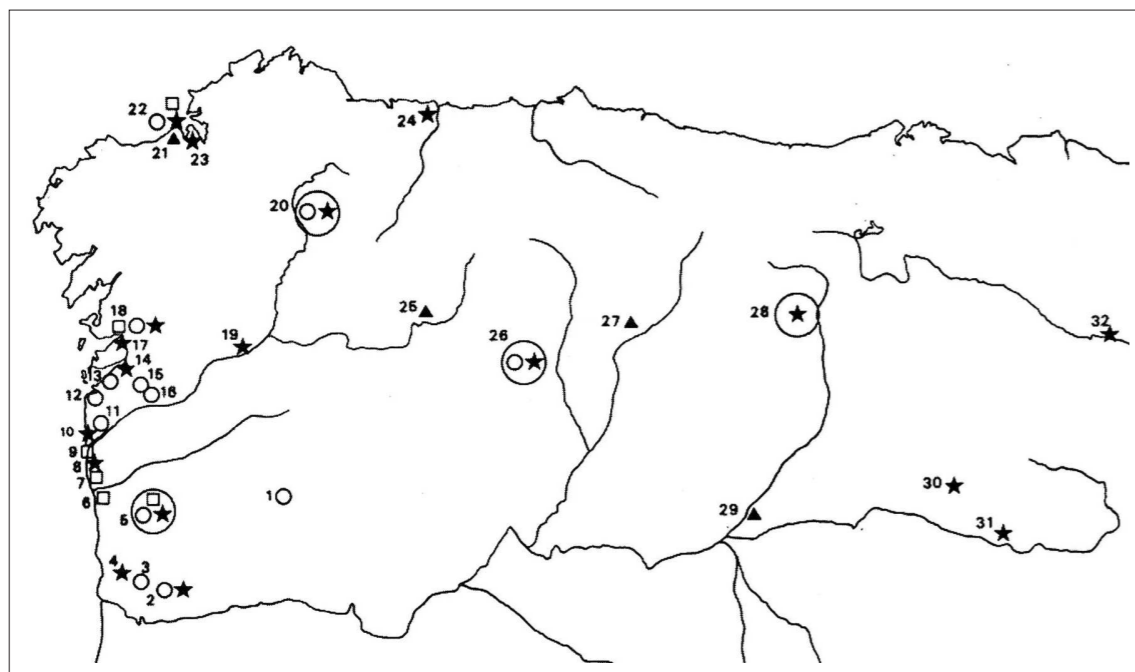


Fig. 6B. Dispersión de las monedas con reverso de caetra (por tipos). Cuadrado y círculo corresponden a tipos RPC1, RPC2 y RPC3; estrella a corresponde a tipo RPC4 (Pérez González *et al.*, 1996, 205, fig. 5)

su facies fundacional tuvo como consecuencia un reenfoque de la cuestión del papel del territorio galaico durante las guerras cántabras desde una óptica realmente empírica.

Por lo que se refiere a Lugo, ya Schulten planteó también su posible origen militar (Schulten, 1943, 177), hipótesis que fue desestimada años después por Le Roux (Le Roux, 1982, 76). Las exca-

vaciones desarrolladas en esta ciudad parecen apuntar efectivamente la existencia de una fase inicial de tipo militar, brindando asimismo el posible nombre de la unidad ocupante del recinto, la *legio VI victrix*, cuya abreviatura aparece presuntamente grabada en un sillar encontrado fuera de su posición original y reutilizado (Rodríguez Colmenero y Carreño, 1992; Rodríguez Colmenero, 1996, 298). Según estos investigadores, el campamento, de época de las guerras cántabras, habría perdurado tan sólo una década, siendo transformado en un asentamiento civil durante la segunda venida de Augusto a la Península, que sitúan entre el 16 y el 13 a.C.

Sin embargo, todavía persisten numerosas incógnitas sobre este hipotético acuartelamiento. A pesar de que no se han documentado estructuras constructivas campamentales, los investigadores responsables han establecido la datación del supuesto recinto militar en pleno periodo de las guerras cántabras a partir del hallazgo de una posible ceca de monedas del tipo de la *caetra* (Ferrer, 1996). Desgraciadamente dicha datación no se ve confirmada por el resto de los materiales arqueológicos de la fase fundacional, como TSI, lucernas o ajuares metálicos, al menos dos decenas de años más recientes (Morillo, 1996, 79; Morillo, 2002, 75-76). Y no se conserva resto estructural alguno que podamos atribuir a un campamento, debilidad en su argumentación que expusimos hace años y que han reconocido recientemente los propios responsables científicos de las excavaciones en Lugo (Rodríguez Colmenero, 2006, 45).

Tampoco debemos olvidar que los cospeles de las acuñaciones del tipo RPC2 (dupondios) y RPC3 (ases) hallados en Lugo, en los que se fundamenta en buena medida la atribución militar de este yacimiento, son materiales transportables, sin duda perdidos o amortizados intencionadamente una vez terminada su función. Por lo que se refiere a las monedas de este tipo con reverso de *caetra*, muy abundantes en el yacimiento (Fig. 7), forman parte de la masa monetaria que se desplaza en el bolsillo de las tropas militares conjuntamente con acuñaciones del valle de Ebro y que va monetizando tanto los campamentos como los asentamientos civiles desde finales del siglo I a.C. Por poner tan sólo un ejemplo, dichas acuñaciones son muy abundantes también en *Bracara*, que reúne

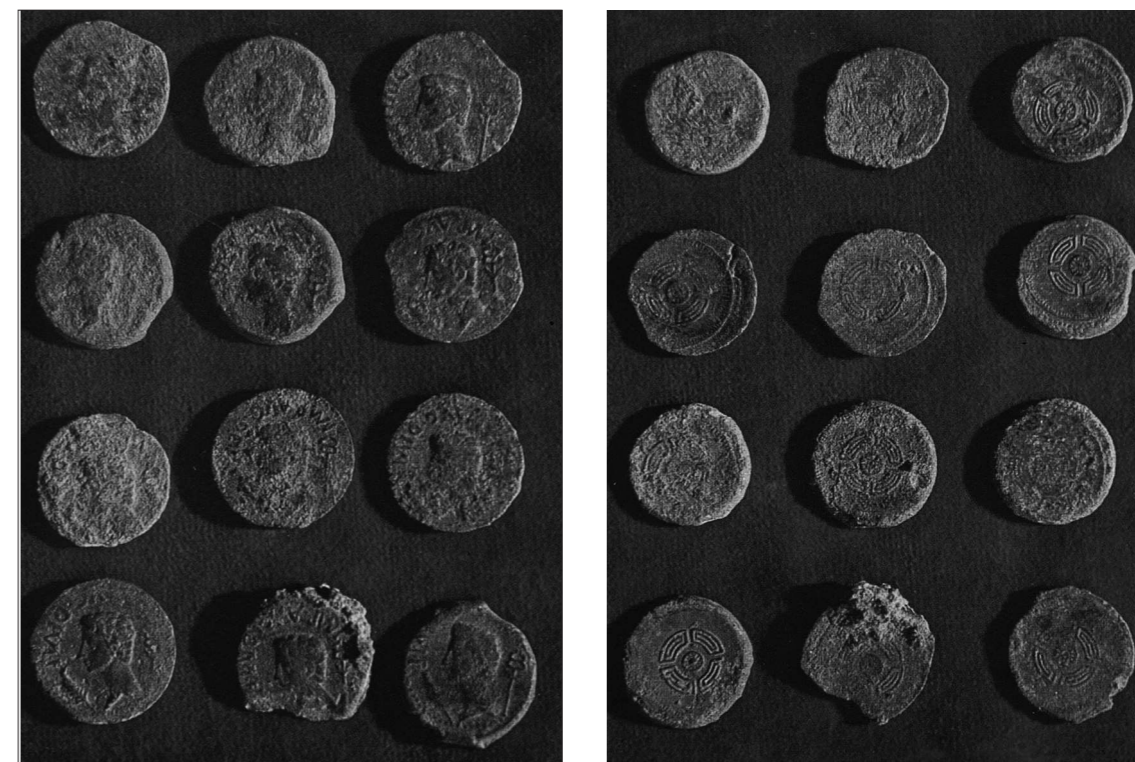


Fig. 7A y 7B. Monedas del tipo RPC3 recuperadas en las intervenciones arqueológicas en Lugo. Anverso y reverso (Ferrer, 1996).

la mitad de la cantidad de moneda de *caetra* que Lugo (Pérez González *et al.*, 1995, 204), sin que eso lleve a plantear necesariamente la presencia de un campamento propiamente dicho en la capital de los *bracari*. Este hecho no descarta que los registros arqueológicos fundacionales de Lugo muestren una indiscutible frecuentación militar de época augustea, un ambiente militarizado, por lo que parece probable que existiera un campamento, sino exactamente bajo la ciudad actual, en sus cercanías, del que procederían los elementos relacionados con el ejército que se han documentado, todos ellos transportables.

En el caso de la antigua *Bracara Augusta*, las investigaciones descartaron una fundación militar, retrasando su fundación hasta un momento posterior a las guerras cántabras (Martins y Delgado, 1989-90; Martins *et al.*, 1994, 305, nota 6). Sin embargo, el progreso en el conocimiento de los registros militares de este periodo en la Península Ibérica, además de algunos hallazgos recientes que han tenido lugar en el solar ocupado por la ciudad romana y su entorno, han permitido replantear esta cuestión (Morais *et al.*, 2012, e. p.). Entre las evidencias a considerar se encuentran numerosas monedas de la *caetra*, entre ellas un raro sestercio (RPC1) recientemente publicado por Centeno (2010), y restos de armas romanas, además de un posible *horreum* en la Colina da Cividade (Morais y Salido, 2013). Todo ello permite plantearnos que estamos, si no ante un asentamiento militar propiamente dicho, del que seguirían faltando evidencias arqueológicas, si ante una zona de frecuentación militar o un ambiente militarizado en un momento coincidente con las guerras cántabras o algunos años posterior (Morais *et al.*, 2012, e. p.).

A pesar de alguna semejanza entre los registros fundacionales de ambas ciudades debían existir notables diferencias entre los pueblos galaicos que habitaban la zona meridional, entre el Duero y el Miño, y la fachada atlántica, por una parte y, por otra, la zona interior de la *Gallaecia*, colindante con los Montes de León y la Cordillera Cantábrica, ya muy cerca del territorio astur y del escenario de la guerra cántabra. Lugo o algún lugar en sus cercanías, situado a varias decenas de km del territorio montañoso en torno al río Navia, que constituía la divisoria entre astures y galaicos, reunía condiciones muy adecuadas para convertirse en una base militar en retaguardia desde donde acometer las operaciones de castigo y conquista. La región donde se asienta la actual Braga, en la *Gallaecia* meridional constituía una zona muy alejada del conflicto militar propiamente dicho, mucho más familiarizada con la presencia romana desde hacia al menos un siglo y en proceso acelerado de romanización. Sin embargo, la elevada presencia de monedas con reverso de *caetra* en los asentamientos de la zona, los restos de *militaria* en Braga y el llamado castro de Alvarelhos (umbo de escudo, arnés para caballo), además de los dos ponderales o tortas de plata con la marca CAESAR, los numerosos denarios de plata de cronología augustea y la pátera decorada con un legionario procedentes también de Alvarelhos (Centeno, 1987; 2010 y 2013; Moreira, 2007; Morais *et al.*, 2012, e. p.) confirman que esta zona se vio involucrada de manera indirecta en los acontecimientos de las guerras cántabras, y no podemos descartar la existencia de un campamento o base logística de operaciones en esta región.

Por lo que respecta a campamentos de campaña, carecemos de evidencias al norte del Duero en territorio portugués, que podamos vincular tanto a las expediciones militares de época republicana, como a las guerras cántabras (Morillo, 2002; 2003). Asimismo, tampoco existen destrucciones violentas de castros cuya datación coincida con dichos episodios bélicos. Este hecho es especialmente llamativo en el territorio comprendido entre el Duero y el Miño, muy bien conocido desde el punto de vista arqueológico. Por lo que respecta a Galicia, dejando al margen la casuística de Lugo, que ya hemos analizado, gracias a las recientes excavaciones dirigidas por J. Sánchez Palencia y A. Orejas, del CSIC, hemos conocido algunos testimonios en el límite entre *Asturia* y *Gallaecia*, como A Granda das Xarras y A Recacha (Ron 2011; Menéndez Blanco *et al.*, 2011) (v. Fig. 1), que podrían tanto corresponder a las campañas augusteas propiamente dichas como a momentos posteriores de ocupación del territorio. Asimismo, se han identificado por prospección algunos yacimientos que podrían interpretarse como recintos militares, concretamente Chá de Santa Marta, relativamente próximo a los anteriores (López González y Orejas, 2014) y El Cornado, en Negreira,

en la provincia de La Coruña (Gago y Fernández Malde, 2015), aún pendientes de una constatación arqueológica fehaciente en cuanto a estructuras, materiales y cronología.

A MANERA DE CONCLUSIÓN: EL TERRITORIO DE LOS GALAICOS EN LA NUEVA GEOGRAFÍA DE LAS GUERRAS CÁNTABRAS

No cabe duda que su proximidad geográfica al territorio de los astures, debió dotar a la *Gallaecia* interior de una especial relevancia estratégica. La tierra de los astures era un espacio geográfico más complejo y diversificado que el de los cántabros, comprendido entre el mar Cantábrico, la *Gallaecia*, al oeste, y los pueblos meseteños dominados por Roma, al sur y al este (vetones, vacceos). Precisamente la frontera meridional, sin ningún obstáculo geográfico visible, resulta difícil de definir (Morillo, 2014, 145).

El ataque romano hacia los confines occidentales de la *Asturia Transmontana* debió partir del territorio galaico. Sabemos que el gobernador de la Hispania Ulterior, P. Carisio, se encontraba al frente de la tropas occidentales, de las que, a juzgar por los testimonios epigráficos y arqueológicos datados algunos años más tarde, formaban parte sin duda las legiones *V alaudae*, *VI victrix* y *X gemina*, que debieron ascender desde la Bética por el interior del actual territorio portugués hasta cruzar el Duero. Dentro de este esquema estratégico bien planificado, y teniendo en cuenta el dominio marítimo de la fachada atlántica peninsular que ejercían desde hace siglos los navegantes gaditanos, es más que probable la participación de una flota o flotilla destinada al avituallamiento de las tropas que formaban parte de esta columna occidental. El empleo de fondeaderos situados en el curso bajo de vías fluviales se ha atestiguado recientemente en el río Cávado (Morais *et al.*, 2013) desde época augustea, lo que podría justificar precisamente la presencia de una base militar logística en esta zona, desde donde avituallar a las tropas reduciendo al mínimo los costs de transporte terrestre. El abastecimiento por vía marítima pudo verificarse asimismo en algún punto de las Rias Bajas.

Desde el territorio de los *bracari*, las tropas debieron dirigirse hacia las montañas limítrofes con los astures a través de la región portuguesa de Minho y de la actual Galicia. Tranoy (1981, 139-140) admite que pudieron haber seguido la costa o más al interior, aprovechando la ruta natural que sigue la falla Régua-Verín. De cualquier manera el ejército romano alcanzó las proximidades de Lugo atravesando las planicies interiores de Galicia, sin que por el momento hayamos encontrado testimonios de luchas o conflictos con los pueblos locales. Desde aquí se procedería al asalto del territorio astur transmontano, situado las zonas montañosas entre Galicia, Asturias y León, «en los extremos de la *Gallaecia*», y a la ocupación del litoral astur (Morillo, 2014, 145).

Algunos testimonios apuntan también a un ataque directo desde el espacio entre el Duero y el Miño hacia el sur del territorio astur. Tanto la dispersión de restos numismáticos (Blázquez Cerrato, 2002, 273-288) como los miliarios augusteos y tiberianos (Lostal, 1992, 270; Rodríguez Colmenero *et al.*, 2004, 156-210) parecen indicar que el trazado de la vía XVII del Itinerario de Antonino, y reflejado también en la Tabla IV del Itinerario del Barro (Fernández Ochoa *et al.*, 2012: 168-171), que conecta la *Asturia Augustana* y la *Gallaecia* meridional a través de la región de Tras-os-Montes es una de las rutas romanas más antiguas de toda la región, una posible vía militar (Morillo, 2009: 246; Morillo, 2014: 145) (Figs. 8 y 9). No cabe duda que las tropas de Carisio pudieron de esta manera alcanzar la Meseta y realizar una operación en tenaza combinada junto con las tropas de la columna oriental, encargada de atacar Cantabria y la *Asturia* meseteña. E incluso el Bierzo, valle interior rodeado de montañas, a través de los corredores naturales que, desde la costa, remontan los ríos Limia o Miño hacia el corazón de la actual provincia de Orense (Fig. 10).

No cabe duda que estas operaciones militares debieron dejar testimonios sobre el terreno que no corresponden estrictamente a campamentos de batalla y asedios, sino a recintos militares de campaña, bases logísticas y vías militares. Es preciso seguir investigando e interpretando dentro de sus correctos parámetros las novedades que sin duda iremos conociendo a fin de valorar de una

forma más ajustada el papel del territorio de los galaicos en los acontecimientos que conocemos como guerras cántabras.

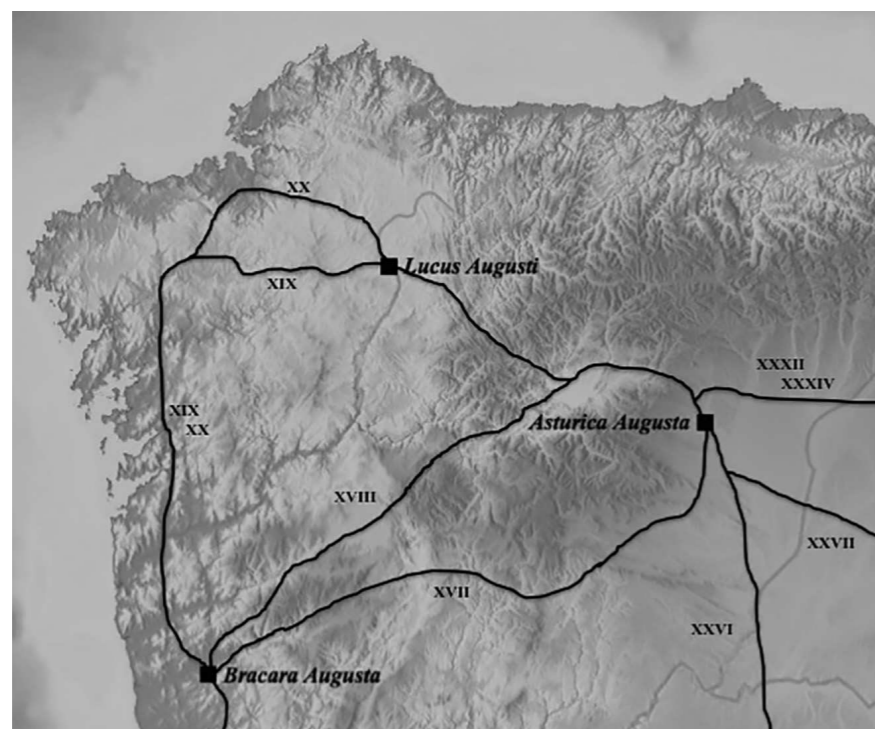


Fig. 8. Vías romanas del cuadrante noroeste peninsular (A. Morillo).

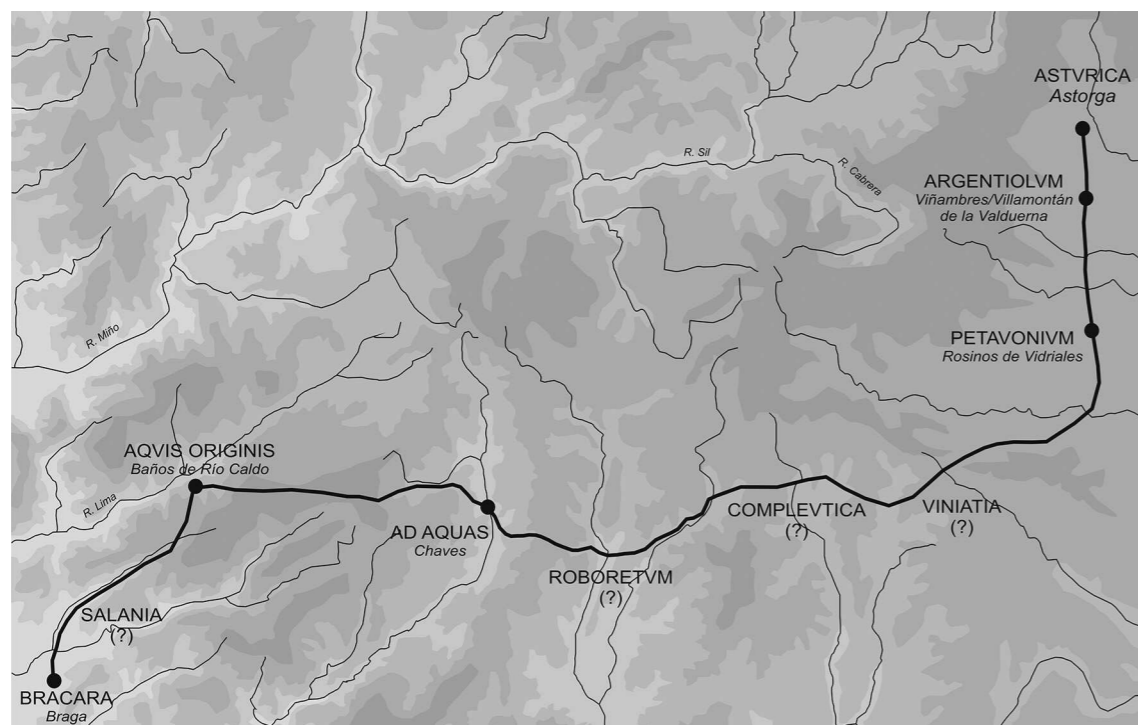


Fig. 9. Trazado del itinerario de la Tabla IV del Itinerario del Barro (topónimos según la propia tabla), coincidente en buena parte con el trazado de la vía XVII del Itinerario de Antonino, que responde posiblemente a una vía militar del tiempo de la conquista (Fernández Ochoa et al., 2012, fig. 8).

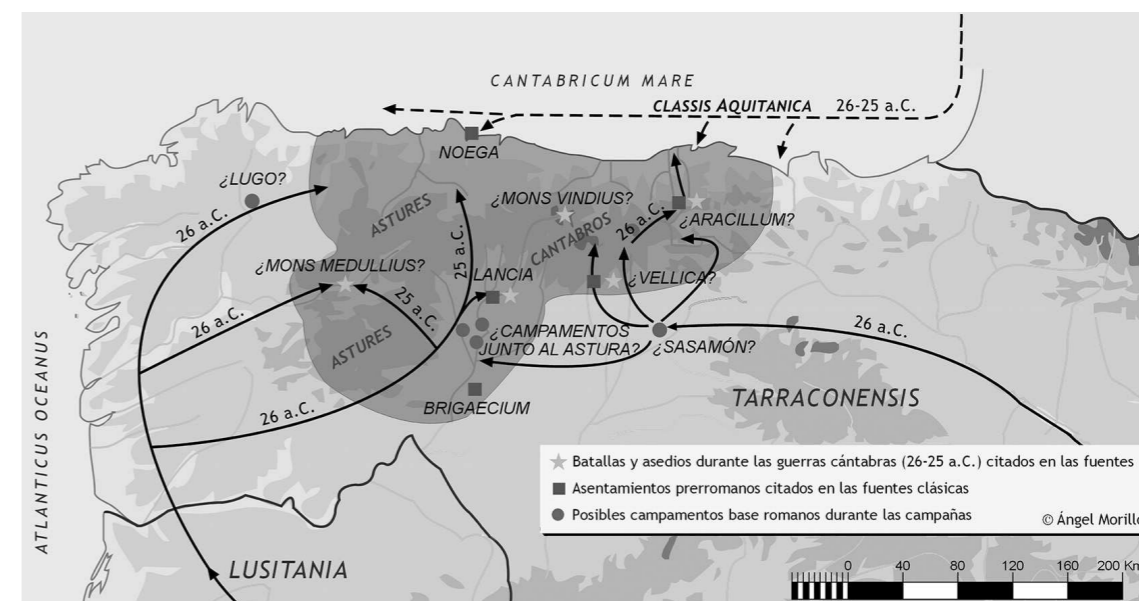


Fig. 10. Las guerras cántabras (26-25 BC). Hallazgos arqueológicos y reconstrucción de las campañas (A. Morillo)

BIBLIOGRAFÍA

- BELLO, J. M. y GONZÁLEZ AFUERA, B. (2008): «Elvira, yacimiento abierto. Investigación e intervenciones arqueológicas en el castro de Elvira (A Coruña): estado de la cuestión», *Fervedes* 5, pp. 229-238.
- BLÁZQUEZ CERRATO, C. (2002): «Circulación monetaria en el área occidental de la península ibérica. La moneda en torno al Camino de la Plata», *Archéologie et Histoire Romaine* 6, Montagnac.
- BLÁZQUEZ CERRATO, C. (2006): «Circulación monetaria en Asturica Augusta», in M^a P. García Bellido, coord., *Los campamentos romanos en Hispania (27 a.C.-192 d.C.)*. El abastecimiento de moneda, *Anejos de Gladius* 9, Madrid, pp. 118-170.
- CALO LOURIDO, F. (1994): *A plaística da cultura castrexa galego-portuguesa*, La Coruña.
- CAMINO, J.; ESTRADA, R. y VINIEGRA, Y. (2005): «Acercándonos a la historia: ¿Qué sucedió en la Carisa?», in J. Camino, R. Estrada y Y. Viniegra, coords., *La Carisa. Ástures y romanos frente a frente*, Oviedo, pp. 185-214.
- CAMINO, J.; ESTRADA, R. y VINIEGRA, Y. (2006): «Introducción histórica y arqueológica del campo bélico de La Carisa (Asturias)», in M^a P. García-Bellido, coord., *Los campamentos romanos en Hispania (27 a.C.-192 d.C.)*. El abastecimiento de moneda, *Anejos de Gladius*, 9, Madrid, pp. 441-446.
- CAMINO, J. y MARTÍN HERNÁNDEZ, E. (2014): «La Carisa, un eje de conquista en el bellum Asturicum», in E. Martínez y J. Cantera, dirs., *Perspectivas y novedades de la Historia Militar: una aproximación global*, Madrid, pp. 135-154.
- CENTENO, R. M. S. (1987): «Circulação monetária no noroeste de Hispânia até 192», *Anexos Nummus* 1, Porto.
- CENTENO, R. M. S. (2010): «Um novo sestércio de Augusto com a caetra no reverso, aparecido em Braga», in R. Morais, *Braga Augusta*, Braga, pp. 171-173 y 195.
- CENTENO, R. M. S. (2013): «Augusto e a monetização do Noroeste Hispânico: o testemunho dos tesouros monetários», R. Morais, H. Granja y A. Morillo, eds., *O Irado Mar Atlântico. O naufragio bético augustano de Esposende (norte de Portugal)*, Braga, pp. 211-219.
- CEPEDA, J. J. (2006): «Los campamentos romanos de La Poza (Cantabria)», in A. Morillo, ed., *Arqueología Militar Romana en Hispania. Producción y abastecimiento en el ámbito militar*, León, pp. 683-690.
- CEPEDA, J. J. (2006b): «Peña Cutral (Cantabria). La vía y los campamentos romanos», *Actas del homenaje al profesor Juan María Apellániz Castroviejo*, *Kobie Anejos* 6, Bilbao, pp. 327-338.
- CHIC, G. (1995): «Roma y el mar: del Mediterráneo al Atlántico», *Guerra, exploraciones y navegación: del mundo antiguo a la Edad Moderna*, A Coruña, pp. 55-90.

- DIDIERJEAN, F.; MORILLO, A. y AUPERT-PETIT, C. (2014): «Traces de guerres, traces de paix armée: l'apport de quatre campagnes de prospection aérienne dans le nord de l'Espagne», in F. Cadiou y M. Navarro, eds., *La guerre et ses traces. Conflicts et Sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (IIIe-Ier siècle av. J. C.)*, Mémoires 37, Bordeaux, pp. 149-179.
- FERNÁNDEZ OCHOA, C. y MORILLO, A. (1999): *La Tierra de los Astures. Nuevas perspectivas sobre la implantación romana en la antigua Asturias*, Gijón.
- FERNÁNDEZ OCHOA, C. y MORILLO, A. (2002): «Romanización y asimilación cultural en el norte peninsular. Algunas reflexiones sobre un topos historiográfico desde una perspectiva arqueológica», in M. A. De Blas y A. Villa, eds., *Coloquios de Arqueología en la cuenca del Navia: Formación y desarrollo de la cultura castreña, Navia*, pp. 261-277.
- FERNÁNDEZ OCHOA, C. y MORILLO, A. (2007): «Astures y romanos. Claves para una interpretación historiográfica de la romanización en Asturias», in J. Fernández Tresguerres, coord., *Astures y romanos: nuevas perspectivas*, Oviedo, pp. 11-26.
- FERNÁNDEZ OCHOA, C. y MORILLO, A. (2013): «Oceanus Hispanus. Navegación y comercio a orillas del Atlántico en época romana», in Morais, H. Granja y A. Morillo, eds., *O Irado Mar Atlántico. O naufrágio bético augustano de Esposende (norte de Portugal)*, Braga, pp. 57-97.
- FERNÁNDEZ OCHOA, C.; MORILLO CERDÁN, A. y GIL SENDINO, F. (2012): «El Itinerario de Barro. Cuestiones de autenticidad y lectura», *Zephyrus* LXX, pp. 151-179.
- FERNÁNDEZ VEGA, P. A. y BOLADO DEL CASTILLO, Á. (2011): «El recinto campamental romano de Santa Marina (Valdeolea, Cantabria): un posible escenario de las Guerras Cántabras. Resultados preliminares de la campaña de 2009», *Munibe* 62, pp. 303-339.
- FERRER, S. (1996): «El posible origen campamental de Lucus Augusti a la luz de las monedas de la caetra y su problemática», *Lucus Augusti I. El amanecer de una ciudad*, La Coruña, 425-446.
- GAGO, M. y FERNÁNDEZ MALDE, A. (2015): «Un posible recinto campamental romano en O Cornado (Negreira, Galicia)», *Nailos* 2, pp. 229-251.
- GARCÍA ALONSO, M. (2002): «El campamento romano de "El Cincho" (La Población de Yuso). Un nuevo yacimiento de las guerras cántabras», *Sautuola* VIII, pp. 99-106.
- GARCÍA ALONSO, M. (2006): «El campamento romano de campaña de El Cincho (Cantabria)», in A. Morillo, ed., *Arqueología Militar Romana en Hispania. Producción y abastecimiento en el ámbito militar*, León, pp. 549-566.
- GIL SENDINO, F. y GARCÍA-BELLIDO, M^a. P. (2006): «Hallazgos monetarios en el yacimiento de La Carisa (Oviedo)», in M^a P. García-Bellido, coord., *Los campamentos romanos en Hispania (27 a.C.-192 d.C.). El abastecimiento de moneda, Anejos de Gladius* 9, Madrid, pp. 447-451.
- GONZÁLEZ ÁLVAREZ, D.; MENÉNDEZ BLANCO, A. y ÁLVAREZ MARTÍNEZ, V. (2008): «El campamento de Moyapán (Ayande, Asturias)», *Fervedes* 5, pp. 363-371.
- GONZÁLEZ ÁLVAREZ, D.; ÁLVAREZ MARTÍNEZ, V.; JIMÉNEZ, J. I.; MENÉNDEZ BLANCO, A. y COLLOTO, J. (2011): «¿Un nuevo establecimiento militar romano en la Asturias Transmontana? El Picu Viyao (Piloña, Asturias)», *Fervedes* 7, pp. 225-234.
- GONZÁLEZ RUIBAL, A. (2006/07): *Galaicos. Poder y comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C.-50 d.C.)*, Brigantium 18, A Coruña.
- GUTIÉRREZ CUENCA, E. y HIERRO GÁRATE, J. A. (2001): «La guerra cántabra: de ficción historiográfica a realidad arqueológica», *Nivel* Cero 9, pp. 71-96.
- KRAMER, B. (2006): «La Península Ibérica en la Geografía de Artemiodoro de Efeso», in G. Cruz Andreotti, P. Le Roux y P. Moret, eds., *La invención de una geografía de la Península Ibérica*, Málaga-Madrid, pp. 97-115.
- LE ROUX, P. (1982): *L'Armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste a l'invasion de 409*, Paris.
- LÓPEZ GONZÁLEZ, L. F.; OREJAS, A. (2014): «Chá de Santa Marta», Ficha de inventario inédita, Xunta de Galicia.
- LOSTAL, J. (1992): *Los miliarios de la provincia Tarraconense*, Zaragoza.
- DIE LUSITANISCH-GALLÄKISCHEN KRIEGERSTATUEN (2003): *Die lusitanisch-galläkischen Kriegerstatue*, *Madrider Mitteilungen* 44, XI-XX.
- MARTINS, M. y DELGADO, M. (1989/90): «História e arqueologia de uma cidade em devir: Bracara Augusta», *Cadernos de Arqueologia* 6-7, pp. 11-39.
- MARTINS, M.; DELGADO, M. y ALARCÃO, J. (1994): «Urbanismo e arquitectura do Bracara Augusta: balanço dos resultados», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 34 (1-2), pp. 303-320.
- MENÉNDEZ BLANCO, A.; GONZÁLEZ ÁLVAREZ, D.; JIMÉNEZ, J. I. y ÁLVAREZ MARTÍNEZ, V. (2011): «Nuevas evidencias de la presencia militar romana en el extremo occidental de la Cordillera Cantábrica», *Gallaecia* 30, pp. 145-165.
- MORAIS, R. (2005): «Autarcia e Comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial», *Bracara Augusta, Escavações Arqueológicas* 2, Braga.
- MORAIS, R. (2007): «A via atlântica e o contributo de Gádir nas campanhas romanas na fachada noroeste da península», *Humanitas* (58), pp. 99-132.
- MORAIS, R.; GRANJA, H. y MORILLO, A., eds. (2013): *O Irado Mar Atlántico. O naufragio bético augustano de Esposende (norte de Portugal)*, Braga.
- MORAIS, R.; MORILLO, A. y SOUSA, M. J. (2012): «As origens militares de Bracara Augusta?», *Rethinking Warfare*, Porto, en prensa.
- MORAIS, R. y SALIDO, J. (2013): «El horreum de la ciudad romana de Bracara Augusta (Braga, Portugal): funcionalidad, tipología y contexto», *Sautuola* XVII, pp. 143-156.
- MOREIRA, A. (2007): *Museu Municipal Abade Pedrosa. Coleção arqueológica*, Santo Tirso.
- MORILLO, A. (1996): «Campamentos romanos en la Meseta Norte y el Noroeste: ¿un limes sin frontera?», in C. Fernández Ochoa, coord., *Coloquio Internacional de Arqueología: los finisterres atlánticos en la antigüedad (época prerromana y romana)*, Gijón, pp. 77-84.
- MORILLO, A. (2002): «Conquista y estrategia: el ejército romano durante el periodo augusteo y julio-claudio en la región septentrional de la península ibérica», in A. Morillo, coord., *Arqueología Militar Romana en Hispania, Anejos de Gladius* 5, Madrid, pp. 67-94.
- MORILLO, A. (2003): «Conquista y defensa del territorio en la Hispania republicana: los establecimientos militares temporales», in A. Morillo, F. Cadiou y D. Hourcade, eds., *Defensa y territorio en Hispania de los Escipiones a Augusto (espacios urbanos y rurales, municipales y provinciales)*, Madrid-León, pp. 41-80.
- MORILLO, A. (2005): «Hispania en la estrategia militar del Alto Imperio: movimientos de tropas en el arco atlántico a través de los testimonios arqueológicos», in C. Fernández Ochoa y P. García Díaz, eds., *III Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón: Unidad y diversidad en el Arco Atlántico en época romana*, *BAR Int. Series* 1371, Oxford, pp. 19-33.
- MORILLO, A. (2006): «Abastecimiento y producción local en los campamentos romanos de la región septentrional de la península ibérica», in A. Morillo, ed., *Arqueología Militar Romana en Hispania: Producción y abastecimiento en el ámbito militar*, León, pp. 33-74.
- MORILLO, A. (2008): «Criterios de identificación de campamentos romanos en España», *Salduie* 8, pp. 73-93.
- MORILLO, A. (2008b): «De la imagen legendaria a la reconstrucción arqueológica: la conquista de los pueblos cántabros», in J. R. Aja, M. Cisneros y J. L. Ramírez, eds., *Los cántabros en la Antigüedad. La historia frente al mito*, Santander, pp. 105-119.
- MORILLO, A. (2009): «The Augustean Spanish experience: the origin of limes system?», in A. Morillo, N. Hanel y E. Martín, eds., *Limes XX. Estudios sobre la Frontera Romana, Anejos de Gladius* 13, Madrid, pp. 239-252.
- MORILLO, A. (2011): «The Roman occupation of the north of Hispania: war, military deployment and cultural integration», in G. Moosbauer y R. Wiegels, eds., *Fines Imperii-Imperium sine fine?. Römische Okkupations-und Grenzpolitik im frühen Principat*, *Osnabrücker Forschungen zu Altertum und Antike-Rezeption* 14, Rahden/Westf., pp. 11-26.
- MORILLO, A. (2014): «Arqueología de la conquista del norte peninsular. Nuevas interpretaciones sobre las campañas del 26-25 a.C.», in F. Cadiou y M. Navarro, eds., *La guerre et ses traces. Conflicts et Sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (IIIe-Ier siècle av. J. C.)*, Mémoires 37, Bordeaux, pp. 133-148.
- MORILLO, A. y ADROHER, A. (2014): «Modelos de arquitectura defensiva e implantación territorial de los campamentos republicanos en Hispania», in R. Mataloto, V. Mayoral y C. Roque, eds., *La gestación de los paisajes rurales entre la Protohistoria y el periodo romano. Formas de asentamiento y procesos de implantación, Anejos Archivo Español de Arqueología* LXX, Mérida, pp. 227-252.
- MORILLO, A. y ADROHER, A. (2014b): «El patrón arqueológico de carácter material: un criterio imprescindible de identificación de recintos militares romano-republicanos», *Revista Cira Arqueológica* 3, pp. 25-43.
- MORILLO, A. y FERNÁNDEZ OCHOA, C. (2005): «De nuevo sobre la conquista de Cantabria. Réplica ante una lectura tergiversada», *Sautuola* XI, pp. 161-170.
- MORILLO, A. y GÓMEZ BARREIRO, M. (2006): «Herrera de Pisuerga (Palencia). Circulación monetaria en

- Herrera de Pisuerga», in M^a P. García-Bellido, coord., *Los campamentos romanos en Hispania (27 a.C.-192 d.C.). El abastecimiento de moneda*, Anejos de Gladius 9, Madrid, pp. 338-421.
- MORILLO, Á.; PÉREZ GONZÁLEZ, C. y ILLARREGUI, E. (2006): «Herrera de Pisuerga (Palencia). Introducción histórica y arqueológica. Los asentamientos militares», in M^a P. García-Bellido, coord., *Los campamentos romanos en Hispania (27 a.C.-192 d.C.). El abastecimiento de moneda*, Anejos de Gladius 9, Madrid, pp. 305-323.
- NAVEIRO, J. L. (1991): «El comercio antiguo en el Noroeste peninsular», *Monografías Urxentes do Museo 5*, La Coruña.
- OREJAS, A.; SÁNCHEZ-PALENCIA, J. y PLÁCIDO, D. (2000): «La arqueología de una conquista», in J. Sánchez-Palencia, ed., *Las Médulas (León). Un paisaje cultural de la Asturia Augustana*, León, pp. 109-136.
- PERALTA, E. (1999): «Los castros cántabros y los campamentos romanos de Toranzo y de Iguña. Prospecciones y sondeos (1996-97)», *Las Guerras Cántabras*, Santander, pp. 201-276.
- PERALTA, E. (1999b): «El asedio romano del castro de La Espina del Gallego (Cantabria) y el problema de Aracellium», *Complutum 10*, pp. 195-212.
- PERALTA, E. (2000): «Los cántabros antes de Roma», *RAH 5*, Madrid.
- PERALTA, E. (2001): «Die augusteische Belagerung von La Espina del Gallego (Kantabrien, Spanien)», *Germania 79*, 1, pp. 21-42.
- PERALTA, E. (2001b): «Los castra aestiva del bellum Cantabricum: novedades arqueológicas», in L. Hernández Guerra, L. Sagredo San Eustaquio y J. M. Solana Sainz, eds., *I Congreso Internacional de Historia Antigua*, Valladolid, pp. 173-182.
- PERALTA, E. (2002): «Los campamentos de las Guerras Cántabras de Iguña, Toranzo y Buelna (Cantabria)», in A. Morillo, coord., *Arqueología Militar Romana en Hispania*, Anejos de Gladius 5, Madrid, pp. 327-338.
- PERALTA, E. (2006): «La revisión de las guerras cántabras: novedades arqueológicas en el norte de Castilla», in A. Morillo, ed., *Arqueología Militar Romana en Hispania. Producción y abastecimiento en el ámbito militar*, León, pp. 523-548.
- PÉREZ GONZÁLEZ, C.; MORILLO, A. y ILLARREGUI, E. (1996): «Reflexiones sobre las monedas de la caetra procedentes de Herrera de Pisuerga (Palencia)», *I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua (Madrid, 1994)*, Anejos AEspA XIV, 199-206.
- POLITO, E. (2012): «Augustan triumphal iconography and the Cantabrian Wars: Some remarks on round shields and spearheads depicted on monuments from the Iberian Peninsula and Italy», *Archivo Español de Arqueología 85*, pp. 141-148.
- QUESADA SANZ, F. (2003): «¿Espejos de piedra? Las imágenes de armas en las estatuas de los guerreros llamados galaicos», *Madrider Mitteilungen 44*, pp. 87-112.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1979): «Augusto e Hispania. Conquista y organización del Norte peninsular», *Cuadernos de la Universidad de Deusto 7*, Bilbao.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A., coord., (1996): *Lucus Augusti I. El amanecer de una ciudad*, La Coruña.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (2006): «Lucus Augusti (Lugo). Introducción histórica y arqueológica», in M^a P. García-Bellido, coord., *Los campamentos romanos en Hispania (27 a.C.-192 d.C.). El abastecimiento de moneda*, Anejos de Gladius 9, Madrid, pp. 29-60.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. y CARREÑO, C. (1992). «Sobre Paulo Fabio Máximo y la fundación de Lucus Augusti», *Finis Terrae. Estudios en Lembranza do Prof. Dr. Alberto Balil*, Santiago de Compostela, 389-416.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A.; FERRER SIERRA, S. y ÁLVAREZ ASOREY, R. D. (2004): *Miliarios e outras inscricións viarias romanas do Noroeste Hispánico (conventus bracarense, lucense e asturicense)*, Santiago de Compostela.
- ROLDÁN, J. M. (1974): *Hispania y el ejército romano*, Salamanca.
- RON, J. J. (2011): «Dos campamentos romanos de campaña en Pelliceira», *El Connio 84*, pp. 39-40.
- RPC I, 1992: *Roman provincial coinage I*, London-Paris.
- RPC Suppl I, 1998: *Roman provincial coinage, Suppl. I*, London-Paris.
- SCHULTEN, A. (1943): *Los Cántabros y Astures y su guerra contra Roma*, Madrid.
- SERNA GANCEDO, M. L.; MARTÍNEZ VELASCO, A. y FERNÁNDEZ ACEBO, V., coord., (2010): *Castros y castra en Cantabria. Fortificaciones desde los orígenes de la Edad del Hierro a las guerras con Roma*. Catálogo, revisión y puesta al día, Santander, 309-322.
- TRANOY, A. (1981): *La Galice romaine: recherches sur les NW de la Péninsule Ibérique dans l'antiquité*, Paris.
- VV. AA. (1982): *Cántabros, astures y galaicos. Bimilenario de la conquista del Norte de Hispania*, Madrid.

PROBLEMÁTICAS E PERSPECTIVAS SOBRE A PRESENÇA MILITAR NO NOROESTE HISPÂNICO NO TEMPO DE AUGUSTO: O CASTRO DE ALVARELHOS

**RUI CENTENO, RUI MORAIS E
ROBERTO BARTOLOMÉ ABRAIRA**

(Faculdade de Letras da UP e CITCEM; Faculdade de Letras da UP e Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos; Universidade de Santiago de Compostela)

Hoje em dia aceita-se, quase sem discussão, que os Galaicos foram submetidos por Roma muito antes das guerras cantábricas, desde as operações militares levadas a cabo em 138-7 a.C. por D. Júnio Bruto e, sobretudo, a partir da campanha de César no ano 61 a.C. (Morillo, 2002, 71; Morillo, 2011, 12). No entanto, a historiografia tradicional faz ênfase na inclusão dos galaicos no teatro de operações das guerras cantábricas (29-19 a.C.), hipótese descartada em recentes trabalhos (Morillo, 2002, 67-93; 2014).

Como se sabe, esta posição não se enquadra na opinião defendida na década de quarenta do século XX, por A. Schulten (1943, 174), que sugeriu a existência de um acampamento romano na Colina da Cividade, em Braga, datado da terceira década antes de Cristo, no momento em que se concretizou a última etapa da conquista da Hispânia. Esta tese não encontrou reflexo nas publicações recentes sobre a cidade romana (*vide*, entre outros estudos, Martins, 2011, 11).

Não há dúvida que o território dos *Bracari* se viu envolvido indiretamente nas campanhas augustanas, desempenhando um papel de retaguarda durante o conflito. A sua proximidade geográfica com o território dos Ástures, dotava-o de uma especial relevância estratégica. A conquista do território dos Ástures em 25 a.C. coloca, todavia, significativas incógnitas. Por um lado, era um espaço geográfico mais complexo e diversificado que o dos Cântabros, compreendido entre o mar Cantábrico, a *Gallaecia*, a oeste, e os povos da Meseta dominados por Roma, a sul. Com precisão, a fronteira meridional, sem nenhum obstáculo geográfico visível, é difícil de definir. Os testemunhos arqueológicos da conquista são, contudo, muito escassos, o que não permite reconstruir solidamente a tática implementada por Roma.

O ataque romano ao flanco ocidental da Astúria deve ter partido do território galaico, como garantem os numerosos testemunhos da presença militar romana na rota desde o centro peninsular até à região onde mais tarde se fundariam as cidades de *Bracara Augusta* e *Lucus Augusti*. O governador da Hispania Ulterior, P. Carísio, encontrava-se à frente das tropas que se dirigiram ao território ásture pela rota mais ocidental, ascendendo provavelmente pelas rotas que conduziam desde o vale do Guadiana até ao norte. A penetração até à Meseta deve ter-se realizado desde o norte do atual território português através da atual Galiza. Tranoy (1981, 139-140) admite que aquela campanha poderia ter sido orientada a partir da área galaica meridional, junto à costa do vale do Douro,

seguindo em direção ao território dos brácaros, ou mais interior, aproveitando o alinhamento de depressões relacionadas com a falha Régua-Verín¹.

Numerosas evidências apontam que o traçado da via XVII do Itinerário de Antonino, e patente também na Tábua IV do Itinerário de Barro (Fernández Ochoa *et al.*, 2012, 168-71), que liga a *Asturia Augustana* e a *Gallaecia* meridional através da região de Trás-os-Montes, é uma das rotas romanas mais antigas de toda a região, possivelmente utilizada durante a conquista pelas tropas de Carísio (Morillo, 2009, 246; Morillo, 2014). Assim o confirmam tanto a dispersão dos achados numismáticos (Blázquez Cerrato, 2002, 273-288), como os miliários augustanos e tiberianos (Lostal, 1992, 270; Rodríguez Colmenero *et al.*, 2004, 156-210).

De qualquer maneira, o controlo do território ásture estruturou-se em várias fases. Uma deve ter afetado El Bierzo, território rodeado de montanhas, onde talvez devamos situar o cerco do *Mons Medullius*. Talvez tenha sido objeto de um ataque em tenaz, combinada entre a Meseta e as bases militares em território galaico. Num segundo momento, tiveram de se submeter os principais *oppida* da vertente meridional da Cordilheira Cantábrica, como *Lancia*. Finalmente, a partir da própria Meseta, penetrou-se até à franja marítima, através da chamada via *Carisa*, o principal caminho natural de comunicação entre ambos espaços. E não podemos descartar uma participação de tropas estacionadas no território galaico na conquista do litoral ásture, já que as comunicações naturais são muito fáceis. A própria presença em Lugo, ou nas suas redondezas, de um acampamento deste momento indica claramente o seu papel como retaguarda do conflito, cujos cenários principais foram as zonas montanhosas da Cordilheira Cantábrica e os Montes de León (cf. Morillo, 2014).

As guerras promovidas por Augusto contra os povos do noroeste contribuíram para afirmar o prestígio do imperador em todo o mundo romano, porque permitiram encerrar a conquista do território hispânico, iniciada cerca de dois séculos antes. A pacificação da Hispânia, apesar das notícias de algumas sublevações na região até meados do século I, sempre controladas pelo exército, abriu as portas à exploração dos recursos do NO Peninsular, em particular, das suas ricas jazidas auríferas.

O sucesso destas campanhas militares, para além da sua importância para as finanças de Roma e uma vez que foi a última guerra que contou com a presença do Imperador no teatro de operações militares, muito contribuiu para difundir o prestígio de Augusto em todas as regiões do Império. Evidentemente tal acontecimento foi utilizado pela propaganda imperial para divulgar as excepcionais qualidades do *Princeps* como líder político e militar.

Por isso, não será de admirar que estas campanhas militares sejam longamente tratadas nas fontes clássicas, referidas pelo próprio Augusto no relato dos seus feitos (*Res Gestae* 26), mostrando que foi um episódio primordial para a pacificação do Império, sendo certamente muito evocado mesmo depois da morte do fundador do Império.

Um testemunho do que acabamos de referir, poderá ter ocorrido numa região oriental do Mediterrâneo, mais especificamente na cidade de Aphrodisias, na Cária, que vem sendo objeto de escavações arqueológicas sistemáticas iniciadas nos anos sessenta do século passado por K.T. Erim (1987, 7-30) e continuadas por R.R.R. Smith, que revelaram um importante santuário, dominado por um grande templo, dedicado a Afrodite e aos imperadores júlio-claudianos (Smith, 1987; 1988; e principalmente 2011). Os achados de elementos arquitetónicos e de escultura permitiram uma reconstituição muito completa do complexo de construções, apontando-se o reinado de Tibério para o início sua edificação que se terá prolongado até Nero. Nos dois pórticos do *sebasteion* são ilustrados em painéis esculpidos em baixo-relevo, os mais importantes feitos dos imperadores desta dinastia. No pórtico norte, fachada sul, encontravam-se as personificações de povos, tendo os testemunhos epigráficos permitido identificar 16 dos povos derrotados pelos cinco imperadores júlio-claudianos. Entre 16 povos documentados pela epigrafia, 11 correspondem a povos submetidos

¹ Esta hipótese é contrariada por Syme (1970, 100-101), que advoga uma ofensiva romana perpetrada de este para oeste, a partir do triângulo León-Astorga-Benavente.

por Augusto, parecendo repercutir impacto que tiveram em todo o Império, na época, as ações militares empreendidas pelo *Princeps*. Neste grupo de 11 povos representado no *sebasteion* de Aphrodisias aparecem os Galaicos, o único da Hispânia, indicando talvez que, por meados do Império, já se havia generalizado a ideia de que a vitória de Augusto sobre os Galaicos constituiu a etapa final da conquista da Hispânia. Talvez por terem sido os primeiros a ser controlados por Roma no noroeste da Hispânia, os Galaicos adquiriram relevância entre os povos da região, o que terá contribuído para o uso desta designação, no senso comum romano, quando se referenciavam as populações que habitavam estes territórios, abarcando assim os Cântabros e Ástures, cujos etnónimos teriam caído no «esquecimento» com o passar dos anos. Aliás, esta visão dos Galaicos como entidade definidora de uma região poderá mesmo remontar ao período das campanhas de D. Júnio Bruto, o Galaico, que atravessou o Douro em 137 a.C. (Cruz Andreotti, 2006, 88).

Estas poderão ser algumas das justificações possíveis para que os Galaicos sejam o único povo hispânico, subjugado por Augusto, referenciado no santuário de Aphrodisias, onde existiria um que painel reservado à personificação dos Galaicos e de que resta apenas um fragmento da base com parte da inscrição: ΕΘΝΟ(ΥΣ) / ΚΑΛΛΑΙΚΩ(Υ) (Smith, 2011, 108 e Est. 44. 22) (Fig. 1). A sua composição seria idêntica, por exemplo, à do painel dos Dácios (Smith, 2011, 92-3 e Est. 26): a epígrafe na base legendava a personificação esculpida na parte superior (Fig. 2).

Apesar da relevância deste testemunho, o *sebasteion* de Aphrodisias poderá revelar uma outra relação com a Hispânia, que nos parece patente em outro painel, colocado na fachada nascente do pórtico norte, ao centro no piso superior, onde se retrata, à esquerda, Augusto nú, com uma coroa de folhas de carvalho e segurando talvez uma lança, ladeado por uma águia militar e por um troféu constituído por uma couraça, elmo, polainas e um escudo redondo, tudo suportado por um cativo ajoelhado (?); à direita do troféu apresenta-se a Niké/Victoria, envergando um chitón e um manto, parecendo coroar o troféu com a mão direita (Smith, 2011, 128-31 e Ests. 46-7) (Fig. 3).

É evidente que esta cena, aliás frequente na iconografia romana, poderia simbolizar qualquer uma ou todas as vitórias obtidas por Augusto sobre os diversos povos que foram dominados por Roma. Contudo, como já atrás referimos, a vitória sobre os povos do noroeste teve um especial significado para o *Princeps*, mais não seja por ser a última grande guerra que preparou e comandou em pessoa no terreno durante algum tempo. Este argumento, associado com a já enunciada epígrafe referente ao Galaicos, dá certamente alguma força à possibilidade de identificação desta cena como uma representação da vitória de Augusto na guerra da Hispânia. A este propósito, devemos recordar o tipo ilustrado no reverso dos quinários cunhados em Emerita por Públio Carísio, então Pro-



Fig. 1. Aphrodisias: fragmento de base com inscrição ΕΘΝΟ(ΥΣ) / ΚΑΛΛΑΙΚΩ(Υ) (Foto in Smith, 2011, Est. 44.22)

² RIC² 1a-b; Cebrián Sánchez, 2013, 146-47, n.º 1-24. As emissões de denários e quinários de P. Carísio são normalmente datadas entre 25 a.C., data tradicionalmente aceite da fundação de Emerita (apesar de a documentação epigráfica recente fazer avançar este acontecimento para 24 a.C., vide Saquete e Álvarez Martínez, 2013, 281) e 1 de julho de 23 a.C., ocasião em que Augusto é investido, pela primeira vez, pelo poder tribunicio. A referência do poder tribunicio na titulação da emissões em AE de Carísio tem sido utilizada pelos investigadores para as datar entre 1 de



Fig. 2. Aphrodisias: painel dos Dácios (Foto in Smith, 2011, Est. 261)



Fig. 3. Aphrodisias: painel de troféu entre Augusto e Niké (Foto in Smith, 2011, Est. 46)

pretor, no final das suas campanhas militares²; no reverso desta emissão apresenta-se uma composição similar à do painel de Aphrodisias, sendo a ausência do *Princeps* a principal diferença, que se justifica, uma vez que Augusto aparece retratado no anverso (Fig. 4)³. Concluindo, os três elementos principais da cena do baixo-relevo estão presentes neste quinário, o que, em nosso entender reforçará a interpretação proposta da cena representada neste painel do *sebasteion*.

Estas observações procuram destacar a importância que as guerras contra os Galaicos, Ástures e Cântabros tiveram no início do período imperial, obrigando a uma constante investigação para tentar esclarecer muitos aspetos obscuros, duvidosos e ainda desconhecidos, sendo fundamental, para o efeito, a realização de trabalhos arqueológicos em sítios que possam estar relacionados direta ou indiretamente com estes acontecimentos.

Nos últimos anos, os dados revelados por prospeções e escavações têm proporcionado consideráveis contributos sobre a problemática das Guerras Cantábricas, que permitiram reavaliar e contrariar algumas «verdades indiscutíveis» criadas pela chamada historiografia tradicional⁴, baseada em testemunhos escassos e fragmentários de algumas das fontes literárias que chegaram

julho de 23 a.C. e 30 de junho de 22 a.C. Apesar de pretendermos voltar em breve a este tema, de forma mais detalhada, podemos avançar que as emissões de AR e AE são em nosso entender contemporâneas (as diferenças nas titulaturas resultarão, como seria de esperar, por estarmos em presença de moedas com dimensões distintas), podendo datar do primeiro semestre de 22 a.C. (até 30 de junho), entre o final das operações militares de Carisius e do seu mandato. Este numerário comemorando as vitórias militares e talvez o início da construção das muralhas da cidade, terá servido para pagar aos veteranos do exército de Carísio que então se estabeleceram em Emerita.

3. Fora de Hispânia não existe qualquer outra emissão de Augusto que utilize o tipo representado no quinário de Carísio, sendo muito frequente na amoedação do período republicano.

4. Sobre o assunto, *vide* Fernández Ochoa e Morillo, 1999; Morillo, 2008, 2011 e 2014.



Fig. 4. Quinário de Augusto cunhado por P. Carísio em Emerita (Foto R. Centeno)

até nós⁵. De facto, atualmente podem-se reconstruir as rotas de penetração do exército romano na antiga Cantábria graças à descoberta de numerosos estabelecimentos militares, e começa a conhecer-se melhor como se efetuou a passagem da Meseta para a *Asturia Transmontana* (Morillo, 2008; 2011, 13-14; 2012).

A. Morillo e J. Salido (2010, 147) apontam no mesmo sentido quando sugerem que os abundantes bens provenientes da Bética se canalizaram até este teatro de operações por via marítima até as Rias Baixas galegas e o percurso inferior do rio Minho, seguindo depois por via terrestre. cremos que, se apreciarmos os dados da cultura material até à data identificados, esta hipótese está perfeitamente bem documentada, especialmente através da distribuição das ânforas Dressel 1 e Haltern 70 ao longo de toda a fachada atlântica, em particular no Noroeste da Península (Morais, 2005; 2007, 99-132; Carreras e Morais, 2011, 34-79; 2012, 419-441).

A possibilidade de ter sido instalada uma base de operações militares, sem dúvida como estação de circulação das tropas romanas até aos cenários bélicos setentrionais, situada a sul do rio Minho é muito aceitável. A significativa presença militar romana neste setor já havia sido sugerida pela abundância de moedas com reverso de *caetra*, cunhadas aquando das guerras cantábricas (Centeno, 1987, 240; Pérez González *et al.*, 1995, 204-205; Centeno, 2010, 171-173). Isto mesmo parece ser corroborado pelos achados dos tesouros monetários da Citânia de Sanfins e do Castro de Alvarelhos. Neste último local foram até à data recuperados um conjunto de objetos que serão indiciadores de uma eventual presença militar no povoado, a saber:

- um elemento de escudo romano, datável a partir de finais do século II/princípios do século I a.C., feita partir de uma única lâmina, com parte central hemisférica, e aletas de perfil trapezoidal com aberturas nos vértices para a fixação do escudo (Moreira, 2007, 40; 137-138, n.º 256);
- a inscrição dedicada a Turiaco por L. Valerius Silvanus, soldado de VI legião romana, a *Victrix* (CIL II 5551; Le Roux, 1982, 182); outra (desaparecida), onde se registava a palavra CAESAR e o número XII (Torres, 1979, 32; Centeno, 2011, 364-65, que publica, pela primeira vez, uma foto desta epígrafe);
- três tesouros monetários (encontrados em 1893, 1964 e 1971), respetivamente, compostos por um conjunto de moedas de prata do reinado de Augusto até 2 a.C.-4 d.C.; um conjunto

5. Estas informações são recolhidas em Horácio, Patérculo Veleio, Suetónio, Floro, Dião Cássio, Orósio e Antologia Palatina.



Fig. 5. Tesouro de Alvarelhos (1971): lingote em prata com inscrição CAESAR (Foto R. Centeno)

de cerca de 523 denários, cujos exemplares mais recentes são de Octaviano/ Augusto (c. 32-27 a.C.); o terceiro, de cronologia similar, com cerca de 5.000 moedas, parte das quais estudadas por Joaquim Torres (1979) e um dos autores (Centeno, 1987, 34-41);

– associados ao referido tesouro de 1971 encontraram-se nove lingotes de prata (objetos que representariam um sistema normalizado da quantidade de moedas de prata que correspondia a um pagamento), dois quais com a inscrição CAESAR (Fig. 5), que encontram paralelos noutras partes da *Hispania* e do

Império (mas sem inscrição), e poderão relacionar-se com a presença de legionários romanos, num momento próximo da data dos denários que fecham os tesouros de 1964 e de 1971 de Alvarelhos (Torres, 1979, 38-44; Centeno, 2011, 364-65);

– outros indicadores – ainda que indiretos – da importância deste local no processo de conquista e sua relação com o mundo itálico de tipo militar, nomeadamente um arnês de cavalo e dois belos exemplares da torêutica romana, representada por uma pátera (Fig. 6) com o fundo decorado com um legionário, rodeado por uma inscrição em ouro, e uma pequena estátua de bronze com a figura de uma Nereida (Moreira, 2007, 38-9, 40, 136, n.º 251, 138-9, n.º 256.1).

Este conjunto de dados permite pensar que Alvarelhos foi um sítio importante desde as primeiras etapas da conquista do Noroeste da Península, não só no contexto do abastecimento dos exércitos nas zonas costeiras, mas também para assegurar alianças com as gentes locais e permitir o abastecimento *in loco* dos exércitos.

A evidência arqueológica é, no entanto, contraditória, mas suficiente para deixar aberta a questão de um possível acampamento já que é muito difícil identificar e diferenciar os testemunhos relativos a um recinto militar construído em terra e madeira que teria facilitado a articulação das

relações entre civis e militares, que nesta região não parecem ter sido conflituosas durante o processo de romanização, ou seja, da penetração das estruturas oficiais, administrativas e culturais de cariz romano. Não se tratava da presença de um exército de conquista mas antes um exército de ocupação, um instrumento mais ao serviço da administração romana, com funções de policiamento, controle e reorganização sociopolítica. Nada teria que ver com os acampamentos de campanha de diversos tamanhos estabelecidos pelo exército romano no interior do território cántabro e ásture durante o duro processo de conquista, em que se detetam inclusivamente batalhas e sistemas de assédio (cf. Peralta, 2002 e 2006).

Acrescente-se, ainda, a importância dos exércitos como agentes eficazes de integração política (Le Roux, 1995, 84). O peso dos militares na vida das províncias não residia no seu número mas antes no seu pres-



Fig. 6. Alvarelhos: Pátera com representação de legionário (Foto MNA)

tígio e função na sociedade (Palao Vicente, 2010, 165; 167). Os contingentes militares cumpriam certamente as funções de vigilância do território e participaram na construção das estruturas viárias e das primeiras infra-estruturas (Morillo, 2002, 82).

Admitimos, porém, que no estado atual dos conhecimentos a constatação a nível arqueológico é muito débil. As evidências arqueológicas disponíveis não constituem até ao momento argumento suficiente para propor a existência de um acampamento. Podem somente ser o testemunho de um ambiente claramente militarizado nos finais do período republicano e os inícios do período imperial.

BIBLIOGRAFÍA

- BLÁZQUEZ CERRATO, C. (2002): «Circulación monetaria en el área occidental de la península ibérica. La moneda en torno al “Camino de la Plata”», *Archéologie et Histoire Romaine*, 6, Montagnac.
- CARRERAS, C.; MORAIS, R. (2011): «Las ánforas de Lucus Augusti», in C. Carreras Monfort, R. Morais e E. González Fernández, coords., *Ánforas romanas de Lugo: comercio romano en el Finis Terrae*, *Traballos de Arqueoloxía*, 3, Lugo, pp. 34-79.
- CARRERAS, C.; MORAIS, R. (2012): «The Atlantic Roman Trade During the Principate: New Evidence from the Western Façade», *Oxford Journal of Archaeology* 31(4), pp. 419-441.
- CEBRIÁN SÁNCHEZ, M.A. (2013): *La ceca romana de Augusta Emerita*, Montpellier.
- CENTENO, R.M.S. (1987): *Circulação monetária no Noroeste de Hispânia até 192*, *Anexos Nvmmvs*, 1, Porto.
- CENTENO, R. (2010): «Um novo sestércio de Augusto com a caetra no reverso, aparecido em Braga», in R. Morais, *Bracara Augusta*, Braga, pp. 171-173, 182, 194-195.
- CENTENO, R.M.S. (2011): «Da República ao Império: reflexões sobre a monetização no ocidente da Hispânia», in M. P. García-Bellido, L. Callegarin e A. Jiménez Díez, eds., *Barter, Money and Coinage in the Ancient Mediterranean (10th-1st centuries BC)*, *Anejos AEspA*, LVIII, Madrid, pp. 355-367.
- CRUZ ANDREOTTI, G. (2006): «Polibio y la integración histórico-geográfica de la Península Ibérica», in G. Cruz Andreotti, P. Le Roux e P. Moret, eds., *La invención de una Geografía de la Península Ibérica*, I. *La época republicana*, *Actas del Coloquio Internacional celebrado en la Casa de Velázquez de Madrid entre el 3 y el 4 de marzo de 2005*, Madrid, pp. 77-96.
- ERIM, K.T. (1987): «25 ans de fouilles à Aphrodisias», in J. Genière e K. Erim, eds., *Aphrodisias de Carie. Colloque du Centre de Recherches Archéologiques de l'Université de Lille III*, Paris, pp. 7-30.
- FERNÁNDEZ OCHOA, C.; MORILLO, A. (1999): *La Tierra de los Astures. Nuevas perspectivas sobre la implantación romana en la antigua Asturia*, Gijón.
- FERNÁNDEZ OCHOA, C.; MORILLO CERDÁN, A.; GIL SENDINO, F. (2012): «El Itinerario de Barro. Cuestiones de autenticidad y lectura», *Zephyrus* LXX, pp. 151-79.
- LE ROUX, P. (1982): *L'Armée Romaine et l'Organisation des Provinces Ibériques d'Auguste a l'invasion de 409*, Paris.
- LE ROUX, P. (1995): *Romains d'Espagne: cités et politique dans les provinces, I^{er} siècle av. J.-C.-III^e siècle ap. J.-C.*, Paris.
- LOSTAL, J. (1992): *Pros, Los miliarios de la provincia tarraconense*, Zaragoza.
- MARTINS, M. (2011): *Braga romana*, Braga.
- MORAIS, R. (2005): «From Oppidum to Dives Bracara: the City Trade Through the Amphorae», in *Late Roman Coarse Wares, I (BAR International Series, 1340)*, Oxford, pp. 55-67.
- MORAIS, R. (2007): «A via atlântica e o contributo de Gádir nas campanhas romanas na fachada noroeste da península», *Humanitas* 59, Coimbra, pp. 99-132.
- MOREIRA, A. B. (2007): *Museu Municipal Abade Pedrosa. Coleção arqueológica*, Santo Tirso.
- MORILLO, A. (2002): «Conquista y estrategia: el ejército romano durante el periodo augusteo y julio-claudio en la región septentrional de la península ibérica», in A. Morillo, coord., *Arqueología militar romana en Hispania*, *Anejos Gladius*, 5, Madrid, pp. 67-93.
- MORILLO, A. (2008): «De la imagen legendaria a la reconstrucción arqueológica: la conquista de los pueblos cántabros», in J. R. Aja, M. Cisneros e J.L. Ramírez, eds., *Los cántabros en la Antigüedad. La historia frente al mito*, Santander, pp. 105-119.

- MORILLO, A. (2009): The Augustan Spanish experience: the origin of limes system, in A. Morillo, N. Hanel e E. Martín, eds., *Limes XX. Estudios sobre la Frontera Romana-Roman Frontier Studies*, (Anejos de *Gladius*, 13), Madrid, pp. 239-252.
- MORILLO, A. (2011): «The Roman occupation of the north of Hispania: war, military deployment and cultural integration», in G. Moosbauer e R. Wiegels, eds., *Fines imperii -imperium sine fine? Römische Okkupations- und Grenzpolitik im frühen Principat*, *Osnabrücker Forschungen zu Altertum und Antike-Rezeption*, 14, Leidorf, pp. 11-26.
- MORILLO, A. (2014): «Arqueología de la conquista del Norte peninsular. Nuevas interpretaciones sobre las campañas del 26-25 a.C.», in F. Cadiou e M. Navarro Caballero, eds., *Conflits et sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (IIIe-Ier s. a.C.)*, Bordeaux, pp. 133-48.
- MORILLO, A.; SALIDO, J. (2010): «El aprovisionamiento del ejército romano en Hispania. Transporte, almacenaje y redistribución», in J. J. Palao, ed., *Militares y civiles en la antigua Roma: dos mundos diferentes, dos mundos unidos*, Salamanca, pp. 135-164.
- PALAO VICENTE, J.J. (2010): «Una aproximación al estudio de las relaciones entre militares y civiles en Hispania durante el Alto Imperio», in J. J. Palao Vicente, coord., *Militares y civiles en la antigua Roma: dos mundos diferentes, dos mundos unidos*, Salamanca, pp. 165-96.
- PERALTA, E. (2002): «Los campamentos de las guerras cántabras de Iguña, Toranzo y Buelna (Cantabria)», in A. Morillo, coord., *Arqueología militar romana en Hispania*, *Anejos Gladius*, 5, Madrid, pp. 327-38.
- PERALTA, E. (2006): «La revisión de las guerras cántabras: novedades arqueológicas en el norte de Castilla», in A. Morillo, ed., *Arqueología militar romana en Hispania. Producción y abastecimiento en el ámbito militar*, León, pp. 535-43.
- PÉREZ GONZÁLEZ, C.; ILLAREGUI GÓMEZ, E.; MORILLO CERDÁN, A. (1995): «Reflexiones sobre las monedas de la caetra procedentes de Herrera de Pisuerga (Palencia)», in M.P. García-Bellido e R.M.S. Centeno, eds., *La moneda hispánica, ciudad y territorio*, *Anejos AEspA*, XIV, Madrid, pp. 199-206.
- RIC²C.H.V. Sutherland, *The Roman Imperial Coinage*, Vol. I. From 31 BC to AD 69, 2^a ed. rev., London, 1984.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A.; FERRER SIERRA, S.; ÁLVAREZ SOREY, R.D. (2004): *Miliarios e outras inscricións viarias romanas do Noroeste Hispánico (conventus bracarense, lucense e asturicense)*. Santiago de Compostela.
- SAQUETE, J.C.; ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J.M. (2013): «Augusta Emerita: Novedades Epigráficas, Testimonios Arqueológicos e Interpretaciones Históricas», in *Govern i societat a la Hispània romana. Novetats epigràfiques. Homenatge a Géza Alföldy*, Tarragona, pp. 279-290.
- SCHULTEN, A. (1943): *Los Cántabros y Astures y su guerra con Roma*, Madrid.
- SMITH, R.R.R. (1987): *The Imperial Reliefs from the Sebasteion at Aphrodisias*, *The Journal of Roman Studies* 77, London, pp. 87-138.
- SMITH, R.R.R. (1988): *Simulacra Gentium: the Ethne from the Sebasteion at Aphrodisias*, *The Journal of Roman Studies* 78, London, pp. 50-77.
- SMITH, R.R.R. (2011): *Aphrodisias VI: The Marble Reliefs from the Julian-claudian Sebasteion*, Mainz.
- SYME, R. (1970): *The conquest of north-west Spain*, in: *Legio VIII Gemina*, León, pp. 79-107.
- TORRES, J. (1979): *Tesouro monetário do Castro de Alvarelhos: estudo numismático - seriação cronológica e histórica, separata de Boletim Cultural de Santo Tirso I*, 2-3, Santo Tirso.
- TRANOY, A. (1981): *La Galice romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*, *Publications du Centre Pierre Paris*, 7, Paris.

EL PROCESO DE URBANIZACIÓN DEL NOROESTE DENTRO DE LA POLÍTICA AUGÚSTEA*

*Este trabajo ha sido realizado en el marco del Proyecto de Investigación del MINECO HAR2011-27431 «La construcción política de los territorios romanos en la provincia Hispania Citerior (197 a.C.-69 d.C.)», encuadrado en el Grupo de Investigación Consolidado (B) del Gobierno Vasco IT760-13.

MARIA DOLORES DOPICO CAÍNZOS

(Professora Titular de História Antigua, USC)

El propósito de esta ponencia es el de analizar la naturaleza y la génesis del proceso de urbanización en el Noroeste peninsular. Pretendo mostrar que la fundación de *Lucus Augusti* y *Bracara Augusta*, no fue, simplemente, algo esperable y lógico en un mundo como el romano, para el cual la ciudad era el marco natural de vida de una sociedad. Creo que su implantación fue uno de los elementos esenciales de transformación del Noroeste después de la conquista, que fueron creadas con unas funciones precisas y que todo este proceso, desde la elección de los lugares en que se situaron, hasta su apariencia física solo se puede entender dentro de la política general de Augusto.

La investigación de los últimos años ha carecido de una visión clara de la función de estas ciudades, lo que también hacía confusas tanto su naturaleza como las razones de su fundación. Prácticamente la única cuestión en la que se estaba de acuerdo era en su cronología. A la evidencia proporcionada por el nombre, con esa segunda parte común a las dos (*Augusta/Augusti*), se añadían otras proporcionadas por la epigrafía y la arqueología. Dentro del reducido pero valioso grupo de inscripciones que Pereira Menaut, en un trabajo publicado en 1995 denominó «epigrafía política», destacaban los cuatro epígrafes que tenían como protagonista común a P. Fabio Máximo, tres de ellos hallados en Lugo (*IRPLugo* 19, 20; Rodríguez Colmenero, Carreño, 1992, 389ss) y un cuarto descubierto en Braga (*EE VIII*, 280 = *ILER* 1028). La mención en este último de la comunidad política de los *Bracaraugustani*, demostraba que la ciudad ya era realidad en una fecha temprana, antes del 3-2 a.C., y, por tanto, su fundación era previa al cambio de era. Dando por hecho que *Lucus Augusti* sería fundada al mismo tiempo, teníamos así documentado el inicio de la urbanización en el Noroeste. A ello debíamos añadir los datos proporcionados por el registro arqueológico, que, aunque escasos, demostraban que en estos momentos ya se había realizado un diseño urbano ortogonal de las dos ciudades de *Callaecia*, y el trazado de las primeras vías que unían las capitales conventuales del Noroeste. Las evidencias de estructuras de espacios públicos, como el foro, así como de materiales de época augustea, principalmente cerámicas y monedas, confirmaban esta datación (Martins, 2012, 35 ss; Morais, 2005; González, Carreño, 1998, 1175; Carreras, Morais, 2011, 66 ss).

Se admitía, por tanto, que estábamos ante ciudades fundadas por Augusto en un entorno no urbanizado, el problema era saber por qué y para qué se habían creado y aquí ya no encontramos unanimidad. Creo que en gran medida esto se debió a la tradicional infravaloración de la obra de

Augusto, fruto de la comparación con las consideradas «profundas reformas» de los Flavios, algo que persistió durante decenios. La concesión del *ius Latii* tendría unos efectos importantísimos que supondrían desde la transformación del estatuto jurídico de las tres ciudades del Noroeste, que probablemente se convertirían en municipios, a la aparición de otros nuevos y extraordinariamente dinámicos como *Aquae Flaviae*, y el desarrollo de un número significativo de otros asentamientos como *Brigaecium*, *Lancia*, o la *civitas Limicorum*. Es entonces cuando se produce un mayor desarrollo económico de todo el Noroeste, al tiempo que se favorece la integración de las elites indígenas a través del estatuto latino ya mencionado. Desde un punto de vista administrativo, eran también los Flavios quienes habían completado y mejorado el gobierno provincial con la introducción de los *conventus iuridici*, –si bien su importancia se reducía al mínimo– y por tanto quienes habían dotado a ambas ciudades de una función precisa, la de ejercer como capitales conventuales. Esto suponía que su fundación se desvinculaba de cualquier cometido político-administrativo, bastaba entenderlas como un recurso para atraer a indígenas que no conocían el fenómeno urbano, facilitando así una mejor integración de las nuevas comunidades conquistadas (Tranoy, 1981, 164, 190ss; Le Roux, Tranoy, 1983-1984, 201).

Con este punto de partida, según el cual la ciudad adquiere su pleno sentido decenios después de su fundación, no es de extrañar que, a la hora de examinar cualquier otra cuestión de sus inicios, se busquen argumentos fuera del ámbito político. Un ejemplo bastará para comprenderlo, referido a un aspecto fundamental de su origen, su ubicación. En una obra de conjunto sobre la romanización de Galicia publicada en 1992, se aseguraba que en realidad «hace 2000 años no se fundaba una ciudad en Lugo sino un campamento fortificado cuya situación podría estar más relacionada con la explotación del oro que con otros propósitos socio-culturales. Los topónimos relacionados con el oro entran todos dentro de un radio de 100 kms. con centro en Lugo y esta fortificación que reunía condiciones de altura por razones de defensa y de estar al lado de una ruta económica de transporte fluvial crea la sugestión de que Lugo podría ser un punto estratégico de recogida, custodia y embarque del valioso mineral hacia Roma» (VVAA, 1992, 7). La fundación de la ciudad se desvinculaba de cualquier programa político o de una reforma global de la administración provincial y, por supuesto, era indiferente que hubiera sido fundada por Augusto o por cualquier otro emperador. Simplemente adquiriría sentido por sí misma, nada más.

Algunas de estas afirmaciones son, hoy en día, muy discutidas o sencillamente ya han sido superadas. Entre estas últimas, naturalmente, debo recordar la errónea atribución de la creación de los *conventus iuridici* que hoy sabemos es obra augústea y sobre los que volveré más adelante. Otras las podríamos matizar. La escueta mención de Plinio (*NH* 3.30) sobre la concesión del *ius Latii* unida a la escasa o, en ocasiones, discutida evidencia epigráfica, supone que en los últimos años se han incrementado las discusiones sobre el verdadero significado de esta medida, su alcance en la transformación de las sociedades municipalizadas, o el número de las afectadas (Ortiz de Urbina, Santos, 1996). Ahora bien, tan ilógico es minimizar el papel de Augusto como lo sería por mi parte negar la trascendencia de las medidas de los Flavios. Es cierto que la consolidación de las estructuras urbanas requiere un tiempo, no es de extrañar que tengamos que esperar casi un siglo para ver un notable desarrollo de las ciudades. Como nos muestra la arqueología, es en este momento cuando las ciudades del Noroeste sufrieron una renovación urbanística muy importante, destacando la aparición de las primeras *domus*, y otros edificios que reflejaban a la perfección el estilo de vida romana. En el caso de *Bracara* destacan edificios públicos tan sobresalientes como las termas *do Alto da Cividade*, el teatro anexo, las *domus* con toda su complejidad técnica, constructiva y decorativa como la de *As Carvalheiras* cuya superficie supera los 1000 mts² y un coste de construcción muy elevado (Martins, 2005; Martins, 2012, 47 ss; Ribeiro, Martins, 2013), a lo que se añade la remodelación del santuario indígena de la *Fonte do Ídolo* (Elena *et al.*, 2008). En el caso de *Lucus Augusti*, aunque nuestro conocimiento de su urbanismo es bastante menor que el de Braga, sabemos que también debió tener una notable evolución a partir de finales del s. I d.C. (Carreño, Rodríguez Colmenero, 2012, 299 ss). Todo este cambio ha sido, sin duda, importante, pero no debe hacernos

olvidar que esas ciudades fueron fundadas por Augusto. Quiero recordar a este respecto la reflexión de F. Arias en la obra que acabo de mencionar sobre la romanización (1992, 58), cuando insistía en el desconocimiento que se tenía de la ciudad de *Lucus Augusti*, lo que, a su entender, se debía a «que la mayoría de los estudios sólo han prestado atención a los restos más monumentales o artísticos, olvidando las características políticas, económicas o sociales, o sea, el verdadero contexto histórico. Para trazar un esquema sobre éste, es preciso aquilatar al máximo todos los datos arqueológicos y documentales y tener en cuenta la marcha general del Imperio». Creo que al desplazar el foco de nuestra atención hasta casi un siglo después, se dejan en el aire las cuestiones esenciales de su origen y función, que perdían relevancia ante su posterior esplendor urbanístico o jurídico. En suma, se dejaba al margen la evidencia sin la cual nada es comprensible: que estamos ante ciudades que han sido fundadas por el Estado romano con una clara funcionalidad política. Desde luego el Estado romano nunca fue una entidad similar a la nuestra, como muy bien se encargan de recordarnos constantemente los juristas que nos niegan hasta la posibilidad de que utilicemos tal denominación, al diferenciarlo netamente de las formaciones políticas de la época contemporánea o, como mucho, de la Edad moderna. En la época a la que nos estamos refiriendo, más que hablar de Estado en abstracto, debemos referirnos a la profunda intervención de Augusto en los asuntos de gobierno, sin precedentes en la historia de Roma que solo se pueden explicar por la excepcional confluencia de varios factores relevantes.

En primer lugar la propia transformación del sistema de poder romano que permite realizar intervenciones a una escala hasta entonces desconocida. Como primer emperador, Augusto tiene en sus manos una autoridad que solo empezó a atisbarse al final de la República con Pompeyo, y, sobre todo, con César a partir del 47 a.C. cuando ya como único dirigente empieza a aplicar un programa de gobierno propio. En ambos casos, y por razones de sobras conocidas, no pudieron culminarlo, algo que no ocurre con Augusto, del que, por cierto, debemos tener en cuenta otro factor imprevisible que jugó a su favor, su longevidad, que le permitió dar continuidad a su proyecto. A diferencia de la imprevista brevedad de César, los más de 40 años de gobierno augusteo permitieron realizar muchas reformas, aunque la estabilización del Estado y los grandes cambios sean fruto, sobre todo, de los 20 primeros. Lo importante, en cualquier caso, además de la duración, es la diferente naturaleza del poder. A partir del 23 a.C. cuando Augusto ya tiene conformados sus poderes con esa mezcla de respeto aparente a la legalidad republicana y de innovación, y dispone del *imperium proconsulare maius* que se extiende sobre todas las provincias del imperio, puede ejercer su autoridad de manera totalmente diferente a lo hasta ahora conocido. Pondré solo un ejemplo de una de las cuestiones que aquí veremos, las reformas provinciales.

Augusto no fue el primer magistrado que pretendió realizar una reforma sustancial del imperio romano o, en este caso, de una parte significativa del mismo. En los inicios de su carrera política Pompeyo diseñó y ejecutó su proyecto de reorganización provincial en Asia. Estas medidas no eran la habitual consecuencia de una guerra, en este caso la que había llevado a cabo contra Mitrídates VI. Una vez lograda la victoria y pacificación de los territorios asiáticos Pompeyo demostró que actuaba con una visión del Estado que sobrepasaba la actuación de un simple magistrado republicano. Las medidas que adopta durante el desempeño del *imperium proconsular* excepcional que le confiere la *Lex Manilia* entre el 66 y el 62 a.C., supuso una reorganización general y profunda de Asia. Estamos hablando de cambios tan relevantes como son las modificaciones de los límites, es decir, del tamaño de las provincias, con las consiguientes repercusiones tanto en la jurisdicción de sus gobernadores como en los recursos humanos o económicos que controlan. Se añade la realización de pactos para atraer a nuevos reinos clientes, de cambios en la administración y en los estatutos jurídicos de las ciudades, de la extensión de la urbanización también con esa utilización personal claramente propagandística del nombre que reciben, pero sobre todo como centros de unidades regionales. Esta sistematización, además de las evidentes intenciones propagandísticas, se realizó según unos principios de eficacia y racionalidad, sin embargo fue extraordinariamente efímera. Bastó el rechazo del Senado, la institución a la que legítimamente le correspondía tal super-

visión, dirigida, entre otros, por M. Porcio Catón, para que sus medidas no fuesen efectivas. Lo de menos era el acierto de las decisiones adoptadas, la lucha política de este siglo final de la República lo había trastocado completamente (Christ, 2004, 65 ss). Los cambios que Augusto impone no requieren ningún tipo de control ni de transacción, responden únicamente al concepto que él tiene del imperio. Entonces sí es posible adoptar decisiones administrativas, políticas o económicas sin controles efectivos de otras magistraturas, una vez que en la práctica han dejado de existir los tradicionales mecanismos de control republicano, la colegialidad, el derecho de veto o la intervención de instituciones como el Senado. También ha quedado atrás la antigua competencia característica de los grupos aristocráticos senatoriales que había permitido un equilibrio de fuerzas hasta mediados del s. I a.C. pero que se había roto llevando a enfrentamientos de las consecuencias que acabo de señalar.

Esto nos lleva a una segunda cuestión, que es la existencia de un ambicioso programa de reformas. Los últimos años de esa larga crisis republicana nos muestran que esos hombres de Estado, como Pompeyo o César, pretendían un cambio radical del sistema, aunque, sin duda, de forma diferente. Augusto no es una excepción, no solo acaba con sus enemigos, su ambición va más allá de lograr el poder y mantenerse en él: tiene una idea de Estado propia que pone en marcha paulatinamente. No voy a recordar aquí cómo afecta esto a todos los sectores del Estado, de su administración y gestión, y cómo se extiende a otros ámbitos fuera de lo político, bastará aquí con lo que veremos a continuación, los cambios en el imperio. No podemos entender el final de la conquista de *Hispania* en sí misma, como una lucha para acabar un pequeño grupo de resistencia del Noroeste, sino dentro de la idea global de imperio, de la creación de un conjunto territorial coherente y homogéneo del que el Noroeste es una pieza más. La adopción de medidas puntuales o limitadas que sirvan para solucionar un determinado problema estratégico o defensivo, dan paso ahora a una articulación y organización de todo el sistema. Así se entienden las múltiples intervenciones dentro de los dos grandes objetivos programáticos de Augusto. En primer lugar la creación de límites dotados de la mayor estabilidad posible, lo que lleva a actuar de uno a otro extremo, desde Asia, con intervenciones en Cilicia y Armenia, la fijación de las fronteras Éufrates con los partos, hasta el curso medio del Danubio, con las nuevas provincias de *Pannonia* y de Dalmacia y, por supuesto, las interminables y difíciles campañas de *Germania*. En segundo lugar, el control de aquellos territorios que todavía forman pequeñas bolsas sin controlar dentro del imperio, como los Alpes que permiten el fácil tránsito desde Italia a otros territorios.

En este diseño general de un imperio coherente, unificado, el papel de Augusto es fundamental, lo que incluso se visualiza mediante la participación personal del emperador en algunas de las campañas más relevantes, por supuesto también con una clara intención propagandística. Naturalmente no se trata de algo que pueda hacer sin el apoyo de un reducido grupo de personas de su círculo íntimo y familiar, con el bien conocido papel tanto en las conquistas como en la administración de Agripa (Rodraz, 1984, 388). En cualquier caso, ya no estamos ante decisiones colectivas, de instituciones como el Senado, si no ante la aplicación de una visión del *princeps* con un concepto propio, y esto se deja ver en el paso siguiente. No basta con conquistar, ya no estamos ante un concepto republicano de imperio, en el que basta la explotación de los territorios, ahora se trata de desarrollar una administración, ante todo, eficaz y bien controlada por el *Princeps*.

La política administrativa que aplicó en la Península Ibérica supuso realizar una tarea ingente, porque no se limita a retocar lo que ya existe, modificó las estructuras en profundidad. Evidentemente no voy a analizar a fondo cada una de ellas, lo cual sería aquí tan imposible como innecesario, solo quiero recordar aquellos aspectos que son significativos para lo que estamos tratando.

En los niveles inferiores de la administración se utilizó a las comunidades indígenas, obligándolas a asumir algunas funciones estatales básicas que hasta ahora, al menos en parte, realizaban organizaciones privadas como las de los *publicani*. En lugar de crear una burocracia inasumible para los limitados recursos del Estado romano, se obliga a las *civitates* a realizar tareas importantes pero sencillas y fácilmente asumibles, como la realización del censo, el control de los impuestos y

la eventual aportación al ejército. En el caso del Noroeste recién conquistado esto supuso una notable tarea de reestructuración, de cambios sustanciales y de transformación de comunidades hasta ahora poco integradas y escasamente cohesionadas (Pereira-Menaut, 1983, 200 ss; 1984, 280). La creación de esas entidades administrativas menores, hasta ahora inexistentes, debió, por tanto, ser un proceso complejo. Era Roma la que debía decidir su número, fijar los límites entre ellas, señalando así tanto su ámbito de competencias como los recursos materiales y humanos de los que disponen, y determinaba su funcionamiento. Hay una evidencia epigráfica que nos muestra lo ingente que debió de ser esta tarea, los *termini augustales*, los mojones que marcan los límites entre comunidades. Un número significativo de ellos, al menos ocho, están datados en torno al 5-6 d.C. y nos muestran cómo se establecieron los límites entre comunidades indígenas, en este caso de la provincia de *Lusitania*, como la de *Igaedis* o *Mirobriga*. Los *termini* son una muestra de la cuidadosa meticulosidad seguida en todo el proceso, tanto en su realización como en el registro, ahora permanente, de todo lo realizado. Probablemente cada comunidad indígena tenía registrado por escrito los datos esenciales de su territorio, y este documento se archivaría, bien en la sede del gobierno provincial, o bien en la propia comunidad (Le Roux, 1994b, 39, 44).

El número de personas utilizadas para realizar estos cambios debió de ser sustancial, aunque carecemos de datos sobre esta cuestión. Recuerdo lo que decía Cicerón durante su consulado en el 64 a.C. en el duro discurso que pronunció en contra de la ley agraria presentada por el tribuno de la plebe P. Servilio Rulo (2.32). Se quejaba de la enorme cantidad de personal –200 agrimensores– que se solicitaban para asentar a 5000 ciudadanos. Las tareas de instalación de los colonos con repartos de tierra individuales son de una envergadura considerable comparadas con los realizados aquí, pero nos da una pauta, indicándonos que los medios utilizados debieron de ser notables, teniendo en cuenta, sobre todo, que en muchas ocasiones no se limitaban a confirmar lo ya existente. La decisión de hasta dónde llegan los límites queda siempre en manos de Roma, quien puede respetar lo que ya hay, crear una nueva *civitas* uniendo varios pueblos o propiciar la escisión de otros hasta entonces unidos, como bien conocemos en la reorganización que hizo Agripa en las Galias (Bedon, 1999, 78 ss). En el Noroeste el Edicto del Bierzo nos muestra no sólo que todas las decisiones de esta naturaleza, como era habitual, quedaban en manos del Estado romano, sino que podrían modificarse en cualquier momento y de acuerdo con sus intereses (Alföldy, 2001, 20). La recompensa que reciben los *Paemeiobrigenses* por su fidelidad a Roma que se realiza imperativamente –el verbo *iubeo* es extraordinariamente revelador– supone modificar lo ya fijado, los límites y los recursos de los *Susarri* y de los *Gigurri* sin que las comunidades indígenas tuvieran capacidad de decisión alguna.

En el otro extremo de la administración nos encontramos ante la reorganización provincial. Se podrían haber mantenido las antiguas divisiones republicanas simplemente incluyendo en ellas los nuevos territorios. Así era como se habían incrementado las dos provincias de la *Citerior* y de la *Ulterior*, con la agregación paulatina, al espacio inicial heredado de Cartago, de cada territorio recién conquistado. Si lo pensamos desde el punto de vista territorial, la superficie del Noroeste representaba una proporción muy pequeña de la Península Ibérica, por tanto no debía suponer un cambio significativo. No era esto, sin embargo, lo que justificaba una modificación total de las estructuras, sino su adaptación a una realidad histórica diferente. A lo largo de dos siglos el mejor conocimiento de los territorios, la progresiva urbanización, la implantación de itálicos o los desarrollos comerciales habían dado lugar a realidades muy diferentes. La Península no era ya un conjunto de pueblos bárbaros sometidos y explotados. A esta nueva realidad ya estable, conquistada en su integridad, obedecía una división diferente. Su realización suponía decidir cuántas provincias habría, se tendrían que fijar de manera precisa los nuevos límites entre cada una de ellas, puesto que eran los que indicaban hasta donde llegaba la jurisdicción de los respectivos gobernadores. También era preciso decidir qué comunidades se incorporaban en cada caso, había que replantearse las capitales provinciales, lo que llevará a cambios jurídicos –la promoción de *Tarraco* a colonia–, o la creación de nuevos núcleos como *Emerita Augusta*. A ello se añade el trazado de

las nuevas redes viarias que articularían todo el territorio desde nuevas perspectivas, sobre lo que volveré más adelante.

De manera muy sucinta, he tratado de mencionar algunos de los complejos cambios que implicaba esta, aparentemente, simple reorganización provincial. Cada uno de estos procesos no se pudo hacer sin un análisis previo de la situación, lo cual no implicaba que no fuese necesario seguir haciendo modificaciones. Muestra de ella son los cambios sucesivos de la situación del Noroeste, primero formando parte de la Lusitania para pasar después a la Citerior, que suponen que el Estado romano no aplicó una solución aleatoria en la división provincial, sino que no se detuvo hasta encontrar la que parecía mejor.

Los cambios en las provincias permiten un gobierno mejor, controlado por el *princeps* – no debemos olvidar aquí la transformación de los gobernadores provinciales– y más eficaz, y aquí encontramos un cambio más novedoso, porque supone introducir nuevas estructuras administrativas partiendo de una experiencia republicana previa. Los *conventus iuridici* se convierten en entidades territoriales intermedias entre las *civitates* y las provincias. Las transformaciones y el trabajo de creación fueron aquí, mayores, porque no había precedentes a partir de los cuales se pudieran estructurar, a diferencia de lo que habíamos visto en el caso de las *civitates* y *provincias*. De nuevo hay que decidir los límites, adscribir los pueblos a cada uno de ellos y, sobre todo, elegir las ciudades que actuarán como centros conventuales. Aquí es en donde vemos hasta dónde llega la planificación de todos los elementos territoriales y administrativos que permiten el funcionamiento de los *conventus* y, sobre todo, encontramos la razón de ser de las fundaciones urbanas del Noroeste.

La finalidad de los *conventus* era acercar el poder a las comunidades indígenas, con la creación de sedes que facilitasen la realización del circuito anual del gobernador. Estaba absolutamente fuera de lugar la posibilidad de que estas acciones de gobierno se llevaran a cabo en sedes que no fuesen urbanas, en cualquier otro tipo de entidades menores. Ahora bien, ya hemos insistido en que estamos ante un régimen que ha superado los límites del poder republicano y que pretende crear estructuras administrativas estables, permanentes, controladas por y desde el Estado, en los que la función de los gobernadores quede perfectamente establecida. Por esta razón, la capacidad de elección que antes tenían los magistrados republicanos, al ser ellos los que decidían en qué ciudades convocarían a los indígenas, se pierde a favor de la elección de sedes permanentes. Estas ciudades se convierten en el elemento esencial de estas subdivisiones puesto que desde ellas los gobernadores dirigen la aplicación de la ley romana, y su función esencial será administrativa y política.

No hay un criterio homogéneo a la hora de elegir estos centros. En algunos casos se recurrió a ciudades con una trayectoria importante desde al menos el s. II a.C., como es el caso de *Tarraco* o *Carthago Nova*. Presentaban unas características óptimas, ya que habían sido tradicionalmente utilizadas como centros políticos, fiscales, administrativos o de representación desde las Guerras Púnicas. Poseían un cierto desarrollo urbanístico y contaban con población itálica que ya habría introducido algunas de las formas de vida romanas. En otros casos, sin embargo, se realizan fundaciones *ex novo*, como es el caso de *Caesaraugusta*, en donde se instalan veteranos de las legiones *IV Macedonica*, *VI Victrix*, *X Gemina*, o *Emerita Augusta*, fundada con los veteranos de la *X Gemina* y *V Alaudae* con lo que también cumple una función poblacional. El Noroeste era un medio no urbanizado, por lo que las tres ciudades que serán a partir de este momento sedes conventuales son fundadas *ex novo*, pero, a diferencia de las anteriores, no son colonias de poblamiento ni el resultado de la evolución o transformación que Roma hace de anteriores asentamientos indígenas, son ciudades expresamente fundadas con una función administrativa.

Todas ellas se encuentran muy bien situadas respecto a sus territorios conventuales, puesto que un factor esencial era una adecuada accesibilidad para los indígenas pertenecientes a ellos. Creo que es innecesario recordar aquí la buena situación de *Bracara*, con su buena comunicación fluvial y terrestre, así como su accesibilidad al Océano Atlántico. Lo mismo podríamos decir en el caso de *Lucus Augusti*, que carece de barreras geográficas importantes respecto a los pueblos de su

conventus tiene una buena salida exterior hacia la Meseta, y además controla un tramo navegable del Miño que la comunica con las zonas auríferas del sur.

Pero no debemos olvidar que las tres ciudades del Noroeste fueron creadas dentro la planificación general del circuito conventual de la *Citerior*, lo que supuso disponerlas de manera que el gobernador provincial pudiera realizar su viaje en jornadas asequibles. Las comunicaciones naturales o los caminos previamente utilizados por los indígenas no son suficientes para el poder romano, que debe crear una red propia, adaptada a sus necesidades. Se han conservado algunos miliarios que nos permiten ver que esta nueva red viaria ya se está ejecutando en época de Augusto (Rodríguez Colmenero, 2004, 158, 199, 268, 275, 295), lo cual demuestra, una vez más, una meditada planificación acorde a las nuevas funciones administrativas. Así se diseñan la *via XVII* que une *Bracara* con *Asturica* y la *XIX* que de nuevo une a estas dos capitales del Noroeste pasando por la tercera, *Lucus Augusti*.

Desde el Noroeste se enlazaría con el resto del itinerario conventual, que es muy coherente, muestra no solo que las ciudades fueron situadas en lugares fácilmente accesibles para las comunidades incluidas en sus respectivos *conventus*, además se dispusieron de modo que facilitarían un recorrido casi lineal desde *Tarraco* hasta *Asturica* en donde el camino se bifurca por la situación de las tres capitales del Noroeste, que se encuentran dispuestas de forma prácticamente triangular. Viéndolos como etapas sucesivas, las distancias entre cada una de ellas son relativamente cortas, siempre inferiores a los 300 kms. pero en la mayor de los casos, son aún más breves. Por ejemplo, entre *Tarraco* y *Caesaraugusta* hay unos 150 kms, desde *Asturica* hay menos de 160 kms a *Lucus*. Se podrían, por tanto, establecer jornadas relativamente breves entre una y otra. Si analizamos el conjunto, el viaje del gobernador desde *Tarraco*, le permitiría hacer un recorrido de unos 2000 kms. ida y vuelta, al que se añadiría el trayecto *Tarraco-Carthago Nova*, que sí sería más largo, de unos 1000 kms. en total. Estamos ante un itinerario relativamente sencillo y fácil de realizar al carecer de impedimentos geográficos serios (Dopico, Santos, e.p.).

La génesis y fundación de estas ciudades adquieren pleno sentido, por tanto, dentro de ese nuevo diseño del Estado y de su imperio, como también lo tienen sus funciones que son principalmente administrativas, pero es obvio que su papel no se agotó aquí. Solo voy a mencionar las dos cuestiones que me parecen especialmente relevantes, la primera relacionada con la propia construcción del nuevo sistema político romano, pues fueron un elemento propagandístico que contribuyó al fortalecimiento del poder augusteo. En segundo lugar, quiero recordar el impacto que su implantación debió tener entre las comunidades indígenas, especialmente las más cercanas.

Respecto a lo primero, no podemos olvidar que nos encontramos en un período complejo, en el que uno de los aspectos fundamentales del gobierno de Augusto es el propio fortalecimiento y consolidación de su poder como único gobernante. A este respecto es bien conocida la interferencia entre los asuntos públicos y privados, que se entremezclan constantemente. Se ve en una de las cuestiones que he mencionado antes, la estabilización del imperio. Aunque las campañas y conquistas obedecieron a varios factores –estratégicos, de seguridad, defensa respecto a otros pueblos– todos ellos vinculados a la necesidad de estabilizar y racionalizar el territorio, la cuestión ideológica siempre estuvo presente (Gruen, 1990). La propia conquista fue orientada a su favor, presentándola como el dominio del *oikoumene*, como un logro sin precedentes sobre un espacio que empieza a ser cartografiado y controlado de forma sistemática (Nicolet, 1988, 10 ss). Por eso no es de extrañar su pretensión de aparecer como el verdadero conquistador, aunque en la práctica su papel fuera mínimo. Recordemos las tempranas campañas de Dalmacia (35-33 a.C.), que no tendrá resultados efectivos hasta casi 40 años después con la creación de las nuevas provincias de *Pannonia* y *Dalmatia*, que solo es posible gracias a la fundamental intervención de Tiberio. Es una situación similar a lo que vemos en el Noroeste, en donde la breve intervención de Augusto no obtuvo grandes resultados, siendo, en este caso, decisiva la actuación de Agripa, que es quien acaba con los focos de resistencia. Dentro de las transformaciones de los territorios provinciales, la urbanización fue uno de los elementos que el emperador destacó tradicionalmente dentro de su obra y no dejó de mencionar

en su balance de gobierno que aparece en las *Res Gestae* (28). Por detenerme solamente en el Noroeste, el nombre que reciben las tres ciudades es, por sí mismo, suficientemente significativo. Continúa esa tradición que ya se había visto con Pompeyo en Asia o con el propio César en Hispania, en este caso con la abundancia de las denominaciones *Iulia* en un número significativo de ciudades (Ramage, 1998, 444). Tampoco son ajenas las ciudades a otro elemento propagandístico que refuerza su poder, el culto imperial, bien documentado en el Noroeste. Aunque sabemos que no está limitado a los ambientes urbanos, es también evidente que en ellas tuvo un papel notable. Dentro de la jerarquizada carrera de estos sacerdotes las ciudades, especialmente las capitales conventuales, eran una etapa muy importante, previa al flaminado provincial, tal como nos recuerdan las inscripciones conservadas, como la de *Camalus, sacerdos conventus* (Etienne, 1974, 182ss). Esta introducción y expansión del culto ya se manifestó desde el inicio de la urbanización en el Noroeste. He mencionado al principio las cuatro inscripciones de P. Fabio Máximo encontradas en *Bracara y Lucus* y que deben entenderse dentro de la expansión de este nuevo culto al máximo representante del poder romano, de la búsqueda de cohesión de las comunidades en torno a él, buscando una mejor integración dentro del Estado romano. A ellas se deben añadir otras dos de Braga dedicadas al *Genius Caesaris* y *Genius Augusti* (Martins, 2012, 35) y, por supuesto, no podemos olvidar el *Ara Augusta* mencionada en la *Tabula Lougeiorum*. Es un altar del culto imperial el que asume la función de aglutinante de las comunidades indígenas y su función administrativa en tanto no tenemos desarrollada la nueva capital provincial, *Asturica Augusta* (Dopico, 1988, 55 ss).

En cuanto a la segunda cuestión, el impacto de las capitales conventuales sobre las comunidades indígenas, debió de ser significativo. Ya dijimos que ambas ciudades no eran colonias, lo que supone que, en principio, el elemento romano debía ser minoría. Aunque carecemos de datos ciertos, me parece útil recordar el cálculo que hizo Le Roux (1996, 373) a partir del estudio de la epigrafía de las necrópolis de *Bracara Augusta*. El número de ciudadanos romanos representaría un 23% en tanto los peregrinos serían un 51%. A ellos habría que añadir un 26% de personas de origen servil, entre ellos un 19% serían libertos. Las cifras nos sirven para señalar una tendencia obvia, pero no significa que el componente romano no ejerciera una influencia importante sobre la mayoría de población indígena. A la inscripción de Braga (*AE* 1967, 222) que recuerda la existencia de un grupo de ciudadanos romanos dedicados al comercio a gran escala –*cives Romani qui negotiantur Bracaraugustae*–, debemos añadir otro grupo de inscripciones procedentes de *Lucus Augusti* que nos documentan la existencia de funcionarios, libertos y esclavos imperiales, vinculados a la función administrativa de la ciudad. Es el caso de Saturnino (*IRPLugo* 23), liberto de Augusto con una amplia carrera administrativa que se extiende desde Asia, Africa, *Emerita Augusta* hasta *Lucus* (Le Roux, 1985), la del liberto imperial Septimio Hermeros (*IRPLugo* 27), o la de Julio Leontio Rufino (*IRPLugo* 28) miembro del *Tabularium*. Todos ellos suponen la existencia de un importante e influyente núcleo de individuos con gustos, cultura y formas de vida romanas, que difunden y muestran a los indígenas que, a su vez, las irán aceptando paulatinamente. Es significativo ver, por ejemplo, cómo en una ciudad como Lugo, junto a la cerámica de tradición indígena existe, desde los inicios, una notable demanda de cerámica romana importada. Nos muestra dos mundos que coexisten con sus costumbres y formas propias, pero que se funde paulatinamente hasta provocar la desaparición de gran parte de lo indígena, al menos en lo que se refiere al registro material: su cerámica desaparece a partir de mediados del s. I d.C. (Alcorta, Bartolomé, 2012, ID., e.p.; Carreras, Morais, 2011, 66 ss). Los cambios también se dejarían ver en el territorio modulado por la ciudad. El estudio del catastro de *Bracara* ha puesto de manifiesto una intervención que hasta ahora solo creíamos posible en ciudades privilegiadas, como las colonias (Carvalho, 2008). El cambio en el uso y propiedad de las tierras, así como en su producción tuvo que ser, necesariamente, radical, como lo fue sobre aquellos asentamientos indígenas que, incluidos dentro del territorio urbano, tuvieron que modificar sus estructuras ante la nueva realidad urbana que suponía la fundación de las ciudades (Bartolomé, 2009).

Esta adopción de lo romano también es visible en el urbanismo. Es cierto que estamos ante estructuras muy simples al principio, como ya dijimos al inicio de este trabajo, y no parece que las

inversiones imperiales hayan alcanzado dimensiones comparables a las de otras fundaciones, como puede ser *Emerita Augusta* (Alföldy, 1994, 64). En cualquier caso el Estado planificó una ciudad *more romano*, ortogonal, y con los espacios públicos fundamentales para el desarrollo de las actividades administrativas, como el foro, con las infraestructuras necesarias para cumplir su actividad administrativa como son las vías. A partir de aquí es la iniciativa privada la que se empeñaría en la construcción de los grandes edificios de uso colectivo, y en *domus* que tenemos bien documentadas tanto en Braga, con la *Domus das Carvalheiras* como en Lugo, con la *Domus Oceani* y *Domus del Mitreo* (Ribeiro, Martins, 2013; González, 2005; Rodríguez Cao, 2011). Naturalmente es un proceso lento, como acontece en todas las ciudades, que supone la atracción de las elites indígenas que empezarán a construir casas al modo romano, realizando inversiones elevadísimas tanto en su propio beneficio como en actividades evergéticas que permitirán monumentalizar la ciudad con grandes edificios. Aunque todo ello supuso el paso de varias generaciones, la ciudad que representaba al poder mostraba unas claras diferencias en su aspecto físico con los núcleos indígenas circundantes. Aparecen los teatros y las termas, que no solo marcan la monumentalización de los edificios, sino la adopción de costumbres romanas, de distintas formas de ocio, de vida, de lengua. Y todo ello, bien lo sabía Roma, que en palabras de Tácito (*Agric.* 21) y refiriéndose a la obra de su suegro Agrícola en Britania, recordaba cómo les incitaba a construir edificios –templos, mercados– a la manera romana, a asumir un tipo de educación diferente, a vestirse con la toga o a emplear su ocio en termas, asegurando que todo ello no era, como ellos creían, una forma de civilización, sino de esclavitud. Creo que expresa a la perfección la utilización de múltiples recursos, algunos no coercitivos y voluntariamente asumidos por las elites, para consolidar su poder y estabilizar el imperio, y nos muestra la importancia de la ciudad en este proceso.

BIBLIOGRAFÍA

- ALCORTA IRASTORZA, E. J.; BARTOLOMÉ ABRAIRA, R. (2012): «Muestras de cerámica engobada romana de producción local de Lucus Augusti (Lugo)» in D. Bernal, A. Ribera, eds., *Cerámicas hispanorromanas II. Producciones regionales*, pp. 699-724.
- ALCORTA IRASTORZA, E. J.; BARTOLOMÉ ABRAIRA, R. (e.p.): «Producciones cerámicas lucenses y su distribución», in *Cerámicas de época romana en Hispania y Aquitania. Producción, comercio y consumo entre el Duero y el Garona*, Bilbao.
- ALFÖLDY, G. (1994): «Evergetismo en las ciudades del Imperio Romano», *Actas del XIV Congreso de Arqueología Clásica: La ciudad en el mundo romano*, vol. I, Tarragona.
- ALFÖLDY, G. (2001): «El nuevo edicto de Augusto de El Bierzo en Hispania», in L. Grau, J. L. Hoya, eds., *El bronce de Bembibre. Un edicto del emperador Augusto*, León.
- ARIAS VILAS, F. (1992): «Lucus Augusti», in *VVAA, La romanización de Galicia*, Sada-A Coruña, pp. 55-62.
- ARIAS VILAS, F.; LE ROUX, P.; TRANOY, A. (1979): *Inscriptions romaines de la province de Lugo*, (=IRPLugo), París.
- BARTOLOMÉ ABRAIRA, R. (2009): «O castro da Piringalla e a sua relación con *Lucus Augusti*», in M^a D. Dopico Caínzos, M. Villanueva Acuña, eds., *Do Castro á cidade. A Romanización na Gallaecia e na Hispania indoeuropea*, *Actas do curso de actualización sobre a romanización de Galicia*, Lugo.
- BEDON, R. (1999): *Les villes des trois Gaules de César à Néron dans leur contexte historique, territorial et politique*, París.
- BENDALA GALÁN, M. (1990): «El plan urbanístico de Augusto en Hispania: precedentes y pautas macroterritoriales», in W. Trillmich, P. Zanker, eds., *Stadtbild und Ideologie: die Monumentalisierung hispanischer Städte zwischen Republik und Kaiserzeit*, Munich, pp. 25-42.
- CALO LOURIDO, F. (1997): «A síntesis: o galaico-romano» in G. Pereira Menaut, ed., *Galicia fai dous mil anos. O feito diferencial galego*, Santiago, pp. 193-212.
- CALO LOURIDO, F. (1997b): *A cultura castrexa*, Vigo.
- CARREÑO GASCÓN, C.; RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (2012): «La trama urbanística de Lucus Augusti:

- génesis y evolución», in J. Beltrán Fortes, O. Rodríguez Gutiérrez, coord., *Hispaniae urbes. Investigaciones arqueológicas en ciudades históricas*, Sevilla, pp. 295-318.
- CARRERAS MONFORT, C.; MORAIS, R. M. L. (2011): «Las ánforas de Lucus Augusti (Lugo)» in C. Carreras Monfort, R. Morais, E. González Fernández, coord., *Anforas romanas de Lugo*, Lugo, pp. 34-79.
- CARVALHO, H. P. A. de (2008): *O povoamento romano na fachada ocidental do coventus bracarense*, Tese de doutoramento da Universidade do Minho, Braga.
- CHRIST, K. (2006): *Pompeyo*, Barcelona.
- DOPICO CAÍNZOS, M^a D. (1988): *La Tabula Lougeiorum. Estudios sobre la implantación romana en Hispania*, Vitoria-Gasteiz.
- DOPICO CAÍNZOS, M^a D.; SANTOS YANGUAS, J. (2012): «La adecuación de las entidades indígenas a la nueva administración romana: el ejemplo de los "conventus" del Noroeste peninsular», in J. Santos Yanguas, G. Cruz Andreotti, eds., *Romanización, fronteras y etnias en la Roma antigua: el caso hispano*, Vitoria-Gasteiz, pp. 581-600.
- DOPICO CAÍNZOS, M^a D.; SANTOS YANGUAS, J. (e. p.): «La creación de la red de ciudades conventuales de la Citerior», *Revista de Historiografía*, Madrid.
- ETIENNE, R. (1974): *Le culte imperial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste a Dioclétien*, París.
- ELENA, G. A.; MAR, R.; MARTINS, M. (2008): «A Fonte do Ídolo: análise, interpretação e reconstituição do santuário», *Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas*, 4, Braga.
- GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, E. (2005): «Domus Oceani. Aproximación á arquitectura doméstica de Lucus Augusti», *Traballos de Arqueoloxía* 2, Lugo.
- GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, E.; CARREÑO GASCÓN, M^a C. (1998): «La capital del extremo Noroeste hispánico: Lucus Augusti y su tejido urbano a la luz de las últimas excavaciones arqueológicas» in Rodríguez Colmenero, A., coord., *Los orígenes de la ciudad en el noroeste hispánico. Actas del Congreso internacional*, Lugo, pp. 1171-1208.
- GRUEN, E. S. (1990): «The Imperial Policy of Augustus», in K. A. Raaflaub, M. Toher, eds., *Between Republic and Empire. Interpretations of Augustus and His Principate*, Berkeley-Los Angeles, pp. 395-379.
- LE ROUX, P. (1975): «Aux Origines de Braga (Bracara Augusta)», *Bracara Augusta* 29, pp. 155-157.
- LE ROUX, P. (1985): «Procurateur affranchi in Hispania: Saturninus et l'activité minière», *Madrider Mitteilungen* 26, pp. 218-233.
- LE ROUX, P. (1994): «Bracara Augusta, ville Latine», *Atas do I Congresso de Arqueologia Peninsular, Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 34 (1-2), Porto, pp. 229-241.
- LE ROUX, P. (1994b): «Cités et territoires en Hispania: L'Épigraphie des limites», *Melanges de la Casa de Velázquez* XXX, Madrid, pp. 37-51.
- LE ROUX, P. (1996): «Las ciudades de la Callaecia romana durante el Alto Imperio», *Gerión* 14, Madrid, pp. 363-379.
- LE ROUX, P.; TRANOY, A. (1983-1984): «Villes et fonctions urbaines dans le Nord-Ouest hispanique sous domination romaine», *Portugalia* 4-5, Porto, pp. 199-207.
- MARTINS, M. (2005): *As termas romanas do Alto da Cividade. Um exemplo de arquitectura pública em Bracara Augusta*, in M. Martins, coord., *Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas*, 1, UAUM/Narq, Braga.
- MARTINS, M.; DELGADO, M. (1998): «As necrópoles de Bracara Augusta. A. Os dados arqueológicos», *Cadernos de Arqueologia, Serie II*, 6/7, Braga, pp. 41-186.
- MARTINS, M., RIBEIRO, J. *et al.* (2012): «Urbanismo e arquitetura de Bracara Augusta. Sociedade, Economía e Lazer», in M.C. Ribeiro, A. Sousa, coord., *Evolução da paisagem urbana. Sociedade e economia*, Braga, pp. 29-68.
- MORAIS, R. M. L. (2005): «Autarcia e Comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial», *Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas*, 2, UAUM/Narq, Braga, 2005.
- MORAIS, R. M. L. (2012): *Bracara Augusta*, Braga.
- NICOLET, C. L. (1988): *L'Inventaire du monde : géographie et politique aux origines de l'Empire Romain*, Paris.
- ORTIZ DE URBINA, E.; SANTOS, J. (1996): *Teoría y práctica del ordenamiento municipal en Hispania (Revisión de Historia Antigua II)*, Vitoria-Gasteiz.
- PEREIRA MENAUT, G. (1983): «Las comunidades galaico-romanas. Hábitat y sociedad en transformación», in *Idem*, ed., *Estudios de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia*, Santiago de Compostela, pp. 199-213.
- PEREIRA MENAUT, G. (1984): «La formación histórica de los pueblos del Norte Peninsular: el caso de Gallaecia como paradigma», *Veleia* 1, Vitoria-Gasteiz, pp. 271-287.
- PEREIRA MENAUT, G. (1995): «Epigrafía "política" y primeras culturas epigráficas en el Noroeste de la Península ibérica», in F. Beltrán, ed., *Roma y el nacimiento de la cultura epigráfica en Occidente*, Zaragoza, pp. 293-326.
- RAMAGE, E. S. (1998): «Augustus' propaganda in Spain», *Klio* 80, pp. 434-490.
- RIBEIRO, J.; MARTINS, M. (2013): «Os processos construtivos da edilícia privada em Bracara Augusta: o caso da domus das Carvalheiras» in *Historia da construção: arquiteturas e técnicas construtivas*, Braga, pp. 75-98.
- RICHARDSON, J. (2001): *Roman Provincial Administration. 227 BC to AD 117*, Bristol.
- RODÁ DE LLANZA, I. (1998): «El papel de Agripa en la trama urbana de la Hispania Augustea», in A. Rodríguez Colmenero, ed., *Los orígenes de la ciudad en el Noroeste hispánico*, Lugo, pp. 275-294.
- RODDAZ, J. M. (1984): *Marcus Agrippa*, París.
- RODRÍGUEZ CAO, C. *et al.* (2011): *La domus del Mitreo*, Santiago de Compostela.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A.; CARREÑO GASCÓN, M^a C. (1992): «Sobre Paulo Fabio Máximo y la fundación de Lucus Augusti», in F. Acuña Castroviejo, coord., *Finis Terrae. Estudios en lembranza do Prof. Dr. Alberto Balil*, Santiago de Compostela, pp. 389-415.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. *et al.* (2004): *Miliarios e outras inscricións romanas viarias do Noroeste hispánico*, Santiago de Compostela.
- TRANOY, A. (1981): *La Galice romaine. Recherches sur le nord-est de la péninsule ibérique dans l'Antiquité* Paris.
- TRANOY, A.; LE ROUX, P. (1989/1990): «As necrópoles de Bracara Augusta. Les inscriptions funéraires», *Cadernos de Arqueologia* 6-7, Braga, pp. 187-232.
- VVAA (1992): *La romanización de Galicia. Cuadernos del seminario de estudios cerámicos de Sargadelos* 16, Sada-Coruña.

O URBANISMO NOS CASTROS MERIDIONAIS EN ÉPOCA DE AUGUSTO

FRANCISCO CALO LOURIDO
(Museo do Pobo Galego)

Xa van alá sesenta anos desde que López Cuevillas (1953), manexando dados e materiais de pouco máis de seis xacementos, sistematizou a Cultura Castrexa. Malia seren os máis dos castros empregados para o seu estudo do período final desta cultura ou, se preferimos, da fase na que as cáligas romanas andaban xa a pisar este territorio, el enmarcou unha cronoloxía que ía desde o século VI a.C. ao século IV d.C. Eran mil anos, cifra redonda e máxica para unha grande cultura. Estes lindeiros cronolóxicos non derivaban de constatacións arqueolóxicas, senón de fitos aceptados e defendidos por todos os investigadores peninsulares coetáneos: no século VI a.C. chegan ao noroeste peninsular ondadadas de pobos indoeuropeos que darán lugar a esta cultura que, case inmutable, agás a posterior influencia de Roma, se desenvolverá ata que novas ondadadas, neste caso de suevos, ocupen o seu lugar. Eran tempos de auxe do difusionismo, dos movementos de pobos, das invasións, e a cronoloxía que atopamos en Cuevillas vai ser aceptada, sen discusión, ata fins da década dos anos setenta do pasado século.

Aínda que eu defendo unha cronoloxía moi concreta desde hai varios lustros, véxome obrigado a concordar con Manuela Martins, cando escribiu que «Contudo, a cronología será quase sempre abordada como um dos múltiplos problemas desta 'Cultura' e não como uma base para a sua definição» (Martins, 1990, 19). Talvez para que o mito do eterno retorno de Eliade non perda vixencia, moitos arqueólogos actuais (a case totalidade dos galegos e algúns, poucos, portugueses) insisten novamente nunha Cultura Castrexa de mil anos de duración; mais, agora, encadrándoa entre o século IX a.C. (algúns non chegan tan alá o outros penetran no II milenio a.C.) e o I d.C. Resulta rechamante que os que tales cronoloxías defenden digan que a Cultura Castrexa pertence á Idade do Ferro, cando a inician en pleno Bronce e a fan vivir varios séculos antes da abondosa e espléndida panoplia de machados tubulares e de talón, casco de Leiro, espadas pistiliformes, en lingua de carpa, etc., materiais que, a maiores, non aparecen precisamente nestes asentamentos en altura, co que máis habería que consideralos unha marxinalidade dentro do propio mundo que unha situación de cambio cara a xefaturas e controles de bens aos que fan referencia aqueles autores. Por evitar agotadoras repeticións, remito a Calo (1991, 1993, 1997a,b, 2005 *et multa alia*): pero lembro que cando escavei en Faria, Carlos Alberto Ferreira de Almeida e eu, coa autorización do director da escavación, Brochado, deixamos a, para nós, monotonía do século I d.C. e subimos a facer unhas catas no castelo medieval, de longa historia de loitas fraticidas entre galaicos, sen perder nunca

de vista que, polo feito de estar dentro do recinto castrexo e mesmo protexido polas súas murallas, os homes que alí vivían non pertencían á Cultura Castrexa, como tampouco os que baixo as casas do castro deixaron as súas evidentes pegadas da Idade do Bronce. Sempre tiven moi claro que unha cousa é habitar nun castro e outra pertencer á Cultura Castrexa. Se isto non fose así, os habitantes de Vigo vivirían hoxe na fase non sei cantos da Cultura Castrexa.

Se hai unha certa aceptación de que a Idade do Bronce remata no século VII a.C. – e algúns non vemos elementos que nos permitan falar de Cultura Castrexa ata os séculos V ou talvez IV a.C. –, Bettencourt, nun artigo dedicado a dilucidar os inicios do Ferro, considera «a existencia de uma fase de transição entre o Bronce Final e o Ferro Inicial», fase que sitúa entre o VII a.C. e fins do V – inicios do IV a.C., defendendo «uma cronologia adentro do século IV a.C. para os inícios da Idade do Ferro do Noroeste que poderá, consoante as áreas, resultar de factores esencialmente endógenos ou de um complexo e, ainda, pouco conhecido processo de miscigenação entre as populações indígenas e outras, de origem meridional, talvez apenas existente na faixa mais litoral» (Bettencourt, 2005, 25-31). Nunca entendín que en moitos arqueólogos galegos pese máis o espírito colonial (activo ou pasivo) que a presenza ou ausencia de datos arqueolóxicos para que non dubiden en aplicar as cronoloxías do Ferro do Sur ou da Meseta ao noso territorio. Unha das características da Cultura Castrexa é a ausencia de ferro, como metal significativo, ata os contactos con Roma, polo que sempre aceptei (sen entusiasmo) unha cronoloxía dos séculos V ou IV e III a.C. para unha primeira Idade do Ferro e dos séculos II-I a.C. para unha segunda.

Trala miña participación nas escavacións da Lanzada, O Neixón, Castromao, Faria e, sobre todo, Santo Estêvão da Facha, que proporcionou unhas nítidas cronoloxías dun poboado ocupado no Bronce, no Ferro e baixo Roma (Cfr. Almeida *et al.*, 1981; *id.*, 1982), defendín sempre a cronoloxía dos séculos V-IV para o inicio da Cultura Castrexa, xusto onde todos os autores que prefiren unhas datas anteriores fan comezar unha fase álxida. Xa hai máis de tres décadas que Sierra e eu puxemos as orixes do castrexo no Bronce Final (Calo e Sierra, 1983) e nunca dubidei de que a Cultura Castrexa naceu como unha evolución autóctona do anterior, talvez incitada polos contactos exploratorios e comerciais atlánticos e mediterráneos; precisamente en Santo Estêvão da Facha as cerámicas hallstáticas tipo «Alpiarça», as áticas e as de tradición púnica aparecen xusto nos inicios desta nova cultura. E esta vaise desenvolvendo a partires de aí nunha fase que eu sigo sen apreciar como álxida, xa que o que realmente temos son, amais das citadas importacións, abundosa cerámica feita a man, con mica, acabado por alisado e cocción, sobre todo redutora, de peor calidade que na etapa anterior, algo de bronce (fíbulas), case nada de ferro e pouco máis; principian agora a petrificar as casas, redondas, de pequeno diámetro e muros estreitos que denotan pouca altura e cuberta liviá e que, o mesmo que as murallas, se erguen a base de pedras partidas, sexa polas diáclases ou por onde saía, empregándose o barro para ligalas, sen que apareza endexamais un traballo de cantería, de picado da pedra. Atópanse muíños naviformes e sementes «(que indican unha actividade cerealística, traballo que se faría coa enxada, non co arado)» (Calo, 1997a, 198).

Os autores que queren ver nestes séculos unha fase álxida éñchena de sítulas, fíbulas, ouriveira, plástica, puñais de antenas, etc., cando boa parte deses materiais ou apareceron descontextualizados ou en niveis dos séculos I a.C.-I d.C., caso da arracada por min atopada no Castro de Baroña ou a recollida por Acuña no da Graña. A miña apreciación é que Castromao, A Facha, O Neixón, Faria, etc. malvivían durante ese período «álxido» ou, como deixou dito Ferreira de Almeida, «a área castreja patenteia depois, quase até à conquista romana, um grande isolamento e um conseqüente arcaísmo» (Almeida, 1986, 161).

Os que ven esta etapa como algo rico e cheo de materiais remátana coa chegada de Décimo Xunio Bruto alá polo 137 a.C. Eu podo dicir que a partires das fins do século II ou xa no século I a.C. o único que percibimos e que empeza a chegar a esta terra algo (pouco) de cerámica campaniense e algunha moeda que, sen dúbida, quedaría aquí como material de troco, igual que se se tratase de calquera outro obxecto exótico. Algo semella empezar a mudar nos castros, pero a vida continúa, con independencia de que, nese ano 137 (ou noutro), se incendiase a Cividade de Terroso ou se

derrubase un muro en Sanfins. Como dixo Balil con respecto a Numancia: «Que, en tales circunstancias, un estrato de cenizas, indicio de un incendio, se atribuyera a la ciudad destruída el 133 a. d. J. C. no estrañará a nadie, puesto que en la historia de la arqueología abundan atribuciones menos fundadas» (Balil, 1974, 11). Teño escrito que a chegada de Bruto foi un fito cronolóxico importante, pero que a nivel de cultura material non significou practicamente nada e que, como moito, nalgún castro escoitarían que unhas xentes distintas andaban por aí preto e que podería pasar calquera cousa, se se achegaban (Cfr. Calo, 2003, 34-35). Moi diferente é o que sucedeu nos anos 61-60, cando César ascende pola costa co apoio de embarcacións gaditanas e chega ata a badía da Coruña.

Baseándome en datos estritamente arqueolóxicos, hai máis de vinte anos que veño defendendo que a Cultura Castrexa non foi conquistada por Augusto, senón por César. Xa na miña tese de doutoramento, en 1991, deixei dito que «no 61, César atravesaba, ou bordeaba por mar, o territorio, nunha incursión da que coñecemos moi pouco, pero da que todo fai sospeitar que este territorio debeu de recibir tal castigo que, cando Augusto enceta as Guerras Cántabras, as loitas teñen lugar en Asturias» (Calo, 1991, 782-783) e, en 1993, escribín: A arqueoloxía demostra, cada vez con máis argumentos, que os habitantes dos castros galaico-portugueses pasaron a engrosar o número de pobos subxugados polas aguias romanas cando menos desde a expedición de Xulio César»; e máis adiante dixeran: «A expedición de Xulio César do 61-60 a.C. debeu de ser decisiva para a conquista da Cultura castrexa; o que ignoramos é o grao de resistencia ao invasor. Da estratexia romana nas Guerras Cántabras parece deducirse que o territorio do Noroeste foi máis base de operacións que escenario das mesmas» (Calo, 1993, 100 e 188-189). Noutro traballo dixeran que «a Cultura Castrexa non era preocupante para Roma desde César» e máis adiante: «o que realmente falta por pasar ao dominio romano non é o Noroeste, senón a zona ástur e a cántabra», pero engadín que «a inercia prefere seguir ignorando os traballos disidentes...» e «sen dúbida se seguirá a dicir que o Noroeste foi conquistado no decurso das Guerras Cántabras» (Calo, 1997b, 68-69). A maioría dos autores nin me cita, e Pereira Menaut faino empregando un «si, pero»: «A viagem de César na primeira metade do século I a.C., cuja importância com tanta razão assinalava Francisco Calo ja faz tempo, e finalmente a conquista efectiva do território da Callaecia, nos anos 20/19 a.C.» (Pereira, 2005, 226). Razón teño moita, pero a conquista segue a ser de Augusto. Repetín todo isto en moitos outros traballos e hoxe vou engadir que, se a Cultura Castrexa fose conquistada por Augusto, non existirían os castros dos que se me encomendou falar neste Bimilenario.

Podo dicir que desde mediados do século I a.C. ata mediados do século I d.C. temos o verdadeiro *floruit* da Cultura Castrexa, desenvolvéndose baixo Augusto e ao longo do período Xulio-Claudio.

Os castros anteriores, prerromanos, eran recintos pequenos, en torno a unha ha, e as casas ocupaban o espazo sen planificación, nun aparente desorde. A estreiteza dos seus muros fai pensar en pouca altura e en teitos liviáns. A escaseza de ferro non permitía finura no traballo da pedra nin practicar unha agricultura de arado, e a vida no seu interior transcorría nunha monótona subsistencia baseada nunha escasa agricultura de roza, como os muíños naviformes patentizan, e, posiblemente, cun maior peso da gandería. Os castros eran poboados que formaban parte dun hábitat rural, entendendo por tal, como fai a clásica definición xeográfica, o espazo agrario ordenado co fin de servir de asentamento estable a un grupo humano dedicado exclusivamente ás tarefas agrícolas e gandeiras. Certamente, o anterior non obstaculiza a posibilidade de se beneficiar artesanalmente doutro tipo de recursos; pero a propia ubicación dos poboados, da que tanto se ten escrito que respondía a un afán defensivo, de control dun territorio, etc., viría moitas veces condicionada polo nivel tecnolóxico no que se atopaba esta sociedade: neste espazo xeográfico, cun clima atlántico, as terras baixas (fondas, frondosas e en moitos casos enchoupadas de auga) resultarían imposibles de traballar ata contar co ferro romano. Procurábase, xa que logo, ascender polas ladeiras e asentarse nos curutos dos outeiros, onde a vexetación rareaba e se podía practicar unha agricultura de rozas e estivadas, ao tempo que era doado manter unha cabana gandeira. Con Roma chegaría o arado e poderían comezar a se vesar terras baixas, o que permitiría que os poboados descendesen de cota. Ferreira de Almeida interpretou a multiplicación de poboados a partires da metade

do século I a.C. como un fenómeno de escisión derivado do crecemento do grupo, pois «uma agricultura elemental de roça e queimada necessita de grandes espazos que permitan a regeneración das parcelas. Debido a este imperativo, quando o grupo cresce un pouco terá de ser dividido. A observación da paisagem e arqueología castrejas recomenda esta hipótese». E máis adiante engade que o cultivo do liño, que os habitantes dalgúns castros cultivaban, «devia já requerer terras mais baixas, com irrigação. Mas a ocupação das terras fundas, só domináveis com associação de drenagem e irrigação e utilização do arado, será já reflexo da romanização» (Almeida, 1983a, 193-194).

Dediquei un artigo (Calo, 2005, 91-106) a falar do castro prerromano como aldea e o seu paso a cidade, entendida desde o punto de vista xeográfico, non político, o que sería gratuito e ousado diante da carencia de datos, o mesmo que Harding dixo para os poboados agrupados do Bronce Final, rodeados de cercas ou muros e situados en lugares elevados, aos que ousou cualificar como «urbanos» ou «protourbanos»; pero engadindo: «Desgraciadamente pocos están de acuerdo sobre qué es una ‘ciudad’ en oposición a una ‘aldea’, a no ser por algunas funciones administrativas, políticas y comerciales. Es discutible si esas funciones se pueden reconocer arqueológicamente en un período anterior al uso de la escritura» (Harding, 2003, 83). Naquel meu artigo, trala lectura de Chueca Goitia, propuxen que os castros prerromanos eran verdadeiros *towns* (do vello inglés *tun*, *túnoz*), verba que non se usaba como concepto político, senón agrario, co significado de recinto pechado, como parte do campo que corresponde a unha casa ou granxa, algo que encaixa perfectamente coa poboación de La Tène antes dos *oppida*. En EE.UU. non existen cidades no senso da *civitas* latina ou da *polis* grega. Exemplifica Chueca con New England, dicindo que as cidades se compoñen de casañas illadas, amoreadas, pero sen tocarse e circundando un espazo central, o *common*, que non funciona como praza ou ágora, senón como parte do campo a preservar, onde pastan os animais do conxunto. Deixo caer isto aquí, pensando nos recintos de Monte Mozinho ou Santa Luzia. Son cidades eminentemente domésticas, campesiñas e caladas en contraposición ás cidades urbanas «que son locuaces e civís». Engade que as cidades musulmás se organizan de dentro a fóra, da casa, que prevalece, á rúa, polo que estas se acomodan como poden por entre as casas, porque nas sociedades primitivas prevalece o privado sobre o público, a casa sobre as rúas (Chueca, 1994, 10-14). Isto é o que estamos nós a ver nos castros prerromanos.

TEMPO DE OPPIDA E GRANDES CASTROS CALLAICOSE MESETEÑOS

Despois de tres séculos de civilización latènica en Centroeuropa, cando chegamos ao século II a.C., os poboados abertos e espallados polos vales son abandonados e, o mesmo que se facía séculos antes, na época do Hallstatt, edificáanse outros *ex novo* en zonas elevadas e con fortificacións. Este novo modelo ocupacional do territorio –aínda sen explicación convincente por parte dos especialistas, por máis que, sen forza na argumentación, se queira facer ver como un fenómeno de reestruturación política, de centros urbanos ou protourbanos de incipientes estados– principia no centro de Alemaña e na antiga Checoslovaquia, espallándose rapidamente por toda Centroeuropa, Francia e Sur de Inglaterra. Hai quen pensa que na aparición destes poboados fortificados, que semellan xurdir sen ningunha razón, deberon de influír as cidades helenísticas, así como os asentamentos que, xa desde o século III a.C., existían na Italia Cisalpina. Foi César quen, no proceso da conquista da Galia, crismou estes lugares co nome de *oppida*. Non só os describiu no seu *De Bello Gallico*, senón que mesmo invernou no de Bibracte, capital dos eduos (Mont Beuvray, preto de Autun, na Borgoña, con 135 ha).

Son moitos os autores que estudan o fenómeno dos *oppida* como algo propio e exclusivo da civilización céltica de La Tène. Se para Maier (2001, 411) estes asentamentos aparecen «à la fin de la civilisation celtique continentale», para Duval (2001, 485) trátase do máis evidente da unidade da Europa céltica no século I a.C. Todos os *oppida*, agás algunha excepción en meandros de ríos ou illotes, están asentados en zonas altas, en outeiros elevados que controlan un amplo territorio e que

teñen unha doada defensa (Fig. 1). Moitos deles son moi extensos, sobresaíndo as 1 500 ha de Heidengraben (no oeste de Ulm) e, en bastantes ocasións, son produto da acollida e fusión de varios asentamentos previos ubicados no val. Pero, con independencia de que se deba ou non seguir a chamarlles *oppida*, moitos dos xacementos que se engloban nos listados ao uso «corresponden más bien a aldeas fortificadas que a formaciones urbanas» e, o mesmo que os grandes *oppida* do sur da Galia, como Ensérune, Nages ou Entremont «son un fenómeno más mediterráneo, ligur o ibero que verdaderamente céltico» (Kruta, 1977, 146-147). A fin de contas están en territorio ibérico, onde nunca se constatou unha ocupación por parte do chamado mundo celta.

Segundo Jean-Luc Fiches, dos moitos centos de *oppida* dos que se fala no Midi francés, a maior parte deles ou ben non foi recoñecida no terreo ou, caso de selo, non foi escavada, polo que non se debe xeneralizar, falando dunha homoxeneización do mundo dos *oppida*, sobre todo cando as sucesivas escavacións están constatando «situations très variées» (Fiches, 1979, 67-75). Se as funcións económicas dos *oppida* escavados se manifestan con claridade, o seu papel político e administrativo non resulta tan evidente. Cada pobo céltico tiña varios *oppida* (segundo César, tiñan 12 os helvetios, 20 os Bituriges...) e, aínda que poidamos pensar que un deles sería a capital, o lugar de residencia do xefe, a ceca, o santuario, etc. as escavacións, aínda parciais, non permiten, ata o de agora, establecer entre eles unha xerarquía (Galliou, 1994, 89). Tocando este tema nun meu libro sobre os celtas, deixei dito: «¡Cantas veces teño escrito o mesmo para a nosa Cultura Castrexa, sobre todo cando vexo moitos traballos de arqueoloxía espacial con grafos e reparticións territoriais, ignorando as cronoloxías dos xacementos!» (Calo, 2010, 50).

Os contactos armados entre pobos xermánicos e célticos veñen sucedéndose desde varios séculos antes do cambio de era; pero os verdadeiros problemas arrancan, polo ano 120 a.C., a raíz da baixada dos cimbras, empuxados por un *raz-de-marée*, un tsunami, desde as súas terras danesas cara ao sur. Principian así o que os historiadores alemáns chaman as *Völkerwanderung*, os movementos de pobos, que se van producir sobre territorio céltico e romano e que continuarán ao longo dos primeiros séculos medievais, cando os propios galos serán sometidos polos francos. A historiografía tradicional quixo ver nesta situación de inseguridade a causa da aparición do fenómeno dos *oppida*; pero os datos mostran que a idea e a edificación destas enormes aglomeracións urbanas son «o resultado dun complexo proceso de cambios económicos e sociais» moi anteriores á posta en marcha dos xermanos (Galliou, 1994, 94). Kruta, sen negar que nalgún caso pode ser certo que o perigo dun inimigo exterior levase a se fortificar, di que «las formidables fortificaciones de los *oppida* son ante todo la expresión de la necesidad de proteger los puntos estratégicos de un sistema económico que, al ir progresando, se había vuelto muy complejo y, por lo tanto, muy vulnerable». (...) La implantación de los *oppida* estaba condicionada en primer lugar por unos imperativos económicos; principalmente, su regular distribución a lo largo de las vías comerciales, constituyendo etapas de las mismas, y su proximidad a los yacimientos de materias primas» (Kruta, 1977, 143-146).

Certamente, un dos elementos esenciais dos *oppida* é a muralla que pecha o recinto; é esta a posta en exergo do feito urbano, pero «é máis unha arquitectura destinada a ser vista e a impresionar o espírito do visitante ca unha verdadeira estrutura defensiva. A superficie pechada era en efecto demasiado extensa para que a muralla fose perfectamente eficaz...» (Galliou, 1994, 85). As murallas dos *oppida* «son en realidade construcciones de prestigio que delimitan y ornamentan las primeras ciudades de la Europa templada» (Büchenschütz, 1984, 209). Por ser eu o primeiro que propuxen a non belicosidade da Cultura Castrexa, así como o carácter non defensivo das murallas



Fig. 1. Ensérune. Área visual sobre unha lagoa desecada.

dos seus poboados, recibín *ab initio* críticas ferozes, logo fun plaxiado e hoxe todos admiten o que eu dixen; pero sen citarme (nin a título de desagravio tipo «Mea culpa d'un sceptique» de Cartailhac; ben sei que Cartailhac era un home de ciencia), dando por feito que isto é tan sabido como que, en 1492, barcos de Castela chegaron a América. Menos mal que os historiadores traballamos con cronoloxías (Cfr. Calo e Soeiro, 1986 e, sobre todo, Calo, 1993 *et multa alia*). As murallas, máis espectaculares que eficaces, destes grandes castros foron edificadas baixo a *Pax* ou *Impositio Romana*, polo que non é doado ver de que caste de inimigos se querían protexer e, con respecto á súa construción e a de todas as obras de urbanización dos poboados, Brochado de Almeida preguntouse se «seriam tais obras possíveis numa sociedade prioritariamente orientada para a guerra, mormente para a defensa de um modelo de vida em vias de sujeitar-se a ordens vindas do poderoso inimigo romano? Muito convictamente achamos que não» (Almeida, 2003, 83).

Debo de recoñecer que, nunha primeira impresión de neófito, este tipo de emprazamentos centroeuropeos lembra os dos nosos castros «baixo Augusto», sobre todo os do convento Bracarense; pero, cando un se para a estudalos, as diferenzas son case totais, polo que non remato de entender como algúns investigadores do Noroeste peninsular decidiron chamar a estes nosos castros *oppida* e seguen a falar deles como «lugares centrais». Son moitos os arqueólogos que chaman *oppida* a estes nosos castros, aínda que, como no caso que cito a seguir, os interpreten con total corrección: «En el caso de los grandes *oppida* marítimos de la costa sur, Santa Trega y Vigo, el modelo es algo diferente puesto que muestran, tanto a nivel de estructuras como de materiales, considerables niveles de romanización, siendo el século I d.C. su fase principal de ocupación y desarrollo» (Naveiro e Pérez, 1992, 64). Unha vez máis estamos na translación mimética, irreflexiva e colonial de estudos foráneos. Xa dixen que quen empregou a verba *oppidum* foi César e, sendo unha mágoa que non escribise (ou que non chegase a nós) un *De Bello Callaico*, podo engadir que, diante dos *oppida* galos, non insinuou que os tivese visto na Gallaecia; ou ben non quixo facelo ou non considerou que o fosen, dado a súa extensión, ou resulta que aínda non os había e son, como penso, posteriores á súa conquista. Eu, particularmente, vexo só unha cousa común entre os *oppida* e estes castros: a idea. Teño defendido noutras publicacións que os grandes castros, coas súas magníficas defensas, se deberon ao contacto co Mediterráneo, neste caso con Roma; nos *oppida* estamos diante dun fenómeno semellante e, loxicamente, uns poucos anos (non moitos) anterior. Quitando isto, todo o demais é distinto. Os *oppida* teñen defensas, pero estas son de moi diferentes tipos: unicamente de terra, extraída do foxo, na Normandía, de pedra con postes de madeira verticais na zona de Bohemia, Moravia, etc., ou as que describiu o propio César, a quen lle hai que supoñer que algo de fortificacións sabía, como *muris gallicus*. Consistía este, o máis espallado na Galia, en troncos de madeira que facían unha estrutura reticular, rechea de pedras e cun contramuro de terra. Este tipo de fortificación era magnífico, tanto para defenderse dun ataque con lume como con arietes, xa que todo el funcionaba como unha estrutura orgánica e elástica (Cfr. Maier, 2001, 411-425).

No interior destes grandes recintos había zonas libres dedicadas a pastos e cultivos, así como construcións, moitas construcións (lugares de habitación, obradoiros, almacéns...); pero todas elas de madeira, agás as que foron feitas xa baixo a dominación romana, que son de pedra. Pode haber rúas rectilíneas e empedradas, consideradas polos estudiosos de influencia romana, ou ben un aparente desorde, ocupando as construcións os socalcos do outeiro. En caso de necesidade podían acoller os habitantes dos arredores, xunto coas súas pertenzas e animais, deixádonos dito César que *Avaricum* chegou a protexer nun asedio corenta mil persoas. Maier, malia considerar a enorme extensión destes poboados como algo propio e diferenciador con respecto ás épocas precedentes, recoñece que se pode argüír que condicións xeográficas idénticas en zonas europeas moi afastadas tiñan necesariamente que conducir a solución similares no caso de establecementos «fortifiés protohistoriques situés en hauteur» (Maier, 2001, 418). O anterior non presupón unha cronoloxía idéntica para todas as zonas. O propio César distinguiu tres grandes grupos entre os habitantes da Galia: os belgas, os aquitanos e os galos propiamente ditos (Cfr. Perrin, 1992, 107) e, nun traballo sobre a romanización dos primeiros, lemos que: «More Gallo-Roman sites seem to start at this

period [c. 70-25 BC] than either continue from earlier or were founded under Augustus, yet the latter is often held to be the key period of settlement development. Conversely, the proportion of late Iron Age sites abandoned in the period c. 70-25 BC is also high» (Haselgrove e Scull, 1992, 10). A aparición dos *oppida*, co que eles poidan significar con respecto á formación de incipientes estados, está directamente vinculada á expansión do comercio. Un *oppidum* tiña posibilidades de controlar rutas comerciais, pero «En el oeste, el comercio llega claramente antes y los *oppida* después. Los arvernios, quizá por su poder militar, fueron una de las últimas tribus en fundar un *oppidum*, puesto que Gergovie no se fundó hasta la conquista romana o, quizá, después. El urbanismo no necesariamente es un signo de civilización y poder, más bien lo fue de debilidad» (Collis, 1989, 232).

Aceptando Alarcão a periodización da Cultura Castrexa de Silva (1986) e preguntándose pola causa que fixo aparecer os grandes castros (acepta tamén a nomenclatura de lugares centrais) desde as fins do século II a.C., ve que non pode ser a mesma que levou á aparición das xefaturas hallstáticas de Centroeuropa, posto que aquí non se detecta un comercio importante como naquela zona, na que os xefes monopolizaban e distribuían as transaccións e os bens de prestixio, creando así unha estrutura política piramidal. Aquí, nos anos a seguir á incursión de Bruto, a importancia crecente do comercio exterior non semella chegar ao nivel de facer mudar as estruturas políticas. Outro tanto sucede co comercio interno, dada a similitude de condicións naturais que se aprecia por todo o territorio. É por iso polo que di: «A partir da campaña de Décimo Júnio Bruto, o perigo de novos ataques romanos era evidente. Talvez a necesidade de organizar a defensa tenha sido o motor da integración política dos povoados castrejos sob a égide de algúns lugares centrais e dos seus correspondentes chefes.

A integración política poderá ter sido, por outro lado, o factor que determinou a consciencia étnica, isto é, a consciencia das identidades e diferenzas dos povos» (Alarcão, 1996, 29).

Concordo con Alarcão en que na Cultura Castrexa non hai un volume de comercio como en Centroeuropa (aínda que el se refira ao Hallstatt) que fixese que uns xefes monopolizasen e distribuísen as transaccións e os bens de prestixio, creando unha estrutura política piramidal. Está aínda por explorar a importancia que as actividades mineiras puideron ter na aparición destes grandes poboados castrexos: en Santa Trega hai sinal de piritas auríferas, os habitantes de Monte Mozinho puideron moi ben traballar nas minas próximas, o mesmo que algo tería que ver a actividade mineira con San Cibrán de Las, etc., xa que as minas do Noroeste, con moi escasos datos de escravos nelas, estarían traballadas por homes libres, talvez coa obrigatoriedade de realizar varias xornadas de prestación (*operae*); Mangas e Orejas calcularon que un castro de 300 habitantes podía ter unhas 100 persoas con obrigatoriedade de prestar *operae* e, se cada unha delas tiña que facer 20 xornadas, sairían 2 000 *operae* por ano (Mangas-Orejas, 1999, 306).

O que non concordo é coa cronoloxía que Alarcão toma de Silva nin coa denominación de lugares centrais, sobre os que teño escrito, mesmo criticando o uso que se fai de Christaller (Cfr. Calo, 2005, 103-104), e incluso semella que moitas veces esquecemos que, como dixen atrás, cada pobo céltico tiña varios *oppida* e, malia as escavacións, ata hoxe é imposible establecer xerarquías entre eles e, conseguintemente, grafos que indiquen lugares centrais e incluso dicir, como fan algúns arqueólogos –que non paga a pena citar– que os (nosos mal chamados) «*oppida* se sitúan de forma en general equidistante». Non sei como interpretan todos estes aos que lles gusta trazar liñas e empregar nomes foráneos o feito de que o castro, ata o de agora máis extenso de todos, Monte Mozinho (as súas 20 ha están moi lonxe das dos grandes *oppida*) (Fig. 2), teña a 10 minutos o de Abujefa, talvez das mesmas dimensións. Considerarán isto, ao xeito da astronomía, como estrelas dobres?

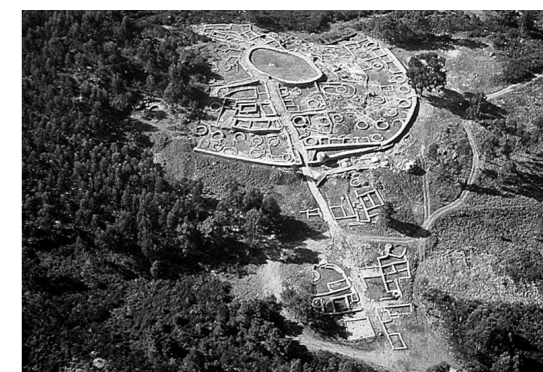


Fig. 2. Monte Mozinho. Vista parcial.

Se os *oppida* teñen unha formación tardía, próxima á expansión de Roma ou, en moitos casos, xa baixo ela, na Celtiberia este fenómeno está moi claro. «De maneira aparentemente paradójica, fue durante la conquista de la Celtiberia y una vez finalizadas las guerras y controlado el territorio por Roma, cuando este ámbito experimentó una fase de pleno desarrollo: emergen las ciudades, surge la escritura en lengua celtibérica, dando lugar a textos públicos y jurídicos en bronce, se emiten las primeras monedas en bronce y plata y se abre paso el mundo figurativo en las manifestaciones plásticas, en la cerámica y en los objetos metálicos» (Romero, 2005, 435). Na Celtiberia, desde mediados do século I a.C. e nos inicios do Imperio, amais duns asentamentos que permanecen e se desenvolven no lugar orixinario, outros son trasladados ou creados ex novo, xa cunha tipoloxía romana. Non debemos perder de vista que, a diferenza do urbanismo dos nosos castros, os poboados celtibéricos adoitaban agrupar as casas, rectangulares e con paredes medianeiras, ao longo de rúas con trazado ortogonal (Lorrio, 1997, 107). O plano urbanístico que as escavacións fan aflorar en Numancia (Fig. 3) mostra, segundo o seu escavador, a cidade do século I a.C., edificada sobre a destruída no 133 e cun trazado coincidente «con el de la ciudad romana superpuesta. La urbanística de estas ciudades mantuvo, desde sus inicios, la ordenación en torno a dos calles centrales, orientadas norte-sur, que se cruzan con otras once, en dirección este-oeste, sin dejar plazas o lugares de encuentro, delimitando manzanas rectangulares o triangulares, encerrando casas de planta irregular» (Jimeno, 2005, 123). A extensión de Numancia aumentou nas sucesivas etapas: sobre 8 ha a destruída no 133 a.C., preto de 9 ha a edificada no século I a.C. e 11 ha a imperial, ás que habería que lle engadir unhas 5 ha máis espalladas pola ladeira (Jimeno *et al.*, 2002, 42-43). Aínda así, anda lonxe da extensión de Monte Mozinho.

Falando dos nosos castros, dixo Felipe Arias que «o certo é que a chegada de Roma foi coma unha especie de ‘acicate’ ou pulo para a cultura castrexa tradicional da Idade do Ferro» (Arias, 1992, 25). Parece ser que o estímulo non se produciu unicamente no Noroeste da Península, senón por todas partes, por toda a Europa occidental, polo mundo celtibérico e mesmo pode dicir que, cando vin o aparello das murallas do extenso castro vettón de Ulaca (Ávila) (Fig. 4), necesariamente, pensei tamén en Roma.

De onde saíu a xente que construíu e habitou estes grandes recintos? Os investigadores do mundo dos *oppida* non dubidan de que se tratou de reagrupamentos de xentes dispersas, o mesmo que moitos pensamos da aparición destes novos castros. Resumo isto coas verbas de Silva: «Fenómeno similar al de la ‘civilización de los oppida’, en el contexto de la organización sociopolítica de las sociedades de La Tène Final, en la práctica se trata de un proceso de sinecismo de unidades castreñas menores en sitios estratégicos» (Silva, 2001, 342). Dias fala das «alterações profundas na sociedade e na paisagem da época (de Augusto). Um exemplo dessas alterações é o castro ‘romano’ localizado em Freixo, identificado com *Tongobriga* que, apesar de ter sido inicialmente construído segundo a tradición e arquitectura castreja, ja terá acontecido sob influéncia da política romana...»



Fig. 3. Numancia.



Fig. 4. Ulaca. O considerado altar de sacrificios.

E engade que para este novo poboado «foi deslocalada população, atitude que não era inédita noutras zonas do Imperio» (Dias, 2009, 46). Poderíamos multiplicar citas e exemplos para explicar o obvio: non poderían aparecer da nada estes grandes castros; necesariamente requiren un traslado de persoas ou un reagrupamento, como semella indicar o abandono do castro da Forca xusto cando Santa Trega inicia a súa vida (Fig. 5). A Gallaecia fixo unha dedicatoria a un neto de Augusto (Caio ou Lucio) antes do ano 4 (CIL, 2422) e semella lóxico pensar que non foron os *populi* da Gallaecia, reunidos en asemblea, os que fixeron tal dedicatoria, senón que emanou da vontade directa da administración romana. Por unha banda, Roma reagrupa colectividade, pensemos nos Bracaraugastani ou na aparición destes grandes castros, organizando así unha base administrativa; pero por outra, evita marcos excesivamente estreitos, formando «un ensemble géopolitique plus vaste, pouvant contenir des peuples plus nombreux dont le critère d’unité réside dans l’appartenance à une même branche ethnique» (Tranoy, 1981, 150).

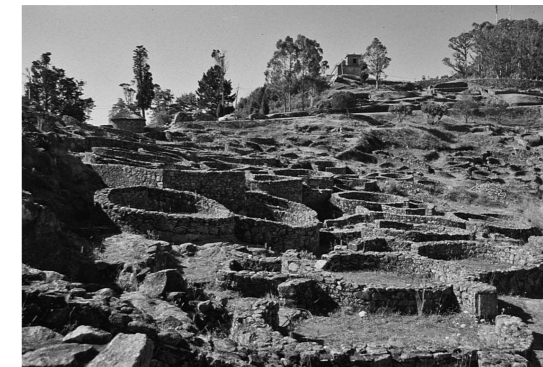


Fig. 5. Santa Trega. Casas disociadas e reconstrucion.

Roma é quen está a organizar esta fase álxida da Cultura castrexa e, falando de asimilación e de resistencia á romanización, Gerardo Pereira, dixo: «En otros casos, en poblaciones de individuos que todavía no habían accedido a la ciudadanía romana, las posibilidades de pervivencia de lo indígena deben haber sido mayores, hasta alcanzar el límite impuesto por las leyes y normas dictadas en cada caso por los conquistadores, ya fuesen de rango local, provincial o imperial» e máis adiante, lemos: «a favor de los romanos tenemos que decir que ellos respetaron las particularidades étnicas, o al menos no tuvieron una actitud contraria sistemática, porque, además, eran completamente capaces de integrar a los extraños en su propia comunidad política sin distinción de razas, creencias religiosas, lenguas» (Pereira, 1994, 113 e 116). Se Roma tiña este comportamento cara ás peculiaridades étnicas dos pobos que conquistou, é lóxico pensar que a liberalidade, o *laissez faire*, *laissez passer*, con respecto ás cuestións materiais debeu de ser total; por iso todos os castros, desde o inicio ao fin desta cultura, levan un selo inconfundible; pero tamén é certo que as melloras construtivas que uns materiais (ferro, cal...) e unha superior técnica aportaban foron magnificamente aceptados polos habitantes dos castros.

Preguntábanse Drinkwater e Vertet se toda a Galia se beneficiou ao pasar a formar parte do Imperio Romano ou só uns poucos privilexiados. Despois de se responder que, trala conquista, houbo vencedores e perdedores (*winners and losers*) din que non é difícil identificar aos gañadores: os aristócratas propietarios da terra: «Those of its members who survived the conquest, and made their peace with the conquerors, received confirmation of their power and position within their *civitates*, and continued to enjoy opportunities for military glory, booty and increased status in service with the Roman army» (Drinkwater e Vertet, 1992, 25-26). Incide Galliou na grande separación «económica e cultural entre grupos sociais acomodados (negociantes, terratenentes) e relativamente romanizados e unha vasta poboación ‘submerxida’ de pequenos campesiños, xornaleiros e pescadores» que, aínda gustando do novo confort material do que puidesen dispor, non tiñan acceso á cultura máis que cando visitaban o mercado local ou tiñan ocasión de asistir a unha representación teatral nos «*conciliabula* des campagnes ou les théâtres des petites villes». Engade que este vasto proletariado urbano e, sobre todo, rural, moi mal coñecido, constituía sen dúbida un forte polo de resistencia á penetración de novos valores espirituais e culturais, como moi ben se verificou uns séculos máis tarde cando a Igrexa atopou dificultades para espallar a súa fe, precisamente, entre os *pagani* (Galliou, 1992, 31). Coñecemos moi ben unha situación semellante no territorio da, daquela, moi vella cultura castrexa grazas ao *De correctione rusticorum* de Martiño, bispo desta

cidade de Braga, na que estamos agora. Tamén entre nós, como na Galia, os moradores dos castros poderían ter asistido a representacións en teatros non necesariamente pétreos, pois «beaucoup d'autres furent d'abord construits en bois», podendo ter existido «une infinité de petits théâtres, dont les faibles vestiges ont échappé à l'attention» (Thevenot, 1972, 75).

A eclosión dos grandes castros ten lugar trala conquista de César, estando documentada unha cronoloxía de cambio de Era en importantes poboados como Santa Trega (Peña, 2001, 24), Castro de São Lourenço, onde a total renovación a seguir a un incendio foi «nos albores da Era actual» (Almeida, 2008, 72), San Cibrán de Las, «ocupado de xeito continuado entre os mediados do século I a.C. e os finais do século I e comezos do século II d.C.» (Rodríguez *et al.*, 1993, 32) e, por non seguir citando máis xacementos cos seus escavadores, Monte Mozinho, do que Soeiro (1998, 79) dixo: «O primeiro Mozinho tería sido, portanto, aquele que se ergueu já sob tutela romana, embora habitado por indígenas, que o plasmaram de acordo com a sua cultura material própria, um castrejo recente bastante evolucionado». Todos naceron ou foron remodelados baixo Roma, o que nos asemella á Meseta e a Centroeuroa. Pasamos de pequenos e pobres castros a verdadeiras cidades, no senso xeográfico, que se forman sobre todo na segunda metade do século I a.C., ou xa baixo Augusto, cando todos chegan ao seu *maximum*.

Forzosamente tivo que se producir unha concentración, un sinecismo que deu lugar a este conxunto dos grandes castros meridionais. Sitúanse en alturas a considerable distancia das terras

cultivables, onde si se erguen outros poboados de moito menores dimensións chamados «castros agrícolas» por Almeida (1983b, 74), e extensamente estudados por Brochado de Almeida, o mesmo que as cada vez máis abondosas casas illadas fora dos castros, «a centena e mesmo a milhares de metros do castro mais próximo» e que en moitos casos rematarían convertidos en *villae* (Almeida, 1990, 58 e 2003, 77-93). Posiblemente uns e outras cumprisen o rol de abastecedores de produtos agrícolas, desempeñando as construcións illadas, xa desde os inicios, un papel semellante ao que as *villae* tiñan noutras zonas, como vemos en González (1999, 168): «En realidad debemos aceptar que la villa constituye durante los primeros siglos del imperio una proyección de la ciudad en el territorio colindante, que se le asigna; semejante vinculación condiciona su función y realidad material; de hecho, en el plano económico la villa debe considerarse como el tentáculo mediante el cual la ciudad explota en beneficio propio los recursos del *ager*, que se le ha asignado».

Estes grandes poboados estaban rodeados de murallas, moito máis estreitas que as dos castros anteriores, verticais as de época augústea e cun case nulo valor defensivo (Fig. 6). Trázanse rúas laxeadas ás que se abre un novo tipo de casas: as chamadas, seguindo a terminoloxía xeográfica de Demangeon, casas-patio ou dissociadas, en contraposición ás casas-bloque (Cfr. Calo, 2005, 103); están constituídas por varias edificacións (rectangulares e redondas, con ou sen vestíbulo, con función residencial unhas e de silo ou alpendre outras) todas elas rodeadas dun muro e coas respectivas portas (elevadas as dos almacéns) abertas a un patio ou



Fig. 6. San Cibrán de Las. Máis muro de peche que muralla.

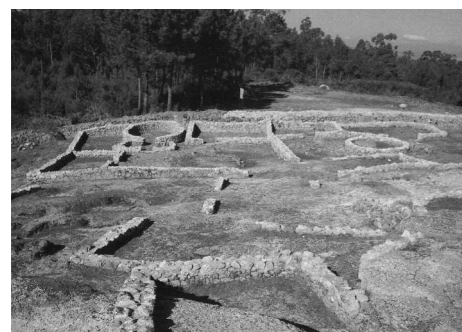


Fig. 7. Monte Mozinho. Casa-patio ou dissociada.

eira empedrada (Fig. 7). Xa Balil fixera notar que nalgunhas casas de Numancia hai patios lousados e que algúns os quixeron identificar co atrio vitrubiano, pero «Los patios de las casas numantinas son, en parte, patios de luces, y también, acceso a cuadras y corralizas que así quedaban separadas de la zona dedicada a vivienda» (Balil, 1974, 14). Tamén no castro de Romariz se identificou un destes patios como un *atrium*, por se ter atopado nel un *cartibulum* encostado na parede do edificio principal (Centeno, 2011, 27). No vestíbulo aparece, en ocasións, un forno, un *dolium* ou o seu fondo (bebedeiro de animais?), etc. Hai portas monumentais, escaleiras, alxibes e canalizacións pétreas que levan as augas pluviais fora dos poboados. As lareiras, centrais, tiñan gramalleira para pendurar os vasos en orella ou de asa interior. Trala reforma flavia introdúcese a trepia e van desaparecer os vasos de pendurar, o que pode indicar que mudaran os gustos culinarios, vemos tamén que a lareira, agora, pode pasar do centro a un lado, pois a cuberta de colmo deu paso á tégula, o que dificulta un incendio accidental. Mudan os gustos culinarios e bébese moito viño en cerámicas e vidros importados (Cfr. Soeiro, 1997, 231) e, como recordou Rui Morais no decurso deste congreso, este territorio ten a maior concentración de ánforas (preferentemente vinarias) Haltern 70 de todo o Imperio (Cfr. Morais, 2013). Non só se bebía aquí, pois na Galia chegouse a trocar escravo por ánfora de viño.

Tanto os muros das casas como as propias murallas foron durante séculos feitos con pedras simplemente cortadas; a escaseza de ferro, a falla de técnica ou as dúas cousas incapacitaban os construtores para ir máis alá. Ata os contactos con Roma, os castrexos traballaban a pedra, pero, como dixo Alarcão (1988, 71), ignoraban a técnica de escuadrada, fabricar argamasa, cemento, rebocados de cal, fabricación de cerámica de construción, etc. Hai que agardar que veñan foráneos coñecedores das técnicas romanas (Dias, 2009, 68). Agora é cando as pedras xa son picadas, labradas para carealas (Fig. 8) e cando se cobren con rebocados pintados de branco, azul, vermello, etc. Neste territorio non hai cal, tendo que agardar a Roma para importalo. No citado Romariz hai rebocado pintado, pero aínda sen cal. Estanse a estudar mostras de rebocado de distintos xacementos portugueses para dilucidar se xa teñen ou non ese ingrediente foráneo. Agora é cando se labran centenas de pedras con variadas decoracións, algunha mesmo co nome do propietario da casa, como a *Coroneri Camali Domus* de Briteiros. Lábranse guerreiros (Fig. 9) e «pedras formosas» (Fig. 10) (cfr. Calo, 1991). Se ata agora non sabían nin picar unha pedra, non sei como aínda hai quen segue a dicir, como antes deste meu devandito e xa antigo traballo, que estas labras e esculturas son prerromanas. E algunhas apareceron con pintura, polo que podemos imaxinar un castro augústeo



Fig. 8. Castro de Sabroso. Contraste de aparellos.

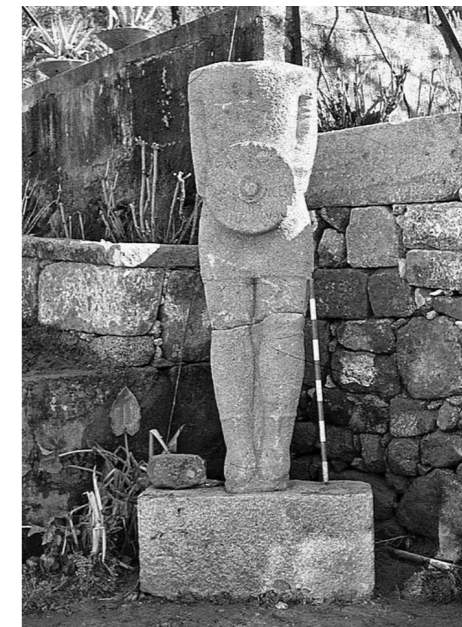


Fig. 9. Guerreiro de Santa Comba de Cabeceiras de Basto.



Fig. 10. Sanfins. Balneario.

como algo cheo de policromía, e os seus habitantes, talvez orgullosos, menciónanos despois dun ")" (*castellum*, castro) para indicar o *origo*.

Todo isto remata coas reformas flavianas. Ata o de agora, os castrexos, recibindo obxectos, lingua, relixión..., é dicir, romanizándose a bo ritmo, seguían sendo socioloxicamente castrexos. Cando Goudineau se pregunta que é o que queda de galo no novo mundo galo-romano, responde: «Soyons clairs: La Gaule est devenue romaine et n'a jamais remis en cause son intégration à l'*imperium romanum*». Pero engade que do seu pasado gardou, o mesmo que Etruria, Sicilia «ou même ... le Latium» trazos, aspectos que Roma non procurou aniquilar. Produciuse así unha asimilación cos seus ritmos, distintos segundo as zonas, apoiada nas elites locais; pero conserváronse certos caracteres que forxan a memoria dos pobos (Goudineau, 2001, 509). Antes os castros eran verdadeiros *towns*, aldeas agrícolas rodeadas de muros (centroeuropeo, xermánico); agora fanse cidades (mediterráneo). Con Spengler diríamos que se está a producir un proceso, unha mudanza do espírito xermánico, do *Geist*, cara ao espírito mediterráneo, o *logos*. A *Weltanschauung* dos moradores dos castros mudou nas fins do século I d.C. e, conservando trazos, como diría Goudineau, xa é moi distinta da dos seus avós.

BIBLIOGRAFÍA

- ALARCÃO, J. (1988): O domínio romano em Portugal. Forum da História, Publicações Europa-América. Mira-Sintra.
- ALARCÃO, J. (1996): «O primeiro milénio a.C.», De Ulisses a Viriato. O primeiro milenio a.C., Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 15-30.
- ALMEIDA, C. A. B. (1990): «Proto-história e romanização da bacia inferior do Lima», Estudos Regionais, 7/8, Viana do Castelo.
- ALMEIDA, C. A. B. (2003): «Alterações no povoamento indígena no início da romanização. Ponto da situação no Conventus Bracaraugustanus», Boletín Auriense, XXXIII, Museo Arqueológico Provincial, Ourense, pp. 77-93.
- ALMEIDA, C. A. B. (2008): «O castro de São Lourenço Vila Chã (Esposende)», A Cultura Castrexa: Acciões e estratexias para o seu aproveitamento socio-cultural. Actas do Seminario Final, Xunta de Galicia, Compostela, pp. 67-93.
- ALMEIDA, C. A. F. (1983a): «O castrejo sob o domínio romano: a sua transformação», in G. Pereira, ed., Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia, Universidade de Santiago de Compostela - IEGPS do CSIC, Compostela, pp. 187-198.
- ALMEIDA, C. A. F. (1983b): «Cultura Castreja. Evolução e problemática», Arqueologia, 8, GEAP, Porto, pp. 70-74.
- ALMEIDA, C. A. F. (1986): «Arte castreja. A sua lição para os fenómenos de assimilação e resistência à romanidade», Arqueologia, 13, GEAP, Porto, 161-172.
- ALMEIDA, C. A. F.; SOEIRO, T.; ALMEIDA, C. A. B. e BAPTISTA, A. J. (1981): «Escavações arqueológicas em Santo Estevão da Facha». Arquivo de Ponte de Lima, vol. I, n.º 3, Ponte de Lima, pp. 3-92.
- ALMEIDA, C. A. F.; SOEIRO, T.; ALMEIDA, C. A. B. e BAPTISTA, A. (1982): «Duas datações do C₁₄ para o castro de Santo Estevão da Facha», Arqueologia, 6, GEAP, Porto, p. 79.
- ARIAS VILAS, F. (1992): «A romanización de Galicia», Historia de Galicia, 4, Edicións A Nosa Terra, Vigo.
- BALIL, A. (1974): «Casa y urbanismo en la España antigua IV», Studia Archaeologica, 28, Universidades de Santiago-Valladolid, Valladolid.
- BETTENCOURT, A. M. S. (2005): «O que aconteceu às populações do Bronze Final do Noroeste de Portugal, no segundo quartel do I milénio AC, e quando começou, afinal, a Idade do Ferro», in Colóquio: «Castro-um lugar para habitar», Arqueologia, Cadernos do Museu, 11, Museu Municipal, Penafiel, pp. 25-40.
- BLASZKIEWICZ, P. (1992): «La Place de la Normandie dans l'Empire Romain de la fin de l'indépendance jusqu'au Vème siècle de notre ère», in M. Wood e F. Queiroga eds., Current Research on the Romanization of the Western Provinces, BAR International Series S575, Oxford, pp. 35-61.
- BÜCHSENSCHÜTZ, O. (1984): «El hábitat céltico», Mundo Científico, n.º 33, Editorial Fontalva, Barcelona, pp. 200-210.
- CALO LOURIDO, F. (1991): A plástica da Cultura Castrexa galego-portuguesa, tese doutoral mecanografada, Universidade de Santiago. Publicada íntegra (2 tomos), en 1994, por Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa, Pontevedra.
- CALO LOURIDO, F. (1993): «A Cultura Castrexa», Historia de Galicia, 3, Edicións A Nosa Terra, Porto.
- CALO LOURIDO, F. (1997a): «A síntese: o Galaico-Romano», in G. Pereira, coord., Galicia fai dous mil anos. O feito diferencial Galego, I Historia, vol. 1, Museo do Pobo Galego, Compostela, 193-212.
- CALO LOURIDO, F. (1997b): «Prehistoria e Idade Antiga», in F. Calo *et al.*, Historia Xeral de Galicia, Edicións A Nosa Terra, Vigo, pp. 1-91.
- CALO LOURIDO, F. (2003): «El icono guerrero galaico en su ambiente cultural», Madrider Mitteilungen, 44, Verlag Philipp von Zabern, Mainz, pp. 33-40.
- CALO LOURIDO, F. (2005): «O castro: da aldea autárquica á cidade desenvolvida», in Colóquio: «Castro-um lugar para habitar», Arqueologia, Cadernos do Museu, 11, Museu Municipal, Penafiel, pp. 91-106.
- CALO LOURIDO, F. (2010): Os Celtas. Unha (re)visión dende Galicia, Edicións Xerais de Galicia, Vigo.
- CALO LOURIDO, F. e SIERRA RODRÍGUEZ, X. C. (1983): «As orixes do castrexo no Bronce Final», in G. Pereira, ed., Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia, Universidade de Santiago de Compostela - IEGPS do CSIC, Compostela, pp. 19-85.
- CALO LOURIDO, F. e SOEIRO, T. (1986): «Castro de Baroña. Campañas 1980/84», Arqueoloxía/Memorias, 6, Xunta de Galicia, Pontedeume.
- CARVALHO, T. P. de (1998): «A terra sigillata de Monte Mozinho (Contributo para a história económica do povoado)». Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida, II, Cadernos do Museu, 3, Museu Municipal, Penafiel.
- CENTENO, R. M. S. (2011): O Castro de Romariz (Aveiro, Sta. Maria da Feira), Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.
- CHUECA GOITIA, F. (1994): «Breve historia del urbanismo», Biblioteca Temática Alianza, 35, Alianza Ed. del Prado, Madrid.
- COLLIS, J. (1989): La Edad del Hierro en Europa, Editorial Labor S.A., Barcelona.
- DIAS, L. T. (2009): «Tongóbriga e o seu territorium», in VV.AA., Marco de Canaveses. Perspectivas, Câmara Municipal Marco de Canaveses, pp. 37-80.
- DRINKWATER, J. e VERTET, H. (1992): «Opportunity' or 'Opposition' in Roman Gaul», in M. Wood e F. Queiroga, eds., Current Research on the Romanization of the Western Provinces, BAR International Series S575, Oxford, pp. 25-28.
- DUVAL, A. (2001): «La société celtique au I^{er} siècle av. J.-C.», in S. Moscati, coord., Les Celtes, Palazzo Grassi, Venecia EDDL, París, pp. 485-490.
- FICHES, J.-L. (1979): «Habitat et fortifications: la civilisation des oppida», in Au temps des gaulois en Gaule Méridionale. Dossiers de l'Archéologie, 35, Dijon, pp. 67-75.
- GALLIOU, P. (1992): «L'Armorique romaine: Mutations et Resistences», in M. Wood e F. Queiroga, eds., Current Research on the Romanization of the Western Provinces, BAR International Series S575, Oxford, pp. 29-33.
- GALLIOU, P. (1994): Le monde celtique, Les Universels Gisserot, Luçon.
- GONZÁLEZ ROMÁN, C. (1999): «El trabajo en la agricultura de la Hispania Romana», in J. F. Rodríguez *et al.*, El trabajo en la Hispania romana, Sílex Universitaria, Madrid, pp. 119-206.
- GOUDINEAU, C. (2001): «La romanisation de la Gaule», in S. Moscati, coord., Les Celtes., Palazzo Grassi, Venecia EDDL, París, pp. 509-513.
- HARDING, A. F. (2003): Sociedades europeas en la Edad del Bronce, Ariel Prehistoria, Barcelona.
- HASELGROVE, C. e SCULL, C. (1992): «The romanization and de-Romanization of Belgic Gaul: the rural settlement evidence», in M. Wood e F. Queiroga, eds., Current Research on the Romanization of the Western Provinces, BAR International Series S575, Oxford, pp. 9-23.
- JIMENO MARTÍNEZ, A. (2005): «Ciudad y territorio», in A. Jimeno, ed. científico, Celtíberos. Tras la estela de Numancia, Junta de Castilla y León, Excma. Diputación de Soria, Soria, pp. 119-127.
- JIMENO, A. *et al.* (2002): Numancia. Guía del yacimiento, Asociación de Amigos del Museo Numantino y Junta de Castilla y León, Soria.
- KRUTA, W. (1977): Los Celtas, Press Universitaires de France, Colección Edaf Universitaria, Madrid.

- LÓPEZ CUEVILLAS, F. (1953): La civilización céltica en Galicia, Porto e Cia. Editores, Santiago de Compostela.
- LORRIO, A. J. (1997): Los Celtíberos, Universidad de Alicante-Universidad Complutense de Madrid, Alicante.
- MAIER, F. (2001): «Les oppida celtiques», in MOSCATI, S., coord., Les Celtes, Palazzo Grassi, Venecia EDDL, París, pp. 411-425.
- MANGAS, J. e OREJAS, A. (1999): «El trabajo en las minas en la Hispania Romana», in J. F. Rodríguez, *et al.*, El trabajo en la Hispania romana, Sílex Universitaria, Madrid, pp. 207-337.
- MARTINS, M. (1990): «O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado», Cadernos de Arqueologia, Monografia 5, Universidade do Minho, Braga.
- MORAIS, R. (2013): «Um naufrágio bético, datado da época de Augusto, em Rio de Moinhos (Esposende, Norte de Portugal)», in R. Morais; H. Granja e A. Morillo, eds., O irado mar Atlântico. O naufrágio bético augustano de Esposende (Norte de Portugal), Braga, pp. 309-328.
- NAVEIRO LÓPEZ, J. e PÉREZ LOSADA, F. (1992): «Un Finisterre Atlántico en época Romana: la costa Galaica (NW de la península Ibérica)», in M. Wood e F. Queiroga, eds., Current Research on the Romanization of the Western Provinces, BAR International Series S575, Oxford, pp. 63-90.
- PEÑA SANTOS, A. de la (2001): Santa Trega. Un poblado castrejo-romano, Abano Editores, Ourense.
- PEREIRA MENAUT, G. (1994): «*Cognatio Maquilancum*. A propósito de la investigación sobre las sociedades indígenas del norte de *Hispania*», in M. C. González e J. Santos, eds., Revisiones de Historia Antigua, I. Las estructuras sociales indígenas del norte de la Península Ibérica, Vitoria/Gasteiz, pp. 105-116.
- PEREIRA MENAUT, G. (2005): «Novas perspectivas sobre a vida nos castros galaico-romanos», in Colóquio: «Castro-um lugar para habitar», Arqueologia, Cadernos do Museu, 11, Museu Municipal, Penafiel, pp. 225-231.
- PERRIN, Y. (1992): «Celtisme et Romanité: de l'Empire Romain à l'Europe Unie (Divertissement géopolitique)», in M. Wood e F. Queiroga, eds., Current Research on the Romanization of the Western Provinces, BAR International Series S575, Oxford, pp. 107-121.
- RODRÍGUEZ CAO, C.; XUSTO RODRÍGUEZ, M. e FARIÑA BUSTO, F. (1993): A Cidade San Cibrán de Las, Grupo Marcelo Macías, Museo Arqueolóxico de Ourense, Vigo.
- ROMERO CARNICERO, M. V. (2005): «Cambios posteriores y romanización», in A. Jimeno, ed. científico, Celtíberos. Tras la estela de Numancia, Junta de Castilla y León, Excma. Diputación de Soria, Soria, pp. 435-444.
- SILVA, A. C. F. (1986): A Cultura Castrexa no Noroeste de Portugal, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira.
- SILVA, A. C. F. (2001): «Los pueblos lusitano-galaicos» in M. Almagro-Gorbea; M. Mariné e J. R. Álvarez Sanchís, eds. científicos, Celtas y Vettones, Excma. Diputación Provincial de Ávila. Ávila, pp. 335-349.
- SOEIRO, T. (1997): «O esplendor do sur da Callaecia», in G. Pereira, coord., Galicia fai dous mil anos. O feito diferencial Galego, I Historia, vol. 1, Museo do Pobo Galego, Compostela, 213-236.
- SOEIRO, T. (1998): «Monte Mozinho: a escavação do sector D». Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida, I, Cadernos do Museu, 2, Museu Municipal, Penafiel, pp. 79-114.
- THEVENOT, É. (1972): Les Gallo-Romains, Que sais-je? Presses Universitaires de France, Paris.

A GALLAECIA MERIDIONAL EM TEMPOS DE AUGUSTO

CARLOS ALBERTO BROCHADO DE ALMEIDA
(FLUP | ISMAE | CETRAD)

O processo romanizador deste espaço territorial foi politicamente orientado e obedeceu a critérios que a administração romana de então tinha como pertinentes.

Olhando para o território galaico, as autoridades romanas cedo perceberam que, por estes lados da Ibéria, não havia centros populacionais capazes de receber, para liderar, a administração do território que ia sendo conquistado, a caminho da pacificação e da integração no modelo romano. O panorama, que à data vingava, era uma sucessão de povoados indígenas, quase todos em decalque de um modelo habitacional muito análogo. A maioria ocupava colinas, montes e esporões que se distinguiam dos demais por certas e determinadas características estratégicas e defensivas, umas mais naturais que outras. Foi naturalmente a junção destas e de outras características, nas quais devemos incluir certas premissas, como a qualidade da terra e o teor e de certas matérias-primas, que permitiram que algumas destas aldeias acabassem por se evidenciar entre as demais, criando chefias abalizadas e com suficiente voz activa e prestigiada para se fazerem ouvir e valer os seus direitos nos diversos contextos regionais. Na nossa perspectiva foi assim que certas aldeias indígenas e entre tantas, Sanfins, Briteiros, Monte Mozinho, Alvarelhos, Bagunte, Terroso, Roriz, Castelo de Faria, Santa Luzia, Castelo de Neiva, São Lourenço e Roques ascenderam à categoria de *lugares centrais*, acabando cada uma, à sua maneira, por construir pequenos «reinos» desligados de qualquer poder centralizador, que à data não existia, de todo, nesta região.

É vidente que há muitas dúvidas e até contradições na fundamentação que costuma acompanhar as teorias que formulam o aparecimento dos ditos *lugares centrais*.

Armando Coelho, em diversos estudos que foi publicando desde a década de 80 do século passado, é de opinião que na ponta final da Cultura Castreja, ou seja, com o início do processo de romanização, certos povoados criaram condições para concentrar, em si, uma série de funções, com as de carácter administrativo à cabeça. Um destes povoados terá sido a Citânia de Sanfins, tal como, entre outros, Alvarelhos, Monte Mozinho ou Briteiros. Para este investigador da Proto-História Peninsular, foram motivos de carácter económico e de estratégia posicional que determinaram que alguns dos habitats indígenas tivessem desempenhado a missão de *lugar central*. Em linhas gerais, a cada um competia um determinado número de habitats subsidiários. Tinham territórios demarcados e a cada um estavam adstritos certos grupos étnicos conotados com unidades supra-familiares unitariamente designadas por *castellum* e epigraficamente justi-

ficadas pelo signo C invertido. O raciocínio completa-se com a associação dos territórios tutelados pelos *lugares centrais* a algumas das futuras paróquias suévicas localizadas entre os rios Lima e Minho. Estas são unidades nascidas na fase terminal da presença romana nesta região ou seja a partir do século V. Por outras palavras, estas organizações religiosas, que e em certa medida, no futuro, até poderão corresponder a certos julgados e concelhos, tenderiam a identificarem-se com territórios já anteriormente demarcados pelos grandes povoados proto-históricos desta região (Silva, 2007, 24).

Esta argumentação viria a ser, em certa medida, contestada por Jorge de Alarcão, num artigo publicado na *Revista Conímbriga*, no qual analisa a evolução da Cultura Castreja. O autor, ao passar em revista as premissas adiantadas por Armando Coelho, duvida, em primeiro lugar, da eficácia delas, para sugerir de seguida uma outra hipótese – a dinâmica criada pela guerra – para ele bem mais consistente.

Segundo este autor não foi, certamente, o enriquecimento derivado do comércio feito com o exterior que motivou a diferenciação entre habitats que provocou a ascensão de alguns a *lugares centrais*, até porque, até ao século II a.C., o comércio com outras latitudes, era bastante diminuto (Alarcão, 1992).

É certo que há neste espaço galaico certos bens alógenos, mas não em quantidade suficiente que justifiquem o domínio territorial e político por parte de quem controlava o comércio regional. Poder-se-á sempre argumentar que os habitats posicionados ao longo da costa e na periferia dos cursos de água navegáveis, melhor posicionados para controlar o comércio com o exterior, beneficiavam de outras ajudas como a exploração e venda de sal, a pesquisa mineira, o fabrico e venda de produtos metalúrgicos.

Já escrevemos, mais que uma vez que, o sal, sendo produto importantíssimo na alimentação diária das populações e na conservação de carnes, embora fosse explorado com certo afinco ao longo da costa minhota, enfermava de duas condicionantes de peso: a escassez de tempo útil para uma laboração rentável e as fracas condições geográficas para a implantação de salinas à boa maneira dos grandes centros salineiros localizados ao longo da costa, a partir de Aveiro para sul e sobretudo para a bacia mediterrânica. No primeiro dos casos, as condições climáticas limitavam o tempo útil de exploração de sal ao reduzido tempo de verão que ainda podia ser afectado pelo vento, que soprando de norte, levantava areia e colocava em risco as salinas mais expostas. No segundo, a ajuizar pelas explorações que se fizeram ao longo da Idade Média na foz dos principais rios e ao longo da costa a norte do Rio Douro, estas nunca foram de grande monta, limitando-se a servir certos interesses mais evidentes, sem nunca colmatar o recurso à importação, pelo simples facto do sal aqui produzido ser insuficiente para cobrir as necessidade da população espalhada por todo o Entre-Douro-e-Minho e Galiza mais meridional. Este, por exemplo, ao longo da Idade Moderna chegava por via fluvial, em pequenos barcos à vela, às feiras de Ponte de Lima e Arcos de Valdevez onde era procurado pelas populações galegas e do Minho interior (Almeida, 2005).

A mineração contribuiu, de certeza, para que certos e determinados grupos tivessem subido na escala social e por arrastamento, os povoados onde moravam tivessem retirado os necessários dividendos. Pode ser que seja esta a via para explicar certos laivos de riqueza patentes no período pré-romano, em castros como Santo Estêvão da Facha, Santa Luzia, Castelo de Faria, Monte Mozinho e mesmo São Lourenço, onde se conhecem explorações mineiras na sua periferia, mas o que dizer dos demais, onde tal realidade parece não ter acontecido ou pelo menos, onde não há ainda provas suficientes? Será que se poderá dizer o mesmo de castros, com estatuto de presumíveis *lugares centrais*, como Briteiros, Alvarelhos, Monte Padrão ou mesmo a citânia de Sanfins?

A transformação do minério em produtos metalúrgicos trouxe, certamente, poder a quem os fabricava e muito mais a quem os comerciava e controlava. No espaço territorial dos brácaros havia estanho, ouro e algum ferro, mas não temos provas suficientes para justificar a sua transformação na região em instrumentos agrícolas e funcionais, em armas e objectos de ourivesaria e

muito menos afirmar a sua venda ao exterior¹. Tempos houve, durante a Idade do Bronze, em que tal facto aconteceu, como o justificam esconderijos de fundidor e objectos avulsos referenciados no Minho actual (Bettencourt, 1998; Almeida, 2008a).

De acordo com Jorge de Alarcão foi a necessidade de defesa colectiva contra os invasores romanos que conduziu à interacção militar e política dos diversos povoados, levando os mais frágeis a juntarem-se aos mais apetrechados do ponto de vista militar e económico. Terá sido a necessidade de organizar a futura defesa que levou as chefias das aldeias galaicas a procurar soluções mais duradouras, porque a campanha de Décimo Júnio Bruto, apesar de vitoriosa, de modo algum o foi, na altura, conclusiva (Alarcão, 1997). Nem os romanos tinham assegurado o controle do território, nem os galaicos tinham esconjurado um perigo, mais que anunciado e eminente.

Do nosso ponto de vista a incursão do cônsul romano, para além de militar, foi, sobretudo, prospectiva, razão pelo que não apoiamos a tese de Armando Coelho quando a coloca, a progredir para norte, pelo litoral minhoto, argumentando que a destruição do castro de Terroso está directamente relacionada com a campanha daquele comandante militar romano (Silva, 2007, 51).

Não é essa a nossa opinião (Almeida, 2008b).

Continuamos a defender que esta investida militar, mais que intentar dominar toda uma região povoada de pequenos e grandes povoados distantes de uma concertação política e militar uniformizada, foi fundamentalmente uma acção prospectiva. A fragmentação do poder por diversos comandos, longe de facilitar a conquista romana, poderia até redundar numa futura e penosa conquista, como aliás veio a acontecer. Depois, sabedores das dificuldades que as diversas etnias galaicas viriam a colocar, era necessário abalizar se tão dispendiosas campanhas teriam retorno futuro. Por outras palavras, se os tão propalados recursos mineiros de estanho e ouro eram uma realidade e se valia a pena investir homens e dinheiro na conquista de um território que se estendia até ao mar cantábrico, repleto de obstáculos orográficos e sulcado por inúmeros cursos de água. Basta recordar aqui, aquele que foi, futuramente, o processo de conquista da Britania pelos romanos. Que motivos determinaram a não conquista da Escócia? Certamente porque as jazidas de ouro, de estanho e de outras matérias-primas não justificavam tão grande investimento numa altura em que o whisky (se é que já existia) ainda não tinha alcançado a projecção que hoje tem.

A primeira incursão militar romana ao coração da futura *Gallaecia* meridional aconteceu na 2ª metade do século II a.C. Conduziu-a *Decimus Junius Brutus*, cognominado de *Galaicus* por ter derrotado os diversos *populi* galaicos situados mais na periferia do Oceano Atlântico, apesar de geograficamente não ter ultrapassado a barreira do Rio Minho². Foi uma incursão terrestre, tal como a de *P. Crassus*, ocorrida entre 96-94 a.C., durante a qual se movimentou, vitorioso, entre Lusitanos e Galaicos, ao contrário daquela que foi conduzida por Júlio César, no ano 62 a.C., quando tomou as Berlengas com uma frota de guerra saída de Cádiz e avançou, pela costa minhota e galega, até à Corunha. A intenção de Júlio César, para além de submeter, em definitivo, as tribos indígenas que ainda resistiam ao poderio militar romano, era assegurar o controle das rotas do estanho ou seja de uma parte das Cassitérides que geograficamente se espalhavam por uma região tão vasta como aquela que medeia entre a bacia do Minho actual e a Cornualha (Inglaterra) (Dion Cassius, XXXVII, 52-53; Tranoy, 1981, 129-130).

Se a costa atlântica já era navegável antes dos romanos dominarem a parte mais ocidental da Península Ibérica, com eles, as enseadas, os varadouros, e os estuários de rios passaram a receber a visita regular dos navios romanos, já que eram senhores de toda a navegação, fosse ela mediterrânica ou atlântica. É dentro desta linha de total domínio dos mares que se deve enquadrar o naufrágio de uma, provavelmente duas naves romanas, na costa litoral de Esposende, uma das quais, garantidamente, na foz do Ribeiro de Peralta, freguesia das Marinhas, concelho de Esposende.

¹ Sobre as ferramentas agrícolas usadas nos castros galaicos Cfr. Teira Brión, 2003.

² Evidentemente que a vitória de *Brutus* ficou muito aquém das cifras apresentadas por Paulo Orósio (50 e tal mil galaicos). Cfr. Apiano, *Ib.*, 74; Orósio, *Adv. Pag.* V, 5, 12.

Transportavam contentores cerâmicos (ânforas de tipo Haltern 70), com vinho, *defructum* e ainda outros produtos de conserva. O afundamento destas naves, numa pequena enseada situada na foz de um pequeno ribeiro, mesmo em frente ao castro de São Lourenço, é algo que explica a enorme quantidade de fragmentos deste tipo de ânfora encontrados naquele habitat da Idade do Ferro. Provinham de portos mediterrânicos da Bética num o comércio tornado regular, que se fazia entre o aquela região e o Norte da Península Ibérica (Morais, 2000; Almeida e Almeida, 2008, 58-59).

Retornemos, todavia, à incursão militar de *Decimus Junius Brutus*.

É nossa convicção que esta progressão militar fez-se, atravessando o coração do território brácaro, seguindo um itinerário próximo ao da futura estrada romana *Cale-Bracara-Limia-Tude*, por duas ordens de ideias.

Em primeiro lugar era preciso conhecer-se a geografia e sobretudo abalizar-se do local onde posteriormente se poderia erguer um centro administrativo, a criar à maneira romana, porque em toda esta região não havia um aglomerado urbano que merecesse ser elevado a tal condição. Como ele não apareceu até ao começo da governação de Augusto, escolheu-se então um pequeno *oppidum* localizado no epicentro do território *bracari*, para, sobre os seus escombros, erguer a capital da *Gallaecia* meridional. Este sítio, onde não falta cerâmica castreja e restos de estruturas indígenas, até poderia ter sido um dos ditos lugares centrais, a ajuizar pela presença de um balneário indígena na periferia oeste do morro da Cividade³.

A outra razão para a progressão ter sido feita pelo coração dos *Bracari* está na localização de algumas das mais importantes jazidas mineiras do território que depois foi o Entre-Douro-Minho.

As mais importantes eram de longe, as jazidas de Santa Justa, da serra das Meadas, da serra da Boneca e da serra das Banjas (Valongo/Paredes/Gondomar) localizadas à ilharga da futura Via XVI do Itinerário de Antonino, mal esta transpunha o rio Douro junto ao castro de Pena Ventosa (Cale/Porto). Se estas jazidas, por si só, já justificavam o investimento militar na parte meridional do território *bracari*, mais o cimentaram quando a travessia do rio Lima os colocou em contacto directo com as potencialidades das jazidas de estanho e de ouro que havia na bacia terminal deste rio. Estas encontravam-se, sobretudo, na margem norte, ao longo dos rios seus subsidiários, que drenavam as águas desde o alto da Serra d' Arga, mas também as havia na margem oposta em torno do Vale da Facha e da Serra da Nó, onde estão documentadas minas e galerias de exploração aurífera. Finalmente a via romana, que saía de *Bracara Augusta* para *Tude*, por Ponte de Lima (a XIX) também atravessava uma importante região aurífera: o couto mineiro de Covas, no concelho de Vila Nova de Cerveira (Almeida, 2000, 28-29). Aliás, outras explorações mineiras têm vindo a ser sistematicamente referenciadas ao longo das duas margens do rio Minho por investigadores galegos que preparam teses de doutoramento.

Na ponta final da Idade do Ferro do Noroeste Peninsular, que coincide com a instauração do Principado em Roma, o mapa que expressa a densidade dos habitats indígenas tinha atingido o seu ponto máximo de saturação, pelo menos na *Gallaecia* meridional. Basta atentar na lista de castros que Armando Coelho apresenta na sua tese de doutoramento, para sermos confrontados com uma realidade inquestionável. A listagem é sem dúvida elevada⁴, mas reflecte as assimetrias do próprio território, pois aos espaços mais próximos do mar, aos principais cursos de água, às melhores terras de cultivo e à proximidade de certos recursos naturais, corresponde uma maior concentração de habitats. O inverso também é verdadeiro, pois há verdadeiras clareiras em torno das serranias mais

³ É sabido que alguns dos arqueólogos que têm vindo a escavar em *Bracara Augusta* não concordam com esta nossa posição, mas, argumente-se o que se quiser, contra factos comprovados dificilmente se podem arranjar teorias que escamoteiem a realidade. Na mesma linha está Tongobriga onde também não falta cerâmica castreja, estruturas habitacionais indígenas e para rematar, um dos mais interessantes balneários indígenas desta região. Cfr. Martins, 2000; Martins, 2004; Dias, 1997.

⁴ Nem todos os castros desta lista o são na realidade. Alguns são povoados mais tardios, já de época romana, Senão mesmo já do fim do mundo romano, mas tal facto não invalida a validade da proposta. Cfr. Silva, 2007; Almeida, 2003, 395 ss.

elevadas e das terras mais pobres do interior do Minho e de Trás-os-Montes. Realidade que não se alterou dois mil e tal anos depois. A um Minho e a um Douro litoral, densamente habitado e retalhado por inúmeras paróquias, corresponde um interior de habitat mais concentrado, disperso por territórios onde, por vezes, as ligações viárias, difíceis, configuram uma certa realidade de isolamento. Em suma, desde tempos imemoriais que ecossistemas, clima, orografia e recursos económicos, ajudaram a definir e a moldar o tipo de povoamento que ainda hoje subsiste neste velho Entre-Douro-e-Minho: disperso, quase tipo mancha contínua no litoral, concentrado e isolado nos concelhos mais interiores numa antevisão da realidade, quase consensual, que é, por exemplo, o povoamento transmontano.

Esta era a realidade da *Gallaecia* meridional por ocasião das expedições militares romana que trouxeram Marcos Perpene em 74 a.C. até *Cale* e Júlio César, em 61 a.C., até à Corunha (Morais, 2007), aquela que com que a administração romana, ainda novata, teve de lidar, quando se instalou na recém-nascida *Bracara Augusta*.

Ao longo deste século que antecedeu a mudança da Era, muito aconteceu neste território. Reorganizaram-se muitos dos antigos povoados para acolher populações vindas de outros postados às suas ilhargas, construíram-se novas e vastas aglomerações (Silva, 2007, 43) que têm condigna expressão, por exemplo, no Monte Mozinho e na citânia de Sanfins e assistiu-se ao advento de um novo tipo de povoados nas bacias terminais dos principais rios desta região os quais ficaram conhecidos pela designação de «castros agrícolas» (Almeida, 2003, 165-178).

Toda esta azáfama aconteceu, não só porque as chefias dos diversos grupos étnicos que compunham o universo dos povos brácaros previam um aumento da pressão militar romana, mas também porque e na maioria dos casos, muitos destes castros já tinham o seu tradicional espaço habitacional saturado por força do aumento da população residente. Perante uma tal situação, só havia duas soluções a tomar: aumentar o espaço disponível protegendo-o com novas e mais complexas muralhas ou, em contrapartida, favorecer a cisão de alguns dos povoados no modo como o expressou Carlos A. Ferreira de Almeida (1983, 74).

Já não é novidade, que na ponta final do século I a.C., na bacia terminal dos rios que atravessam o Minho em direcção ao oceano atlântico, foram construídos alguns novos povoados, distantes dos castros de meia-encosta e mesmo dos que ocupavam as portelas e mesmo as serranias de média altitude. Alguns nasceram em plena veiga, em terrenos inundáveis no inverno, mas que possuíam óptimas condições para a prática agrícola. Outros surgiram na proximidade de outras linhas de água, mas todos eles optando por pequenas colinas de baixíssima altitude (entre 50 e 20m), quase sempre em antigos terraços fluviais que foram aproveitados para construir pequenos povoados com características muito próprias, no que concerne ao sistema defensivo. O interior continuou a reflectir a tradicional vivência urbana castreja, mas não tanto o sistema defensivo que optou por modelos em que os taludes e os fossos, separados por muralha de terra, prevaleciam sobre as tradicionais muralhas de pedra (Almeida, 2003, 169-170). Em certa medida pode afirmar-se que esta solução defensiva copiava modelos de acampamentos romanos, mas não nos podemos esquecer que certos povoados do Bronze Final, localizados em espaços abertos tinham anteriormente aderido a soluções similares.

Tudo isto aconteceu num tempo cronológico que é posterior à incursão militar de Júlio César, mas de modo algum se pode considerar um processo sincrónico. Ocorreu no espaço temporal da governação de Octávio, antes e depois do título de Augusto, mas também no dos seus sucessores, pelo menos até Cláudio.

Foi neste espaço temporal que os tradicionais povoados castrejos cimentaram o modelo habitacional centrado em torno de um pátio comum para o qual se direccionava a quase totalidade das portas das estruturas habitacionais que constituíam cada núcleo familiar. Grosso modo, um modelo deste tipo, incorporava casas com vestíbulo, por vezes com bancos internos, edifícios oblongos destinados a arrumos e celeiro, espaços abertos lajeados, fornos de pão, redis para pequenos animais, tudo num espaço murado, autónomo, familiar, cuja ligação aos espaços comunitários se fazia atra-

vés de estreitos arruamentos. As casas continuam a ser construídas segundo o modelo tradicional, só que quando novas ou renovadas, o seu espaço interior aumentou, mas não a maneira de as cobrir. O uso da *tegula*, só ocorrerá mais tarde, já na ponta final do século I, quando as casas de formato rectangular passaram a articular-se com os novos arruamentos. Aí sim, de forma gradual mas em definitivo, a palha, mais os diversos componentes vegetais que entravam na composição de um telhado castrejo, cedeu o seu lugar a uma novidade tecnológica que os romanos tinham trazido consigo. Só numa fase posterior, já numa fase mais consistente da romanização, é que foram introduzidas novas alterações internas, com a adaptação dos núcleos e das unidades familiares a um urbanismo mais condizente com os modelos das urbes mediterrânicas. Os novos arruamentos, o mais próximos possível da ortogonalidade, nasceram à custa de habitações que foram sacrificadas, como está bem visível nas ruínas, já a descoberto, de Santa Tecla, Santa Luzia, Briteiros, Sanfins, Terroso, Bagunte, Monte Padrão, Monte Mòzinho e Romariz⁵.

Foi também pelo câmbio da Era que o intercâmbio comercial entre o Noroeste Peninsular e o mediterrâneo se intensificou. Aos castros da *Gallaecia* meridional chegaram, com mais acuidade, produtos cerâmicos que até aí se poderiam considerar como sendo uma novidade senão mesmo um luxo. Entram neste domínio as campanienses e na sua falta as imitações de boa qualidade, as sigillatas de origem itálica, as primeiras lucernas e sobretudo um substancial aumento do número de contentores anfóricos que nos povoados mais ribeirinhos do oceano se consubstanciaram na forma Haltern 70 (Morais, 2000; 2013).

Com a presença, agora mais firme, dos romanos na região, alguns hábitos dos povos desta região alteraram-se a pontos de alguns se estratificarem no seio das etnias do Noroeste.

Entre os primeiros está a gradual aceitação da cerâmica comum romana, que em tempo de Augusto é ainda muito residual. Continuam imperar, é certo, as formas e o método de cozedura das cerâmicas indígenas, mas também é verdade que as pastas se tornam mais claras, que há muito menos mica no desengordurante, que o alisado dos acabamentos se impõe às superfícies polidas e ao brunido, que a decoração perde a beleza e a multiplicidade temática anterior, que uma nova forma de panela – asa em orelha – passa a disputar o reino dos cozinhados sobre a lareira e que os grandes recipientes de armazenamento, os *dolia*, se multiplicam e que, cada vez mais, são peças impresecindíveis na economia doméstica.

O desafio económico, que muitos dos povoados em tempo de Augusto denotam, está patente, não só na revitalização urbana, mas também no interior de algumas das casas. Foi, por esta altura que o interior passou a ser argamassado e até mesmo pintado. Foi também por esta altura que os povoados mais importantes, talvez os velhos lugares centrais, se viram munidos de equipamentos comunitários, ligados a certos rituais de iniciação, como parece ser o caso dos banerários, ditos castrejos, embora alguns deles venham de uma tradição anterior (Silva, 2007, 53-62).

O dito desafio económico está ligado, seguramente ao incremento comercial, mas também à exploração mineira que se estendeu um pouco por toda a *Gallaecia*. Com ele veio a moeda, que passou a ditar as regras da actividade económica e mesmo a servir de pecúlio a muitas famílias. Assim aconteceu no castro de São Lourenço, com dois tesouros de denários que cobrem o espaço temporal das guerras cantábricas (Almeida, 2003, 364), tal como os noutros que estão referenciados noutros pontos deste território e dos quais Rui Centeno nos deu uma amostragem bastante clara. Aliás, foi este mesmo investigador quem proferiu a seguinte afirmação: «A utilização da moeda pelos povos do Noroeste é um fenómeno cujo início se pode situar nos finais da época republicana e que se terá generalizado após a pacificação da região no reinado de Augusto» (Centeno, 1987, 187).

A presença romana favoreceu o gosto por certos atavios femininos, caso do colar tipo *gold-in-glass* encontrado no castro de São Lourenço (Vila Chã/Esposende) numa camada de ocupação relacionada com uma casa que estava em plena actividade em tempo de Augusto, mas a afinidade dos

indígenas com o consumo de jóias de prestígio já vinha de trás. Desse tipo de ostentação, que também é masculino, falam os torques, os colares articulados, as lúnulas, os braceletes, as arrecadas e os aros de cabelo, cuja cronologia, podendo remontar ao Bronze Final, ainda atinge os primeiros alvares da romanização e conseqüentemente o período da longa governação de Augusto (Silva, 2007, 231-244). Acompanham ainda este gosto pelos objectos de ostentação, sejam eles em metais nobres ou simplesmente em bronze, as fíbulas, entre outras, as de charneira, as de tipo Aucissa e mesmo algumas do tipo Fowler, vulgares em tempos de Augusto (*Idem*, 186-192) em muitas das estações arqueológicas desta região onde há registos arqueológicos assentes em estratigrafias seguras.

Quando a sociedade castreja entrou em rota de colisão com as aspirações hegemónicas romanas que pretendia controlar, militar e administrativamente, este território, obviamente que tratou de preparar uma resistência que se foi revelando, de um certo modo eficaz, nos anos que se seguiram à incursão militar de Décimo Júnio Bruto, mas que não resistiu às sucessivas investidas posteriores. De um certo modo a sociedade militarizou-se ao promover a construção de novas muralhas e ao reparar as que já havia, agora em pedra, com largura e altura suficiente para resistir a um ataque concertado. Nas áreas de mais fácil acesso cavaram-se fossos para dificultar o acesso inimigo à base da muralha e sempre que possível incorporaram-se as volumosas penedias que povoam muito dos sítios onde os castros haviam sido construídos. Como se isso não bastasse, nos locais onde era possível a utilização da cavalaria em ataque frontal ao castro, os militares castrejos erigiram de pedras fincadas o terreno que antecede o fosso⁶ e protegeram o acesso às portas com sistemas apropriados, quase sempre afunilando o acesso ao interior.

A militarização dos *populi* brácaros não se revê no número e tipo de armas, que aliás são escasas quando pesquisamos o registo arqueológico desta altura. Está, muito mais, patente na forma como representaram a figura tutelar dos povoados mais importantes, diríamos mesmo, daqueles que tinham estatuto de *lugar central*. Obviamente que falamos das célebres estátuas de guerreiros galaicos, outrora impropriamente designadas como estátuas de guerreiros lusitanos. Estas apresentam-se com toda a panóplia do equipamento que usavam – espada curta, punhal, cota/saio em linho, polainas ou grevas, escudo redondo e côncavo e *viriae* nos braços – sempre numa atitude hierática e por vezes com capacete na cabeça. Na generalidade dos casos a cronologia destas estátuas aponta para a começo da romanização o que nos coloca, grosso modo, na governação de Augusto, podendo estender-se até ao final da I centúria (Silva, 2007, 292). A certeza que os soldados indígenas podiam usar capacetes à imagem dos seus vizinho Lusitanos, que podiam ser de metal, couro ou de nervos entrançados, podemos colhê-la na informação que nos deixou Estrabão (III, 3, 6), mas também no próprio espólio arqueológico. Capacetes de bronze, não oriundos da região, do tipo Montefortino B, documentam-se no Castelo de Lanhoso, na citânia de Briteiros, em Castelo de Neiva e as suas cronologias aderem perfeitamente ao começo da romanização destas paragens (Almeida, 1980, 245-255; Silva, 2007, 182).

Um outro factor que está intimamente ligado à presença militar romana na região e depois com a progressiva romanização destas populações, é algo que tem relacionado ao imaginário religioso.

Se tomássemos à letra a afirmação de Estrabão que os povos do Noroeste Peninsular eram ateístas, seríamos tentados a considerar que todas as manifestações religiosas que estão expressas nos santuários, aras e inscrições são o reflexo da enorme influência que a sociedade romana exerceu sobre o *modus vivendi* destas populações. Ora os trabalhos, entre outros, de Bermejo Barrera, Blázquez, Tranoy e mais recentemente de Armando Coelho vieram demonstrar precisamente o contrário (Bermejo Barrera, 1982; Blázquez Martínez, 1970; Tranoy, 1981; Silva, 2007, 286-302). Na realidade, o panteão indígena era muito vasto, com ligações ao mundo da guerra, às crenças astrais (sol e lua) às mais diversas manifestações da natureza como aliás bem o expressam as muitas expressões teonímicas já catalogadas.

5. Embora fora da *Gallaecia* podemos também incluir o castro de Romariz. Cfr. Centeno, 2011.

6. Esta solução aparece nos castros da área oriental da antiga *Gallaecia*.

Que os castrejos tinham deuses, que a eles sacrificavam (Estrabão, III, 3, 7) ninguém presentemente o duvida, por isso a classificação de ateístas só pode ser entendida como não tendo representações icónicas das suas divindades como acontecia nas sociedades, ditas civilizadas, da bacia mediterrânica. Estrabão menciona Ares e a epigrafia dos primeiros tempos da romanização menciona-o, tal como a Júpiter, este bastante mais vulgar nesta parte do Noroeste Peninsular onde, aliás, durante algum tempo (guerras cantábricas) foi preponderante a presença militar. Ambos são o reflexo da função guerreira que detinham no seio da sociedade, mas no caso específico de Júpiter, é também possível relacioná-lo como «*o grande deus dos povos indo-europeus*» dos quais faziam parte gregos, romanos, celtas e naturalmente as diversas etnias hispânicas (Silva, 2007, 286). O corolário de tudo isto leva-nos à conclusão que os castrejos tinham os seus deuses aos quais prestavam culto e reverenciavam sob as mais diversas formas, mas também é um facto que a sua associação às divindades do panteão clássico mediterrânico aconteceu por influência romana e esta verdadeiramente começou com o Principado de Octávio César Augusto.

Novidade, coeva da governação de Augusto e se que desenvolveu nas centúrias seguintes na *Gallaecia* meridional, foi a mutação do habitat tradicional centrado nos povoados fortificados. Ao longo de um milénio este esteve circunscrito ao interior dos habitats amuralhados, ocupassem eles esporões, encostas, portelas, serranias ou as extensas campinas que acompanham o curso dos rios, mas a partir do começo da Era actual, a ocupação do território conheceu modificações e entrou numa outra realidade ou seja numa outra forma de povoamento.

Como já tivemos ocasião de o afirmar «*no decurso da Romanização, salvo raras excepções, o habitat tradicional desmembrou-se, dando origem a um povoamento disperso e disseminação pelo ager, de acordo com as características específicas de cada zona*» (Almeida, 2003, 285). Por alturas do assentamento romano na *Gallecia* meridional e em *Bracara Augusta* é bem provável que a propriedade privada já fosse um facto, caso tenhamos em atenção a constituição dos núcleos habitacionais delimitados por muros e entradas privadas que estão em ligação com o caminho público. Se juntarmos a esta realidade uma outra que é a presença de estruturas apropriadas, em cada núcleo, para guarda e conservação de bens de consumo, temos um quadro não de individualismo pessoal no interior dos castros, mas, pelo menos, uma dinâmica apropriada à família que tende para a definição de espaços nucleares.

Uma das grandes dificuldades da investigação actual está em discernir se naquela altura, a terra era totalmente pertença comunitária e sendo-a se o seu uso era livre ou dependia de regras estabelecidas pelas chefias dos castros. Por outro lado, à imagem dos espaços reservados, os núcleos familiares, situados no interior dos castros, também gostaríamos de saber se já havia propriedade agrícola privada ou se, independentemente da sua localização, elas eram simplesmente distribuídas a quem as solicitasse.

Ninguém duvida que os castrejos praticavam a agricultura, mas também sabemos que esta não passava de uma mera actividade de subsistência. Apesar de todas as dúvidas, as intervenções arqueológicas até agora feitas nos povoados castrejos desta área geográfica, mostram que ela era praticada e que foi incrementada a partir de meados do século I a.C., pois para lá das sementes de milho-painço, de ervilhas, de favas e de trigo, também há as ferramentas, feitas em ferro, nomeadamente, as enxadas, os machados, os sachos e os alviões (Silva, 2007, 174-176; Almeida, 2008a).

O relativamente pouco interesse pela função agrícola alterou-se com a instalação dos romanos na região. Com eles, a terra deixou de ser um mero espaço geográfico e transformou-se numa actividade primordial. Sendo os romanos uma sociedade agrária, é natural que a vissem como factor de riqueza e de integração. Por isso, motivar populações com interesses pouco focados na prática agrícola, era garantir que elas gradualmente se integrariam numa sociedade que tinha as suas raízes bem arraigadas na terra.

Até ao começo da Romanização a actividade agrícola fazia-se na esfera geográfica mais próxima dos castros, em terras cujo valor produtivo era diminuto. Os solos aráveis, com bom potencial, esses situavam-se nos vales e planícies irrigadas, quase sempre a distâncias que dificultavam uma prática agrícola corrente a quem morava nos povoados tradicionais. A construção dos *castros agrí-*

colas ajudou e muito na mudança da mentalidade proto-agrária castreja, porque e pela primeira vez os membros da sociedade castreja sentiram que não era salutar e muito menos funcional os agricultores terem as suas casas e os seus celeiros a horas de distância dos campos de cultivo. Instalados em pleno vale, os campos estavam paredes-meias com as colinas que habitavam e a sua exploração não interferia com os territórios potenciais dos antigos, porque houve o cuidado de os localizar nas respectivas periferias.

Se a construção dos *castros agrícolas* se pode considerar como primeiro alerta para as mutações que viriam atingir a estabilidade, quase milenar, do povoamento castrejo, o movimento que ocorreu de seguida, esse sim, viria a detonar a realidade existente. Este fenómeno, que gradualmente se foi instalando no seio da sociedade castreja com a governação de Augusto e se estendeu progressivamente pelas centúrias seguintes, está directamente relacionado com a *descida* de famílias de lavradores para terras agrícolas de boa qualidade, que se situavam entre 15 a 30 minutos de marcha dos seus antigos povoados. Portanto, longe da periferia onde se haviam instalado os *castros agrícolas* – alguns estão a duas horas de distância do castro tradicional – mas não das terras que provavelmente seriam do colectivo social a que pertence.

Como já tivemos ocasião de o referir «*a grande maioria do habitat disperso (porque é disso que se trata) nasceu à sombra dos povoados tradicionais e dos 'castros agrícolas'*» (Almeida, 2003, 304), mas a uma distância suficiente para que se não possa argumentar que fazem parte de uma mesma realidade. No caso do habitat disperso sabemos que são casas de tipo tradicional, modelos em tudo iguais às dos castros, que foram isoladamente construídas no seio de uma boa terra de cultivo, próxima a uma nascente de água, com a floresta a curta distância, mas desligadas de qualquer contexto amuralhado, por desnecessário e tão pouco as características do terreno o desaconselhar. São claramente casas de lavradores, erguidas no seio das respectivas explorações, sem necessidade de deslocações para cultivar e armazenar, vivendo os primeiros tempos de acordo com o modelo de vida que conheciam. Por outras palavras, ergueram a casa, o celeiro, os anexos e as cortes dos animais ainda à boa maneira indígena, porque se aqui há alguma influência romana, esta não está presente na tipologia das habitações e tão pouco nas cerâmicas que, ao longo do século I continuaram a ser maioritariamente de fabrico indígena.

São cerca de duas dezenas e meia os sítios que começaram com ocupações castrejas isoladas já referenciadas na *Gallaecia* meridional. Todas elas estão situadas na periferia de um castro da Idade do Ferro e localizadas em boas zonas de cultivo e também todas elas evoluíram para posteriores explorações agrárias de época romana. Algumas atingiram mesmo certa notoriedade pois transformaram a pequena exploração indígena em *villae* e casais como foi o caso da Quinta do Paço na Facha, do Paço de Vila Cova, da Igreja de Santa Maria de Geraz do Lima, do Paço de Fontoura e do Paço de Vila Frescaíña (São Martinho). Mais recentemente a descoberta de vestígios similares na igreja de Forjães, na Agra do Relógio (Antas), em Afife (Viana do Castelo), em Gamil e Vila Seca (Barcelos) os vestígios assinalam também a presença explorações romanas que começaram precisamente com uma presença indígena.

O velho Entre-Douro-e-Minho, que mais não é que o antigo *conventus bracaraugustanus*, apesar da sua aparente uniformidade geo-cultural, sempre foi um espaço de assimetrias controladas, mas nunca uniformizadas. Os rios, os vales, os alvéolos, as chãs planálticas, a orografia mais agressiva, sempre foram propícios à criação de autonomias, muitas delas géneses das futuras paróquias, algumas delas tão minúsculas e injustificáveis sempre que olhadas pelo prisma da (in)coerência administrativa actual.

BIBLIOGRAFÍA

- ALMEIDA, C. A. B. (2000): A Arqueologia Proto-Histórica e Romana do Concelho de Vila Nova de Cerveira, Vila Nova de Cerveira.
- ALMEIDA, C. A. B. (2003): Povoamento Romano do Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho, Vila Nova de Cerveira.
- ALMEIDA, C. A. B. (2005): «A exploração do sal na costa portuguesa a Norte do Rio Ave. Da Antiguidade Clássica à Baixa Idade Média», in I Seminário Internacional sobre o Sal Português, Porto, pp. 140-170.
- ALMEIDA, C. A. B. (2008a): Sítios que Fazem História, Arqueologia do Concelho de Viana do Castelo, I, Da Pré-História à Romanização, Viana do Castelo.
- ALMEIDA, C. A. B. (2008b): «A Ponte-Romano-Gótica de Ponte de Lima», in Ponte de Lima, Terra Rica da Humanidade, Ponte de Lima, pp. 53-67.
- ALMEIDA, C. A. B.; ALMEIDA, A. P. R. B. (2008): Castro de São Lourenço, Esposende.
- ALMEIDA, C. A. F. (1980): «Dois capacetes e três copos em bronze, de Castelo de Neiva», in Gallaecia, Vol. 6, Santiago de Compostela, pp. 245-255.
- ALMEIDA, C. A. F. (1983): «Cultura Castreja: Evolução e Problemática», in Arqueologia, Vol. 8, Porto.
- ALARCÃO, J. (1992): «A Evolução da Cultura Castreja», in Conímbriga, Vol. XXXI, Coimbra, pp. 39-71.
- BERMEJO BARRERA, J. C. (1982): Mitología Y mitos en la Hispânia prerromana, Madrid.
- BETTENCOURT, A. M. (1998): «Novos Achados metálicos do bronze final na bacia do médio Cávado», in Cadernos de Arqueologia, 2ª série, Vol. 5, Braga, 1988, pp. 9-22.
- BLÁZQUEZ MARTINEZ, J. (1970): «Las religiones indígenas del área Noroeste de la Península Ibérica en relación con Roma», in Legio VII Gemina, Leon, pp. 63-77.
- CENTENO, R. (1987): Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192, Porto
- CENTENO, R. (2011): O Castro de Romariz, Aveiro/Santa Maria da Feira, Vila da Feira.
- DIAS, L. T. (1997): Tongobriga, Lisboa, IPPAR.
- MARTINS, M. (2000): Bracara Augusta. Cidade Romana, Braga.
- MARTINS, M. (2004): «Urbanismo y Arquitectura em Bracara Augusta», in Simulacra Romae. Roma y las Capitales Provinciales del Occidente Europeo. Estudios Arqueológicos, Tarragona, pp. 149-173.
- MORAIS, R. (2000): «As ânforas béticas em Bracara Augusta», in Actas do Congresso Internacional Ex Baetica Amphorae, Vol. II, Ecija, pp.683-696.
- MORAIS, R. (2007): «A via atlântica e o contributo de Gádir nas campanhas romanas na fachada Noroeste da Península», in Humanitas, Vol. LIX, FLUC, Coimbra, pp. 99-132.
- MORAIS, R. (2013): «Um naufrágio bético, datado da época de Augusto, em Rio de Moinhos (Esposende, Norte de Portugal)», in O Irado Mar Atlântico. O naufrágio bético augustano de Esposende (Norte de Portugal), Braga, 2013, pp. 309-329.
- SILVA, A. C. F. (2007): A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal, Paços de Ferreira.
- TEIRA BRIÓN, A. M. (2003): «Os Trabalhos Agrários e as Ferramentas Empregadas na Cultura Castrexa», in Gallaecia, n.º 27, Santiago de Compostela, pp. 157-193.
- TRANOY, A. (1981): La Galice Romaine, Diffusion Boccard, Paris.

DEL CASTRO A LA *CIVITAS*: DOMINACIÓN Y RESISTENCIA EN EL NOROESTE HISPANO*

*Este trabajo se inserta en el proyecto de investigación *Paisajes de dominación y resistencia. Procesos de apropiación y control social y territorial en el Noroeste hispano* (PADORE) HAR2012-33774, financiado por el Ministerio de Economía y Competitividad y coordinado desde el IH. CSIC.

BRAIS X. CURRÁS, INÉS SASTRE & ALMUDENA OREJAS
(Universidade de Coimbra – CEAACP; Instituto de Historia CSIC & Instituto de Historia CSIC)

1. LA PRESENCIA DE ROMA EN EL SECTOR GALAICO ATLÁNTICO-MERIDIONAL Y LOS CAMBIOS EN LAS FORMAS DE ORGANIZACIÓN SOCIAL (S. II-I a.C.)

La conquista augustea es un punto de inflexión para todo el Noroeste, pero el territorio galaico atlántico y meridional estaba ya sometido a importantes procesos de cambio al menos desde el siglo II a.C. La mayoría de los autores consideran que en estos cambios la influencia romana jugó un papel mínimo y que fueron factores endógenos (principalmente la evolución de jefaturas indígenas) los que explican las variaciones en el registro. Esta visión se apoya en gran medida en la suposición de que Roma no ejerce en este momento una dominación efectiva sobre el territorio. El Duero se ha tomado generalmente como referencia para fijar el límite del avance de la conquista en época tardorrepública, es decir, como el límite de la *Ulterior*. En parte esto se debe a una proyección hacia atrás del límite provincial imperial (Str. III 4, 20; Plin. *Nat. Hist.* 4, 112).

Frente a esto, la información de las fuentes literarias, unida al análisis de las nuevas formas de poblamiento y las novedades en el registro material, permiten suponer unas formas de control territorial y social por parte de Roma totalmente coherentes con la realidad de la expansión republicana en Hispania. Por ello consideramos que dichos cambios, que se observan claramente a partir del II a.C., deben contextualizarse en el marco de la actividad militar romana en la zona.

Tenemos constancia de campañas militares que se extienden más allá del Duero desde mediados del s. II a.C. En ocasiones se mencionan poblaciones del Noroeste, y en otras, el genérico «lusitanos» que, como es ya sabido, puede englobar a los pueblos noroccidentales (Plácido, 2004; Guerra, 2010). Sin entrar en profundidad en su análisis, sí es necesario destacar algunos aspectos importantes que permiten cimentar la idea de una dominación real al norte del Duero en época republicana.

La primera campaña recogida en las fuentes es la de Q. Servilio Cepión del 139 a.C., ejecutada tras la derrota de Viriato. Según Apiano, «Cepión, volviéndose contra los vetones y galaicos, devastó sus campos» (Ib., 70). Es posible que fuera simplemente una expedición de castigo para consolidar el dominio más meridional (Alonso, 1996, 56), pero inaugura la integración del Noroeste en las crónicas literarias grecolatinas y, por supuesto, la conquista. La campaña de Bruto, inmediatamente posterior, supuso la integración del territorio entre el Duero y el Miño en la provincia Ulte-

rior (Blanco, 1971; Morais, 2007), tal y como explicita Tito Livio, que indica sometió la Lusitania hasta el Océano (Liv. Per 55). Recordemos que Orosio menciona 50.000 enemigos muertos y 6.000 prisioneros (Or. V, 5, 12), lo que sin duda es exagerado pero manifiesta la relevancia otorgada a la campaña, que reportó al general un triunfo sobre galaicos y lusitanos (Eutr. 4,19). En relación con esta expedición aparecen dos límites de gran importancia, al norte del Duero. Por una parte, el río del Olvido, el *Lethes* identificado bien con el Limia (TIR-K29: Porto), bien con el Leça (Guerra, 1996). Se trata de un límite del más allá, junto al Océano al que hace también referencia Estrabón (III, 3, 5): junto a los ártabros habitan unos célticos, emparentados con los del Anas, que habían emprendido una expedición junto con los túrdulos; después de cruzar el río Limia se suscitó un conflicto interno y perdieron a su líder, quedando dispersos por el territorio; por eso también el río se denominaría Olvido. Este límite simbólico, que Floro ilustra con el hundimiento del sol en el mar (Epítome de Tito Livio, I, 33, 12) queda neutralizado con el decidido avance de Bruto (Liv. Per 55). El otro, el *Minus*, es mencionado por Estrabón como límite de las campañas de Bruto (Str. III, 3, 4). Lo más destacable de esto, desde nuestro punto de vista, es que el límite del mundo conocido, se ubica bastante al norte del Duero, siendo la conquista de estas nuevas poblaciones algo reconocido en un triunfo, y lo que le proporcionó el sobrenombre de Galaico. Apiano (*Iber.*, 99) indica que tras la caída de Numancia en el 133 a.C., una comisión senatorial de diez miembros se desplazó hasta la Península a fin de reorganizar los territorios que Escipión Emiliano y Décimo Bruto habían tomado por rendición o bajo la fuerza de las armas, «a fin de organizarlos sobre una base de paz». Se puede suponer, por tanto, que esta reorganización afectó a los territorios al norte del Duero.

La siguiente posible mención de una intervención militar en el Noroeste se produce en el 96 a.C. con la expedición de P. Licinio Craso (Str. III, 5, 11). Dado que está atestiguado un triunfo de Licinio Craso en el 93 a.C., cabe pensar en una nueva expedición militar. Esta campaña se relaciona con las Casitérides, que Estrabón ubica en mar abierto hacia el norte desde el puerto de los ártabros quienes, a su vez, son los últimos de Lusitania (Str. III, 2, 9). Plinio sitúa las Casitérides *ex adverso Celtiberia* (Plin. IV, 119). «Celtiberia significa aquí la parte remota de Iberia, la que se enfrenta al Océano, la que limita con lo desconocido» (Plácido, 2009, 53). El imaginario geográfico que recoge Plinio deriva de una perspectiva complementaria de la producida por la campaña meridional de Bruto, orientada desde el centro y el este peninsulares (Plácido, 2009, 53).

Durante la Guerra de Sertorio (83-72 a.C.) existe una referencia mal conservada de la toma de *Cale* por parte de M. Perpenna, general sertoriano (Sal. *Hist.* 3.43 [3.43M.] = Serv. *Ad Aen.* VII, 728). De tratarse de una *Cale* hispana, cosa que no está del todo clara porque pudiera referirse también a un topónimo galo (Silva, 2010, 216), la acción de Perpenna se podría explicar como una incursión llevada a cabo para obtener un botín o para reclutar tropas auxiliares para la guerra, poniendo en evidencia la existencia de un cierto control sobre la región.

Las campañas de Julio César suponen una nueva incursión clara en el territorio del Noroeste, tras las que los pueblos que quedaban por someter a los romanos son sojuzgados por la fuerza de las armas, consiguiendo reducir el territorio en su totalidad al poder de Roma y obteniendo un gran botín (Apiano *Bel. Civ.*, II, 8 y *Iber.*, 102; Plut., *Caes.*, 12; Suet. *Caes.*, 54). Como resultado el senado lo recompensó con un triunfo.

En el contexto de las guerras civiles hay noticias que muestran cómo los generales hacen efectivo el dominio sobre estas regiones. En el año 49 a.C. en los preparativos para el choque con los ejércitos de César, los pompeyanos llevan a cabo varios movimientos que alcanzan el Noroeste. Así, Petreyo se encarga de reclutar tropas de infantería y caballos en Lusitania, mientras que Afranio se ocupa de los «celtíberos y cántabros y de todos los bárbaros que pueblan las costas del Océano» (*Bel. Civ.*, I 38, 3).

Además de estas informaciones, pueden tenerse en cuenta también operaciones militares que se atribuyen de forma genérica a la zona lusitana y la provincia Ulterior y que perfectamente podrían haber alcanzado la zona meridional «galaica». En el 114 a.C., C. Mario, pretor de la *Ulterior*, lleva a cabo misiones contra los salteadores (Plutarco. *Mario*, 6). En el 112 a.C. el general L. Calpurnio

Pisón actúa contra las revueltas que tenían lugar en las tierras que Escipión y Bruto habían tomado por la fuerza o bajo rendición (Apiano *Iber.*, 99). Q. Servilio Cepión el Viejo, gobernador de la *Ulterior* en el 109 a.C. (hijo del vencedor de Viriato) luchó contra los lusitanos y obtuvo un triunfo en el 107 a.C. (Eutropio, IV, 27; Val. Max., VI, 9, 13). En el 105 a.C. las operaciones bélicas se mantienen, como muestra la referencia a una derrota romana infligida por los lusitanos (Obseq., 42). Sabemos que en el 102 a.C. M. Mario luchó contra los lusitanos valiéndose de tropas auxiliares procedentes de la Celtiberia (Apiano *Iber.*, 100). Entre los años 101-100 a.C. L. Cornelio Dolabella derrota a los lusitanos (Obseq., 41) y obtiene un triunfo por ello en el año 98 a.C. En el año 99 a.C. todavía persisten las operaciones en la zona como prueba la referencia a una revuelta entre los lusitanos (Obseq., 46). Entre los años 94 y 93 a.C., P. Cornelio Escipión Nasica lleva a cabo una dura campaña de castigo contra las comunidades sublevadas, que presumiblemente se pueden situar en el área lusitana. Ya se ha indicado el reclutamiento de auxiliares por Afranio y Petreyo en el año 49. En el año 48 a.C. Q. Cassius Longinus, gobernador de la *Ulterior*, captura *Medobriga* y vuelve a atacar el *Mons Herminius* (César *Bell. Alex.*, 48.2). Más adelante, mientras estaba retirado en Córdoba, recibe orden de César de dirigirse hacia África, por lo que antes pasa por un punto indeterminado de la Lusitania (César *Bell. Alex.*, 51): «encargó a ciertos sujetos que hiciesen provisión de trigo, aprestasen cien naves y se señalase y mandase contribuir cierta cantidad de dinero, para no detenerse en nada cuando volviese». Y tenemos que tener en cuenta una serie de campañas previas a las Guerras Cántabras que aparecen recogidas en los *Fasti Triumphalis* de forma genérica para *Hispania*. No sabemos a qué zona se corresponden, pero teniendo en cuenta la fecha –en la que la práctica totalidad de la Península Ibérica está ya controlada– todo apunta a que se desarrollarían en el Noroeste.

Más adelante abordaremos la cuestión de la forma de dominación que pudo imponerse en los territorios al norte del Duero en época tardorrepública. Nos limitamos ahora a incidir en que está clara la presencia continuada y agresiva por parte de Roma. Esto coincide con importantes cambios en el registro arqueológico y con alteraciones profundas en las formas de organización social. Durante la Edad del Hierro la estructura político territorial se caracterizó por una repetición monótona de pequeñas comunidades, iguales entre sí, equivalentes, no jerarquizadas, y que como norma no superan la superficie de 1-1,5 ha. (Fernández-Posse y Sánchez Palencia, 1998; Sastre, 2008; Currás, 2014). Pero el contacto con Roma trae consigo un proceso de desestabilización que pondrá fin a este modelo organizativo segmentario de la Edad del Hierro. Hay que reconocer, sin embargo, la imprecisión cronológica del registro arqueológico: es muy difícil precisar si los cambios se sitúan en la primera mitad del s. I a.C., en la segunda mitad, o en el último cuarto en relación ya a las Guerras Cántabras.

A partir del final s. II a.C. se produce un cambio de gran calado en el poblamiento y comienzan a aparecer los grandes castros como Briteiros, S. Cibrán de Lás, Sanfins, etc. La distribución espacial de este fenómeno es muy relevante (Fig. 1). Como parte de los cambios territoriales, en este momento empiezan a aparecer poblados en el fondo del valle (Fig. 2), muy poco destacados en el paisaje, que ya no se comportan como los poblados de la Edad del Hierro, que buscaban lugares prominentes e

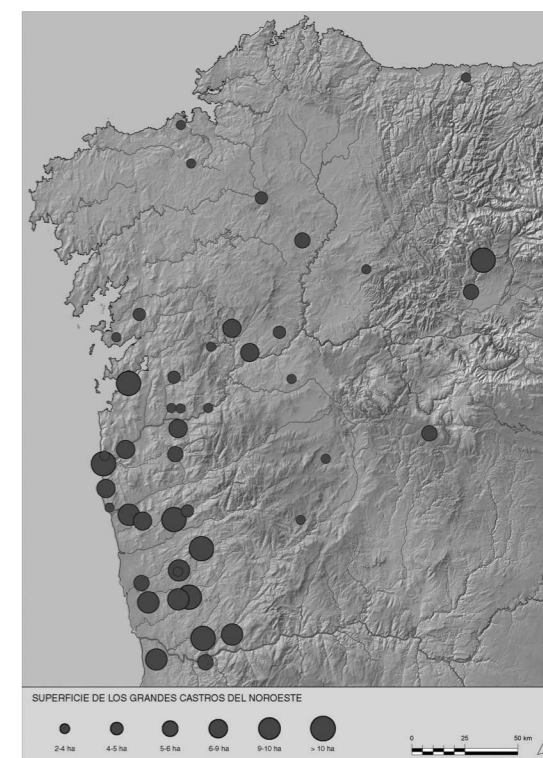


Fig. 1. Mapa de distribución de los grandes castros del Noroeste.



Fig. 2. Castro de O Arraial (Tui), ejemplo de poblado en fondo de valle.

individualizadores. Otro cambio que muestra que la lógica social del castro ha dejado de funcionar es que hacia el final del s. I a.C. empiezan a aparecer asentamientos situados fuera de los castros (Fig. 3). Sin ánimo de exhaustividad, es preciso mencionar: Saa (Rodríguez Pérez, 2009 - fig. 4), S. Domingos de Meinedo (Mendes-Pinto, 2008), Taramancos, O Castro de Outeiro de Baltar (López Cuevillas y Taboada Chivite, 1946; López Cuevillas, 1958), Paço en Ponte da Lima (Almeida, 1990, 58-62)...

La distribución de la plástica castrexa (Fig. 5) es otro reflejo de los cambios, y sobre todo muestra su circunscripción territorial relacionada directamente con la presencia de Roma. La zona de

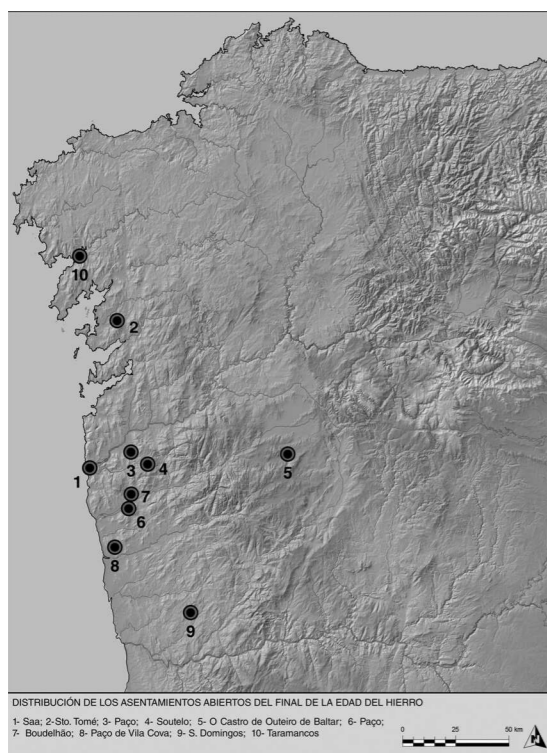


Fig. 3. Mapa de distribución de los asentamientos abiertos del final de la Edad del Hierro.

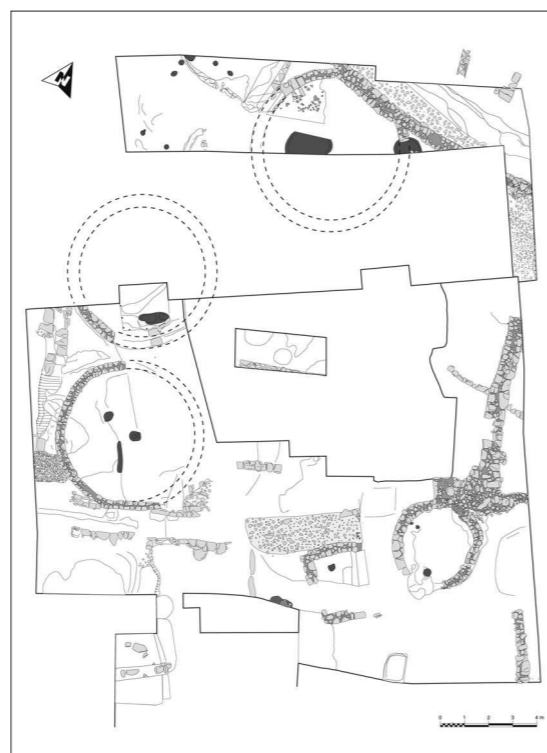


Fig. 4. Fase del final de la Edad del Hierro del asentamiento de Saa (modificado a partir de Rodríguez Pérez, 2009).

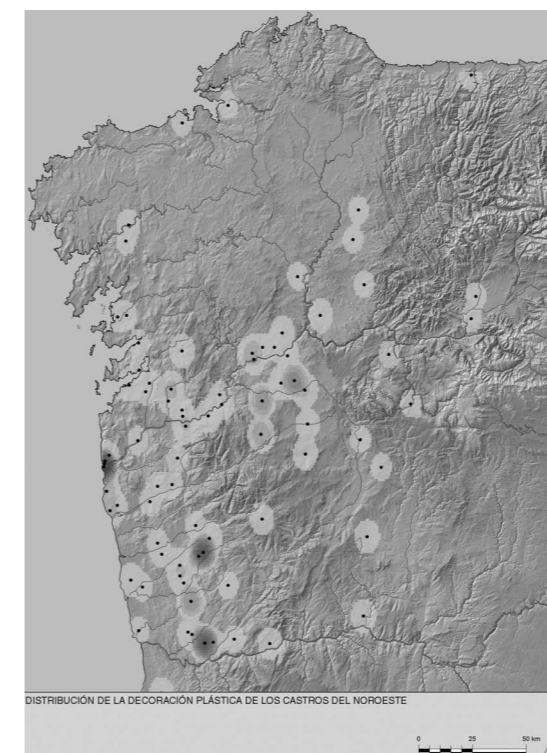


Fig. 5. Mapa de densidad de la distribución de la decoración plástica de los castros del Noroeste.

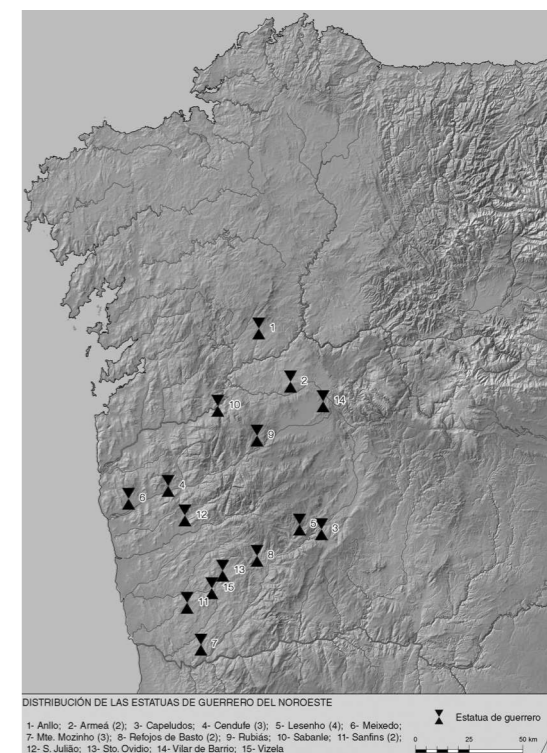


Fig. 6. Mapa de distribución de las estatuas de guerreros.

mayor densidad de materiales con decoración plástica se corresponde perfectamente con la zona de los grandes castros. El caso de las estatuas de guerrero es de sumo interés (fig. 6). Su cronología es controvertida (Calo Lourido, 1994; Quesada, 2003; Schattner, 2004; Redentor, 2009; Rodríguez-Corral, 2012) pero los que pueden relacionarse con un contexto apuntan hacia la segunda mitad del s. I a.C., en un momento preaugusteo, con continuidad hasta el cambio de Era. Estas estatuas nos muestran el surgimiento de una nueva élite y de una jerarquización inédita en el Noroeste y que no se puede entender como una mera continuidad respecto a la Edad del Hierro, sino como una ruptura que inequívocamente debemos asociar a la presencia de Roma.

Otro material relevante para evaluar esta presencia temprana de Roma es el armamento ajeno al mundo castreño y cuya distribución coincide con la misma área (Fig. 7). Se conocen cuatro cascos montefortinos completos (Quesada, 1992; García-Mauriño, 1993), uno procedente del castro de Lanhoso, dos del castro de Castelo de Neiva y otro más localizado durante el dragado del río Miño, a la altura de Caldelas de Tui. Se localizó también un fragmento en Briteiros y dos remates, uno en Sanfins y otro en el castro da Mogueira (Resende), junto al paso del Duero. Además, la representación del casco de la estatua de guerrero de Sanfins podría corresponderse con el tipo montefortino, aunque es difícil afirmarlo con seguridad. Ya hace tiempo que Quesada argumentó que esta tipología de cascos procede de Italia y tiene una datación mayoritariamente romana, con un notable «peso mediterráneo» en la distribución peninsular: «en concreto los del interior peninsular y fachada atlántica se deben datar en su mayoría en los ss. II-I a.C. y asociarse al avance romano (especialmente en el caso de los ejemplares portugueses)» (Quesada, 1992, 71).

Existe un conjunto de falcatas a las que se puede asignar una procedencia ibérica, y cuya cronología no va más allá del cambio de era. Es el caso de los ejemplares procedentes de Sanfins, Baiza, Saceda, Castelinho, São Julião y Romariz. En concreto, la localizada en Frades es directamente una falcata ibérica igual que la que aparece representada en los grabados de Foz Côa (Baptista, 1983). Todas estas piezas aparecen en contextos que se tienen que situar de forma genérica entre los ss.

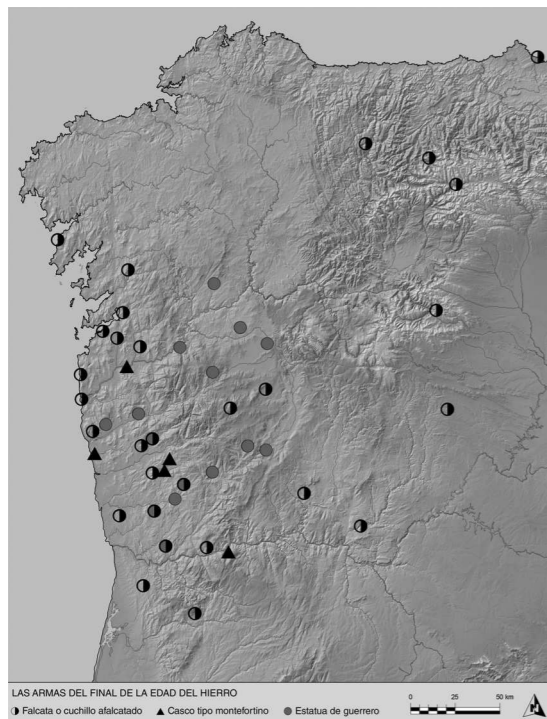


Fig. 7. Mapa de distribución de las armas del final de la Edad del Hierro.

ción. Sin embargo, a pesar de los indudables problemas metodológicos que plantean, creemos que se puede entender como expresión de los contactos con Roma. La evolución de la distribución de las monedas muestra el progresivo avance de la presencia de Roma, hasta que tras el principado de Augusto y la provincialización la moneda se extiende por todo el Noroeste (Alegre y Celis, 1994; Barbosa, 2002; Orejas *et al.*, 2015).

Por último, merece la pena destacar la progresiva aparición de materiales de importación romanos, así como púnicos y neopúnicos, en el sector marítimo atlántico (*vid.* los casos de Porto, Monte Castelo junto al Leça y Santa Tegra en la desembocadura recogidos por Morais, 2007, 111-117). Siguiendo a Morais, entre el tercer cuarto del s. II a.C. y mediados del siglo I a.C. está claro un aumento notable de importaciones, directamente relacionadas con el abastecimiento de los ejércitos, pero también con posibles *negotiatores* y con las poblaciones indígenas (Morais, 2007, 120-1). Estos productos seguramente tienen que ver con la aparición de nuevas formas de consumo a su vez relacionadas con la promoción de las nuevas élites.

2. LAS FORMAS DE DOMINACIÓN ROMANA: EL DOMINIO REPUBLICANO Y LA RELEVANCIA DEL GOBIERNO DE AUGUSTO

A partir de estos datos puede considerarse que existe una manifiesta continuidad del dominio romano que supera claramente el Duero hacia el norte. Esto queda claro tanto en el registro arqueológico y numismático, como en la acepción amplia del término «lusitano», que Estrabón utiliza posiblemente basándose en Posidonio (que escribió en el primer tercio del siglo I a.C. Laserre, 1966; Orejas *et al.*, 2000, 63; Gómez Espelosín, 2007, 36-7), y que aparece nuevamente en un pasaje de Plinio referido al *Orbis Pictus* de Agripa (Plin. N.H. 4, 118): *Lusitaniam cum Asturia et Gallaecia...* ¿Por qué, entonces, a finales del siglo I a.C., en el contexto de la campaña augustea, el Duero se transforma en límite? Seguramente tiene que ver con el papel de estos territorios como base de operaciones de las expediciones bélicas meridionales (dirigidas por L. Sestio Quirinal y P. Carisio) hacia

II-I a.C. (Currás, 2014, 564). Es posible, por lo tanto, defender la llegada de este armamento de la mano de Roma, y su adopción por las poblaciones indígenas cuando son reclutadas por el ejército romano para sus campañas.

En relación con los metales es necesario mencionar también la orfebrería castrexa. Hace tiempo que se evidenció que los escasos contextos tienen que ver con el contacto con Roma (Peña, 1992, 384). Los recientes estudios tecnológicos apuntan cada vez más en esa dirección (García Vuelta, 2007; Sastre y Sánchez Palencia, 2013).

Los hallazgos numismáticos ponen de manifiesto también la influencia de Roma. Desde la segunda mitad del s. II a.C. existe un área de contacto con Roma claramente incardinada en la zona más meridional, tal y como evidencian los datos extraídos fundamentalmente de los trabajos de R. Centeno (1987, 2012, 2013). Buena parte de estas monedas se corresponden con depósitos y atesoramientos realizados en fechas muy posteriores al momento de acuñación.

el Noroste en el marco de la conquista (Morillo, 2014, 135), lo que habría exigido la definición de un ámbito de actuación (*provincia*) de los legados de Augusto. Precisamente esas referencias de Estrabón y de Plinio permiten sustentar la idea de que *Gallaecia* y *Asturia* (o la *provincia Transduriana*) se integrarían en un primer momento inmediato a la conquista augustea en Lusitania (entre el 15/13 y el 7/3 a.C.) y sólo posteriormente fueron transferidas a la Tarraconense (Orejas *et al.*, 2000, 93-7; López Barja, 2000, 37-38)

Los estudios sobre las campañas de Augusto parten de la idea de que la zona galaica «transduriana» se encuentra ya bajo un dominio efectivo (Morillo, 2002, 71; 2014, 135). Los restos numismáticos apuntan hacia una importante presencia romana temprana en la zona de Braga (abundante *moneta militaris* con reverso de *caetra*), y algunos autores sostienen para el periodo entre mediados del siglo I a.C. hasta Augusto una completa pacificación e integración en la economía imperial a través del comercio con la Bética (Morais, 2007, 121). Así mismo, la distribución de los establecimientos campamentales indica un total vacío en la zona galaica meridional. Los principales campamentos, al margen de los del área astur augustana aparecen en Asturias y en Cantabria (Morillo, 2014) y el oriente lucense. Evidentemente hay que tener en cuenta que no todas estas estaciones campamentales tienen que ver estrictamente con la conquista sino con el proceso de organización del territorio que tiene lugar al finalizar las Guerras Cántabras y que se extiende durante el s. I d.C. Pero el caso es que para la zona meridional contamos sólo con el hipotético campamento de Antanhol, Coimbra, actualmente destruido y que se ha puesto en relación con las campañas bien de Bruto bien de César (Oleiro 1959; Morillo, 2003, 62), el de Valado (Sánchez-Palencia y Currás, 2015) y sobre todo el de Lomba do Canho, que nos sitúa en un momento intermedio del s. I a.C. (Nunes *et al.*, 1988).

¿Cómo se ejerció esta dominación tardorrepublicana? Siguiendo a Ñaco, en el marco de una economía de guerra como la que caracteriza a la expansión republicana no existe un sistema regular de imposición fiscal sobre el suelo provincial (Ñaco, 2003). Se procede a extraer recursos de las poblaciones sometidas conforme a la idea de indemnización postbélicas y mediante pactos de sometimiento particulares. Las comisiones senatoriales enviadas tras la finalización de conflictos bélicos, como la que se documenta tras las campañas de Bruto arriba indicada, no impondrían un sistema fiscal regular o uniforme, sino que formalizarían los términos exactos de las rendiciones y las indemnizaciones de guerra.

A mediados del siglo II a.C. es la *deditio*, la rendición incondicional, la base de la dominación. A lo largo de la expansión romana, se habían ido descartando formas de relación con los extranjeros que, al menos ideológicamente, suponían un tratamiento entre iguales: *socii* y/o *foederati*. En las fuentes sobre Hispania y Galia puede verse como aumenta el pragmatismo de los generales frente a lo pautado por la tradición del *ius belli*. En palabras de García Riaza «a mediados del siglo II a.C. se está operando un cambio de mentalidad en la sociedad romana, que evoluciona rápidamente hacia una línea de intransigencia y aboga, de forma creciente, por la vía militar en política exterior» (García Riaza, 2011, 35). En este momento, pues, la expansión romana puede verse como el progresivo sometimiento de distintas comunidades, que entraban en dependencia de Roma mediante la rendición incondicional. Es lo que transmite Plinio, por ejemplo, sobre las conquistas de Pompeyo mencionadas en el trofeo de los Pirineos (Plin. III, 18): el sometimiento de 876 *oppida* implicó «la modificación inmediata de los límites de la provincia por cuanto había cambiado la lista de las comunidades que la integraban» (López-Barja, 2000, 34). Es posible afirmar, por lo tanto, que las comunidades sometidas por Cepión, Bruto y los generales posteriores pasaron a ser provincia romana.

Las derrotas republicanas implicaban «exacciones puntuales y botín de guerra y, además, la imposición de tratados de rendición en los cuales se contemplaba una multitud de cláusulas, como por ejemplo la confiscación inmediata de las armas, junto con la rendición de los cautivos y los desertores. Igualmente se regulaba la entrega de rehenes y tropas auxiliares, como garantía de la estabilidad futura del cumplimiento de esos pactos, junto con varios objetos de valor como indemnización de guerra, en uno o varios plazos. En ocasiones también se negociaban cláusulas ulteriores,

contemplando medidas de tipo político o territorial, cuyo objetivo era limitar la influencia de los vencidos sobre esa región o incluso tutelar su política exterior. La supervisión del cumplimiento de esas u otras exigencias quedaba en muchos casos en manos de guarniciones militares romanas, instaladas en campamentos situados cerca de las poblaciones indígenas, o incluso también dentro de las mismas (*hospitium militare*)» (Ñaco, 2003, 261). Es cierto que los campamentos están ausentes –al menos por ahora– del registro arqueológico tanto para el periodo tardorrepublicano como para la conquista augustea. Pero está claro que los generales y el ejército hicieron acto de presencia con asiduidad en esta región, exigiendo tropas y otros bienes necesarios para las campañas militares.

La imposición de un sistema tributario regular sólo fue posible con la estabilidad proporcionada por una paz duradera (Ñaco, 2003, 262), y esto se produjo tras las guerras cántabro-astures, con medidas generales que impusieron un sistema de dominación estable y homogéneo.

El gobierno de Augusto sin duda marca un antes y un después en la historia antigua del Noroeste peninsular. Sin embargo, está muy vivo el debate en torno al impacto real que supuso la anexión de estos territorios y sobre cómo definir la realidad histórica sobre la que se impuso la dominación. Muchos autores defienden que los cambios antes reseñados, y que defendemos que se vinculan a la expansión romana tardorrepublicana, en realidad responden a una evolución endógena de las sociedades castreñas (Martins y Jorge, 1992). Más llamativo es que este continuismo se alargue al siglo I d.C. En la actualidad sigue siendo recurrente la idea de que durante el siglo I d.C. hasta la época flavia, perviven las tradiciones indígenas con una mínima interferencia romana, la indispensable para mantener el orden tras la guerra (Tranoy, 1995-96, 31). Esto se traduce en una supuesta inexistencia de cambios estructurales, de tal manera que el impacto de la dominación no se hace visible prácticamente hasta el siglo II d.C. Suponen algunos autores que la organización social y territorial castreña era perfectamente compatible con las primeras formas de dominación romana; que Roma adoptó las estructuras étnico-políticas indígenas como base de su sistema imperial provocando, incluso, un «floreamiento» cultural dentro de una fase incluida como «castreño-romana» en las periodizaciones sobre la Edad del Hierro (Peña, 1992; Peña y Vázquez, 1996). Así, se ha pospuesto hasta el siglo II la aparición de auténticas *civitates*, puesto que previamente serían los *populi* indígenas la base de la administración (Alarcão, 1995-6; García Quintela, 2002) dentro de marcos territoriales amplios como los *conventus*, necesarios para contrarrestar la fragmentación, dispersión y ruralidad del poblamiento (García Fernández, 1996, 60).

Nuestra visión de estos procesos es muy diferente, sobre todo porque partimos de la base de que no es posible defender una estructura territorial basada en *populi* en época prerromana, que pueda ser reutilizada por Roma, como hemos demostrado en numerosos trabajos ya citados. Pero, además, la *civitas* está documentada en el Noroeste en general desde los primeros momentos, y muy claramente a lo largo del siglo I d.C., tal y como indican documentos epigráficos bien conocidos como el Edicto de El Bierzo del 15 a.C., (Sánchez-Palencia y Mangas, 2000), las tablas de hospitalidad (Balbín, 2006), etc.

Las medidas de Augusto implicaron una intervención directa sobre territorios y poblaciones que dio lugar a la implantación de un sistema administrativo homogéneo para todo el Noroeste, que presenta diferencias a escala local y regional condicionadas no tanto por la realidad indígena sobre la que se actuaba como por los intereses concretos del poder imperial. La *civitas* es la estructura administrativa impuesta por el imperialismo romano en un contexto marcado por el derecho de conquista, y no por la tradición prerromana. De la lectura del *De agrorum qualitate* de Frontino se desprende que el modelo de *civitates peregrinae* era característico del suelo tributario en época de Augusto (Th. 1-2; Orejas y Sastre, 1999). Se trata de un tipo de organización territorial que encaja muy bien con las formas de dominación imperial propias de los inicios del Principado. En este momento, como ya indicó en su día Nicolet (1988), resultaba esencial sistematizar los mecanismos de control y explotación del imperio para garantizar el flujo de recursos desde las provincias y superar las limitaciones de la «economía de guerra» que caracterizaban la expansión republicana (Ñaco, 2003). Y cada vez se recurrió más al sometimiento peregrino frente a la esclavización como elemento básico para consolidar el control territorial y la tributación regular (Gonzales, 2002; Plácido, 2008).

vización como elemento básico para consolidar el control territorial y la tributación regular (Gonzales, 2002; Plácido, 2008).

Las comunidades peregrinas se configuraban tras la *deditio* cuando se respetaba la libertad de los sometidos y se reconocía el control sobre sus territorios a cambio de una tributación sobre el suelo. Ese territorio era definido de acuerdo con los intereses romanos y era puesto bajo el control de gobiernos locales conformados por los grupos y familias que resultaban más convenientes para el Estado. Es posible que en un primer momento estas comunidades tributaran en bloque. Las *civitates* eran los sujetos fiscales básicos del ordenamiento tributario. De ahí la necesidad de delimitar claramente su territorio, de adscribir a cada una sus correspondientes poblaciones y de reseñar convenientemente todo esto en el censo provincial (Orejas y Sastre, 1999; France, 2001). Este proceso temprano se ha podido documentar en el Noroeste fundamentalmente a partir de la información epigráfica.

El resultado de todo esto es la aparición de una sociedad provincial, tributaria y campesina, en el sentido sociológico del término (Wolf, 1966; Shanin, 1973; Scott, 1979), que tiene su reflejo en una nueva configuración del paisaje, jerarquizado y rural. Este no es herencia del mundo prerromano, como ya se ha indicado, pero tampoco responde al modelo idealizado que ha sido forjado por la tradición historiográfica de la «romanización». Es un mundo marcadamente rural y campesino que sólo es comprensible dentro de las formas de dominación imperial augustea.

BIBLIOGRAFÍA

- ALARCÃO, J. (1995-6): «As civitates do Norte de Portugal», *Cadernos de Arqueologia II série*, 12-13, pp. 25-23.
- ALEGRE, P.; CELIS, J. (1994): «Dos tesorillos de denarios ibéricos del Castro de Chano, provincial de León», VIII Congreso Nacional de Numismática, Madrid, pp. 189-210.
- ALMEIDA, C. A. B. (1990): *Proto-Historia e Romanização da Bacia inferior do Lima*, Estudos regionais, 7/8, Viana do Castelo.
- ALONSO, V. (1996): «Primeras etapas en la conquista romana de Gallaecia», *MILITARIA. Revista de historia militar*, pp. 53-66.
- BALBIN, P. (2006): *Hospitalidad y patronato en la Península Ibérica durante la Antigüedad*, Salamanca.
- BAPTISTA, A. M. (1983): «O complexo de gravuras rupestres do Vale da Casa (Vila Nova de Foz Côa)», *Arqueologia*, 8, pp. 57-69.
- BARBOSA, M.B.C.S.G. (2002): *Tesouros monetários romanos em Portugal: da República ao reinado de Augustus*, Anexos Nummus 6, Porto.
- BLANCO, A. (1971): «Monumentos romanos de la conquista de Galicia», *Habis* 2, pp. 223-232.
- CALO LOURIDO, F. (1994): *A plástica da cultura castrexa galego-portuguesa*, A Coruña.
- CENTENO, R. M.S. (1987): *Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192*, Porto.
- CENTENO, R. M. S. (2012): «Da república ao Império: reflexões a monetização no Occidente da Hispânia», in M. P. García-Bellido, L. Callegarin y A. Jiménez, eds., *Barter, money and coinage in the ancient Mediterranean (10th - 1st centuries BC)*, *Anejos de Archivo Español de Arqueología* 58, Madrid, pp. 355-367.
- CENTENO, R. M.S. (2013): *Augusto e a monetização do Noroeste Hispânico: o testemunho dos tesouros monetários*, in R. Morais, H. Granja, A. Morillo, eds., *O Irado Mar Atlântico. O naufrágio bético augustano de Esposende (Norte de Portugal)*, pp. 211-220.
- CURRÁS, B. (2014): *Transformaciones sociales y territoriales en el Baixo Miño entre la Edad del Hierro y la integración en el Imperio Romano*, Tesis doctoral inédita, Universidad de Santiago de Compostela.
- FRANCE, J. (2001): «Remarques sur les tributa dans les provinces nord-occidentales du Haut-Empire romain (Gaules, Germanies, Bretagnes)», *Latomus*, 60.2, pp. 359-379.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, E. (1996): «El desarrollo de la municipalización latina: la Bética y el Noroeste», in S. Reboreda y P. López Barja, eds., *A cidade e o mundo: romanización y cambio social*, Xinzó de Limia, pp. 147-164.
- GARCÍA-MAURIÑO, J. (1993): «Los cascos de tipo Montefortino en la Península Ibérica. Aportación al estudio del armamento de la IIª Edad del Hierro», *Complutum*, 4, pp. 95-146.
- GARCÍA QUINTELA, M.V. (2002): *La organización socio-política de los populi del Noroeste de la Península Ibérica. Un estudio de antropología política histórica comparada*, Santiago de Compostela.

- GARCÍA RIAZA, E. (2011): «Derecho de guerra en Occidente durante la expansión romano-republicana. Planteamientos metodológicos», in E. García Rianza, coord., *De fronteras a provincias: interacción e integración en Occidente (ss.III-I a.C.)*, Palma de Mallorca, pp. 31-66.
- GARCÍA VUELTA, O. (2007): Orfebrería castreña del Museo Arqueológico Nacional, Madrid.
- GOMEZ ESPELOSÍN, J. (2007): «Estrabón y su obra», en Estrabón, *Geografía de Iberia*, Madrid.
- GONZALES, A. (2002): «Provenance des esclaves au Haut-Empire (*pax romana* et approvisionnement)». En *Routes et marchés d'esclaves. 26e colloque du GIREA, Besançon*, pp. 65-82.
- GUERRA, A. (1996): «Os nomes do rio Lima. Un problema de toponimia e de geografia historica», *Hispania prerromana. Actas del VI Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica*, Salamanca, pp. 147-161.
- GUERRA, A. (2010): «A propósito dos conceptos de "lusitano" e "Lusitânia"», *Serta Palaeohispanica J. de Hoz Palaeohispanica* 10, pp. 81-98.
- LASSERRE, F. (1966): *Strabon, Geographie (livres III et IV)*, Paris.
- LÓPEZ-BARJA, P. (2000): «La provincia Transduriana», in F. J. Sánchez-Palencia y J. Mangas, eds., *El Edicto del Bierzo. Augusto y el Noroeste de Hispania*, Ponferrada, pp. 31-46.
- LÓPEZ CUEVILLAS, F. (1958): «Nuevos hallazgos en el Outeiro de Baltar», *Cuadernos de Estudios Gallegos*, XIII (41), pp. 314-320.
- LÓPEZ CUEVILLAS, F.; TABOADA CHIVITE, J. (1946): «Una estación galaico-romana en el Outeiro de Baltar», *Archivo Español de Arqueología*, 63, pp. 117-130.
- MARTINS, M.; JORGE, S. O. (1992): «Sustrato cultural das etnias prè-romanas do Norte de Portugal», in M. Almagro-Gorbea, G. Ruiz Zapatero, eds., *Paleoetnologia de la Península Ibérica*, Complutum 2-3, pp. 347-372.
- MENDES-PINTO, J. M. (2008): «Do castro de S. Domingos a Meinedo: Proto-história e Romanização na bacia superior do rio Sousa», *Oppidum*, número especial, pp. 45-63.
- MORAIS, R. (2007): «A via atlântica e o contributo de Gádir nas campanhas romanas na fachada noroeste da Península», *Humanitas* 59, pp. 99-132.
- MORILLO, A. (2002): «Conquista y estrategia. El ejército romano durante el periodo augusteo y julioclaudio en la región septentrional de la Península Ibérica», in A. Morillo, coord., *Arqueología militar romana en Hispania*, *Anejos de Gladius* 5, pp. 67-93.
- MORILLO, A. (2003): «Los establecimientos militares temporales. Conquista y defensa del territorio en la Hispania republicana», in A. Morillo, F. Cadiou y D. Hourcade, eds., *Defensa y territorio en Hispania de los Escipiones a Augusto*, pp. 41-80.
- MORILLO, A. (2014): «Arqueología de la conquista del Norte peninsular. Nuevas interpretaciones sobre las campañas del 26-25 a.C.», in F. Cadiou y M. Navarro, eds., *La guerre et ses traces. Conflits et sociétés en Hispanie à l'époque de la conquête romaine (IIIe-Ier s. a.C.)*, Bordeaux, pp. 133-148.
- NICOLET, C. (1988): *L'inventaire du monde. Géographie et politique aux origines de l'Empire romain*, Paris.
- NUNES, J.C.; FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1988): *O campamento militar romano da Lomba do Canho (Arganil)*, Arganil.
- ÑACO, T. (2003): *Vectigal incertum*. Economía de guerra y fiscalidad republicana en el Occidente romano: su impacto histórico en el territorio (218-133 a.C.), *BAR International series* 1158.
- OLEIRO, A.B. (1959): «Subsidios Para o estudo do acampamento romano de Antanol», *Biblos* 35, pp. 599-652.
- OREJAS, A.; SASTRE, I. (1999): «Fiscalité et organisation du territoire dans le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique: *civitates*, tribut et *ager mensura comprehensus*», *Dialogues d'Histoire Ancienne*, 25.1, pp. 159-188.
- OREJAS, A.; SASTRE, I.; SÁNCHEZ-PALENCIA, F. J.; PLÁCIDO, D. (2000): «El edicto de Augusto del Bierzo y la primera organización romana del Noroeste peninsular», in F. J. Sánchez-Palencia y J. Mangas, eds., *El Edicto del Bierzo. Augusto y el Noroeste de Hispania*, Ponferrada, pp. 63-112.
- OREJAS, A.; MONTERO-RUIZ, I.; ÁLVAREZ-GONZÁLEZ, Y.; LÓPEZ-GONZÁLEZ, L.; LÓPEZ-MARCOS, M.A.; RODRÍGUEZ-CASANOVA, I. (2015): «Roman denarii from North-Western Hispania. Findings from Castro maior (Lugo): a contextual, numismatic and analytic approach», *Madriider Mitteilungen* 2015 (en prensa).
- PEÑA, A. (1992): «El primer milenio a.C. en el área gallega: génesis y desarrollo del mundo castreño a la luz de la arqueología», in M. Almagro-Gorbea, G. Ruiz Zapatero, eds., *Paleoetnologia de la Península Ibérica*, Complutum 2-3, pp. 373-94.
- PEÑA, A.; VÁZQUEZ, J.M. (1996): «Aspectos de la génesis y evolución de la cultura castreña en Galicia». Homenaje al Prof. Manuel Fernández-Miranda, *Complutum* 6 (I), pp. 255-62.
- PLÁCIDO, D. (2004): «La configuración étnica del occidente peninsular en la perspectiva de los escritores grecorromanos», *Studia Historica. Historia Antigua*, 22, pp. 15-42.
- PLÁCIDO, D. (2008): «La théorie de l'égalité des êtres humaines et l'évolution des formes de dépendance», in *La fin du statut servile? Affranchissement, libération, abolition. XXX Colloque du GIREA, Besançon*, pp. 467-473.
- PLÁCIDO, D. (2009): «Las islas Casitérides, en los límites de la realidad», *Studia Historica. Historia Antigua*, 27, pp. 49-56.
- QUESADA, F. (1992): «El casco de Almaces (Granada) y la cuestión de los cascos de tipo "Montefortino" en la Península Ibérica», *Verdolay*, 5, pp. 65-73.
- QUESADA, F. (2003): «¿Espejos de piedra?: Las imágenes de armas en las estatuas de los guerreros llamados galai-cos», *Madriider Mitteilungen* 44, pp. 87-112.
- REDENTOR, A. (2009): «Sobre o significado dos guerreiros lusitano-galaicos: o contributo da epigrafia», *Acta Palaeohispanica X, Palaeohispanica* 9, pp. 227-246.
- RODRIGUEZ-CORRAL, J. (2012): «Las imágenes como un modo de acción: las estatuas de guerreros castreños», *Archivo Español de Arqueología* 2012, 85, pp. 79-100.
- RODRÍGUEZ PÉREZ, H. (2009): Informe valorativo de la intervención arqueológica preventiva de la excavación en área en el solar situado en el barrio de Saa S/N, Camposancos, in A. Guarda. Informe inédito depositado en el Servizo de Arqueoloxía da Dirección Xeral de Patrimonio Cultural da Xunta de Galicia.
- SÁNCHEZ-PALENCIA, F.-J. y CURRÁS, B. (2015): «Campamentos romanos en zonas mineras del cuadrante noroeste de la Península Ibérica», in J. Camino, E. Peralta y J. F. Torres, coords., *Las Guerras Astur-Cántabras*, pp. 273-283.
- SÁNCHEZ-PALENCIA, F. J. y MANGAS, J. (2000): *El Edicto del Bierzo. Augusto y el Noroeste de Hispania*, Ponferrada.
- SASTRE, I. (2008): «Community, Identity and Conflict. Iron Age Warfare in the Iberian Northwest», *Current Anthropology*, 49.6, pp. 1021-1051.
- SASTRE, I. y SÁNCHEZ-PALENCIA, F. J. (2013): «Non-hierarchical approaches to the Iron Age societies: Metals and inequality in the Castro Culture of the Northwestern Iberian Peninsula», in M. Cruz-Berrocal, L. García-Sanjuán, A. Gilman, eds., *The Prehistory of Iberia. Debating social stratification and the State*, Routledge, pp. 292-310.
- SCOTT, J. (1979): *The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia*, Yale University Press.
- SCHATTNER, T. (2004): «Novas aproximações às estatuas de guerreiros Lucitano-Galaicos», *O Arqueólogo Português*, 22, pp. 9-66.
- SHANIN, T. ed (1971): *Peasants and peasant societies*, London.
- SILVA, A.M.S.P. (2010): «Ocupação da época romana na cidade do Porto. Ponto de situação e perspectivas de pesquisa», *Gallaecia*, 29, pp. 213-62.
- TRANOY, A. (1995-96). «La route, image et instrument du pouvoir impérial dans le Nord-Ouest ibérique», *Cadernos de Arqueologia*, 12-13, pp. 31-37.
- WOLF, E. (1966): *Peasants*, Englewood Cliffs: Prentice-Hall.

BRACARA AUGUSTA E A REDE VIÁRIA AUGUSTANA DO NOROESTE PENINSULAR

* Agradecemos cordialmente ao Prof. Rodríguez Colmenero a fotografia do miliário de Castro de Avelãs e ao Dr. Luís Madeira a preparação das figuras desta comunicação.

VASCO GIL MANTAS
(Universidade de Coimbra - CECH)

Recordar um homem dois mil anos depois da sua morte física não pode considerar-se um acontecimento vulgar, garantindo que o homenageado ocupa um lugar verdadeiramente especial na História. A proposta de um senador para que o período de vida do fundador do Império recebesse a designação de *Século Augusto* (Suetónio, *Aug.*,100), perfeitamente compreensível no contexto sócio-político da época, revelou-se plena de futuros que o proponente não ousaria antever nos finais de Agosto do ano 14. É certo que os eventos que se vão desenvolvendo em torno ou a propósito da efeméride se revestem sobretudo de características culturais e académicas¹, circunstância que não deixaria de agradar ao *Princeps* por se situarem à margem das grandes manifestações públicas, hoje quase sempre reservadas ao que é efémero e sem real valor. Está vazio, há muito, o grande mausoléu romano junto à Via Flamínia, recuperado pela ditadura fascista de ignominiosa ruína por altura do bimilenário do nascimento do imperador (Santos, s/d, 276-277; Moati, 1995, 128-142), mas a evocação do génio de Augusto permanecerá como orientação e estímulo de vontade enquanto a cultura ocidental subsistir.

Uma das primeiras tarefas a que o imperador se dedicou, imediatamente após a estabilização da situação interna no final da guerra contra Marco António e Cleópatra, foi a de ocupar as zonas setentrionais da Hispânia controladas pelos Cântabros e Asturos. No mesmo ano em que o Senado lhe concedeu o título de Augusto, o imperador deslocou-se à Península para dirigir as grandes operações militares cujo objectivo declarado era o da submissão, por quaisquer meios, daqueles dois povos, duros combatentes estabelecidos em regiões de difícil acessibilidade. As operações prolongaram-se mais do que previsto, apesar dos importantes meios empenhados e a vida do imperador chegou a perigar por três ocasiões, ainda que por razões não estritamente bélicas. Só em 19 a.C. as grandes operações terminaram, mantendo-se depois dessa data uma presença militar muito significativa, assegurada por duas legiões e vários corpos auxiliares (Le Roux, 1982, 52-69; Tranoy, 1981, 138-144).

Podemos encontrar facilmente uma dupla explicação, político-estratégica, para o desenvolvimento de campanhas tão difíceis e aparentemente pouco compensadoras do ponto de vista económico. Antes de mais, Augusto é um *Imperator*, um chefe militar, vitorioso até então, mesmo no episódio que envolveu o Egipto lágida, apenas em guerras civis. Uma grande campanha para alargar o espaço romano não deixava de se apresentar como uma necessidade premente, tanto mais

que os efectivos disponíveis eram vultuosos e nem sempre disciplinados, como se verificou pouco depois de Áccio (Suetónio, *Aug.*, 17). Simultaneamente, em termos estratégicos, era necessário eliminar de forma definitiva enclaves que poderiam prejudicar a segurança dos territórios romanos peninsulares, sobretudo em regiões nortenhas onde o processo romanizador era ainda incipiente e as dissidências possíveis, regiões potencialmente importantes quanto à exploração de recursos.

Para além destas razões de ordem prática, a submissão dos Cântabros e dos Asturos assumia uma importância ideológica grande, uma vez que se integrava numa filosofia política segundo a qual os limites do Império eram determinados pela natureza, por vontade dos deuses, concedendo ao Oceano um lugar especial na concepção dos limites do mundo romano (Roman, 1983, 261-268; Moreno, 1995, 101-110). Se a afirmação contida nos miliários da *Via Augusta*, que a levam através da Bética *Ad Oceanum*, é já em si suficiente para ilustrar este aspecto do imaginário político augustano (*CIL* II 4703, 4712, 4713, 4716), o texto das *Res Gestae* é absolutamente claro a propósito das intenções do imperador no Ocidente: *Pacifiquei as Gálias, as Hispânicas e a Germânia, onde são banhadas pelo Oceano, desde Cádiz até à embocadura do Elba* (*Res Gestae*, 26,2). O choque sentido por Augusto quando confrontado com a derrota de Teutoburgo, que impediu definitivamente a criação de uma *Germania Magna* que se deveria estender talvez até ao Oder, não deixa de reflectir, para além da angústia naturalmente experimentada pela perda de uns 20000 homens e suas consequências na imagem do Império (Wells, 1972; Mantas, 2009, 67-77), um golpe muito severo na visão oceânica do imperador.

Com efeito, se desprezarmos as veleidades britânicas de Calígula, a prudência demonstrada por Tibério, provavelmente observando directrizes de Augusto, só termina com a política expansionista de Cláudio, quer resolvendo definitivamente situações ambíguas que subsistiam no Norte de África, quer iniciando a conquista da Britânia. Desta forma o Império passou a controlar todas as terras litorais desde Marrocos até ao Mar do Norte, sem solução de continuidade, circunstância que não deixou de influenciar o Noroeste peninsular, integrando-o decisivamente na economia imperial romana (Tranoy, 1981, 242-245). Passada a hora dos militares, todavia necessariamente presentes (Santos Yanguas, 2004, 237-250), com a hora dos administradores e dos comerciantes abria-se um novo capítulo para este recanto da Tarraconense, não sendo talvez despropositado recordar agora o que Floro escreveu sobre os resultados da pacificação da Hispânia setentrional: *Assim, trabalhando penosamente sob a terra, os Asturos começaram a conhecer os seus recursos e as suas riquezas procurando-as para outros* (Floro, 2,33).

Depois deste prólogo necessário vamos centrar a nossa atenção na região que englobou, provavelmente logo nos inícios do Império, os conventos jurídicos *Asturum*, *Lucensis* e *Bracaraugustanus*, cujas sedes respectivas foram estabelecidas em três fundações augustanas, as cidades de *Asturica Augusta*, *Lucus Augusti* e *Bracara Augusta*. Os anos que se seguiram à pacificação foram, como é evidente, dedicados à reorganização dos territórios e reordenamento de populações ainda instáveis. Unida inicialmente à Lusitânia, a região passará para a Tarraconense muito provavelmente entre 16 e 13 a.C., na sequência da viagem de Augusto cujos objectivos foram claramente de reforma administrativa (*Res Gestae* 12; Tranoy, 1981, 46-47). O mundo indígena do Noroeste peninsular possuía características que desde logo obrigaram a adoptar soluções pragmáticas. Para a administração romana, que em certos casos manteve o poder local na mão dos chefes indígenas, a reorganização territorial exigia a criação de centros urbanos destinados a exercer as funções atribuídas às cidades provinciais, não prioritariamente de ordem militar, ainda que no Noroeste, como parece provado em relação a *Asturica Augusta*, algumas possam ter origem castrense.

Em *Lucus Augusti*, onde o aspecto religioso teve particular importância, a fundação pode atribuir-se a Paulo Fábio Máximo, personagem também presente nos primeiros tempos de *Bracara Augusta*, se assim interpretarmos a inscrição que o refere (*EE* VIII 280). A cidade mais avançada em relação à zona de campanha, *Asturica Augusta*, pode ter sido criada directamente pelo imperador (Floro, 2,33). Durante cerca de um século serão estas cidades o expoente máximo da vida urbana no Noroeste, fortemente estimulada pela presença militar nas proximidades e pelo rápido desen-

volvimento de actividades económicas. O seu estatuto permanece duvidoso quanto ao momento em que receberam o direito latino, que não cremos possa corresponder ao principado de Augusto, tanto mais que, no caso de *Asturica Augusta* o desenvolvimento da cidade, enquanto povoação civil, corresponde sobretudo à época de Tibério ou mesmo de Cláudio, de acordo com dados arqueológicos recentes (Sevillano Fuertes e Vidal Encinas, 2002; Burón Álvarez, 2006, 289-312).

É possível que os primeiros trabalhos viários sistemáticos, destinados a consolidar o esboço de rede viária existente, se tenham efectuado na fase preparatória das campanhas terminadas em 19 a.C. por Agripa, ou ainda durante o decorrer das mesmas. A função originariamente militar destas vias não exigia uma construção refinada, tratando-se com toda a probabilidade de estradões capazes de garantir as comunicações com um mínimo de segurança, nomeadamente até aos quartéis de inverno, procurando evitar situações como as que se registaram em 26 e 25 a.C., quando as tropas romanas tiveram graves problemas logísticos, em parte resolvidos recorrendo ao transporte marítimo. Pouco depois, a pacificação de Calaicos e de Asturos explica a urbanização, ainda que incipiente, do que parece corresponder à *Provincia Transduriana*, entidade territorial identificável com um distrito militar a norte do Douro, referida no muito discutido *Bronze de Bembibre* (Le Roux, 2001, 331-364; Rodríguez Colmenero, 2000a, 29-60), documento datado de 15 a.C. e no qual não é difícil identificar a situação anterior à reforma definitiva das províncias hispânicas empreendida por Augusto. A localização de Bembibre, entre Astorga e Lugo, e o próprio teor do pacto sublinham claramente o ambiente de paz que prevalecia na região, propício à criação de centros urbanos.

Não nos ocuparemos agora do problema da fundação de *Bracara*, enquanto cidade, que poderá ter implicado duas fases. Mas devemos destacar, como outros investigadores já fizeram antes de nós, as circunstâncias ideológicas que envolvem a criação oficial da urbe, muito em particular a componente religiosa que indiscutivelmente a caracterizou. Criar um centro de atracção onde se desenvolvessem actividades pacíficas, políticas e de mercado, sob a égide das divindades, parece na melhor linha da ideologia augustana (Étienne, 1970, 39-50), desde os primeiros tempos preocupada com a restauração da religião tradicional (Petit, 1974, 62-65), o que não excluía práticas de *interpretatio*, importantes em regiões como estas do Noroeste peninsular. Também sob este aspecto de centro moral e económico da região dos Brácaros, a necessidade de boas comunicações era fundamental, justificando a importância de *Bracara Augusta* como nó viário de primeira grandeza (Fig. 1). Numa região em processo de organização, com uma forte componente militar e administrativa que exigia o bom funcionamento do *cursus publicus* instituído por Augusto (Suetónio, *Aug.*, 49,5) algumas destas estradas mereceram desde o início a atenção das autoridades provinciais, garantindo a sua operacionalidade em quaisquer condições climáticas, bem como a ligação do sistema interior definido pela linha *Bracara-Lucus-Asturica-Bracara* a portos situados na costa ou no curso inferior de rios, como *Cale* ou *Tude*.

A investigação desenvolvida ao longo das últimas décadas não permite dúvidas quanto à existência de um plano integrado para o estabelecimento de polos urbanos e respectivas vias de comunicação no Noroeste hispânico, preparando a integração plena da região, a concretizar-se com a acção dos imperadores Flávios, duas gerações depois da fase augustana. A análise das plantas de *Asturica*, *Lucus* e *Bracara* permite reconhecer algumas diferenças. Em *Asturica* é mais facilmente reco-



Fig. 1. Monumento bracarense celebrando as vias com início na cidade.

nhecível a sua origem castrense (Burón Álvarez, 2006, 289-312), denotando a planta de *Lucus*, embora de tipo ortogonal, algumas irregularidades no traçado, sem esquecer que a cidade sofreu alterações em relação à sua área e limites originais (Rodríguez Colmenero e Carreño Gascón, 2012, 295-318). Se as tivermos em conta verificamos uma aproximação ao modelo urbano desenvolvido em *Bracara*, que nos parece o mais equilibrado e regular dos três planos em confronto. As razões desta diferença, que os progressos da investigação vão tornando cada vez mais evidentes, podem atribuir-se às condições específicas da fundação da cidade e ao modelo utilizado desde o início.

O momento preciso da criação da cidade continua a suscitar dúvidas aos investigadores, apesar da epigrafia local sugerir uma datação relativamente avançada no principado de Augusto, o que não é contrariado pela cronologia dos miliários seguramente atribuídos ao imperador, como veremos, ainda que estes possam representar trabalhos de renovação de vias já existentes. Assim, não é impossível recuar o acontecimento ao período governativo de *L. Sestius Quirinalis*, imediatamente anterior à reorganização territorial que separou da Lusitânia a região noroeste da Hispânia. Se assim foi, tratar-se-ia de uma fundação ainda modesta, na linha dos *Fora* conhecidos na Calécia e noutras regiões de medíocre urbanização, enquanto os testemunhos posteriores relacionados com a acção de *Paulus Fabius Maximus* sugerem, pelos aspectos religiosos e dinásticos que reflectem, uma situação entretanto evoluída (Tranoy, 1981, 193-194; Morais, 2013, 34-46), que poderemos comparar, por exemplo, com a da *Civitas Igaeditanorum* entre 16 a.C. e 4 d.C. Seja como for, não parece possível aguardar por datas tão avançadas como as dos miliários para consagrar a fundação de *Bracara Augusta*, tanto mais que estes contam as distâncias a partir da cidade, o que é decisivo na vulgarmente designada Via XVII¹.

Não podemos deixar de invocar o que se conhece acerca da tentativa augustana de levar a fronteira até ao Elba, visando constituir uma nova província, a *Germania Magna*, processo que se desenvolveu entre 12 e 7 a.C., no seguimento da solução do problema hispânico e no cumprimento de um plano estratégico amadurecido, no qual corresponderia à segunda fase. cremos que a anterior experiência peninsular, nomeadamente quanto ao estabelecimento de pequenos centros com características urbanas, esteve presente no episódio germânico, como as escavações de Waldgirmes comprovam (Von Schnurbein, 2003, 93-67), obrigando mais uma vez a recordar o verdadeiro sentido de *provincia*, quando se trata de regiões em vias de ocupação e de organização, sob controlo militar (Martín, 2003, 593-609).

O desenvolvimento posterior de *Bracara* dificulta o conhecimento do seu traçado original. Tratando-se, como parece, de uma fundação *ab initio*, devemos procurar uma planta muito próxima das plantas características dos grandes acampamentos militares do início do Império. Como em tempos escreveu Mortimer Wheeler, as cidades eram, nesta fase e nestas condições, planeadas como campos militares a que se adicionavam elementos próprios do urbanismo civil, observando modelos mais ou menos normalizados (Wheeler, 1964, 43). cremos que assim sucedeu com *Bracara Augusta*, cidade cujo essencial do traçado urbano se reconhece na actualidade muito bem, graças à acumulação de dados provenientes de escavações arqueológicas e ao recurso a metodologias de teledeteção, as quais nos permitiram, no final dos anos 80 do século passado, traçar uma planta de *Bracara* que, no essencial, tem sido confirmada por trabalhos posteriores (Mantas, 1990, 86-87; Martins, 2004, 149-173).

A *Bracara* do tempo de Augusto era certamente menor que a cidade do Baixo-Império capital da Calécia. O núcleo original condicionou o urbanismo posterior, cujos limites se encontram bem definidos pelo traçado da muralha e pela localização das várias necrópoles que a circundam, obrigando a considerar o alargamento do perímetro bracarense ou, em alternativa, a considerar a muralha, no todo ou em parte, obra do Alto Império. O traçado do *Kardo* e do *Decumanus*, eixos

¹ Não consideramos correcta esta identificação das estradas romanas, ainda que lhe reconheçamos o aspecto prático, razão que nos leva a adoptá-la nesta comunicação.

detectáveis apesar das alterações sofridas pelo urbanismo bracarense, permite esboçar uma proposta de planta ortogonal desde a fundação. O *Kardo* corresponderá ao alinhamento definido pelo Largo do Colégio e Largo da Sé, orientado a 21° noroeste, enquanto o *Decumanus*, mais fácil de identificar, se define num alinhamento definido pela Rua de S. Sebastião e Largo de Pedro Orósio, continuando para o Largo Carlos Amarante. Todos estes eixos se relacionam com os troços iniciais da rede viária centrada em *Bracara Augusta*.

A quadrícula urbana assim sugerida permite duas interpretações, caso se considere a existência de uma planta com duas zonas desiguais (Fig. 2), a *praetentura* e a *retentura*, ou uma planta mais reduzida. Optamos por considerar a primeira hipótese, ainda que o achado de algumas sepulturas na área assim considerada não deixe de favorecer a segunda. Seja como for, a possível localização não centrada do fórum, evoca a possibilidade de se tratar de um modelo urbano parecido com o de *Augusta Praetoria* (Aosta), colónia fundada em 25 a.C. (Wheeler, 1964, 43-44). Recordamos que em *Lucus Augusti* o fórum também ocupa uma posição descentralizada, embora numa planta menos regular, apesar de ortogonal. Assim, tudo leva a crer que a fundação de *Bracara Augusta* pode anteceder a data habitualmente considerada, situando-se entre 22 e 15 a.C.

Como é evidente, a construção de uma rede de estradas entre as cidades augustanas do Noroeste deve preceder a sua fundação, por razões evidentes, mesmo que substitua as estradas militares que serviam o dispositivo romano na região. A construção de autênticas estradas, incluindo as numerosas obras-de-arte que exigem, em particular pontes, é um trabalho moroso, sobretudo em zonas difíceis, com populações ainda em processo de reordenamento, como neste caso. Como já foi considerado anteriormente, a cronologia dos miliários conhecidos aponta para uma data inicial dos trabalhos anterior à que as titulaturas imperiais indicam (Rodríguez Colmenero *et al.*, 2004, 767). Considerando o que se conhece de outras áreas onde trabalhos viários augustanos deixaram vestígios, nomeadamente marcos miliários, podemos tentar traçar um cenário plausível do que seria a rede viária da região. Augusto assumiu a *cura viarum* de Roma e da Itália em 20 a.C., desenvolvendo intensa actividade na reconstrução de estradas (Dião Cássio, 54,8), convenientemente publicitada através de monumentos e de emissões monetárias comemorativas como ponto forte da ideologia imperial (Eck, 1979, 25-28; Álvarez Martínez e Nogales Basarrate, 2004, 255-276). Situar por esta época o início dos grandes trabalhos viários no Noroeste não parece descabido, tanto mais que se pode considerar terminada a resistência organizada às forças romanas, nomeadamente por parte dos Cântabros.

Que assim poderá ter sido parece comprovar-se através dos miliários de Augusto achados em Molino del Sobrao (Fuenteguinaldo/Salamanca), proveniente de Uruña, e Alfaiates, este último erradamente atribuído a Idanha-a-Velha durante muito tempo. Estes miliários, aos quais podemos juntar outro na zona de Cória, infelizmente truncado, pautam o traçado de uma via cujo ponto inicial é sem dúvida *Emerita Augusta*, de acordo com as distâncias que indicam e que, partindo da via *Emerita-Asturica*, seguia por *Caurium* (Cória) em direcção à Serra da Estrela, continuando depois para norte, por Argomil, em busca do Douro, rio que atravessaria em local por ora indefinido (Mantas, 2012, 245-246). Estes miliários pertencem a um grupo distinto, pois a sua tipologia corresponde à do monumento de Argomil, recordando o cipo fundacional de *Lucus Augusti*. A titulatura presente nos miliários de Molino del Sobrao e de Alfaiates, fundamental para a datação

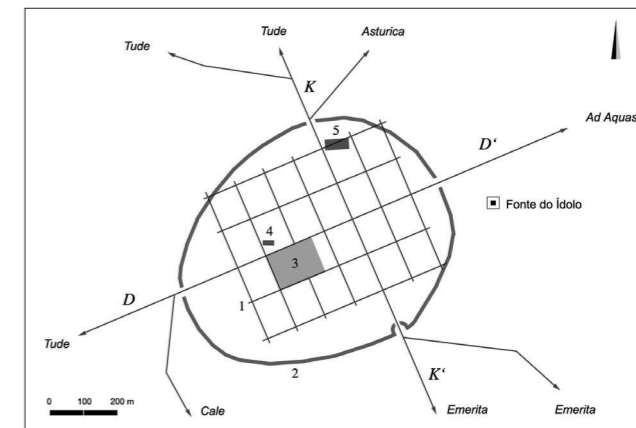


Fig. 2. Esboço do traçado urbano inicial de *Bracara Augusta*: 1 – Provável trama urbana original; 2 – Muralha tardia; 3 – Localização do Fórum; 4 – Capela de S. Sebastião; 5 – Sé Catedral.

dos mesmos, não está isenta de dificuldades. Porém, um elemento em falta, a indicação do Pontificado Máximo, tal como no cipo de Argomil, sugere imediatamente uma data anterior a 12 a.C.

Os vários investigadores que se dedicaram ao estudo destes monumentos não concordam entre si quanto às leituras em causa, em particular no que se refere às aclamações imperiais. Patrício Curado sugere uma datação alta para o miliário de Alfaiates, atribuindo-o à VIII aclamação imperial, o que o situa no mesmo horizonte cronológico do cipo de Argomil, 23-20 a.C., datação que nos parece incontestável para esta epígrafe, que não é um miliário. A leitura no miliário de Fuenteguinaldo, proposta por Salinas de Frías e Palao Vicente, sem aliás excluir outras, sugere a X aclamação imperial, o que colocaria o miliário entre 16 e 12 a.C., período da reorganização definitiva da Lusitânia (Salinas de Frías e Palao Vicente, 2012, 273-279; Curado, 2013, 59-74). A data referente ao exercício dos consulados não levanta problema, pois em todos é indicado o XI consulado. Embora não tenhamos observado o marco de Fuenteguinaldo, aceitamos a leitura VIII proposta por Curado, evidente no decalque apresentado pelo investigador. Seja como for, basta a tipologia destes monumentos para os situar num grupo distinto, com características arcaizantes (Grenier, 1934, 70-71), titulação reduzida e contagem das milhas a partir de um ponto único e longínquo, comprovando tratar-se de uma fase imediatamente após a fundação da capital provincial e anterior à estruturação das *civitates*, balizando caminhos cujas funções militares eram ainda prioritárias, ilustrando o que poderá ter sucedido inicialmente no Noroeste.

A norte do Douro, a situação entre 23 e 20 a.C. era ainda complicada, embora as estradas que viriam a constituir o essencial da rede viária da época imperial já existissem de forma rudimentar, denunciando a mesma estratégia que levou a contornar a Serra da Estrela, circundando regiões de terreno difícil e reduzido valor económico, como se verifica através do triângulo viário *Bracara-Lucus-Asturica*, cujo espaço interior só conheceria uma grande via romana com os flávios, a *Via Nova*. Não se encontraram ainda, na Calécia, miliários de Augusto semelhantes aos que referimos atrás, ou porque se perderam ou devido ao atraso no desenvolvimento dos núcleos urbanos regionais, que levou a soluções passageiras, protelando para uma fase mais avançada do principado de Augusto, com continuação sob os governantes júlio-cláudios, o equipamento e balizagem definitiva das estradas, as quais, em qualquer circunstância, antecederam a criação das três cidades referidas.

Não queremos deixar de referir, todavia, uma epígrafe publicada como inscrição honorífica existente na igreja de Rabanales (Zamora), aldeia situada sobre uma provável variante da Via XVII (Rodríguez Colmenero *et al.*, 2004, 130-131), mas que pode corresponder a um miliário prismático: [...] / [Imp.] / Caesar [Divi] / f. Aug [...]. Cremos que este ramal, que Rodríguez Colmenero relaciona com a capital dos *Zoelae* (2004, 116, 121), corresponde em parte ao traçado de ligação com a via *Emerita-Asturica*. A situação do que se conhece sobre uma das vias com início em *Bracara*, a que unia esta cidade a *Cale* (Porto), na qual os miliários mais antigos pertencem a Adriano, aconselha cautela quanto a conclusões definitivas, pois não podemos duvidar da existência anterior desta estrada, cujo prolongamento para sul, até ao Mondego, conta com miliários de Tibério e de Calígula, sugerindo obras de Augusto a norte do rio Douro e demonstrando que a balizagem se concretizou, no troço da chamada Via XVI entre *Cale* e *Aeminium* (Coimbra), de norte para sul (Mantas, 1996, 324-342).

As fontes itinerárias antigas são relativamente numerosas para as estradas com início em *Bracara Augusta*. São elas o *Itinerário de Antonino*, o chamado *Itinerário de Barro de Astorga* e a *Cosmografia* do Anónimo de Ravena (Roldán Hervás, 1975, 19-30, 111-116, 163-175). Todas estas fontes, a que devemos acrescentar os miliários de Augusto que chegaram até aos nossos dias, nove ao todo, contam com problemas de interpretação no que se refere aos dados que facultam para a região e, no caso específico do *Itinerário de Barro de Astorga*, só recentemente foi possível provar a sua autenticidade (Fernández Ochoa *et al.*, 2012, 151-179). O primeiro problema que devemos considerar é o da cronologia destas fontes, tardias em relação ao principado de Augusto e incluindo traçados, como o da *Via Nova*, não existentes no final do século I a.C., pelo menos com a categoria de autênticas estradas. Mesmo quanto ao *Itinerário de Antonino*, a cronologia mais provável recai no século III, o mesmo se verificando com a datação obtida por termoluminiscência para as placas do *Itinerário de Barro de Astorga*, que oscila

entre 227 e 310. Mais tardia é a redacção da *Cosmografia*, a situar no século VII, embora se reconheça a possibilidade da sua fonte principal ter sido um mapa do século III, por sua vez, tal como o *Itinerário de Antonino*, elaborado a partir de um mapa mais antigo, talvez o *orbis pictus* de Agripa (Dilke, 1998, 41-53), o que está longe de ser aceite pela totalidade dos investigadores (Salway, 2001, 28-32).

Assim, podemos considerar quatro itinerários com início em *Bracara Augusta* sob o principado de Augusto, dois dos quais autenticados por miliários do imperador. Não quer isto dizer que apenas existissem quatro estradas, pois o *Itinerário* e a *Cosmografia* não as referem na totalidade, esquecendo algumas bastante importantes e combinando vários traçados para constituir um determinado itinerário. O testemunho dos miliários, apesar da sua relevância, também deve ser considerado com alguma flexibilidade, uma vez que a balizagem das vias era reduzida nas estradas secundárias, mesmo numa região onde a totalidade dos miliários conhecidos ultrapassa várias centenas. As vias que podemos atribuir à época de Augusto são as seguintes:

Item ab Olisipone Bracaram Augustam (Via XVI): It.420,8-422,1.

Item a Bracara Asturicam (Via XVII): It.422-423,5.

Item a Bracara Asturicam (Via XIX): It.429,5-431-3.

Item per loca marítima a Bracara Asturicam (Via XX): It.423,6-425,5.

O primeiro destes itinerários corresponde a uma autêntica via, no sentido restrito do termo, entre *Bracara* e *Cale*, pois as 35 milhas de percurso, que correspondem à distância entre Braga e Porto, são contadas exclusivamente a partir de Braga (Mantas, 2012, 199-200), como testemunham os miliários sobreviventes que conservaram a indicação da distância e o marco de Adriano, infelizmente perdido (CIL II 4748), que indicava no ponto de partida a distância até *Cale*, XXXV, idêntica à que ocorre no *Itinerário de Antonino* (It.422,1). Não duvidamos da existência desta estrada na época de Augusto, não só pelo seu interesse como eixo de comunicação entre Braga e a povoação da foz do Douro, centro de itinerários terrestres, fluviais e marítimos, como pelos vestígios arqueológicos do povoamento na zona, onde se destaca o castro de Alvarelhos, perto do qual terá sido estabelecida uma estação viária, na área da milha XXIII.

A via sofreu uma grande manutenção durante o governo de Adriano (Mantas, 2000, 61-66), a qual cremos ter incluído uma alteração no traçado original (Fig. 3). O achado em Vila Nova de Gaia do cipo funerário de um soldado natural de *Olisipo* (Lisboa) inscrito na tribo Emília, (AE 1953 268; Le Roux, 1982, 179), cipo que recorda a forma de um tosco miliário, sugere-nos o desenvolvimento de trabalhos viários nesta zona pelos finais do principado de Augusto (*Tude-Bracara-Cale?*), reformando eventualmente um caminho já existente. A ausência de marcos augustanos pode resultar da renovação da balizagem sob Adriano, com eliminação dos padrões anteriores (Mantas, 1996, 343-414; Rodríguez Colmenero *et al.*, 2004, 613-642). A estrada é também referida na *Cosmografia*, uma vez mais como troço final (pp. 307,5-6), aliás incompleto, de um longo itinerário mais ou menos litoral que se inicia em *Baesipo* (Barbate), na Bética, e termina em *Bracara*. Esta rede de vias periféricas, a partir das quais partem caminhos de penetração para o interior, modelo que transparece na organização da *Cosmografia*, reproduz a estratégia viária romana na Hispânia (Che-

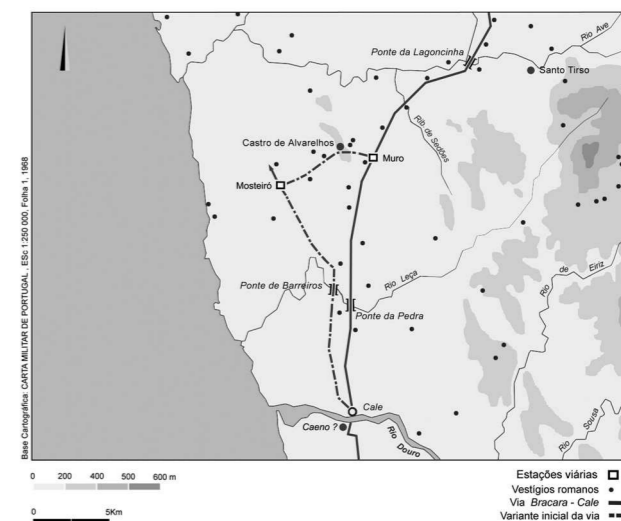


Fig. 3. Alteração de traçado no troço final da via Bracara-Cale.

vallier, 1972, 177-179; Roldán Hervás, 1975, 115), inclusive no Noroeste, nos primeiros tempos do Império.

A ligação directa entre *Bracara* e *Asturica* era assegurada por um longo caminho a que o *Itinerário de Antonino* atribui 247 milhas, seguindo por *Salacia*, *Praesidio*, *Caladuno*, *Ad Aquas*, *Pinetum*, *Roboretum*, *Compleutica*, *Veniatia*, *Petavonium* e *Argentiolum*. Esta estrada manterá a sua importância ao longo de todo o domínio romano (Lemos, 2000, 15-51), mesmo depois da construção da *Via Nova*, que encurtou o percurso entre as duas cidades que a delimitam, valorizando-se ainda com a promoção de *Aquae Flaviae*. Este itinerário conta com quatro miliários de Augusto, através dos quais podemos concluir ter existido uma balizagem contínua a partir de *Bracara*, pelo menos até ao período flaviano (Rodríguez Colmenero *et al.*, 2004, 156-209). Os marcos que conservaram titulações utilizáveis permitem sugerir para a fase final da construção da via um período situado entre 6 e 2 a.C., o que obriga a recuar o início da obra alguns anos, provavelmente executada recorrendo a várias frentes de trabalho, colocando-a assim no horizonte cronológico mais recuado da fundação de *Bracara* e de *Asturica*, que cremos anterior à datação dos miliários.

Vejamos então quais são os miliários conservados da chamada Via XVII:

1. São Martinho de Zebral (Montalegre): *CIL* II 4776
[Imp. Ca]esar [Divi. f.] / Aug. [Pont. Maximus. Imp / XIV. Cos XII] Trib. Pot] XVIII [...]
2. Sapelos: Colmenero / Sierra / Azorén 79
Imp. Caesa[r. Divi. f.] Augusto / Brac. [Augusta] / LXV
3. Soeira (Vinhais): Colmenero / Sierra / Azorén 118
[...] Trib. Pot. XXI [...]
4. Castro de Avelãs: *CIL* II 6215 = *EE* VIII 511
Imp. Caesar. Divi. f. / Aug. Pont. Max. Imp. / XV. Cos XIII. Trib. Pot / XXI. Pater. Patriae / CLX[...]

Destes quatro miliários são os de São Martinho e de Castro de Avelãs que facultam mais informação. De notar que no miliário de Castro de Avelãs, bem conservado (Fig. 4), a indicação das aclamações imperiais não corresponde à norma,

pois deveria indicar XIV (ou XIII) e não XV, pois esta última ocorreu apenas no ano 2, associada ao XXIV ou XXV exercício do poder tribunicio e ao consulado XIII (Cagnat, 1914, 177-180). Provavelmente ter-se-á verificado um lapso, como aconteceu noutros casos, nomeadamente em inscrições hispânicas de Trajano e de Adriano (*CIL* II 759, 760, 2014). A indicação do exercício do poder tribunicio, respectivamente XVIII e XXI, sugere que os trabalhos se desenvolveram a partir de *Bracara*, como também parece comprovar o pouco que o miliário de Soeira nos transmite, isto aceitando que a construção avançou de forma linear. Todavia, a epígrafe mais simples do marco de Sapelos sugere que a via foi construída por troços, pois normalmente se verifica unidade na tipologia dos textos, normalmente definida pelos governadores provinciais (Pekary, 1968, 85-86). Outra hipótese, como já referimos, é a de que o marco de Sapelos reflecta uma balizagem anterior, como Carmen Torres propõe para um miliário de César de Cáceres, na *Via de la Plata*, cujo texto se

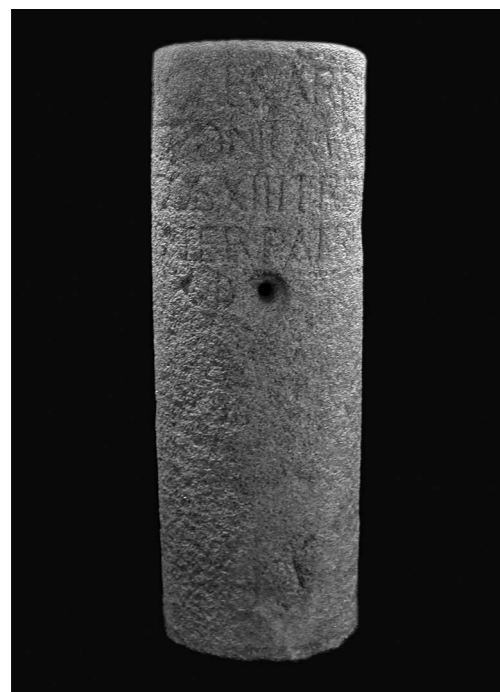


Fig. 4. Miliário de Augusto achado em Castro de Avelãs (*CIL* II 6215).

aproxima do que temos em Sapelos, com o inconveniente do monumento ter desaparecido (Puerta Torres, 1995, 357-358): Imp Caesar / Augustus / LIX. A ausência da filiação não é vulgar, sem que lhe faltem testemunhos na Hispânia (*CIL* II 4686, 6344). Esta estrada aparece descrita na placa IV do *Itinerário de Barro* como *Via Asturica ad Bracara* (Fig. 5).

A Via XIX, a que se associa no *Itinerário de Antonino* uma outra indicada como *Item per loca maritima a Bracara Asturicam* (Via XX), levanta diversos problemas de interpretação, em parte devido à existência de ramais ainda não completamente conhecidos e da sua relação com um percurso por via marítima, circunstância normal na estratégia de comunicações da época romana, que não deixa de suscitar alguma perplexidade tendo em conta as características da região. Será possível que os percursos marítimos indicados se refiram apenas a uma alternativa, seguramente pouco ou nada utilizada durante a época de *mare clausum*? O *Itinerário de Antonino* atribui o seguinte traçado à estrada, também parcialmente descrita na placa II do *Itinerário de Barro*, que lhe acrescenta todavia um ramal em direcção a *Dactionum*, e na *Cosmografia* do Anónimo de Ravena: *Limia*, *Tude*, *Burbida*, *Turoqua*, *Aquis Celenis*, *Tria*, *Assegonia*, *Brevis*, *Macie*, *Luco Augusti*, *Timalino*, *Ponte Neviae*, *Uttaris*, *Bergido*, *Interamnio Fluvio*, *Asturica* (It.429,5-431,3), computando 299 milhas de extensão.

Segue-se a descrição de um caminho em parte por via marítima (Via XX), unindo vários portos do litoral galaico e, a partir de *Glandimiro*, seguindo por terra em direcção a *Brigantium* (Corunha), para depois flectir em direcção a *Lucus*, coincidindo a partir desta cidade com o traçado da via anterior até *Asturica*, com um percurso terrestre de 209 milhas (It.423,6-425,5). O troço marítimo do percurso é descrito a partir de *Aquis Celenis*, povoação cuja localização se deve procurar em Caldas de Reyes, dando as distâncias em estádios (1 milha = 8 estádios), como é habitual no *Itinerário de Antonino* quando indica este tipo de deslocamentos, num total de 525 estádios entre *Aquis Celenis* e *Glandimiro*, equivalentes a 66 milhas, valor que parece adaptar-se a um percurso marítimo tocando abrigos de uma costa muito recortada.

Têm sido tentadas várias soluções para compreender a lógica deste itinerário misto. Cremos que a distância em estádios corresponde realmente a trajectos ao longo da costa, pois retirando o valor equivalente em milhas, 66, à distância indicada pelo *Itinerário de Antonino* entre *Bracara* e *Aquis Celenis*, que é de 165 milhas, obtemos o valor de 99 milhas, idêntico ao que é proposto pelo *Itinerário de Antonino* para o troço da chamada Via XIX até *Aquis Celenis*, distância confirmada pelos miliários. Assim, parece que alguém somou os trajectos terrestres e os valores, aproximados, dos percursos marítimos, com início, aparentemente, no Rio Minho, em cuja foz sabemos ter existido um fundeadoiro (Estrabão, 3,3,4). Considerando os dados arqueológicos mais recentes sobre a cidade da Corunha e o seu farol romano (Bello Diégues, 2009, 41-66), sugerimos que o troço desta estrada que se afasta do traçado comum à Via XIX corresponda a uma obra construída, ou muito melhorada, pelos finais do século I, eventualmente por iniciativa de Vespasiano, ainda que os raros miliários que lhe pertencem sejam tardios.

A acção de Augusto no traçado ou renovação destas estradas, que repetem o padrão de vias periféricas, deixou vestígios, incluindo miliários (Fig. 6). O primeiro facto que se destaca em relação a estes é o de que a contagem das milhas não respeita o ponto inicial, *Bracara Augusta*, durante a tota-



Fig. 5. A placa IV do *Itinerário de Barro* de Astorga (apud Roldán Hervás).

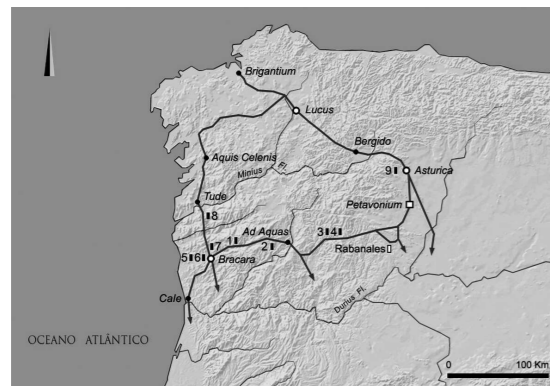


Fig. 6. As vias augustanas do Noroeste peninsular e os seus miliários.

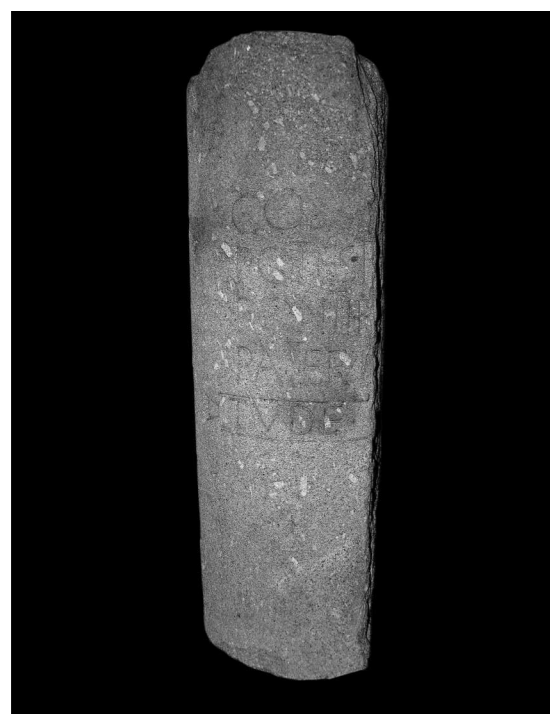


Fig. 7. Miliário inicial da via Bracara-Tude (EE VIII 209).

lidade do percurso, circunstância que talvez se possa relacionar com a datação baixa dentro da cronologia augustana dos quatro (Rodríguez Colmenero *et al.*, 2004, 812), eventualmente cinco, miliários do primeiro imperador atribuíveis à denominada Via XIX, que parece, no *Itinerário de Antonino*, corresponder a uma associação de várias estradas, das quais nem todas terão merecido atenção especial durante os primeiros tempos do principado. Na verdade, os miliários de Augusto registam-se todos no troço entre *Bracara* e *Tude* (Tui), que aparenta características de estrada homogénea (Almeida, 1979, 62-163), idêntica à que unia *Bracara* a *Cale*. Não poderemos interpretar a indicação do percurso marítimo *Aquis Celenis-Glandimiro*, talvez retirado de um roteiro mais extenso, como reflexo de um período em que a estrada se limitava, como autêntica estrada, ao troço até *Tude*, continuando a sua construção, como provam os miliários, sob os júlio-cláudios? Não esqueçamos que os testemunhos da navegação romana alto-imperial, inicialmente com finalidades logísticas, começam finalmente a surgir a norte do Tejo (Blot e Bombico, 2013, 43-52; Morais *et al.*, 2013), sugerindo um pico em torno de 15 a.C., enquanto os miliários indicam o ano 11, ou seja, um quarto de século depois. Vejamos o que nos dizem as epígrafes miliárias da Via XIX:

5. Braga: EE VIII 209
 [Imp. Caesar Divi. / f. Augustus] /
 Cos.X[III. Imp. XX. Trib.] Potest. [XXXIV]
 / Pontif. Maxi]mus. / Pater. P[at]riae] /
 Tude. [M.P. XLI]II

6. Braga: Colmenero / Sierra / Azorén 1
 Imp. Caesar. Divi. f / Aug. Pont. Maximus / Imp. XX. C[os. XIII] / Trib. Potes [XXXIV. /
 Pater. Patriae] / [...]
7. Ponte do Prado (Vila Verde): CIL II 4868
 Imp. Caesar. Div. f. Aug / Pont. Maximus. Imp. XX. Consul / XIII. Trib. Potest. XXXIV. /
 Pater / Patriae. Brac / IIII
8. Rubiães (Paredes de Coura): EE VIII 244
 Imp. Caesar. Divi. / f. Aug. Pont. Maxi/mus Imp. XX. Con/sul. XIII. Trib. Potest. / XXXIV.
 Pater. Patri/ae. Brac. XXX
9. Astorga: AE 1991 1042
 [Imp. Caesar] Divi. f Au[g] / [P]ont. [Max][...]

O miliário de Braga que indica a distância até *Tude* concorda com o valor indicado pelo *Itinerário de Antonino* para este trajecto, perfeito para cobrir a distância entre as duas cidades, iniciando

uma contagem contínua até Tui (Fig. 7). As leituras que indicam a aclamação imperial como XV devem ser corrigidas para XX, pois só assim coincidem as indicações do consulado, XIII, e do exercício do poder tribunicio, XXXIV, correspondentes (Cagnat, 1914, 177-180). Aliás, não é difícil, no miliário de Braga pertencente ao grupo de monumentos de origem desconhecida reunidos na cidade, o qual atribuímos a esta via, e no de Rubiães, verificar o numeral XX. Temos, desta forma, uma série de miliários com texto semelhante, atribuíveis ao ano 11, datação bastante tardia no contexto das obras viárias de Augusto na Hispânia. Esta circunstância parece demonstrar que, depois da abertura de estradões militares, a rede viária foi sendo aperfeiçoada por fases, verificando-se também neste caso a habitual concentração dos miliários de Augusto num troço relativamente reduzido pertencente a um grande itinerário.

O miliário de Astorga é atribuído dubitativamente por Carmen Puerta Torres à via *Asturica-Emerita* (1995, 516-519), apenas referida desta forma na placa III do *Itinerário de Barro*, apesar da ordem inversa da balizagem. Considerando a semelhança do que se conservou na pedra com o texto dos restantes miliários, não parece impossível atribuí-lo a esta via, ainda que a ausência de outros miliários de Augusto para além de *Tude* o dificulte. A indicação do pontificado máximo obriga a situar o miliário em data posterior a 12 a.C., o que permite integrá-lo entre os marcos da chamada Via XIX, uma vez que não parece corresponder ao grupo de miliários representado na via *Emerita-Asturica* pelo isolado exemplar de César de Cáceres que referimos atrás. Não é raro, como sucedeu em torno de Córdoba, que de início tenham sido erigidos miliários apenas na vizinhança dos grandes centros, como era *Asturica*, procedendo-se progressivamente à balizagem da estrada. Esperemos que outros achados permitam resolver esta e outras dúvidas.

Um dos problemas que se tem arrastado e que surge de forma recorrente na investigação viária da Hispânia é o do valor métrico da milha romana. A recente conclusão positiva acerca da autenticidade das quatro placas do *Itinerário de Barro de Astorga*, graças ao método que propusemos há mais de vinte anos para resolver questão, vem novamente relançar o problema. Perante a posição negativa de investigadores como Roldán Hervás e Pierre Sillières (Roldán Hervás, 1975, 32-35; Sillières, 1990, 58-63), que também seguimos, outros investigadores têm defendido com empenhamento a existência de valores diferentes do que é atribuído normalmente à milha romana, 1481 metros. Ora, o *Itinerário de Barro*, reconhecida a sua autenticidade, relança o debate, suscitando de novo complicadas questões, sobre as quais não é nossa intenção tratar aqui de forma desenvolvida, tanto mais que a datação atribuída às placas, entre o primeiro terço do século III e inícios do século IV, nos afasta significativamente do principado de Augusto. Sublinhamos, todavia, que o centro viário principal neste documento é a cidade de *Asturica* e não *Bracara*, como seria de esperar num documento tardio como este. Uma vez que os traçados propostos pelo *Itinerário de Barro* divergem nalguns pormenores e como muitas das *mansiones* permanecem por identificar resta-nos admitir a persistência das incómodas divergências quanto ao valor das milhas indicadas nas placas, para além de outras questões não menos complicadas, nomeadamente de tipo toponímico. Se não quisermos tomar as distâncias presentes no *Itinerário de Barro* como erradas ou falsas, devemos talvez considerar a hipótese de que tenham sido omitidas as *mutationes* existentes nas cinco vias descritas, levando a indicar apenas distâncias parciais entre as *mansiones*.

O pequeno *corpus* de miliários augustanos registados na área dos três conventos do Noroeste, apesar de bastante limitado quando comparado com o extraordinário conjunto de várias centenas de monumentos que se conhecem neste recanto do Império ou mesmo quando apenas em confronto com os testemunhos deixados por outros imperadores (Rodríguez Colmenero *et al.*, 2004, 767), revela-se não tão exíguo como pode parecer. Na Bética, por exemplo, conhecem-se nove miliários de Augusto, entre os 37 da *Via Augusta* entre *Castulo* e *Gades* (Sillières, 1990, 294-295), numa extensão de 273 milhas, o que equivale a uma percentagem de 3%, partindo do cálculo teórico de que existia um miliário por cada milha de estrada. Ora, em relação à via *Bracara-Ad Aquas-Asturica*, verificamos que os quatro miliários de Augusto deste longo caminho com 247 milhas definem uma percentagem de 1,6%. É claro que são números muito reduzidos, desprezíveis nou-



Fig. 8. Miliário de Cláudio em Arinhos, indicando a milha XLII (CIL II 4875).



Fig. 9. As principais vias augustanas entre Emerita Augusta e o Noroeste peninsular.

tras circunstâncias, mas sempre significativos quando se trata de estudos epigráficos, dependentes de pequenas amostras, sobretudo quando, como neste caso, comparados com os resultados da mais importante via da Hispânia. Recordamos também que, com frequência, tal como sucede na Bética em torno de *Cordoba* ou com o troço *Bracara-Tude* da Via XIX, os miliários se concentram em secções relativamente restritas das estradas (Sillières, 1990, 585-586; Rodríguez Colmenero *et al.*, 2004, 812). Fazendo as contas dessa forma teríamos para as 43 milhas que separam *Bracara* de *Tude* um valor superior a 9% para os miliários augustanos conservados deste percurso.

A construção de uma rede viária é morosa e obriga a uma série de condições prévias, sobretudo em termos de segurança e de rentabilidade do investimento a efectuar. Podemos considerar que no Noroeste hispânico a rede viária teve em conta estes dois aspectos, evoluindo das preocupações militares iniciais para as de ordem política e económica que permitiram o desenvolvimento da região ao longo do século I. Este esforço é visível ao longo das estradas que referimos, através da presença de miliários dos imperadores júlio-cláudios (Tranoy, 1981, 207-210; Rodríguez Colmenero *et al.*, 2004, 767-771, 811), denunciando a continuação dos trabalhos viários augustanos ou simples reparações onde necessárias (Fig. 8), esforço que ilustra os objectivos perseguidos pela administração e que explica o progresso dos centros urbanos que o enquadraram desde o início.

Bom exemplo desta dinâmica de desenvolvimento é a conhecida epígrafe da época de Cláudio levantada em honra de *C. Caetronius Micio* pelos *Cives Romani qui negotiantur Bracaraugusta* (CIL II 2432; AE 1966 186), cujo modelo recorda outras inscrições cronologicamente situadas pelos finais da República e inícios do Império, erigidas, contrariamente ao que alguns investigadores defendem (Haley, 1991, 28), por núcleos de autênticos cidadãos romanos, considerando os locais de achado da maior parte delas (Wilson, 1966, 4-6), no Mediterrâneo oriental e em África (CIL III 455, 531, 12101; ILS 9495). Lembramos o estímulo que representou para a Hispânia atlântica, com evidentes consequências também em *Bracara* (Morais, 2005), a conquista da Britânia empreendida por Cláudio, posta de lado a cautela de Tibério após as dificuldades germânicas que marcaram o final do governo de Augusto. A estrada *per loca maritima*, cujo objectivo principal parece ser a ligação *Bracara-Brigantium-Asturica*, pode bem ecoar o interesse redobrado pela rota atlântica (Greene, 1985, 40-41; Monfort, 1998, 159-170; Cunliffe, 2001, 378-384), como a construção do monumental farol da Corunha, porto situado praticamente no centro da fachada atlântica romana, parece comprovar (Hutter e Hauschild, 1991).

O êxito do novo estilo de vida introduzido pela administração instituída por Augusto revela-se também no reflexo, embora naturalmente um pouco posterior, da mobilidade facilitada pelas

vias, através das copiosas consagrações aos *Lares*, cuja exuberância numérica no Noroeste, em contraste com a sua extrema raridade no resto do território (Tranoy, 1981, 211, 323-324; Mantas, 2010, 13-34), obriga a considerar que se trata, nessas regiões, de qualquer coisa com um significado especial, que ultrapassa nitidamente a simples existência material de estradas. No final do século I cinco grandes vias têm o seu início em *Bracara Augusta*, todas elas presentes no *Itinerário de Antonino*. Uma dessas vias corta o espaço delimitado por duas delas, a XVII e a XIX, atravessando um terreno difícil e que mereceu a construção de um importante campo permanente em *Aquis Querquennis* (Rodríguez Colmenero e Ferrer Sierra, 2006), reforçando o controlo da área antes circundada pelas vias augustanas, uma das quais, a XVII, contava com o grande campo de *Petavonium* (Carretero Vaquero e Romero Carnicero, 1996).

O *Itinerário de Antonino*, todavia, esquece outras estradas que também serviam a cidade. Estão neste caso as que passavam o Douro a montante de *Cale*, para através de traçados ainda não perfeitamente definidos se reunirem à via, balizada a partir de *Emerita Augusta*, certificada pelos miliários de Augusto achados junto a Alconétar, em Cória, em Irueña e em Alfaiates, bem como pelo cipo de Argomil. Embora o objectivo inicial desta estrada possa ter sido atingir, através do território dos Zoelas, a frente asturiana, a existência de um ramal em direcção ao território dos Brácaros resulta normal no cenário da fundação, prevista ou já executada, de *Bracara Augusta* (Fig. 9). Cremos ser este o caminho que, depois das drásticas alterações introduzidas no sistema viário lusitano pela construção da Ponte de Alcântara, atravessa o Douro na zona de Cárquere, para ganhar *Bracara* por *Tongobriga* (Freixo), como atesta a reduzida mas significativa epigrafia viária da zona. Seja como for, e novos achados poderão esclarecer a questão, não duvidamos da existência de um grande itinerário *Emerita-Bracara*, não valendo a tese da falta de miliários de Augusto para o impedir, miliários que na via *Emerita-Asturica* estão representados por um único exemplar inquestionável.

Foi, realmente, sobre o esquema viário traçado no principado de Augusto que se verificou o desenvolvimento posterior, conduzindo a uma complexa rede que parece concluída no século III. Como sublinhou Ray Laurence, as vias alteraram a natureza da geografia (2001, 172), afirmando-se como parte de uma paisagem específica, civilizada, contribuindo para um vivido conceito de unidade cultural, contrastante, a que podemos chamar romanidade. Neste processo, moroso e repleto de dificuldades técnicas e humanas, *Bracara Augusta* ocupa um lugar central, que não precisa de o ser do ponto de vista espacial, projectando-se finalmente como capital provincial da Calécia, conclusão lógica iniciada com a abertura das estradas de que a cidade seria *caput viarum*. Hoje, os miliários perdidos nos montes ou recolhidos aqui e ali proclamam, num silêncio de pedra, o esforço e a força de uma augusta civilização, com a qual um sentimento de inequívoca pertença nos deve honrar.

SIGLAS

AE = *L'Année Épigraphique*, Paris.

CIL = *Corpus Inscriptionum Latinarum*, Berlim.

EE = *Ephemeris Epigraphica*, Berlim.

ILS = *Inscriptiones Latinae Selectae*, Berlim.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, C. A. B. (1979): «A rede viária do conventos Bracaraugustanus. Via Bracara Asturicam Quarta», *Mínia*, 3, pp. 61-163.
- ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M. e NOGALES BASARRATE, T. N. (2004): «Calzadas de Lusitania: programación e ideología imperial», in J. G. Gorges; E. C. Martín de Cáceres e T. Nogales Basarrate, eds., *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las Comunicaciones*, Madrid, pp. 255-276.

- BELLO DIÉGUES, J. (2009): «Brigantium y su faro: contextos arqueológicos en la ciudad de A Coruña», *Brigantium* 20, pp. 41-66.
- BLOT, J. Y. e BOMBICO, S. (2013): «A glimpse into the Early Imperial Roman Atlantic trade», *Skyllis* 13, pp. 43-52.
- BURÓN ÁLVAREZ, M. (2006): «El trazado urbano de Asturica Augusta: génesis y evolución», in I. M. Gallo, (coord.), *Nuevos Elementos de Ingeniería Romana*, Astorga, pp. 289-312.
- CAGNAT, R. (1914): *Cours d'épigraphie latine*, Paris.
- CARRETERO VAQUERO, S. e ROMERO CARNICERO, M. (1996): *Los campamentos romanos de Petavonium (Rosio de Vidriales)*, Zamora.
- CHEVALLIER, R. (1972): *Les voies romaines*, Paris.
- CURADO, F. P. (2013): «Notas sobre dois miliários prismáticos de Augusto (23 a.C.) da região da Guarda», *Sabucale* 5, pp. 59-74.
- DILKE, O. W. (1998): *Greek and Roman Maps*, Baltimore.
- CUNLIFFE, B. (2001): *Facing the Ocean. The Atlantic and its peoples*, Oxford.
- ECK, W. (1979): *Die staatliche organization italiens in der hohlen Kaiserzeit*, Munique.
- ÉTIENNE, R. (1970): *Le siècle d'Auguste*, Paris.
- FERNÁNDEZ OCHOA, C.; MORILLO CERDÁN, A. e GIL SENDINO, F. (2012): «El Itinerario de Barro. Cuestiones de autenticidad y lectura», *Zephyrus* 70, pp. 151-179.
- GREENE, K. (1985): *The Archaeology of the Roman Economy*, Londres.
- GRENIER, A. (1934): *Manuel d'archéologie gallo-romaine*, 2, *Les routes*, Paris.
- HALEY, E. W. (1991): *Migrations and Economy in Roman Imperial Spain*, Barcelona.
- HUTTER, S. e HAUSCHILD, Th. (1991): *El faro romano de La Coruña, Corunha*.
- LEMOS, F. S. (2000): «A via romana entre Bracara Augusta e Asturica Augusta por Aquae Flaviae», *Revista de Guimarães* 110, pp. 15-51.
- LE ROUX, P. (1982): *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409*, Paris.
- LE ROUX, P. (2001): «L'Edictum de Paemeiobrigensibus. Un document fabriqué?», *Minima Epigraphica et Papyrologica* 6, pp. 331-364.
- MANTAS, V. G. (1990): «Teledeteccão e urbanismo romano: o caso de Beja», *Geociências* 5 (1), pp. 75-86.
- MANTAS, V. G. (1996): *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga (dissertação de doutoramento policopiada)*, Coimbra.
- MANTAS, V. G. (2009): «Uma batalha há dois mil anos: Teutoburgo», *Boletim de Estudos Clássicos* 52, pp. 67-77.
- MANTAS, V. G. (2010): «*Os Lares Viales na Lusitânia*», *Vialibus* 2, pp. 13-34.
- MANTAS, V. G. (2012): *As vias romanas da Lusitânia*, Mérida.
- MARTÍN, F. (2003): «Sobre el significado de provincia» in C. Alonso del Real, P. García Ruiz, A. Sánchez-Ostiz e J. B. Torres Guerra (eds.), *Urbs Aeterna*, Pamplona, pp. 593-609.
- MARTINS, M. M. (2004): *Urbanismo e arquitectura em Bracara Augusta. Balanço das contribuições da arqueologia urbana*, in J. Arbulo (ed.), *Simulacra Romae*, Tarragona, pp. 149-173.
- MORAIS, R. (2005): *Autarcia e comércio em Bracara Augusta no período Alto-Imperial. Contribuição para o estudo da economia da cidade*, 1-2, Braga.
- MORAIS, R. (2013): «A concepção geométrica de Bracara Augusta», in R. Morais; M. Bandeira e E. Pinho (eds.), *Itineraria sacra. Bracara Augusta fidelis et antica*, Coimbra, pp. 34-46.
- MORAIS, R.; GRANJA, H. e CERDÁN, Á. M. (2013): *O irado mar Atlântico: o naufrágio bético de Esposende*, Braga.
- PUERTA TORRES, C. (1995): *Los miliarios de la Vía de la Plata*, Madrid.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (2000a): «Un edicto de Augusto sobre tabula de bronce», *Epigraphica* 62, pp. 29-60.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (2000b): «Bracara Augusta en los inicios de su andadura histórica», *Revista de Guimarães* 110, pp. 89-118.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A.; FERRER SIERRA, S. e ÁLVAREZ AZORÉN, R. (2004): *Miliários e outras inscrições viarias romanas do Noroeste hispánico*, Santiago de Compostela.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. e CARREÑO GASCÓN, M. (2012): «La trama urbanística de Lucus Augusti: génesis y evolución», in J. Beltrán Fortes e O. Rodríguez Gutiérrez (coord.), *Hispaniae urbes. Investigaciones arqueológicas en ciudades históricas*, Universidad de Sevilla, pp. 295-318.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. e FERRER SIERRA, S. (2006): *Excavaciones arqueológicas en Aquis Querquennis: actuaciones en el campamento romano (1975-2005)*, Lugo.
- ROLDÁN HERVÁS, J. M. (1975): *Itineraria hispana. Fuentes antiguas para el estudio de las vías romanas en la Península Ibérica*, Madrid.
- ROMAN, Y. (1983): «Auguste, l'Océan Atlantique et l'impérialisme romain», *Ktema* 8, pp. 261-268.
- SALWAY, B. (2001): «Travel, Itineraria and Tabellaria» in C. Adams e R. Laurence (eds.), *Travel and Geography in the Roman Empire*, Londres/Nova Iorque, pp. 22-66.
- SANTOS, C. (s/d): *Como eu vi a Itália*, Lisboa.
- SANTOS YANGUAS, N. (2004): «El final de las guerras asturo-cántabras y la desmilitarización del ejército romano en el territorio de los Astures», *Espacio, Tiempo y Forma* 17-18, pp. 237-250.
- SALINAS DE FRÍAS, M. e PALAO VICENTE, J. (2012): «Nuevo miliario de Augusto procedente de Fuenteguinaldo (Salamanca)», *Archivo Español de Arqueología* 85, pp. 23-279.
- SEVILLANO FUERTES, A. e VIDAL ENCINAS, J. (2002): *Urbs Magnifica. Una aproximación a la arqueología de Asturica Augusta*, Astorga.
- SILLIÈRES, P. (1990): *Les voies de communication de l'Hispanie méridionale*, Paris.
- TRANOY, A. (1981): *La Galice romaine*, Paris.
- VON SCHNURBEIN, S. (2003): «Augustus in Germania and his "new" Town at Waldgirmes East of the Rhine», *Journal of Roman Archaeology* 16, pp. 93-107.
- WELLS, C. M. (1972): *The German policy of Augustus: an examination of the archaeological evidence*, Oxford.
- WHEELER, M. (1964): *Roman Art and Architecture*, Londres.
- WILSON, A. N. (1966): *Emigration from Italy in the Republican Age of Rome*, Manchester.

BRACARUM OPPIDUM AUGUSTA. OS DADOS DA CULTURA MATERIAL*

RUI MORAIS

(UI&D-CECH/Universidade do Porto)

I. AS ORIGENS DO NÚCLEO URBANO: AS FONTES ESCRITAS E A EPIGRAFIA

A antiga cidade romana, parcialmente escondida sob o solo bracarense, deve a sua fundação enquanto núcleo urbano ao imperador Augusto. Plínio, na sua História Natural (4, 122), atribuiu-lhe o título de *Bracarum oppidum Augusta*, o que, desde logo, a destaca das restantes sedes conventuais mais próximas, *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta*. É possível que, à semelhança de muitas outras cidades designadas como *augustae* (como, por exemplo, *Augusta Emerita*, *Augusta Vindelicum*, *Augusta Taurinorum*, *Augusta Raurica*), a cidade tenha decalcado o modelo destas. Trata-se, no entanto, de uma atribuição não oficial, tendo Plínio seguido uma qualquer fonte de informação que mencionava assim a cidade (Morais, 2005, 126-127). O que podemos certamente aceitar é que o ato da sua fundação representou um passo em frente na romanização do território, um produto da ação consciente e voluntária daquele que atuou como fundador, Augusto.

A fundação da cidade, mais do que entendida como um núcleo populacional novo, deve ser encarada num sentido mais lato, aquele da criação de uma consciência cívica coletiva representada pela menção dos *bracaraugustani* documentada pela epigrafia (Tranoy, 1980, 155-159). Neste ponto saliente-se dois pedestais de estátua, um dedicado a Augusto (Fig. 1), comemorando o dia do aniversário do nascimento do legado *Paullus Fabius Maximus*¹ (*EE*, VIII, 280; *ILS*, 8895; *ILER*, 1028) e outro em honra de *Agrippa Postumus*² (Fig. 2), filho do lugar-tenente de Augusto, *M. Vipsanius Agrippa*. Estes monumentos são um forte indicador que nos inícios da formação da cidade o culto imperial foi oficialmente introduzido ao mesmo tempo que se desenvolve o culto dinástico dos herdeiros de Augusto³. Cronologicamente, este esforço particular deve situar-se entre 3 de julho

1. Monumento encontrado junto à capela do Senhor do Lório, em Semelhe, a cerca de 2,5 km de Braga, tendo-lhe sido dada a seguinte leitura: *IMP(eratori) CAESARI DIVI F(ilio) AVG(usto) / PONT(ifici) MAX(imo) TRIB(unicia) POT(estate) XXI (vigesima prima) / SACRVM BRACARAVGVSTANI / PAVLLI FABI(i) MAXSIMI LEG(ati) PROPR(etoris) NATALI DEDICATA EST* (Le Roux, 1975, 155; Tranoy, 1981, 328).

2. Monumento encontrado em Braga, na R. do Souto, em 1973. Foi estudado por Rigaud de Sousa (1973, 28) e P. Le Roux (1975, 155-59). A transcrição é a seguinte: *M. AGRIPPAE M. F. / NEPOTI AVG. CAESAR / BRACARAVGVSTANI*.

3. A estas inscrições acresce-se ainda outras documentadas em Braga e suas proximidades que inequivocamente vem reforçar o culto dinástico dos herdeiros de Augusto e a introdução do culto imperial. Referimo-nos a um monu-

* Estudo integrado no âmbito do projeto PTDC/EPH-ARQ/5204/2012: Diálogo entre Ciências – Análise multidisciplinar das condições de navegabilidade e ancoragem durante o período Romano (Esposende).

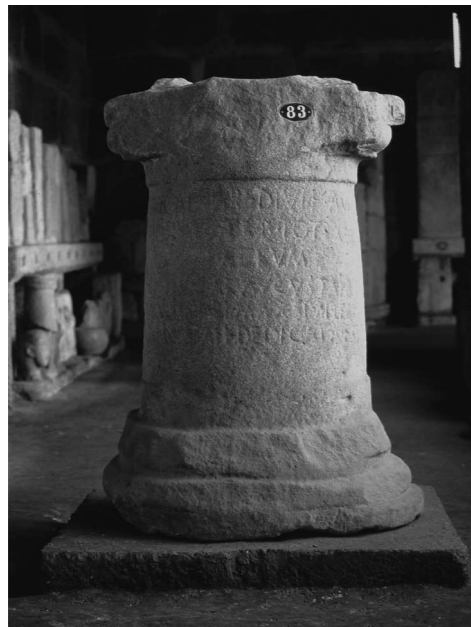


Fig. 1. Ara dedicada a Augusto, comemorando o dia natalício do legado *Paullus Fabius Maximus*.

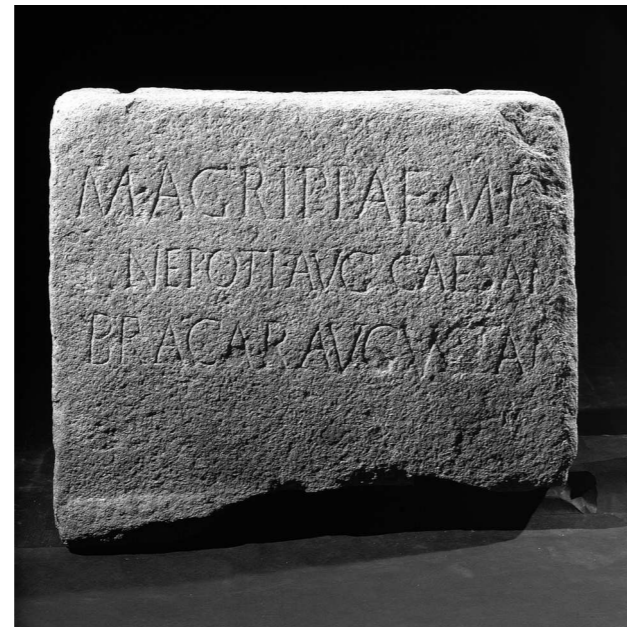


Fig. 2. Parte de pedestal de estátua em honra de *Agrippa Postumus*.



Fig. 3. Inscrição relativa à fundação ou refundação da cidade, atualmente na Sé de Braga, integrada na fachada do Largo D. João Peculiar.

de 3 a.C. e 5 de fevereiro de 2 a.C., momento em que na cidade foi dedicada a estátua a *Paullus Fabius Maximus*, no dia do seu aniversário (vd. Tranoy, 1981, 149, nota 31).

No contexto dos vestígios epigráficos mais antigos pertencentes à cidade deve ainda destacar-se uma inscrição relativa à fundação ou refundação da cidade (Fig. 3), hoje integrada na fachada do Largo D. João Peculiar (Sé de Braga), onde se pode ler: [...] CONDITVM·SVB·/IMP(eratoris)·CAESARIS·/PATRIS·PATRIAE (ad. CIL. II 2421).

Segundo Santiago Montero e Sabino Perea (1996) esta inscrição data de um momento aproximado entre

5 e 2 a.C. No entanto, Alain Tranoy (1981, 318) data esta inscrição a partir do ano 2 a.C., momento em que Augusto recebe o título de *Pater Patriae*, fixado no dia 5 de Fevereiro por decreto expresso do Senado. Três propostas foram avançadas para a interpretação desta inscrição: a primeira foi brevemente apresentada por Alain Tranoy (1981, 318-319, 328), considerando que esta inscrição assinala a consagração, por ordem do próprio imperador, de um lugar atingido por um raio e, como tal, diretamente relacionada com o culto a Júpiter; a segunda proposta, seguindo de perto a anterior, foi publicada por Santiago Montero e Sabino Perea (1996). Segundo estes autores, trata-se de um bidental, ou seja, um testemunho da refundação da cidade devido à queda de um raio (*fulmen regale*) que provavelmente teria atingido um lugar emblemático da cidade; a terceira e última interpretação deve-se a Géza Alföldy que, numa visita à cidade de Braga⁴ a refere como um testemunho

erguido pela *Gallaecia* a um dos netos de Augusto, *Caius* ou (*Lucius*) (CIL, II, 2422; ILS, 6922; Étienne, 1974, 137 e nota 5; Tranoy, 1980, 150 e nota 34 e 193); um monumento referido como cipo ou coluna encontrado em Dume, dedicado ao *Genius Caesaris* (vd. Vasconcelos, 1913, 326) e um pequeno altar encontrado no jardim arquiépiscopal de Braga com uma inscrição ao *Genius Augusti* (CIL, II, 5123; Vasconcelos, 1913, 326; Étienne, 1974, 305 e nota 2).

4. Informação pessoal facultada por este especialista.

da construção de um monumento dedicado a Augusto. O que esta inscrição nos parece revelar é que a cidade teria sofrido uma cerimónia de fundação semelhante à fundação da «Roma Quadrada» augústea, diretamente inspirada na inauguração romuleia do *Cemalus*, o local escolhido por Rómulo no topo do Palatino para estabelecer a sua cabana e o centro sagrado a partir do qual constituiu a «Roma quadrada». Como nos indica Diógenes de Halicarnasso (1, 86; apud.; Carandini, 2000, 130), este local teria sido assinalado por um raio caído na *silva* destinada a acolher o templo de Apolo – implicando o enterramento do mesmo raio segundo o ritual do *fulminem condere*. Independentemente desta problemática, esta inscrição, como testemunho de uma das primeiras inscrições oficiais de Braga, está inequivocamente relacionada com o primeiro desenvolvimento urbano da cidade, revelando que a sua fundação foi um acontecimento importante. Neste sentido, esta inscrição poderá retratar o momento da fundação da cidade enquanto entidade política e de propaganda imperial (Morais, 2005, 134-136).

II. OS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS MAIS ANTIGOS

Se observarmos a situação da fundação da cidade romana de *Bracara Augusta* a partir de uma perspetiva mais ampla que abarque o seu território imediato, vemos que a cidade está numa região onde não faltam vestígios de povoamento da Idade do Ferro, com destaque, pela sua proximidade e importância do «Castro Máximo», localizado na periferia da área urbana e constituindo um dos pontos mais elevados da atual cidade.



Fig. 4a. Balneário atualmente integrado no novo edifício da estação dos Caminhos de Ferro, em Braga.



Fig. 4b. Idem. Aspeto de parte do edifício depois de musealizado.

Igualmente pela proximidade das ruínas da cidade romana se deve aduzir a descoberta de um balneário (Lemos *et al.*, 2003), encontrado durante as obras da estação dos Caminhos de Ferro de Braga e atualmente integrado no novo edifício da estação (Figs. 4a e b). Trata-se provavelmente de um dos mais antigos edifícios do género até à data descobertos entre as bacias dos rios Minho e Douro.

Ainda que sem continuidade aparente, os vestígios mais antigos conhecidos no sítio de Braga datam do Bronze Final, mais precisamente do 1º quartel do I milénio a.C. (Bettencourt, 2000). Destes vestígios refiram-se um conjunto de fossas abertas no saibro, buracos de poste e cerâmicas, sugerindo um povoado de limitadas dimensões situado no Alto da Colina da Cividade (Bettencourt, 2000, 23-30, est. I-XIII), e uma presumível necrópole identificada na área dos Granjinhos (2000, 221-224, est. I-VIII) (Fig. 5). Se enquadrarmos esta presença no contexto da região vemos que este tipo de ocupação pode estar associada a pequenos povoados de cabanas com poucos hectares de extensão, colocados no topo de colinas que contavam com áreas de necrópole colocadas, por norma, fora do recinto muralhado. Neste panorama, o que podemos certamente concluir é que estes vestígios mais antigos até à data documentados em Braga representam «tra-



Fig. 5. Cerâmicas do Bronze Final recolhidas na Necrópole na área do Granjinhos, Braga.

temos, no entanto, provas irrefutáveis a favor de uma ocupação permanente ao longo do período proto-histórico. Temos sim é um conjunto significativo de vestígios datáveis da Idade do Ferro Recente/inícios da Romanização.

De entre estes destacamos duas estátuas em granito em granito de grão fino de duas micas encontradas na Av. da Imaculada Conceição (freguesia da Cividade, Braga), em finais dos anos setenta do séc. XX, na altura em que se procedia a um aterro para a construção de uma oficina (Bettencourt e Carvalho, 1993-94, 279). Uma destas (Figs. 6a e b) corresponde a uma estátua sedente, rara no Noroeste peninsular, mas que encontra algumas afinidades com duas estátuas recolhidas em Xinzo de Limia (Ourense) e uma outra, de menores dimensões, encontrada no povoado de



Fig. 6a. Estátua sedente em granito encontrada na Avenida da Imaculada Conceição, Braga | Fig. 6b. *Idem*. Vista lateral.

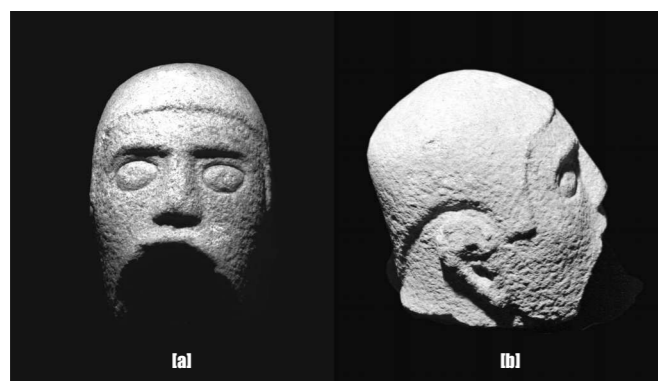


Fig. 7a. Cabeça de estátua em granito encontrada junto com a estátua sedente na Avenida da Imaculada Conceição, Braga | Fig. 7b. *Idem*. Vista lateral.

ços» descontínuos de ocupação do Bronze. Na verdade, as evidências são tão limitadas que não sabemos se se trata de ocupações estáveis bem definidas ou de meras ocupações de caráter temporário (Morais, 2005, 128-129).

À parte estes vestígios que parecem documentar uma ocupação do sítio de Braga na Idade do Bronze, não

temos, no entanto, provas irrefutáveis a favor de uma ocupação permanente ao longo do período proto-histórico. Temos sim é um conjunto significativo de vestígios datáveis da Idade do Ferro Recente/inícios da Romanização. De entre estes destacamos duas estátuas em granito em granito de grão fino de duas micas encontradas na Av. da Imaculada Conceição (freguesia da Cividade, Braga), em finais dos anos setenta do séc. XX, na altura em que se procedia a um aterro para a construção de uma oficina (Bettencourt e Carvalho, 1993-94, 279). Uma destas (Figs. 6a e b) corresponde a uma estátua sedente, rara no Noroeste peninsular, mas que encontra algumas afinidades com duas estátuas recolhidas em Xinzo de Limia (Ourense) e uma outra, de menores dimensões, encontrada no povoado de Lanhoso (Póvoa de Lanhoso); a outra (Figs. 7a e b) correspondente à cabeça de uma estátua, pode ser provavelmente integrável no grupo estatuário dos guerreiros galaicos, bem documentados no Noroeste.

Dos diferentes achados recolhidos ao longo de mais de três décadas de intervenções refiram-se os bens exógenos, dos quais se destacam as moedas e as fíbulas, e cerâmicas de produção indígena produzidas num âmbito local ou regional.

As moedas estão representadas por quatro exemplares ibéricos e um exemplar republicano. As moedas ibéricas estão dispersas na cidade, tendo sido recolhidas na Colina do Alto da Cividade (As da ceca de Cástulo de 105-82 a.C.) e nas escavações realizadas nas Termas (As da ceca de Bilbilis, séc. II a.C.), no Cardoso da Saudade (As da ceca de Kaiskata) e nas Cavalariças (As ibérico). A moeda republicana, recolhida na Colina do Alto da Cividade, correspondente a um denário de prata, cunhado no norte de Itália no ano de 82-81 a.C. (Zabaleta Estévez, 2000, 396). Com uma cronologia mais aproximada à fundação da cidade, foram ainda

recolhidas moedas da *caetra*, segundo se pensa destinadas a sufragar os gastos derivados da contenda militar durante o processo de conquista do Noroeste peninsular e pagar o *stipendium militare* (vd. Ferrer Sierra, 1996; Zabaleta Estévez, 2000, 396). Destas moedas, cunhadas por volta de 27-23 a.C., conhecem-se nove exemplares, cinco das Termas, duas do Cardoso da Saudade, e uma da Praia das Sapatas e da Casa da Bica, respetivamente.

As fíbulas estão representadas por duas peças recolhidas na Colina do Alto da Cividade pertencentes ao tipo Transmontano (séc. IV a.C.-séc. I d.C.) e ao tipo La Tène II, atípica (anterior a finais do séc. III a.C.-séc. II a.C.).

Verdadeiramente surpreendente é, no entanto, a presença de cerâmicas de tradição indígena cuja presença numérica tem vindo a aumentar de ano para ano. De facto, se no passado se referia a presença relativamente pouco consistente deste tipo de cerâmicas nas diferentes escavações e sondagens realizadas na área da Colina da Cividade e na zona da Cavalariças (Martins, 1990, 219-220), as novas intervenções têm, pelo contrário, demonstrado uma presença significativa, sendo de destacar uma especial concentração na zona das Cavalariças. Trata-se de um dos locais de maior antiguidade da cidade onde se identificaram restos de várias construções de natureza habitacional e artesanal que se repartem pela área de três *insulae* da cidade romana (Morais, 1997-98, 47-135). De entre as escavações efetuadas neste local salienta-se uma intervenção realizada no setor Este do atual edifício do Museu (setor 8), onde foi detetado um enchimento coberto por um pavimento exterior empedrado, onde se recolheram, para além de abundantes fragmentos de cerâmicas importadas (*terra sigillata* de tipo itálico, almofarizes e ânforas) datáveis do reinado de Augusto e finais do período de Tibério/inícios de Cláudio (Morais, 2005), um conjunto surpreendente de mais de uma centena de cerâmicas de tipo indígena. A análise atenta dos fabricos e da morfologia deste tipo de cerâmica permite situá-la na Fase III estabelecida por Manuela Martins para os povoados proto-históricos e romanizados da bacia do curso do médio do Cávado (1990). Trata-se de uma cerâmica que regista uma significativa evolução relativamente à das fases anteriores, quer do ponto de vista técnico, onde se nota uma mais consistente utilização do torno e uma melhor qualidade das pastas (mais finas e com melhores acabamentos), quer do ponto de vista cronológico, situada entre o séc. I a.C. e os meados do séc. I da nossa era (Martins, 1990).

A estes vestígios acrescenta-se uma significativa e importante quantidade de moldes em cerâmica para a fundição de sítulas em bronze⁵ (Martins, 1988, 23-29, Ests. I – III). Estes moldes encontrados nas escavações realizadas no Albergue Distrital e nas Cavalariças, provêm de níveis não selados. O estudo de alguns destes moldes realizado por Manuela Martins (1988, 27-29), permitiu, todavia, datá-los, entre os finais do séc. I a.C. e os meados do século I da nossa era (*id. ibidem*). Estes, com pastas de tons variados (predominantemente negras no interior e com superfícies externas alaranjadas), correspondem à parte decorada de moldes bivalves que apresentam uma decoração geométrica com um número limitado de motivos, constituídos por elementos em SSS entrelaçados dispostos em bandas horizontais, e decorações em espinha e linhas de pérolas também dispostas na horizontal. Um deles representado pelas duas faces do molde bivalve permite perceber que se trata de moldes para a fundição de lâminas decoradas provavelmente pertencentes à parte superior de sítulas (Fig. 8). Um outro corresponde à parte superior do suporte anelar da asa de uma armela de sítula (Fig. 9).

5. No atual território português o achado de moldes idênticos ao de Braga foram, entre outros sítios, documentados no povoado de Santo António, Afife, Viana do Castelo (Silva, 1986, 168, 194, Est. LXXXIII-13). Quanto à presença de moldes para a feitura de armelas de sítula, apenas se documenta, de acordo com a bibliografia consultada, em *Conimbriga* (Alarcão, 1994, 13, 78, n.º 123 e 79, n.º 122) e Lomba do Canho (Arganil) (Fabião, 1998). Na Galiza, o achado de exemplares deste tipo de objetos é mais frequente como testemunham os moldes e lâminas e de suportes de asa, para além de vários suportes em bronze, encontrados nos povoados de Santa Trega, A Guarda (Pontevedra), Fozara, Castelo de Neiva e Sto. António (Carballo Arceo, 1983, 7-32, Ests. XII-XVII; 1989, 60-63, fig. 35, Est. VIII e 219-220, 125). Moldes com idênticas decorações estão ainda documentados na área da antiga Asturica, em «El Castrelín de San Juan de Paluezas» (Sánchez Palencia, 2000, 78).

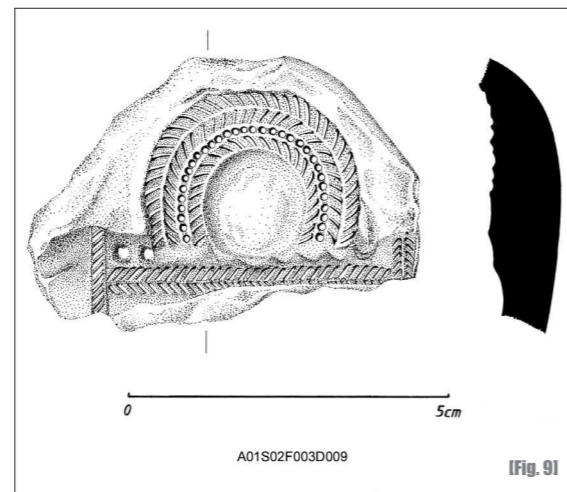
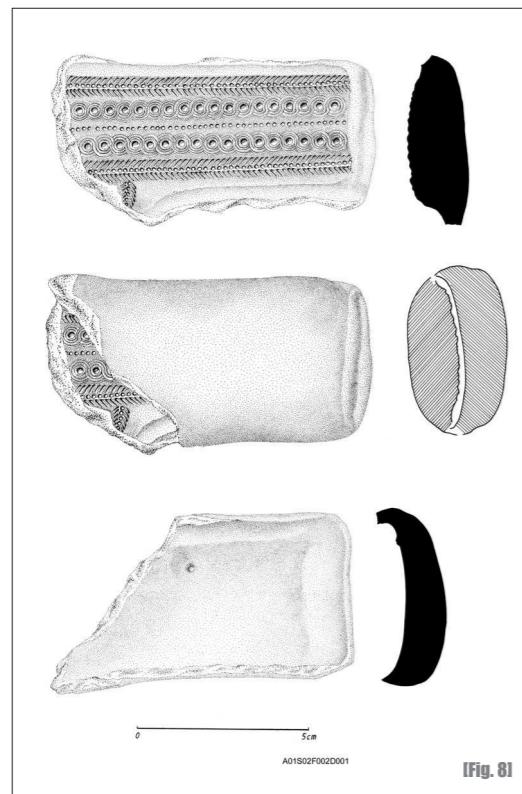


Fig. 8. Molde bivalve para a fundição de lâminas decoradas da parte superior de sítulas em bronze.

Fig. 9. Parte superior de um molde bivalve para a fundição do suporte anelar da asa de uma armela de sítula em bronze.

III. A IMPORTÂNCIA COMERCIAL DA CIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA SUA FORMAÇÃO

A função de mercado privilegiado que a cidade desde cedo exerceu está bem documentada por um conjunto de inscrições consagradas a divindades estreitamente ligadas ao mundo marítimo e à proteção dos viajantes e suas travessias.

Referimo-nos a uma inscrição com dedicatória a Mercúrio, encontrada num muro da cerca do Seminário de Santiago em Braga (Tranoy, 1981, 315; Santos, Le Roux e Tranoy, 1983, 188, n.º 8; Est. IV, n.º 10), atualmente em depósito no respetivo museu, e três outras inscrições dedicadas a divindades menores, aos *Lares Viales* (CIL, II, 2417; AE, 1973, 310; Cunha, et al., 2005, 147-155).

O papel económico da cidade está, no entanto, especialmente bem documentado por duas inscrições: uma (CIL, II, 2413 = ILER, 547) consagrada ao *Genius* do edifício do mercado (*Genius Macelli*) e outra (CIL, II, 2423) dedicada, na época de Cláudio, a *Caius Caetronius Miccio* pelos cidadãos romanos que negociavam em *Bracara Augusta* (*cives Romani qui negotiantur Bracaraugusta*). Da do *Genius Macelli*, hoje desaparecida, dá notícia Jerónimo Contador de Argote (1732-34, 227):

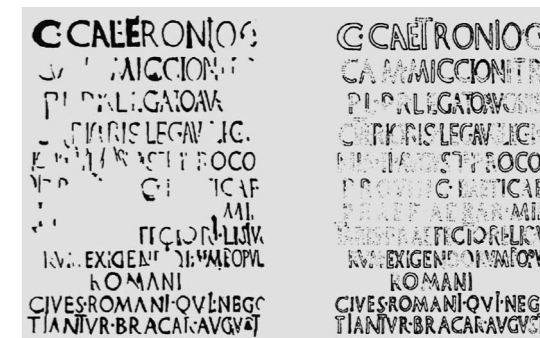
Da família Flavia Vrbica se acha outra Memoria notavel em Braga, a qual se encontrou ha pouco tempo na parede do Cruzeiro da Sé, da parte do Evangelho, aonde agora está a Capella de Nossa Senhora das Angustias. Manoel Fernando, Mestre Pedreiro da obra, a levou para sua casa, onde a conserva. Do seu feitio se vê foy base de estatua, e diz a Inscrição assim:

GENIO/MACELLI/FLAVIVS/VRBICIO/EX VOTO/POSVIT/SACRVM.

A outra, procedente da Capela de Sta. Ana em Braga, encontra-se depositada no Museu D. Diogo de Sousa (Fig. 10). A transcrição integral desta inscrição, de caráter honorífico, foi efetuada

por Géza Alföldy (1966, 367) que dela lhe dá a seguinte interpretação:

A Caius Caetronius Miccio, filho de Caius, da tribo Camília, ao tribuno do povo, pretor, legado imperial na Hispânia Citerior, legado imperial da Legião II Augusta, procônsul da província Bética, prefeito do erário militar, prefeito para a exação dos restos dos tributos a cobrar para o erário do povo romano – os cidadãos romanos que negociam em Bracaraugusta.



10. Estado da inscrição no momento em que foi lida por G. Alföldy. Reconstituição da inscrição proposta pelo mesmo autor.

Para o estudo da estrutura económica da cidade nos inícios da época imperial, a inscrição é, pois, especialmente significativa: a referência específica à existência de *negotiatores* que dedicam uma lápide a *C. Caetronius Miccio* vem redimensionar o papel da cidade de *Bracara Augusta* no contexto do Noroeste peninsular.

IV. OS DADOS DA CULTURA MATERIAL

4.1. A análise dos contextos estratigráficos

A análise de contextos estratigráficos dos períodos alto e médio imperial permitiu definir 5 períodos ou fases, que agrupam diversos estratos ou unidades estratigráficas com características comuns. As escavações selecionadas para a definição destas fases tiveram lugar em zonas incluídas na malha urbana da cidade romana. A ausência de estruturas construtivas de época augustana deve-se, provavelmente, à sua desmontagem ou mesmo destruição, tendo em vista alterações urbanísticas iniciadas, de acordo com os vestígios arqueológicos, a partir da época júlio-cláudia avançada e em época flávia e antonina.

Estas escavações forneceram grande quantidade de materiais comercializados desde a fundação da cidade até inícios/meados do séc. III, o que indica claramente o interesse comercial da cidade para os «*negotiatores*» acima referidos, responsáveis pelo comércio destas cerâmicas, ao mesmo tempo que é revelador de uma atividade económica importante relacionada com um contexto de crescimento demográfico e urbano. De entre estas fases interessa-nos, aqui, a primeira fase datada do período de Augusto a finais de Tibério / inícios de Cláudio, particularmente bem representada na antiga zona das Antigas Cavalariças, agora ocupada pelo Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa. Das escavações realizadas nesta zona destaca-se uma intervenção realizada no setor Este do atual edifício do Museu (setor 8), onde foi detetado um enchimento selado por um pavimento exterior empedrado. O conjunto de cerâmicas recolhido neste enchimento é particularmente importante pela quantidade e variedade de materiais importados, datáveis do período de Augusto a finais do período de Tibério / inícios de Cláudio. Aqui foi possível individualizar cerca de 250 exemplares de cerâmica importada, repartidos por fragmentos de ânforas, almofarizes e de *terra sigillata* de tipo itálico. As ânforas, de entre todos os materiais os mais abundantes, estão maioritariamente representadas pela forma Haltern 70. Foram ainda recolhidos alguns fragmentos de ânforas vinárias, oleícolas e piscícolas de diferentes origens e produções: as ânforas vinárias estão representadas por fragmentos oriundos da costa gaditana incluídos em formas de fundo plano de Tipo *urceus* (vd. Morais, 2006, 401-415) e por fragmentos de produção tarraconense, incluídos no tipo Dressel 7-11; as ânforas oleícolas apenas estão representadas por fragmentos do Guadalquivir, do tipo Dressel 20; as ânforas piscícolas estão representadas por produções da Bética costeira, da

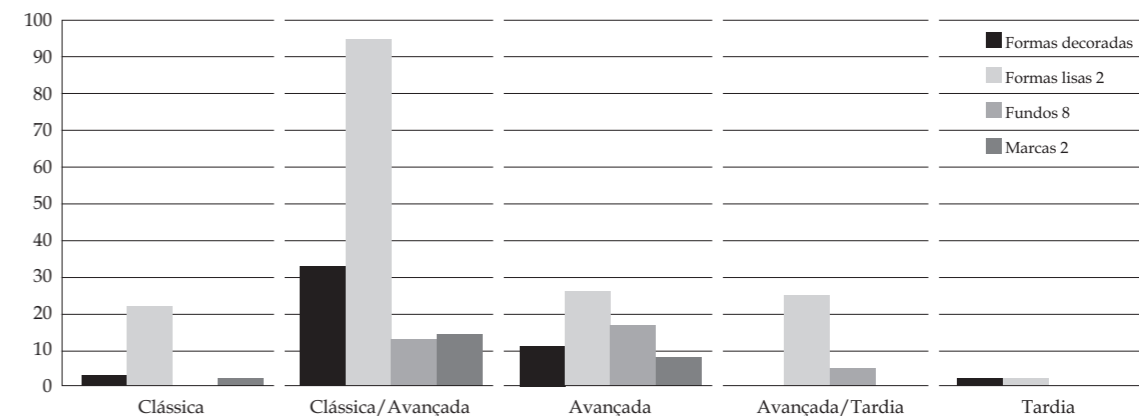
forma Dressel 7-11 e ânforas lusitanas incluídas na variante A do tipo Dressel 14. Como acima referimos, além das ânforas, estão também documentados fragmentos de almofarizes da Bética costeira, datáveis da primeira metade do séc. I, e fragmentos de *terra sigillata* do tipo itálico, maioritariamente representados por pratos do tipo *Consp.* 18 e taças do tipo *Consp.* 22.

4.2. As cerâmicas de cronologia maioritariamente augustanas: a *terra sigillata* de tipo itálico

Para o tema em discussão, cabe-nos destacar a presença de *terra sigillata* de tipo itálico pela cronologia específica que encerra. Coincidindo com a fundação da cidade por volta dos anos 15 a 13 antes da nossa Era chegaram à cidade os primeiros produtos importados: *terra sigillata* oriunda dos principais centros de produção itálicos ou de pequenas filiais a estes associados. À falta de análises laboratoriais para determinar a proveniência específica dos fragmentos recolhidos, a atribuição a determinados centros produtores baseia-se essencialmente no estudo das marcas de oleiro e, com maiores reservas, nos fragmentos decorados a molde. O conjunto de marcas e a análise dos vasos com decoração moldada parece sugerirem a hegemonia dos produtos fabricados em Arezzo e suas sucursais. Esta situação é, aliás, concordante com a distribuição destes produtos na Península onde, contrariamente aos materiais de Haltern – cujas análises revelaram um predomínio dos produtos oriundos de La Murette, em Lyon (Lesfargues e Vertet, 1976) – regista uma notável difusão das produções de tipo aretino, especialmente no território costeiro mediterrânico, litoral português e nas regiões do vale do Ebro e da região bética costeira (Beltrán Lloris, 1990, 74-75). Tal situação – a confirmar-se – explicar-se-ia pelo sucesso que em determinado momento este centro de produção obteve na comercialização dos seus produtos, particularmente abundantes nos mercados ocidentais e assegurando um lugar importante nos orientais.

Em *Bracara Augusta*, à semelhança dos restantes estabelecimentos estudados no atual território português, o quadro das importações dos produtos de tipo itálico dá-se entre finais do reinado de Augusto e reinado de Tibério. Este dado vem demonstrar que a importação da *terra sigillata* de tipo itálico só teve significado económico durante este período. Além de cerca de duas centenas de fragmentos indeterminados e indetermináveis, atribuíveis a produções de tipo itálico encontrados em Braga, foi individualizado o número mínimo de 290 (cerca de 6,10% do total de *terra sigillata*) fragmentos correspondentes a formas lisas, decoradas, fundos e marcas. Este total, como se verifica no quadro e histograma apresentado, reparte-se pelas seguintes quantidades: 49 fragmentos decorados, dos quais 25 são indeterminados; 172 fragmentos de formas lisas; 43 fragmentos de fundo e 26 marcas. Tomando por base as fases estabelecidas por C. Goudineau, a partir da estratigrafia de Bolsena (1968, 376-377), predominam, como acima referimos, os produtos datáveis dos finais do período de Augusto e do reinado de Tibério, momento enquadrável nos finais da fase «clássica» e inícios da fase «avançada» (Fig. 11). Assim, num total de 290 fragmentos, 155 datam daquele momento, seguindo-se-lhes, em número, aqueles exclusivamente enquadráveis na fase «avançada», com 62 fragmentos. As fases iniciais e finais desta produção estão pouco representadas: 12 fragmentos da fase «precoce»; 27 fragmentos da fase «clássica»; 30 fragmentos enquadráveis no momento de transição entre a fase «avançada» e a «tardia» e quatro fragmentos da fase «tardia»⁶.

6. Um estudo mais pormenorizado sobre estas produções consta da publicação do autor na série monográfica *Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas 2* (vd. Morais, 2005).



11. Quantidade e relação percentual das Fases da Terra Sigillata de Tipo Itálico.

V. APRECIÇÕES FINAIS

Os dados fornecidos pela análise da epigrafia mais antiga, associados aos dados da cultura material, permitem demonstrar que *Bracara Augusta*, desde os inícios da sua formação, foi uma das mais importantes cidades augustanas da Península. Como tivemos oportunidade de demonstrar (Morais, 2005), *Bracara Augusta*, à semelhança de outras cidades nucleares do mundo romano, teve um importante papel geo-político e desenvolveu uma forte atividade como centro importador e redistribuidor de produtos, beneficiando de uma economia de escala. Mas também a cidade usufruiu de uma economia mista baseada na agricultura, no comércio e na indústria, tornando-a um dos maiores centros de produção de bens que tiveram uma ampla difusão regional. A ilustrar ambas as realidades refiram-se dois expoentes máximos da cultura material recolhidos em Braga: uma taça de prata, única na sua forma, recolhida nas Ternas do Alto da Cividade e a parte superior de um molde bivalve, proveniente das escavações realizadas na zona das Cavalariças, agora ocupada pelo Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa.

A taça, com incrustações de ouro e *niello*, representa uma das mais belas peças da ourivesaria romana recolhida na Península (Fig. 12a e b). De acordo com o seu repertório figurativo, trata-se de um exemplar de cronologia augustana, provavelmente fabricada num atelier da Campânia (vd. Morais, 2002a, 165-180).

O molde, datado dos períodos augustano/tiberiano, foi provavelmente usado como molde de selo de pasteleiro (Figs. 13a, b e c). Sob o ponto

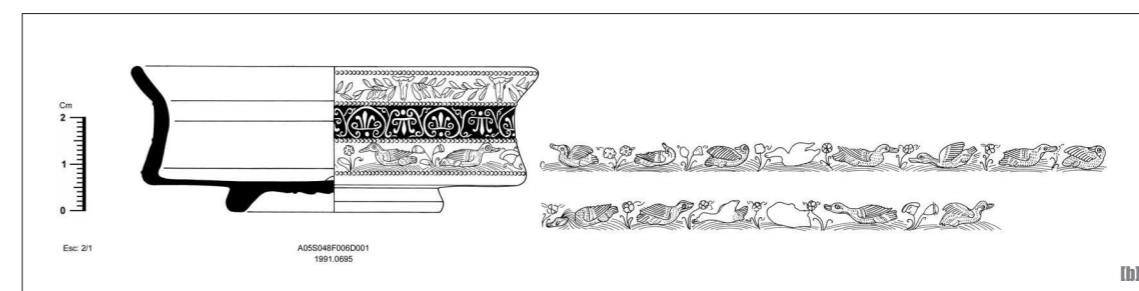


Fig. 12a. Taça romana, em prata, do período augustano, recolhida nas Ternas do Alto da Cividade, Braga. | Fig. 12b. *Idem*. Desenho.

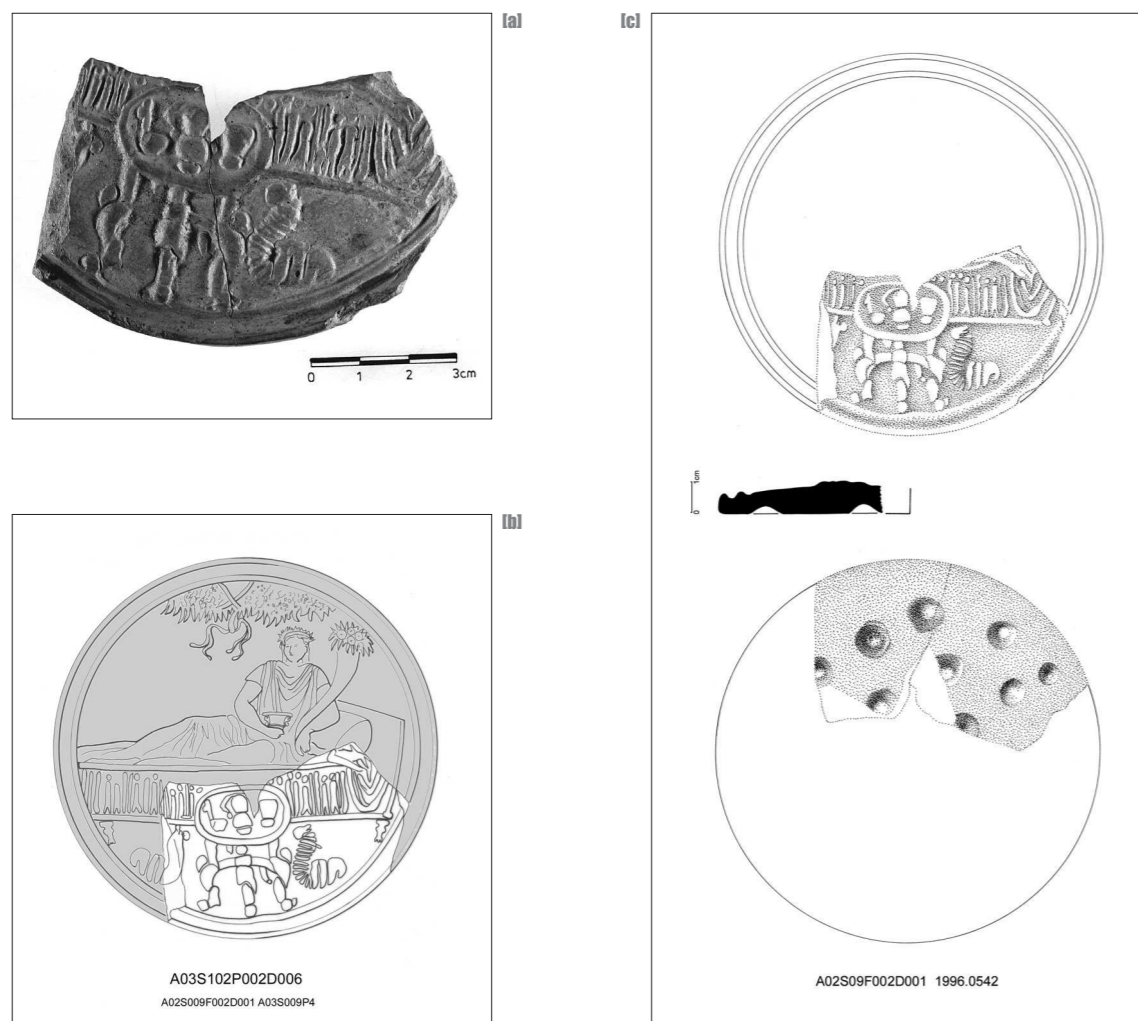


Fig. 13a. Molde de selo de pasteleiro recolhido nas escavações das Cavalariças, Braga. | Fig. 13b. *Idem*. Proposta de reconstituição. | Fig. 13c. *Idem*. Desenho.

de vista artístico esta peça possui uma iconografia singular e de cariz provincial. Descreve um espaço doméstico, provavelmente um *triclinum*, em cujo centro se encontra uma típica mesa romana de três pés. No estudo que sobre este realizamos (vd. Morais, 2002b, 181-196), sugerimos que a parte superior, ausente por fratura, estaria ornamentada com a figura de um génio reclinado, à semelhança de algumas imagens das pinturas murais de Pompeia.

Ambas as peças, aqui apenas referidas como expoentes máximos da cultura material dos primeiros momentos da cidade, devem, à luz dos restantes dados aqui apresentados, ser testemunho do grau de «romanização» da cidade, cuja posição geográfica a faz figurar, de acordo com as fontes antigas, em terras pouco hospitaleiras (Estr. III, 1,2), situadas *no fim do mundo* (Expositio totius mundi, 59), *na extremidade da terra* (Idácio, Crónica, pref. 1) e povoadas por *nações tão tenazes como longínquas* (Flavius, A guerra dos Judeus, II, 16, 375).

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, A. M. (1994): Museu monográfico de Conimbriga: colecções, Lisboa.
- ALFÖLDY, G. (1966): «Um 'cursos' senatorial de Bracara Augusta». Revista de Guimarães, vol. 76: 1-2, Guimarães, pp. 363-372.
- ARGOTE, J. C. (1732-34): Memórias para a história eclesiástica do arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas, Lisboa, II.
- BELTRÁN LLORIS, M. (1990): Guia de la cerámica romana, Zaragoza.
- BETTENCOURT, A. M. S. (2000): «Estações da Idade do Bronze e inícios da Idade do Ferro da bacia do Cávado (Norte de Portugal)», Cadernos de Arqueologia: Monografias, 11, Braga.
- BETTENCOURT, A. M. S.; CARVALHO, H. P. A. (1993-94): «Estátua sedente e cabeça de guerreiro galaico da região de Braga», Cadernos de Arqueologia, Série II, 10-11, Braga, pp. 279-91.
- CARANDINI, A. (2000): «Variazioni sul tema di Romolo. Riflessioni dopo la nascita de Roma (1998-1999)», in A. Carandini e R. Cappelli, dir., Catálogo da exposição Roma. Romolo, Remo e la fondazione della città, Roma, pp. 95-150.
- CARBALLO ARCEO, L. X. (1983): «Aportación al estudio de las sítulas en el occidente de la Peninsula Ibérica», in Cuadernos de Estudios Gallegos, XXXIV: 19, pp. 7-32.
- CARBALLO ARCEO, L. X. (1989): Catálogo dos materiais arqueológicos do museo do Castro de Santa Trega: idade do ferro, Pontevedra.
- CUNHA, A.; ENCARNAÇÃO, J.; LEMOS, S. (2005): «Ara aos Lares Viales, de Bracara Augusta», Forum, 37, Braga, pp. 147-155.
- ÉTIENNE, R. (1974): Le culte impérial dans la péninsule ibérique d'Auguste à Dioclétien, Paris.
- FABIÃO, C. (1998): O mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território hoje português, 2-3. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada na Faculdade de Letras de Lisboa em 1998 (policopiado).
- GOUDINEAU, C. (1968): La ceramique aretine lisse: fouilles de l'école française de rome a Bolsena (Poggio Moscini) 1962-1967, Ecole Française de Rome, Sup. 6: IV, Paris.
- LE ROUX, P. (1975): «Aux origines de Braga (Bracara Augusta)», Bracara Augusta, 29, pp. 155-59.
- LEMOS, F. S.; LEITE, J. M. F.; BETTENCOURT, A.; AZEVEDO, M. (2003): «O balneário pré-romano de Braga», Al-Madam, 12, Almada, pp. 43-46.
- LESFARGUES, A.; VERTET, H. (1976): «Les estampilles sur sigillée de l'atelier augustéen de la Muette à Lyon», Figlina, I, Lyon, pp. 39-87.
- MARTINS, M. (1988): «Moldes de sítulas com decoração geométrica», Cadernos de Arqueologia, Série II, 5, Braga, pp. 23-29.
- MARTINS, M. (1990): «O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado», Cadernos de Arqueologia: Monografias, 5, Braga.
- MORAIS, R. (1997-98): «Importações de cerâmicas finas em Bracara Augusta: da fundação até à época flávia», Cadernos de Arqueologia, Série II, 14-15, Braga, pp. 47-97.
- MORAIS, R. (2002a): «A taça romana de prata de Bracara Augusta», Conimbriga, 41, Coimbra, pp. 165-180.
- MORAIS, R. (2002b): «Um molde de lucerna encontrado em Bracara Augusta», Conimbriga, 41, Coimbra, pp. 181-196.
- MORAIS, R. (2005): «Autarcia e comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período alto-imperial», Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas, II, Braga.
- MORAIS, R. (2006): «Ânforas tipo urceus de produção Bética e produções regionais e locais do Nw Peninsular», Congresso Internacional CETARIAE 2005. Salsas y Salazones de pescado en occidente durante la Antigüedad, Cádiz, pp. 401-415.
- SÁNCHEZ-PALENCIA, F. J. (2000): Las médulas (León): un paisaje cultural en la «Asturia Augustana», León.
- SANTIAGO MONTERO; SABINO PEREA (1996): «Augusto y el bidental de Bracara (ad. CIL II, 2421)», in J. M. Blázquez e J. Alvar, eds., La Romanización en Occidente, Madrid, pp. 299-319.
- SANTOS, L.; LE ROUX, P.; TRANOY, A. (1983): «Inscrições romanas do museu Pio XII em Braga», Bracara Augusta, 37: 83-84 (96-97), Braga, p. 188, n.º 8; Est. IV, n.º 10.
- SILVA, A. C. F. (1986): A cultura castreja do Noroeste de Portugal, Paços de Ferreira.
- SOUSA, J. J. R. (1973): «Subsídios para a carta arqueológica de Braga», Studia Archaeologica, 23, Santiago de Compostela, pp. 7-28.

- TRANOY, A. (1980): «Religion et société à Bracara Augusta (Braga), au haut-empire romain», Actas do Seminário de Arqueologia do NO Peninsular: III, Revista de Guimarães, Guimarães, pp. 67-83.
- TRANOY, A. 1981: La Galice romaine: recherches sur les NW de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité, Paris.
- ZABALETA ESTÉVEZ, M. M. (2000): «Hallazgos numismáticos de los comienzos de Bracara Augusta», 3.º Congreso de Arqueología Peninsular («Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica»), VI, Porto, pp. 395-99.

EPÍLOGO

FRANCISCO M. V. REIMÃO QUEIROGA
(Universidade Fernando Pessoa)

Evoca-se com este estudo o reinado de Augusto, muito oportunamente naquela que foi uma das cidades por si fundadas, e como tal pertence ao grupo das designadas «cidades augústeas». Não nos limitando a um mero aproveitamento cronológico, pela coincidência de se terem passado dois milénios sobre a morte deste imperador, celebra-se, sobretudo, a marca que a sua visão política e as suas idiosincrasias deixaram no Noroeste Peninsular, contribuindo sobremaneira para redefinir o rumo histórico desta região, dos seus povos e das suas culturas.

Este Encontro constitui-se também como um momento privilegiado de reflexão sobre o estado dos nossos conhecimentos sobre a *Gallaecia* à época de Augusto. Recordando, com gratidão, as gerações de arqueólogos e de historiadores que ao longo do século XX foram acrescentando evidências arqueológicas e ideias, ambas preciosas para a construção da imagem do que temos designado como «romanização», importa honrar o seu legado com o permanente esforço de reavaliação e reinterpretção que, afinal, são a essência do conhecimento científico. Tecemos algumas considerações gerais sobre o panorama da cultura castreja na sua área meridional à época deste imperador.

Os dados por ora disponíveis vão reforçando a ideia que esta área meridional da *Gallaecia* se encontrava receptiva à romanização antes do reinado de Augusto.

Desconhecemos ainda com rigor os ritmos da conquista romana, mas vai ganhando corpo a ideia que ela foi gradual, talvez catalisada por dois importantes episódios: as campanhas de Décimo Júnio Bruto, em 130-136 a.C., e de Júlio César, em 61 a.C., a partir das quais as comunidades indígenas aceitaram a autoridade de Roma (Calo Lourido, 1991, 782-3; 1997, 199-200), momentos que podem ter aberto caminho para a acção abrangente de Augusto, mormente a reforma legislativa da administração das províncias, encetada em 27 a.C., na qual já se divisa um claro exercício de poder. Talvez o termo «conquista», que sempre nos condicionou a imagem deste processo, devesse ser substituído por outro, menos determinista. É certo que ambas as expedições foram muito curtas no tempo, e igualmente limitadas na sua abrangência espacial, não tendo sido objecto de ocupação administrativa, o que não seria consentâneo com a subjugação militar de um conjunto tão amplo e eclético de etnias indígenas que os autores clássicos atribuem à *Gallaecia*, corroboradas pelas fontes epigráficas. Tampouco o conjunto de escavações feitas nesta vasta área apresenta dados consistentes com a destruição inerente a uma campanha militar

romana, mesmo tendo em conta os problemas que levanta a leitura e interpretação da evidência arqueológica.

Vários aspectos indiciam que este período, entre a campanha militar de D. Júnio Bruto e os meados do século I a.C., foi palco de mudanças no seio das comunidades indígenas desta área meridional da *Gallaecia* (Soeiro, 1997), quadro que Augusto implementa com as suas políticas. Os contactos comerciais com o mundo mediterrânico, desde séculos anteriores, estão bem documentados pela presença de joalheria, e de materiais púnicos e gregos, exumados nos castros, ao que se seguirão as produções cerâmicas de origem itálica. Contudo, a irregularidade de ocorrência destes materiais exógenos, e portanto melhor datáveis, não permite ainda afinar as cronologias para os contextos significativos, pese o esforço de tipificação e seriação já feito (Martins, 1987 e 1990; Ponte, 2001; Silva, 2007) para algumas das produções indígenas.

Dentre as mudanças operadas nos modos de vida, salientamos algumas que se têm mostrado mais visíveis e generalizadas. A que mais se destaca é sem dúvida a renovação arquitectónica patente tanto nas estruturas de carácter público como dos núcleos domésticos (Almeida, 1984), com a criação de novos espaços e funções – como é o caso do vestíbulo – quiçá indicadora quer de um aumento demográfico, ou apenas uma maior multiplicidade de funções realizadas no espaço da casa. As construções desta época, já todas em granito, denunciam uma crescente desenvoltura no trabalho da pedra (Almeida, 1984; Almeida *et al.*, 1981), só possível enquanto aliada à vulgarização do ferro. O incremento nítido da metalurgia do ferro/aço, e consequente da manufactura dos utensílios que, desde a arquitectura até à agricultura e ao armamento, contribuirão de forma decisiva, para o enorme desenvolvimento cultural (Soeiro, 1997) que o noroeste Peninsular atingiu neste último século do 1º milénio. O talhe da pedra vai-se impondo ao longo deste último século a.C., cultivando os artesãos na mestria que, já no novo milénio, demonstrarão na execução de estatuária, de pedras formosas e decorações arquitectónicas.

Identificamos nos contextos arqueológicos e nas construções desta época a reutilização e o abandono generalizado dos moinhos oblongos, de vaivém, e a sua substituição pelos moinhos circulares, indiciando uma mudança marcante nas culturas agrícolas, e mormente a generalização da cultura do trigo (Queiroga, 2003, 56), cuja presença vai aumentando no registo arqueológico. Também aqui a utensilagem em ferro aumenta em número e variedade (Silva, 2003, figs.), documentando a diversificação das produções artesanais nos castros (Queiroga, 2003, 76, 120-1). É neste quadro de desenvolvimento da produção agrícola, mormente dos cereais, mas também de aumento demográfico e de apropriação de novos espaços, que entendemos a criação por esta altura de alguns pequenos povoados, de dimensão quase que familiar (Almeida, 1990, 62), localizados nos aluviões de alguns rios.

Nas produções cerâmicas indígenas, encontramos indicadores de auto-suficiência dos povoados, e igualmente sugestões de uma crescente massificação das produções (Queiroga, 2003, 71-2), juntamente com o natural incremento das importações provenientes do Mediterrâneo. Todos estes aspectos abrem caminho para uma maior circulação e troca de bens, que foi propiciada pela divulgação crescente da moeda romana (Centeno, 1987) a partir da campanha de César, e já vulgarizada com Augusto.

No seio das comunidades indígenas é clara a importância da função guerreira (Estrabão III, 3, 5; Garcia, 1990), a qual estava estruturada e hierarquizada em torno de chefes, que a estatuária a partir do câmbio de Era bem documenta, talvez então já com desenvolvimentos na sua função social e simbólica. Estes chefes, enquanto elementos dominantes e portanto representativos, senão de toda a sociedade ao menos de um grupo sumamente instável (Queiroga, 2003, 116, 120), eram os interlocutores tão privilegiados quanto eficazes para o domínio do tecido social indígena. Os agentes da administração romana, estes também imbuídos de função e de autoridade militar, dialogariam com desenvoltura com as chefaturas indígenas. A linguagem e os mecanismos de diálogo utilizados são-nos transmitidos com clareza pela epigrafia, nomeadamente pelos designados pactos de hospitalidade e/ou de clientela, cuja diacronia e distribuição geográfica dentro da Península

Ibéria bem documentam a amplitude deste processo. A linguagem é simples e, como no-lo documenta a Antropologia, é também universal e trans-cultural. Assenta em vínculos e em relações interpessoais, que é lícito designar como instituições, as quais acompanharam todo o percurso das sociedades, desde a Antiguidade até ao presente. Temos vindo a designá-las como «hospitalidade», «fidelidade» e «clientela». A eficiência dos vínculos criados por estas poderosas relações interpessoais pode ser avaliada nos diversos casos em que governantes optaram por constituir a guarda pessoal com mercenários, em detrimento das tropas regulares de elite, pela maior garantia de fidelidade dos primeiros.

As fontes clássicas atestam, com veemência o carácter aguerrido destes povos, bem como a prática do bandoleirismo face aos seus vizinhos, antes de terem sido disciplinados por Augusto. Neste âmbito, alimentamos as suspeitas de que bandos de guerreiros Calaicos, anteriormente designados por «Lusitanos», como assevera Estrabão (III, 3, 3) possam ter estabelecido raides no sul da Península (Queiroga, 2003, 100 segs.), e mesmo prestado serviço como mercenários nos longos episódios bélicos que se desenrolaram no sul da Ibéria ao longo dos séculos II-I a.C.

Quando pensamos na romanização do Noroeste não poderemos deixar de evocar o exército romano: essa máquina extraordinariamente ecléctica, cujo poderio bélico frequentemente ofusca as suas diversificadas valências. A sua eficiência tanto se aplicava à chacina implacável de exércitos e populações, como à construção de infraestruturas, vias, aquedutos e cidades, às diversas artes produtivas, e à medicina e agrimensura. A sua presença, necessária para o controle administrativo e fiscal, mormente nas zonas mineiras, terá certamente contribuído para disseminar conhecimentos técnicos sobre as diversificadas artes produtivas. Talvez mais do que os cidadãos romanos estabelecidos no noroeste no tempo de Augusto, raros mas documentados pelas fontes epigráficas, serão estes homens, enquanto guerreiros/artesãos, em destacamentos militares espalhados pelo *conventus*, os mais importantes transmissores dos padrões de cultura romana junto das populações locais. Continuamos convictos que talvez sejam eles os responsáveis pela generalização da produção de ferro/aço nos povoados castrejos, cuja metalurgia parece privilegiar a produção de bronze até ao início do século I a.C.

Com o tempo, foi-se igualmente clarificando a referência de Estrabão (III, 3, 5) segundo o qual os romanos subjugarão os indígenas e reduziram as suas cidades a meras aldeias, mas também desenvolveram algumas das cidades estabelecendo lá colónias. Com efeito, temos constatado que alguns povoados indígenas sofreram profundas remodelações e ampliações, enquanto outras foram criadas *ex novo*. Ambos os modelos documentam as «colónias» a que se refere Estrabão. Que muitos dos povoados de menores dimensões definham claramente nesta época, e são mesmo abandonados, também já tinha sido constatado, podendo isto significar que Augusto promove a desarticulação de muitos centros de autarcia indígena, os castros, a par com a migração de uma massa significativo dos habitantes para as colónias que Estrabão refere, e que mais não são do que as grandes citânias, amplas de muitos hectares, como Briteiros, Eiras, Mozinho, Sanfins e S. Cibrán de Lás. Este processo, que é também um exercício de poder do imperador, teve, entre outros efeitos, o de desarticular as chefaturas e algumas práticas guerreiras, nomeadamente o bandoleirismo que tanta instabilidade causava (Estrabão III, 3, 5), mas também implementar a prática civilizacional da vida urbana, que a citânia, com os seus equipamentos públicos, já configura, e transformar lentamente o guerreiro num togado. O conhecimento pormenorizado que Augusto possui de cada recanto do Noroeste, naturalmente que através dos seus funcionários, está bem patente no conteúdo do édito do «Bronze de Bembibre» (Grau e Hoyas, 2001). O exemplo do Mozinho, criado de raiz na época de Augusto e com extensão e estrutura adequados à população que logo o ocupou, leva-nos a suspeitar que um conhecimento tão rigoroso dos efectivos populacionais só teria sido possível com um censo aos castros da região (López Barja, 1999, 353 segs.; Carvalho e Queiroga, 2005, 139), conhecimento que poderia estar na base do cômputo avançado por Plínio (IV, 112, 13) para os povos do noroeste. Estas cidades indígenas, ou proto-cidades, (Silva, 1995), são «polos civilizacionais», centros de aculturação do tecido social na direcção de um modelo cul-

tural urbano, que o mundo clássico tanto prezou. Mas são igualmente núcleos de estruturação administrativa, enquanto *civitates*, com as suas magistraturas, e onde os poderes indígenas se vão moldando na direcção da rígida administração imperial, através da obediência à lei.

Se a configuração das citânias foi, aparentemente, flexível, deixada um pouco ao gosto arquitectónico dos seus habitantes, facto que durante muito tempo confundiu os investigadores acerca da sua verdadeira natureza, já os centros administrativos, com estatuto jurídico, assumiram outra configuração.

Bracara Augusta, capital de *conventus*, é um destes centros. Um centro de administração, mas também um modelo irradiador de cultura que, como tal, deveria ser irrepreensível. As décadas de trabalho profícuo nesta importante urbe trouxeram um acervo substancial de informação sobre a sua estrutura e vivências (Martins, 2000 e 2004, c/refs. ant.).

Com base nos dados recolhidos em *Bracara*, tem vindo a ser defendido o modelo de «urbanização» das populações implementado por Augusto como relativamente uniforme nas suas linhas gerais, tanto para as «citânias» como para as cidades. E se é justificadamente prudente não considerar, por enquanto, uma preexistência de ocupação indígena, nem uma fundação *ex novo* (Morais, 2005, 126-7), talvez já seja legítima a proposta que à fundação de *Bracara* foi aplicado o processo idêntico ao utilizado na fundação/reformulação dos grandes *oppidae* indígenas, isto é, a deslocação de população dos povoados limítrofes, que trabalharam na sua construção e manutenção e, talvez, também lá tenham residido.

As evidências por ora disponíveis apoiam a sugestão de no espaço que *Bracara* ocupou não teria existido nenhum povoado da Idade do Ferro (Martins, 1990, 119-20). Contudo, não se poderá ignorar a distribuição relativamente uniforme, e estatisticamente relevante, de cerâmicas de fabrico micáceo enquadráveis, *grosso modo*, no período Júlio/Cláudio (Morais, 2005, 127-9). Descartada igualmente a possibilidade do seu carreamento accidental, de um qualquer castro das proximidades, como o Castro Máximo, resta-nos a presunção de que no espaço urbano de *Bracara* terão habitado indígenas, pese o facto de, até à data, nenhuma construção de tipologia local ter sido detectada¹, ou, em alternativa, aceitar a difusão das produções cerâmicas dos castros das redondezas no mercado urbano de *Bracara*, e o seu uso pelos habitantes.

O feliz achado do designado «bronze de Bembibre» (c.f. Grau e Hoyas, 2001), um édito de Augusto do ano 15 a.C., demonstra, em definitivo, a atenção que a administração romana votava ao noroeste peninsular, e às interacções entre as comunidades indígenas, e destas com o poder de Roma. Parece claro que qualquer visão que queiramos construir para o último quartel do século I a.C. terá que contemplar uma inflexível e omnipresente dominação romana, pelo que o ambiente de uniformidade e de continuidade que o registo arqueológico aparenta se deverá inevitavelmente ao que Francisco Calo Lourido nomeou, a propósito da estatuária de guerreiros galaicos (Calo Lourido, 1991), como *colaboracionismo*. Esta expressão, que mais não representa do que anuência face ao domínio administrativo e militar, e lenta assimilação dos modos culturais, causa-nos, naturalmente, alguma repugnância, mercê de uma imagem heroicizada de resistência ao invasor que a nossa historiografia foi diligentemente cultivando, e se sedimentou no imaginário popular².

E também este aspecto indicia a genialidade da política de Augusto na *Gallaecia*. Complementar o domínio militar e jurídico cativando as populações indígenas para a vida urbana, enquanto estratégia de aculturação, de assimilação de gostos e de modos de vida que se vão disseminando de forma lenta, mas generalizada. Implantar o embrião de um modelo de cultura superior dentro de um tecido social, para que este irradie internamente a partir das elites, e não do exterior.

¹ Exceptuando, naturalmente, o balneário castrejo, já manifestamente extramuros.

² Recordamos um episódio curioso passado com um autarca de um concelho limítrofe do distrito de Braga. Colaborando com colegas em prospeção arqueológica, há cerca de trinta anos, confidenciámos ao autarca que havíamos localizado alguns sítios com ocupação romana, ao que ele retorquiu que deveria ser engano pois «nós nunca deixámos os romanos cá entrar... escorraçámo-los sempre.»

Octávio César Augusto foi uma destas figuras cuja acção mudou fronteiras políticas, reconfigurou identidades e, de uma forma geral, afectou a vida de muitos povos, e não só dos que então integravam o império romano, mas também daqueles exteriores ao *limes*. Contudo, a sua influência não se restringiu ao plano administrativo e militar, os mais avalizados pelos poderes do *imperium*, mas também ao quadro das mentalidades (Zanker, 1990), da moral, da estética e da prática religiosa, estabelecendo o embrião do que séculos mais tarde designaremos como culturas provinciais romanas.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1990): «A urbanização de Portugal nas épocas de César e Augusto», in Zanker, P.; Trillmich, W., eds., *Stadtbild und Ideologie*. München, Bayerische Akademie der Wissenschaften, pp. 43-57.
- ALARCÃO, J. (1992): «A evolução da cultura castreja», *Conímbriga* 31, pp. 39-71.
- ALARCÃO, J. (2003): «A organização social dos povos do Noroeste e Norte da Península Ibérica nas épocas pré-romana e romana», *Conímbriga* 42, pp. 5-115.
- ALMEIDA, C.A.B. (1990): «Proto-História e Romanização da Bacia Inferior do Lima», *Estudos Regionais* 7-8 (nº esp.), Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais.
- ALMEIDA, C.A.F. (1974): «O Monumento com Forno de Sanfins e as Escavações de 1973», *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*, Porto, pp. 149-172.
- ALMEIDA, C.A.F. (1983): «O castrejo sob o domínio romano: a sua transformação», in Menaut, G., ed., *Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia*, Santiago de Compostela, pp. 187-198.
- ALMEIDA, C.A.F. (1984): A casa castreja. *Memorias de Historia Antigua* 6, Oviedo, pp. 35-42.
- ALMEIDA, C.A.F.; SOEIRO, T.; ALMEIDA, C.A.B.; BAPTISTA, A.J. (1981): «Escavações arqueológicas em Santo Estevão da Facha», *Arquivo de Ponte de Lima*, 3 (sep.), Ponte de Lima.
- CALO LOURIDO, F. (1991): «A Plástica da Cultura Castrexa Galego-Portuguesa», Pontevedra, Universidade de Santiago de Compostela.
- CALO LOURIDO, Francisco (1997): «A Síntese: o galaico romano», in Menaut, G., ed., *Galicia Fai Dous Mil Anos. O Feito Diferencial Galego na Historia*, Santiago de Compostela, Museo do Pobo Galego, pp. 193-212.
- CARVALHO, T. P.; QUEIROGA, F. M. V. R. (2005): «O Castro do Mozinho: os últimos trabalhos desenvolvidos», *Cadernos do Museu nº 11*, Penafiel, pp. 121-153.
- CASTILLO RAMÍREZ, E. (2008): «Propaganda política y culto imperial en Hispania (de Augusto a Antonino Pio)», *Reflejos urbanísticos*. Madrid, Universidad Complutense de Madrid.
- CENTENO, R.M.S. (1987): «A circulação monetária no Noroeste de Hispânia até 192». Porto.
- DUECK, D. (2000): «Strabo of Amasia: A Greek Man of Letters in Augustan Rome», London, Taylor & Francis.
- ECK, W. (2007): «The Age of Augustus», Oxford, Blackwell Publishing (1ª ed. 1998).
- ESTRABÃO (1960): «Strabo, Geography (book III)», Jones, H. L., ed., London, The Loeb Classical Library 2.
- GARCIA FERNÁNDEZ-ALBALAT, B. (1990): «Guerra y religión en la Gallaecia y la Lusitania antiguas», *A Coruña, Edicións do Castro*.
- GRAU, L.; HOYAS, J. L., eds. (2001): «El nuevo bronce de Bembibre. Un edicto del emperador Augusto», Valladolid, Museo de León.
- GONZÁLEZ GARCÍA, F.J. (2007): «La guerra en la Gallaecia antigua: del guerrero tribal al soldado imperial», *SEMATA* 19, Santiago de Compostela, pp. 21-64.
- LE ROUX, P. (1975): Aux origines de Braga (Bracara Augusta). *Bracara Augusta* 29 (67-68), pp. 155-9.
- LÓPEZ BARJA DE QUIROGA, P. (1999): «El censo provincial, los *Populi* y los Castella de Gallaecia», *Gallaecia* 18, Santiago de Compostela, Edicións do Castro, pp. 347-362.
- MARTINS, M. (1987): «A cerâmica proto-histórica do vale do Cávado. Tentativa de sistematização», *Cadernos de Arqueologia* 4 (S 2), pp. 9-62.
- MARTINS, M. (1990): «O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do rio Cávado», *Cadernos de Arqueologia, Monografias*.
- MARTINS, M. (2000): «Bracara Augusta. Cidade Romana», Braga.
- MARTINS, M. (2004): «Urbanismo y Arquitectura em Bracara Augusta», in Ruiz de Arbulo, J. ed., *Simulacra Romae. Roma y las Capitales Provinciales del Occidente Europeo*. Estudios Arqueológicos, Tarragona, pp. 149-173.

- MORAIS, R. (1997-98): «Importações de cerâmicas finas em Bracara Augusta: da fundação até à época flávia. II», *Cadernos de Arqueologia* 14-15, pp. 47-97.
- MORAIS, R. (2005): «AB VRBE CONDITA. Desde a fundação da cidade de Bracara Augusta», *SAGVNTVM* 37, pp. 125-138.
- PONTE, S. (2001): «Corpus Signorum das fábulas proto-históricas e romanas: Portugal», Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- QUEIROGA, F. M. V. R. (2003): «War and Castros. New approaches to the northwestern Portuguese Iron Age», Oxford, BAR International Series 1198, Archaeopress (= 1992, Oxford University, policopiado).
- QUEIROGA, F. M. V. R. (2011): «Guerra e castros no noroeste de Portugal», in Ruiz Zapatero, G.; Álvarez Sanchís, J., eds., *Castros y Verracos. Las gentes de la Edad del Hierro en el occidente de Iberia*. Avila, Disputación de Avila, pp. 269-290.
- SILVA, A.C.F. (1995): «Portuguese Castros: The Evolution of the Habitat and the Proto-Urbanization Process», in Cunliffe, B.; Keay, S. eds., *Social complexity and development of towns in Iberia from the Copper Age to the second century AD*. Oxford, Oxford University Press, pp. 263-289.
- SILVA, A.C.F. (2007): «A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal», Paços de Ferreira (1ª ed. 1986).
- SOEIRO, T. (1997): «O esplendor do Sur da Callaecia», in Pereira Menaut, G., ed., *Galicja Fai Dous Mil Anos. O Feito Diferencial Galego na Historia*, Santiago de Compostela, Museo do Pobo Galego, pp. 213-236.
- TRANOY, A. (1980): «Religion et société à Bracara Augusta (Braga) au Haute-Empire», *Guimarães, Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, Vol. 3, pp. 67-83.
- WELLS, P. (1980): «Culture Contact and Culture Change: Early Iron Age central Europe and the Mediterranean world», Cambridge, *New Studies In Archaeology*, Cambridge University Press.
- ZANKER, P. (1990): «The power of images in the age of Augustus», Ann Arbor, The University of Michigan Press.

título

Celebração do Bimilenário de Augusto: *Ad Nationes. Ethnous Kallaikon*

edição

Câmara Municipal de Braga – Pelouros do Património,
da Relação com as Universidades e da Cultura
Praça Municipal, 4704-514 Braga

conceção gráfica

Edições Afrontamento, Lda.
Rua Costa Cabral, 859 – 4200-225 Porto
www.edicoesafrontamento.pt
comercial@edicoesafrontamento.pt

ISBN: 978-989-99600-0-8

depósito legal: 405783/16

impressão e acabamento:

Rainho & Neves, Lda.
Santa Maria da Feira | geral@rainhoeneves.pt

CELEBRAÇÃO DO BIMILENÁRIO DE AUGUSTO *AD NATIONES. ETHNOUS KALLAIKON*



BRAGA
Cidade autêntica

ISBN: 978-989-99600-0-8



9 789899 960008